



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

CLAUDIA FREITAS REIS

**A DESIGNAÇÃO DE *LÍNGUA*:
SENTIDO, ARGUMENTAÇÃO E O TEXTO NO
CIBERESPAÇO**

**CAMPINAS,
2015**

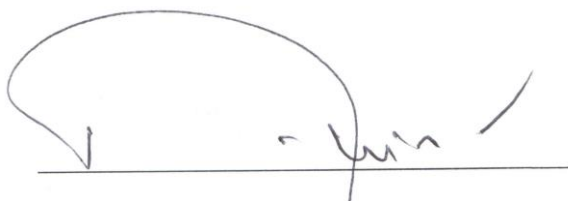
CLAUDIA FREITAS REIS

**A DESIGNAÇÃO DE *LÍNGUA*:
SENTIDO, ARGUMENTAÇÃO E O TEXTO NO CIBERESPAÇO**

**Tese de doutorado apresentada ao Instituto
de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do título
de Doutora em Linguística.**

Orientador (a): Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

**Este exemplar corresponde à versão
final da Tese defendida pela
aluna Claudia Freitas Reis e orientada pelo
Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães**

A handwritten signature in dark ink, consisting of a large, rounded initial 'E' followed by a series of loops and a final upward stroke, all written above a horizontal line.

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

**CAMPINAS,
2015**

Agência de fomento: Capes
Nº processo: 0

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crislene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

R277d Reis, Claudia Freitas, 1984-
A designação de *língua* : sentido, argumentação e o texto no ciberespaço /
Claudia Freitas Reis. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos
da Linguagem.

1. Linguagem e cultura. 2. Ciberespaço. 3. Semântica do acontecimento. 4.
Enunciação (Linguística). I. Guimarães, Eduardo, 1948-. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The designation of *language* : sense, argumentation and the text in cyberspace

Palavras-chave em inglês:

Language and culture

Cyberspace

Semantics of the event

Enunciation (Linguistics)

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutora em Linguística

Banca examinadora:

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães [Orientador]

Sheila Elias de Oliveira

Cristiane Pereira Dias

Carolina de Paula Machado

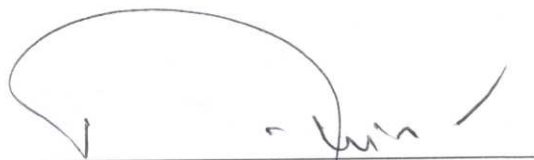
Débora Raquel Hettwer Massmann

Data de defesa: 14-08-2015

Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA:

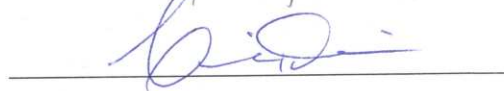
Eduardo Roberto Junqueira Guimarães



Sheila Elias de Oliveira



Cristiane Pereira Dias



Carolina de Paula Machado



Débora Raquel Hettwer Massmann



Adilson Ventura da Silva



Taisir Mahmudo Karim



Emilio Gozze Pagotto



*À minha família
Por tudo*

Agradecimentos

Apesar de considerar um dos trabalhos mais solitários, a produção de uma tese é, contraditoriamente, afetada por um sem fim de presenças.

A cada palavra, estalo; a cada dor ecoam lembranças.

Meus mais afetuosos agradecimentos ao professor Eduardo que conheci (pelos livros) ainda na graduação e que passou a ser presença; cujas reflexões ecoam em minha forma de pensar, não só a linguagem. Por sua postura impecável e fundamental diante da principiante, contribuindo para que eu construísse um senso de responsabilidade sobre meu dizer; pelo respeito ao meu olhar, guiando-me da forma mais respeitosa diante do reconhecimento dos equívocos. À sua ética, atenção e, acima de tudo, o respeito e cuidado com que sempre tratou minha escrita. Obrigada!

À Profa. Sheila pela leitura extremamente detalhada, microscópica, tão necessária e decisiva; pelos tantos momentos em que participou no meu trabalho, direta e indiretamente;

À Profa. Cristiane pelo refinamento com que apontou as fragilidades em meu texto, pelo olhar que me permitiu adentrar de forma tão competente o “cibermundo”;

Às professoras Carolina e Débora por terem aceitado com tanta prontidão e disposição a tarefa de discutirem meu trabalho;

Ao professor Emilio por participar como suplente em minha banca;

Aos professores Adilson e Taisir pela amizade; por terem aceitado a tarefa de suplentes, mais ainda pelas conversas tão amistosas no decorrer de nossa jornada.

À Profa. Claudia Pfeiffer pela orientação na qualificação de área, sempre tão atenciosa e disposta às discussões;

Não consigo, nunca, pensar em Linguística, sem pensar na minha querida amiga e eterna professora Soila. Esta tese trouxe sua presença, sua postura diante da teoria, seu amor pelo que faz.

Ao André, amigo de todas as horas, sempre amigo, companheiro, por este mar de sentidos;

À Debora, pela disposição na correção do meu texto, pela amizade, horas intermináveis de conversa; à Yule prima/irmã pelo carinho e disposição em participar nos momentos finais deste trabalho;

À Fernandita! (Fernanda D'Oliveira), amiga do coração e seguramente de outras vidas, peça importante de toda esta história, pela paciência nas horas de angústia, pelas leituras nos domingos de chuva, por dizer que não havia caos. Obrigada!

Ao Thiago, por me salvar em tantas horas! Pelas diferentes perspectivas diante de nossas diferenças, pelo amor incondicional, por entender minhas ausências.

À minha família,

... Meus pais Claudio e Azenaide, pelo orgulho muitas vezes desproporcional diante das minhas (pequenas grandes) conquistas que só me fizeram crescer; pelos cafés, cuidados, pelo amor... O cobertor quentinho, pelo acolhimento que aliviou minha dor em momentos tão conturbados, por sempre estarem *lá... Aqui!* Obrigada.

... Minha irmã Natalia, minha amiga, a melhor amiga, obrigada! Pela sinceridade com que trata nossa relação, pelos espaços dados, por entender e permitir. Pelos desabafos. Por tudo que as palavras não dizem.

... Meus “coquitos”, Gael, Anne e Alice, tão lindos, por me levarem aos lugares esquecidos da imaginação, pelo retorno à infância, pelos sentidos despertos, por trazer consequência a tanta coisa que já havia se perdido.

... Arlete, Vanderlei, Gustavo, Renata, Dona Geni, Seu Nego, Daniel, Auzeni, Liliane, vó Chica, tia Bel... Pelo acolhimento. Nomes em minha vida.

Aos amigos (tantos!) que não cabem nesta página.

Aos meus alunos! Força motriz com os quais e pelos quais aprendo sempre!

Aos funcionários do IEL: Claudio, Rose e Miguel. Impecáveis. Meus mais sinceros agradecimentos.

À CAPES, por ter financiado este estudo.

*How many roads must a man walk down
Before you can call him a man?
How many seas must a white dove sail
Before she can sleep in the sand?
Yes and how many times must cannon balls fly
Before they're forever banned?
Yes and how many years can a mountain exist
Before it's washed to the sea (sea)
Yes and how many years can some people exist
Before they're allowed to be free?
Yes and how many times can a man turn his head
Pretend that he just doesn't see?*

*The answer, my friend, is blowin' in the wind
The answer is blowin' in the wind*

(Bob Dylan)

*Quantas estradas um homem precisará andar
Antes que possam chamá-lo de homem?
Quantos mares uma pomba branca precisará sobrevoar
Antes que ela possa dormir na areia?
Sim, e quantas balas de canhão precisarão voar
Até serem para sempre banidas?
Sim, e quantos anos uma montanha pode existir
Antes que ela seja dissolvida pelo mar?
Sim, e quantos anos uma pessoa pode existir
Até que seja livre?
Sim, e quantas vezes um homem pode virar sua cabeça
E fingir que ele simplesmente não vê?*

*A resposta, meu amigo, está soprando ao vento
A resposta está soprando ao vento*

(Tradução livre)

RESUMO

Esta tese propõe um estudo semântico-enunciativo em torno da pergunta *qual a designação da palavra “língua” em textos postados no site da UNESCO?* Em busca desta resposta, ancorados teoricamente nos conceitos da Semântica do Acontecimento, faremos um percurso que discute, pela relação que se coloca com nosso *corpus* de estudo, primeiramente, a questão do *espaço de enunciação* que nos permite pensar na relação entre línguas afetada pelo político e a consideração da Internet enquanto um espaço de enunciação que nos possibilitará pensar, posteriormente, o funcionamento do texto no ciberespaço pelo viés enunciativo.

Esta questão se delineia não somente por uma construção teórica, mas, sobretudo, pelas análises que desenvolvemos, as quais nos levam para além de uma designação da palavra: permite-nos esta aproximação e o convite ao deslocamento teórico no tratamento do texto. Outra questão importante sobre a qual nos debruçamos é a reflexão sobre a tradução e a proposta de democratização linguística enunciada e materializada no *site*. Por conta do nosso percurso, discutimos o conceito de *língua* na Linguística; pela Antropologia (Linguística) apresentamos formulações sobre a relação entre *língua* e *cultura*. Discutimos também a questão da divulgação científica e do lugar da Linguística enquanto a ciência da linguagem pelo modo como é significada nos textos analisados. Todo o percurso serve de base para nossas descrições na construção do *domínio semântico de determinação* (DSD) da palavra estudada, sustentando e guiando nossas articulações interpretativas. Nossas conclusões nos levam a perceber, dentre outras coisas, a escassez de ocorrências da palavra *língua* isoladamente e, por esta razão, a olhar para as formações nominais como língua(s) materna(s), língua(s) indígena(s), língua(s) em perigo. Como resposta à pergunta “*o que é língua?*”, vimos que esta é marcada por uma heterogeneidade na designação, decorrente do funcionamento enunciativo e por um apagamento da ciência no tratamento das questões linguísticas. Com estas análises, demonstramos o funcionamento argumentativo que sustenta as ações propostas pela Organização, pautadas no argumento da preservação e da circulação das línguas.

Palavras-chave: texto; língua e cultura; ciberespaço; argumentação; Semântica do Acontecimento.

ABSTRACT

This thesis proposes a semantic-enunciative study around the question *what's the meaning/designation of the word "language" in texts posted on the UNESCO website?* In search of this answer, theoretically anchored to the Semantic of the Event concepts, we will take a path that aims at discussing, through the relation with our study *corpus*, first, the *enunciation space* that lead us think the relationship between languages affected by the politic and consider the Internet as an enunciation space which will enable us, posteriorly, to think of the text functioning in cyberspace by enunciation bias.

This question isn't just a theoretical construct – based on all the analyses we developed, it takes us beyond the study of the meaning of the word: this approach allows and invites us to the theoretical shift in the text concept treatment. We present a reflection about translation and how it works or not on the democratization of languages. On account of our route, we were led to discuss the concept of *language* in Linguistics and Anthropology (Linguistics) and through this literature review we discuss the relationship between *language* and *culture* that is evidenced in our *corpus*. We also discussed the issue of scientific dissemination and the place of Linguistic as the science of language, from the way it is meant in the analyzed texts and website. The entire path supports our descriptions that lead us to the *semantic domain of determination* (DSD) of the studied word which support and guide our interpretations. Our findings lead us, first, to realize the shortage of the isolated word *language* occurrences and therefore to look for nominal formations as *native language (s)*, *indigenous language(s)*, *language (s) in danger*. In response to the question *what is language?*, we could see the heterogeneity in its description, due to the enunciation operating in this enunciation space and the deletion of science in the linguistic matters . With the analyses, we demonstrate the operation of the argumentation that directs the meaning of the actions proposed by the Organization supported by the argument of preservation and circulation of languages.

Keywords: text; language and culture; cyberspace; argumentation; Semantic of the Event

Lista de figuras

Figura 1 - Imagem da página de abertura do <i>site</i> em espanhol	42
Figura 2. Cabeçalho do <i>site</i> da UNESCO em espanhol – página de apresentação	44
Figura 3 - Página de abertura do <i>site</i> em mandarim	76
Figura 4 . Exemplo de esquema de <i>linkagem</i> (<i>link</i> – texto)	96
Figura 5 . Exemplo de esquema de <i>linkagem</i> (<i>link</i> – <i>sublink</i>).....	97
Figura 6 – Quadro ilustrativo dos elementos que compõem um DSD	114
Figura 7 - Seções no <i>site</i>	121
Figura 8 - Texto de "reuniones de experto"	128
Figura 9 - Texto de proyectos.....	128
Figura 10 - <i>Sublinks</i> de Cultura	131
Figura 11 - <i>Sublinks</i> de "Lenguas en Peligro"	133
Figura 12 - Lista de perguntas no <i>site</i>	149
Figura 13 - Página de abertura da seção Educação	154
Figura 14 - Temas de Educação	155
Figura 15 - Temas de "Las lenguas en la Educación"	156
Figura 16 - Página de abertura da seção "Comunicação e Informação"	165
Figura 17 - Lista de links de "Comunicación e Información"	166
Figura 18 - <i>Sublinks</i> de "Diversidad Lingüística y Plurilinguismo en Internet"	167
Figura 19 - Especificação do link "libre acceso a la información" na página	178

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
INTRODUÇÃO.....	16
ESPAÇO DE ENUNCIACÃO E INTERNET	19
1.1. O conceito de espaço.	20
1.2. Espaço de Enunciação	24
1.3. Espaço de Enunciação e Internet	26
1.4. Espaço de Enunciação: em torno do conceito de político	32
A UNESCO “CONSTRUINDO A PAZ NA MENTE DE HOMENS E MULHERES”	35
2.1. A instituição - breve apresentação	36
2.2. O lugar da Ciência e o lugar da língua: UNESCO e a divulgação científica	41
2.2.1. Divulgação Científica	42
2.2.2. Língua, Ciência e o lugar das humanidades.	44
2.3. Os direitos linguísticos: em torno do sentido de língua.....	46
LÍNGUA, CULTURA E CIÊNCIA	54
3.1. A Língua e a Ciência: algumas considerações sobre sua formulação na Linguística.....	56
3.1.1. A língua saussuriana	56
3.1.2. Observatório: algumas vertentes estruturalistas e a designação da palavra/conceito de língua.	59
3.2. Língua e cultura: formulações antropológicas.....	64
3.2.1. A questão do relativismo linguístico e a relação entre língua e cultura	69
POLÍTICA E A DEMOCRATIZAÇÃO LINGUISTICAS: A QUESTÃO DA TRADUÇÃO.....	75
4.1. As línguas oficiais e o político na divisão	76
4.2. Tradução e Internet: a grande solução para a democratização linguística?	78
O TEXTO NO CIBERESPAÇO: A QUESTÃO DOS LINKS E A ENUNCIACÃO	83
5.1. O texto na Internet	84
5.1.1. O <i>hyperlink</i> e o <i>hipertexto</i>	84
5.1.2. <i>Link</i> e a palavra.....	91
5.2. Texto, enunciação e Internet.	93
5.2.1. Texto e enunciação	93
5.2.2. O texto e o esquema de <i>linkagem</i>	95
5.2.3. Os <i>links</i> e a enumeração	98
SOBRE O ESTUDO DO SENTIDO DE UMA PALAVRA: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	100
6.1. Semântica, Enunciação e Acontecimento.	101
6.1.1. Acontecimento, temporalidade, político e a designação da palavra.	105
6.1.2. A cena enunciativa e a descrição enunciativa.	107
6.1.3. A argumentação e o sentido.....	109
6.2. Metodologia para análise dos dados: em busca do sentido de uma palavra e seus <i>Domínios Semânticos de Determinação</i>	112

6.2.1. Conceito e escrita: a representação da determinação	112
6.2.2. Reescrituração e articulação	114
LÍNGUA: CULTURA, EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	120
7.1. Sobre a o sentido da palavra <i>língua</i> : questões gerais	122
7.1.1. A designação no <i>corpus</i> : percorrendo o material de análise	122
7.1.2. Algumas observações sobre a configuração da cena enunciativa: ponto de partida.	127
7.1.3. Espaço de enunciação: a distribuição das línguas na nomeação dos <i>links</i> para documentos	127
7.2. Seção <i>cultura</i> : o funcionamento da argumentação para a preservação das línguas..	130
7.2.1. Sobre a caracterização	134
7.2.2. Descrição e interpretação dos recortes da seção <i>cultura</i>	136
7.2.3. Os nomes das coisas do mundo e a preservação.....	146
7.2.4. O funcionamento enunciativo da pergunta/resposta.....	149
7.3. Seção <i>educación</i> : gerenciando o multilinguismo.	154
7.3.1. Reescritura por repetição: novas regularidades	156
7.4. Seção <i>comunicación e información</i> : a língua na circulação da informação/conhecimento.	165
7.4.1. O livre acesso à informação científica.....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS	186

APRESENTAÇÃO

O QUE É LÍNGUA?

Esta pergunta, “*o que é língua*”, será o eixo deste trabalho que buscará respondê-la pelo estudo da designação. Poderia dizer que esta questão permeia de uma forma ou de outra as indagações daqueles que se lançam ao estudo da linguagem. Quando nos aventuramos por este campo não demoramos muito para perceber que esta pergunta, aparentemente simples, talvez seja das mais difíceis e cruciais para a Linguística. O incômodo produzido pela proximidade e pela distância: minha língua; a língua alheia, a língua que sei, aquela que não sei dizer; aquela que não sei falar, com nome; aquela sem nome; *a língua*.

Minha relação com a língua foi explicitada (já que sempre estamos atrelados a ela, desde que nascemos) por uma experiência com o outro: o contato com a língua estrangeira que se deu quando tive a oportunidade, ainda bem jovem de morar em outro país. Antes da faculdade, tive uma nova explicitação desta relação quando comecei a ensinar a língua estrangeira. Este exercício de ensino me levou ao curso de Letras, por meio do qual se deu um novo despertar: a Linguística. Por estes e outros encontros, meu percurso acadêmico sempre foi marcado por esta reflexão tão perturbadora em torno da língua, das línguas, de qual língua? Assim, o entremeio entre a *minha* e a *alheia* fica marcado nos trabalhos de iniciação científica *Portunhol: a argumentação no processo de significação e a construção da identidade*¹ e no título de minha dissertação de mestrado *Os sentidos de Portunhol e Spanglish no Espaço Enunciativo da Internet: Um Estudo das Relações de Determinação e (Des)Legitimação*².

Juntamente com a eterna ressonância da indagação inicial, surgiu o interesse pela

¹ Iniciação realizada na Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, sob a orientação da Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva entre junho de 2005 e maio de 2007, financiada pela FAPESP (Processo 2005/50312-2)

² Mestrado realizado na Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, sob a orientação do Prof.Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães no período de agosto de 2008 a julho de 2010, financiada pela FAPESP (Processo 2007/57179-1).

questão da Internet enquanto um local de circulação de línguas, ainda relativamente pouco explorado dentro dos trabalhos semânticos e que se tornou algo tão corriqueiro em nossas vidas, fazendo-nos esquecer de como era *sem* a Internet. Sou de uma geração de transição entre a vida *sem* para a vida *com*: sem computador, que exigia a escrita a mão, a fotocópia e a pesquisa “literalmente” bibliográfica e que passou a conviver com as novas tecnologias; que levou a língua da boca para os dedos, com a digitalização e a busca online; o e-book, as reuniões pelo MSN e posteriormente pelo Skype, a relação com o estrangeiro pela janela que o monitor abria: o mundo mediado pela língua inglesa.

Por fim, já na identificação com o lugar de *cientista da linguagem*, a princípio fui fisgada pela questão das propostas de políticas linguísticas para regular o ciberespaço, questão que trouxe publicações e apresentações. No entanto, pensar a questão da língua somente por este viés pareceu-nos insuficiente. Pensar no sentido de língua no *site* da UNESCO nos permitiria avançar um pouco mais, refletindo não só sobre o sentido da palavra e a Internet, mas sobre questões relativas à institucionalização dos saberes, a circulação e as políticas linguísticas.

Desta forma, esta tese procura responder não somente às inquietações de uma jovem cientista, cujo percurso acadêmico levou às perguntas aqui propostas, mas pretende (tentar) alentar estes espectros que habitam quem se propõe a trabalhar com a linguagem.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar um estudo semântico enunciativo da palavra língua, em um *corpus* composto de textos postados no *website* da UNESCO (www.unesco.org), a *Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura*, pertencente à *Organização das Nações Unidas*, a ONU. Esses textos versam sobre questões linguísticas. Faremos nossas análises a partir de uma base teórico-metodológica apresentada de maneira mais específica nos trabalhos de Eduardo Guimarães e sua proposta em “Semântica do Acontecimento” (Guimarães, 2002). Para que isso fosse possível, organizamos a tese em 7 capítulos, sobre os quais faremos uma breve apresentação, justificando de que maneira cada um deles embasa nossa proposta:

No capítulo 1, *Espaço de Enunciação e Internet*, o texto se constrói em torno do conceito de *espaço* a partir da forma como a Geografia o conceitua com o objetivo de produzir o deslocamento necessário para pensarmos no espaço de enunciação, termo teórico apresentado por Guimarães (2002), fundamental para os trabalhos a partir da Semântica do Acontecimento. Desta discussão, apresentamos a forma como articularemos espaço de enunciação e Internet, refletindo sobre as especificidades, no que se refere à distribuição das línguas, a relação entre as línguas e seus falantes e sobre a relação língua /Estado. No final do capítulo tratamos o conceito de político, imprescindível para nosso percurso analítico.

Em *A UNESCO: “construindo a paz na mente de homens e mulheres”*, o segundo capítulo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, é apresentada por duas vias: a primeira que consiste em mostrar alguns dados históricos relativos à sua fundação e ao seu funcionamento, e a segunda que fazemos a partir de uma análise do texto que apresenta a Organização no seu *site*. Esta análise levará o leitor a algumas formulações importantes que ajudarão a percorrer nossa linha interpretativa/descritiva. Ainda neste capítulo propomos, além da questão da divulgação científica realizada no *site*, uma discussão sobre a inclusão dos problemas linguísticos dentro daquilo que caberia à Ciência, a partir da forma como a UNESCO apresenta em seu *site* a lista de temas sobre os quais ela atua, ou seja, a forma como a língua é significada ou não, enquanto um tema da Ciência, o que recai sobre o caráter científico da Linguística. Por fim apresentamos uma resenha da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*, (DUDL) que, como veremos, ressoará no sentido de língua presente nos textos analisados.

Muito por conta do que é apresentado no capítulo 2, temos, no capítulo 3, *Língua, Cultura e Ciência*, uma reflexão sobre o sentido de língua na Linguística a partir de alguns autores representantes do estruturalismo linguístico. Na sequência propomos uma visada em algumas formulações antropológicas sobre *língua e cultura*, latentes no texto da DUDL e que motivaram esta exposição. As discussões apresentadas nos permitem, além da reflexão acerca da designação de língua nestes dois domínios, a formulação de uma hipótese que explique o apagamento da Linguística enquanto a Ciência da Linguagem.

No capítulo 4, *Políticas e democratização linguísticas: a questão da tradução*, articulamos uma reflexão diante do fato de a questão da tradução ter se apresentado de forma bastante específica na materialidade do nosso *corpus* na medida em que poderíamos acessar o *site* em 6 línguas diferentes. A partir desta observação, pareceu-nos importante refletir sobre os efeitos desta possibilidade de navegação em várias línguas. Desta forma, apresentamos algumas questões em torno do que se enuncia sobre a democratização das línguas e as formas como a tradução pode significar esta suposta igualdade de circulação.

Em *O texto no ciberespaço: a questão dos links no tratamento enunciativo*, encaminhamos mais uma vez o leitor para alguns deslocamentos teóricos importantes, que são apresentados na tese: o texto pensado enunciativamente no espaço da Internet. Este capítulo introduz questões das análises que se colocam pela reflexão sobre a noção de texto articulada à forma como tomaremos nossos dados a partir da Internet. Desta forma, damos relevo ao tratamento do *link*, ao esquema de *linkagem* tão próprio da textualidade da Internet, articulando à forma como Guimarães (2009a) trata a enumeração, apresentando ao leitor esta teorização que nos situa pela forma como trataremos o texto a partir de um posicionamento enunciativo.

Os conceitos que julgamos mais relevantes serem apresentados para compor nosso aparato teórico são apresentados no capítulo 6, *Sobre o estudo do sentido de uma palavra: aspectos teóricos e metodológicos*, de uma maneira bastante sintética e pontual já que há uma bibliografia vasta sobre as questões apresentadas. Nele pontuamos e discutimos os conceitos de *enunciação, acontecimento, temporalidade, língua, linguagem, designação e argumentação*. Também discorremos sobre o procedimento que nos leva ao *Domínio Semântico de Determinação*: a reescrituração e a articulação. É um capítulo fundamental, situando o leitor dentro da teoria que embasa todas as nossas considerações sobre as questões relativas ao tratamento da linguagem e esclarece nosso método de descrição e interpretação.

Após o percurso apresentado nos capítulos anteriores, chegamos às análises, no sétimo capítulo: *Língua: cultura, educação, comunicação e informação*. O título do capítulo remete à forma como as questões linguísticas são apresentadas no *site*, ou seja, dentro dos *links cultura, educação, comunicação e informação*. A primeira parte está dedicada a pontuar questões gerais relativas à designação da palavra língua no *corpus* como um todo. Na sequência, dividimos as análises pelos temas a fim de observar as divergências e convergências na designação da palavra em cada uma das seções. A questão da argumentação vai sendo discutida em todo o percurso deste capítulo através dos resultados de nossas descrições de forma que se aponte, pelo exercício analítico, o modo como ela nos leva à conclusão da *preservação das línguas*, ponto central das propostas da UNESCO.

Nossas conclusões retomam todo o percurso do texto articulado às análises, evidenciando as divisões e os apagamentos semânticos na designação da palavra *língua*. Cuidamos também para explicitar que as análises corroboram as questões discutidas na tese, no intento de costurar toda a exposição.

CAPÍTULO 1

ESPAÇO DE ENUNCIAÇÃO E INTERNET

*Há um tempo em que é preciso
abandonar as roupas usadas, que
já tem a forma do nosso corpo, e
esquecer os nossos caminhos, que
nos levam sempre aos mesmos
lugares. É o tempo da travessia: e,
se não ousarmos fazê-la,
teremos ficado, para sempre, à
margem de nós mesmos.*

Fernando Pessoa

Considerando nosso lugar teórico e nossos objetivos de análise, parece-nos importante refletir sobre determinadas condições que devem ser levadas em conta em nosso exercício analítico. Quando nos propomos à análise de um texto, de um enunciado, de uma palavra, não o devemos fazer sem levar em conta alguns aspectos do que chamaremos agenciamento enunciativo³ que atuarão na determinação, e assim, na designação que nos propomos estudar. O que queremos dizer é que não podemos pensar na produção de sentido sem levar em conta a configuração da cena enunciativa. Antes, no entanto, de pensar na cena enunciativa (trabalho que faremos com mais refinamento no decorrer do processo descritivo de nossas análises), gostaríamos de incitar uma reflexão mais apurada sobre um conceito relativamente recente dentro dos estudos semântico-enunciativos, proposto por Guimarães (2002) em *Semântica do Acontecimento*: o conceito de *espaço de enunciação*. Este conceito vem permeando uma série de trabalhos inseridos no quadro teórico da semântica do acontecimento e por vezes em trabalhos filiados à Análise do Discurso Francesa.⁴

³ Cf. Guimarães (2002), o agenciamento enunciativo diz respeito à forma como o acontecimento mobiliza as figuras da enunciação, os lugares e modos de dizer, o sentido da origem (locutor) e para quem se diz (alocutário), o que nos permite configurar a cena enunciativa.

⁴Nossa asserção compreende o alcance de nossas leituras. Dentre os muitos pesquisadores que se ocupam deste tema poderíamos citar as pesquisas desenvolvida na UFSCar, sob a orientação das professoras Soeli Maria Schreiber da Silva e Carolina de Paula Machado; trabalhos desenvolvidos e orientados por Eduardo Guimarães,

Gostaríamos de, nesta reflexão, explicitar algumas consequências importantes resultantes do trabalho com este conceito em nossas análises, refletindo sobre a forma como ele vem sendo empregado, especificamente em algumas teses e artigos importantes de nossa área⁵.

A primeira questão que colocamos em pauta é a noção de *espaço*. Esta palavra recorta um memorável⁶ geográfico que pode produzir um desliz na análise linguística, na medida em que o conceito de *espaço de enunciação* pode ser entendido enquanto determinado pelo *espaço geográfico*. Outro problema é a relação que por vezes configura-se entre um lugar geograficamente localizável e a forma como se organiza um espaço enunciativo a ele relacionado: é recorrente o funcionamento de um sentido de igualdade, de correspondência, de referencialidade como se ao dizer a caracterização “espaço enunciativo brasileiro”, fosse, por exemplo, dizer a cidade ou o país em si. Assim, procuraremos refletir sobre esta forma de caracterização do espaço de enunciação, buscando estabelecer a especificidade do conceito de *espaço* dentro de nosso quadro teórico.

1.1. O conceito de espaço.

A palavra *espaço*, que compõe o sintagma nominal *espaço de enunciação* nos coloca, como já foi dito, em um lugar de possíveis deslizos teóricos no que diz respeito a uma interpretação que venha a estabelecer uma relação referencial entre a noção de espaço e uma territorialidade geográfica. Isso fica mais problemático quando encontramos, em muitos trabalhos já publicados em nossa área, nomeações que ampliam por uma especificação, o nome do conceito em questão. Assim, podemos encontrar:

— Espaço Enunciativo da Internet (Reis, 2010a)

— Espaço de Enunciação Fronteiriço (Sturza, 2006)⁷

— Espaço de Enunciação de São Carlos, etc. (Schreiber da Silva, 2009)⁸

Sheila Elias de Oliveira e Mônica Zoppi-Fontana da (Unicamp); trabalhos de pesquisadores da UNEMAT, dentre outros.

⁵ Algumas das questões presentes neste capítulo foram apresentadas na II Jornada Internacional Semântica e Enunciação e III Colóquio Internacional Marcadores Discursivos nas Línguas Românicas – Um Enfoque Contrastivo que ocorreu em Campinas nos dias 22 a 26 de abril de 2013 no Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp.

⁶ Compreendido como sendo o passado do acontecimento de enunciação.

⁷ STURZA, Eliana. Línguas de Fronteira e Políticas de Língua. Uma História das Ideias Linguísticas. Campinas, 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

⁸ SCHREIBER, Soeli Maria. Argumentação e Movimentos de línguas. Espaço de Enunciação em São Carlos, Fronteira Brasil/Uruguai, Argentina. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

Estes sintagmas nominais mobilizam um sentido de referencialidade na relação com um lugar geográfico cartografado ou cartografável. Assim, pode parecer, em uma interpretação pouco rigorosa, que há uma determinação do espaço geográfico sobre o enunciativo, ou ainda, que haveria um sentido de sinonímia: falar do espaço enunciativo de São Carlos seria o mesmo que pensar na cidade de São Carlos.

A fim de aprofundarmos nossa reflexão, vejamos a forma como o conceito de espaço pode ser tratado dentro da Geografia e, desta forma, enriquecer a problemática posta em questão.

Em *A Natureza do Espaço*, Milton Santos (2006) nos apresenta um texto denso que pretende revisitar trabalhos anteriores por ele desenvolvidos a fim de estabelecer de forma mais efetiva o modo como a Geografia deve/pode tratar do conceito de espaço, objeto de estudo desta disciplina.

Para este autor, apesar de um considerável número de exemplos, não haveria definições claras sobre *espaço* na literatura específica de sua área; segundo Santos, faltariam explicações sobre o “papel do lugar e do espaço no processo social, e isto talvez justifique a rapidez com a qual esta temática se esgotou” (SANTOS, 2006:12). A noção de espaço, de acordo com Corrêa (2003), apesar de ter aparecido em Hartshorne (1939)⁹ e Harvey (1973)¹⁰, não era um tema de discussão pertinente à geografia tradicional (1870-1950). A discussão sobre o espaço e mais especificamente sobre o espaço geográfico só passa a ser pertinente enquanto conceito-chave a partir da década de 50 do século XX, com a chamada Geografia teórico-quantitativa, que adota uma visão de unidade epistemológica calcada no positivismo lógico e na revolução teórico-quantitativa. É neste momento que temos a noção de espaço discutida como sendo um conceito pertinente e sobressaliente em detrimento dos conceitos de paisagem e região.

Com a Geografia Crítica (1970) temos a relação posta entre a Geografia e o materialismo histórico. Segundo Corrêa (2003), iniciam-se debates em torno da inserção ou não da noção de espaço nas teorias marxistas e ainda questiona-se qual seria a natureza ou ainda o significado do espaço dentro desta perspectiva teórica. De acordo com o autor, é em Henri Lefébvre¹¹ que podemos encontrar de forma mais efetiva a discussão sobre o espaço a partir dos pressupostos marxistas:

⁹HARTSHORNE, R. (1939). *The Nature of Geography*. Lancaster, Association of American Geographers. (cf. Corrêa, 2003).

¹⁰ HARVEY, D. (1973) *The Geography of Capitalist Accumulation: A Reconstruction of the Marxian Theory*. Antipode, Worcester. (cf. Corrêa, 2003)

¹¹ LEFÉBVRE, H. (1976) *Espacio y Política*. Barcelona, Ediciones Peninsula. (cf. Corrêa, 2003)

O espaço entendido como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (Lefébvre, 1976, p.29), nem como um produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional”(Lefébvre, 1976, p.30). O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social). (CORRÊA, 2003:25)

O espaço é então concebido enquanto um *locus* onde se daria a reprodução das relações sociais; a produção da sociedade. Nas vias da Geografia Humanista e Cultural o espaço será considerado a partir dos sentimentos e ideias daqueles que o habitam com base em suas experiências. Temos, assim, nesta forma de pensar a Geografia e o espaço, a consideração do caráter subjetivo dos indivíduos que o habitam. Na conclusão de seu texto, Corrêa nos diz que o espaço é “a morada do homem” e que o geógrafo tem como tarefa torná-lo compreensível.

Santos (2006) definirá a forma como considera este conceito que será então trabalhado no decorrer de sua obra:

Como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Através desta ambição de sistematizar, imaginamos poder construir um quadro analítico unitário que permita ultrapassar ambiguidades e tautologias. Desse modo estaremos em condições de formular problemas e ao mesmo tempo de ver aparecer conceitos [...] (SANTOS, 2006:12)

Com esta conceituação o autor considerará enquanto “categorias analíticas internas” as noções de:

[...] paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. [...] recortes espaciais, [...] região e o do lugar, o das redes e das escalas. [...] a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnoesfera e uma psicoesfera. (SANTOS, 2006:13)

Assim, por esta forma de definir espaço, Santos estabelece que nele estarão contidas categorias descritíveis constituídas a partir do domínio da técnica pelo homem. Considerando o caráter histórico-materialista da geografia social de Santos, o autor ainda incluirá enquanto algo pertencente ao conceito de espaço:

[...] a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local. (SANTOS, 2006:13)

De acordo com o autor, todas as categorias anteriormente descritas, inseridas dentro do espaço, seriam decorrentes de outros processos externos a ele:

[...] a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia. (SANTOS, 2006:12-13)

Desta forma, todos os elementos inseridos neste “conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” seriam fruto de ações por vezes externas a ele. Haveria, portanto, agentes que atuariam na configuração do espaço e que agem, possibilitando a criação das categorias nele inseridas, constituindo os elementos que o configuram. O espaço é, então, nas vias da geografia de Santos, resultado de uma ou várias ações possibilitadas pelo domínio técnico. O espaço, portanto, está determinado por esta ação: ele é configurado pela ação humana, seja ela física, seja ela psíquico-social. Vejamos, agora, como podemos pensar no deslocamento entre o conceito de *espaço* na geografia para tomá-lo no tratamento enunciativo.

1.2. Espaço de Enunciação

Pensar no conceito proposto por Guimarães (2002) nos coloca, pelo menos, diante de dois questionamentos: o que é a *enunciação* e o que é *espaço*. Acreditamos que uma maneira de tentar responder estas duas perguntas seria partirmos de uma rápida retomada do que é *enunciação*, antecipando uma discussão que será retomada no capítulo 6, articulando este conceito à Semântica do Acontecimento e em seguida pensar de que forma é significado o conceito de *espaço*, como forma de ampliar nosso entendimento sobre o *espaço de enunciação*.

A enunciação, pelas vias da Semântica do Acontecimento, é entendida como um acontecimento de linguagem. Assim como Benveniste, Guimarães considerará o funcionamento enunciativo, renunciando, no entanto, ao sujeito benvenistiano e ao papel central do locutor no que diz respeito à organização temporal do enunciado. Da mesma forma que Ducrot, Guimarães tratará da não referencialidade, deslocando a relação linguagem/mundo para tratar do sentido enquanto algo que se produz na linguagem e não enquanto algo determinado por esta relação. Para estes autores os sentidos são constituídos a partir do enunciado na relação enunciativa da linguagem com ela mesma. No entanto, o distanciamento entre a semântica proposta por Ducrot e Guimarães está ligado, primordialmente, ao afastamento que o segundo autor desenha sua teoria com relação a uma visão estruturalista sobre a linguagem e pela aproximação ao materialismo histórico, notadamente relacionado ao que propõe a Análise do Discurso. Desta forma, a enunciação, na Semântica do Acontecimento será tomada enquanto um acontecimento que instaura uma temporalidade própria pelo seu próprio funcionamento. Assim, não é o locutor quem organiza a temporalidade da enunciação, mas o próprio acontecimento. O conceito de *espaço de enunciação* está, portanto, articulado, a esta forma de tratar o que seja a enunciação: um acontecimento de linguagem. Fica marcada a descentralidade do sujeito que não se apresenta enquanto um sujeito psicológico que usa a(s) língua(s) a ele disponível(eis).

De acordo com Guimarães, em uma conhecida citação:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, se desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por deus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2002:18)

Desta forma o espaço de enunciação é o espaço onde as línguas funcionam, tomando seus falantes de maneira desigual, conflituosa, em um litígio próprio deste espaço político. No entendimento de Guimarães, as línguas são distribuídas aos seus falantes. No entanto, quando se considera a categoria de falantes é importante dizer que não pensamos no falante enquanto sujeito psíquico e/ou biológico: o falante será tratado enquanto uma categoria linguística que é determinada, no acontecimento, enquanto pertencente ao espaço de enunciação. Assim, no processo de análise enunciativa, só conseguimos caracterizar o espaço de enunciação a partir da forma como apreendemos esta distribuição de línguas aos falantes. Percebe-se que ao falar de espaço não nos detemos em um território como o faz a Geografia; tampouco pensamos na forma como o homem, sujeito empírico, social, atuou para configurá-lo, para modificá-lo. Interessa-nos o que é determinado pelo acontecimento da enunciação e que nos possibilita o trabalho de descrição da cena enunciativa: a referencialidade espacial não compõe este tipo de descrição.

Cada espaço de enunciação tem uma regulação histórica específica e por isso há uma distribuição de línguas também específica. Esta distribuição é constituída política/enunciativamente e por isso é desigual. A distribuição das línguas aos seus falantes é determinada historicamente e não se faz de modo homogêneo e/ou geográfico; tampouco é marcado por uma origem do falante enquanto pessoa no mundo pertencente e/ou afetado por determinada nacionalidade. Tanto que podemos pensar nesta distribuição posta, por exemplo, pelo que Orlandi (2002) nos coloca quando define a língua imaginária ou fluida em que “a língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas” (ORLANDI, 2002: 22). Apesar de constitutivas, são instâncias de linguagem que podem ser tomadas em lugares diferentes: a língua na relação com a norma e a língua na relação com a sua prática.

O sintagma nominal “*espaço de enunciação x*” pode ser entendido como uma construção teórica, resultado de um percurso analítico; não diz respeito a uma delimitação física/espacial nos moldes geográficos e só é possível a partir do estudo de um acontecimento de linguagem, ou seja, a partir de uma configuração que se dá pelo acontecimento. É por isso que podemos transitar, por exemplo, por uma noção do “espaço de enunciação brasileiro” e “espaço de enunciação de Campinas” já que isso não implica em uma transposição do geográfico ao linguístico, mas apenas uma especificação permitida pelo processo de descrição linguística. Esta determinação nos ajuda em uma caracterização no que diz respeito ao

entendimento da circulação de línguas e falantes, mas não pode ser entendida enquanto uma delimitação empírica do espaço geográfico. Acreditamos que esta seja a grande questão quando nos propomos a trabalhar com este conceito.

Ao tomarmos a Internet, podemos dizer que esta pode ser considerada em termos de um espaço de enunciação, na medida em que é configurada pelas determinações das línguas e falantes que circulam no ciberespaço e no qual as línguas funcionam em acontecimentos de linguagem e não por um espelhamento do espaço geográfico. Articulando esta questão com o objeto da tese propriamente dito, diríamos que o trabalho em torno do sentido da palavra *língua* a partir de textos produzidos neste lugar nos trará primeiramente questões em torno de como se dá a circulação das línguas e de que forma a relação entre línguas e falantes, neste espaço de enunciação afeta o estudo da designação. Também refletiremos sobre como poderemos articular e demonstrar as relações entre o espaço de enunciação e a designação de uma palavra.

Poderíamos dizer que é o estudo da cena enunciativa que nos permite esta especificação do espaço de enunciação e não o contrário. Pensemos um pouco mais na consideração da Internet enquanto um espaço de enunciação na próxima seção.

1.3. Espaço de Enunciação e Internet

Nossa próxima questão será pensar a articulação deste espaço chamado Internet com o conceito de espaço de enunciação anteriormente discutido em uma tentativa não só de enriquecer a discussão sobre o conceito, mas de pensar se há ou não especificidades na análise linguística quando tomamos esta relação.

Diante desta problemática, em buscas e leituras relacionadas a este tema, pareceu-nos pertinente trabalhar com um texto do autor David Crystal (2013) cujo título é bastante instigante: “Linguística da Internet”. O texto aqui resenhado é uma entrevista realizada com Crystal¹², publicada como capítulo do livro anteriormente referido. Neste texto apresenta-se o percurso que levou o autor a pensar em uma nova linguística por ele chamada de a “Linguística da Internet”.

¹² Na verdade, o texto, que não explicita as perguntas e respostas da entrevista, apresenta-se como sendo de autoria de Crystal (marcas de 1ª pessoa), mas é assinado por Tania Shepherd e Tânia Sailés. Nas citações referiremos Crystal como autor.

Precisamos entender como a linguagem mediada pelo meio digital funciona, como explorar pontos fortes e como evitar os perigos, e é nesse aspecto que a Linguística da Internet, ora em desenvolvimento, pode ter uma contribuição significativa. (CRYSTAL,2011^{apud} CRYSTAL,2013:29)¹³

Dentre as razões que levam este autor a pensar na necessidade de uma linguística própria para tratar deste espaço, está, primeiramente, o fato de, segundo ele, haver uma insuficiência teórica capaz de explicar os fenômenos linguísticos presentes na rede. Haveria, assim, uma demanda teórica, dadas as especificidades da linguagem na rede:

Como uma nova subárea da Linguística, naturalmente pode ser estudada do mesmo modo que qualquer outro domínio. Podemos falar da Gramática da Internet, da Semântica da Internet e assim por diante – assim como (voltando ao ponto que vocês enfatizaram na pergunta) da Estilística da Internet e da Análise de Discurso da Internet. Pessoalmente, penso que a Psicolinguística da Internet será um dos mais importantes futuros desdobramentos nesse sentido, especialmente se levarmos em conta a atual preocupação com a possibilidade de a internet mudar nosso modo de pensar. E quanto mais a internet se torna oral, mais áreas de exploração tendem a aparecer, como a Fonética e a Fonologia da Internet. (CRYSTAL, 2011 *apud* CRYSTAL,2013:29)

Desta forma, Crystal explicita sua proposta, apresentando uma série de questões referentes à linguagem na rede, cujas especificidades requerem uma nova forma de pensar a Linguística, com subáreas articuladas a esta nova forma, segundo o autor, de produção de linguagem. Ainda nos diz sobre a forma como este novo espaço desperta questões seminais, que segundo ele, problematizam o “futuro” da linguagem e os aparatos teóricos que hoje dispomos para estudá-la. Segundo o autor:

O meio digital ainda tem caráter predominantemente gráfico, e nos resta aguardar as consequências da evolução do áudio e do vídeo, que permitirá que o meio reflita mais fielmente o equilíbrio entre fala versus escrita no mundo desconectado. Como essa evolução afetará os sotaques e dialetos? Que questões serão instigadas pela pessoa projetada em áudio e pelos avanços da tecnologia de conversão do texto em voz? Ou, mais além, seremos forçados a reconsiderar a natureza do ensino-aprendizagem de línguas com a eventual chegada da tradução automática, rápida e precisa, em

¹³ CRYSTAL, David (2011). *Internet Linguistics*, Abingdon, Routledge, 2011.

tempo real (uma ferramenta de tradução automática como a Babel Fish para os domínios da fala e da escrita)? Que papel restará ao multilinguismo quando a necessidade de inteligibilidade básica for retirada da equação? Noções como identidade, conscientização cultural, sofisticação literária e outras semelhantes inevitavelmente assumirão o centro do palco. Essas questões são seminais. (CRYSTAL, 2013:24)

É importante considerar os desencontros teóricos entre o trabalho de Crystal, notadamente marcado pela Pragmática e pela Sociolinguística, e a forma como tratamos as questões linguísticas dentro da Semântica do Acontecimento. No entanto, ao ler este texto, permeado de questões que de alguma forma também tocam na relação que estabelecemos enquanto linguistas e analistas com esta materialidade apresentada pela Internet surge uma inquietude que nos faz, por alguns instantes, pensar: será que precisamos, de fato, de uma nova Linguística para pensar/analisar a linguagem ciberespacial? Seriam nossos (pensando na Linguística contemporânea de uma maneira mais ampla) aparatos insuficientes para lidar com as questões linguísticas decorrentes do desenvolvimento tecnológico?

A criação de uma “nova linguística” nos isenta da fascinante tarefa de confronto e desafio à nossa própria teoria. O confronto do diferente com o já posto é desconfortável e desestabilizador, mas um exercício, a nosso ver, necessário, para o estabelecimento de novos lugares. Uma nova Linguística, parece-nos provocar um efeito de quebra entre o que poderíamos chamar de “mundo real” e “mundo virtual” ou ainda entre o “mundo real” e o “mundo digital”. No entanto, consideramos que a relação entre estes dois lugares que vulgarmente chamamos de real e digital é uma relação que não se quebra. O texto de Crystal, no entanto, toca em questões que de alguma forma se apresentam a todos aqueles que estão diante deste novo espaço de linguagem, o ciberespaço, a Internet.

Nossa hipótese é a de que a Internet constitui-se enquanto um espaço de enunciação onde o político opera uma distribuição linguística específica. E esta posição é tomada a partir do lugar teórico no qual já nos colocamos. Apresentaremos a seguir alguns aspectos que nos levam a defender esta hipótese. No decorrer das análises aprofundaremos esta discussão, apresentando em nossas conclusões questões mais bem fundamentadas sobre a problemática posta.

Poderíamos dizer que há um imaginário de que a Internet possa ser um espaço onde *todas* as línguas podem circular¹⁴ para além do alcance geográfico e sócio político da

¹⁴ Trabalharemos em torno desta forma de significar Internet no capítulo 5 em que discutimos a questão do texto na Internet.

própria rede. Sua desterritorialização geográfica produz este sentido de “lugar de tudo e de todos”. Não por acaso, vemos uma série de falas que consideram a Internet como o lugar de democratização linguística.¹⁵ Seja porque pode abrigar as línguas como um grande arquivo, seja porque tem um alcance global planetário o que também faria com que as línguas minoritárias circulassem, igualitariamente, em um mesmo nível hierárquico. Neste sentido a Internet seria um lugar de enunciação pleno, onde todas as línguas poderiam ser enunciadas e o político, da forma como o consideramos, poderia ser apagado.

Por outro lado, há uma restrição física causada pela instrumentação específica necessária para o acesso à rede que acaba produzindo um efeito contrário. Isto porque, pelas vias da grafia, somente, algumas línguas poderiam circular neste espaço: as línguas cujo alfabeto encontra-se disponível para digitação nos teclados e nos softwares ou ainda as línguas que foram gramatizadas. Se tomarmos a língua em sua oralidade, a circulação fica restrita, já que ocupar o ciberespaço requer também uma representação gráfica da língua e não somente uma representação sonora. Além disso, temos línguas que são faladas por grupos que sequer tem acesso a Internet.

Outro ponto que corrobora esta questão relativa à escrita na Internet, permeada por uma restrição técnica é o fato de que a escrita no computador é mediada por um código que permite que cada letra, que cada caractere, apareça de forma inteligível àqueles que falam/escrevem neste espaço. Em um artigo em que discute a questão do internetês, Dias (2011) nos diz que:

[...] o desenvolvimento técnico da escrita, com o uso do computador se configurou de uma maneira determinada pelo código de computador, mais especificamente pelo código binário, o ASCII (Código Padrão Americano para o Intercâmbio de Informação, criado em 1963), expresso por números binários. A escrita informática é uma escrita numérica. Isso quer dizer que a forma textual que o computador nos dá, é, antes fragmentada em números, traduzida em números binários, combinados em octetos de 0 e 1. O usuário fornece dados ao computador (imagem, texto, números, sons). O computador, por sua vez, dá uma forma numérica a esses dados, transformando-os em informação. (DIAS, 2011:41)

Quando o cientista da computação norte-americano Robert William Bener e sua equipe desenvolvem o ASCII, o alfabeto base para a codificação era o romano, já que a

¹⁵Veja-se, por exemplo, as propostas da UNESCO, foco de nossas análises, sobre a Internet e a circulação das línguas. Também podemos acompanhar esta discussão em Reis (2010b, 2104).

língua base era o inglês. Foi necessário que houvesse uma expansão deste código para que outros alfabetos pudessem ser rerepresentados nas telas dos computadores. Atualmente, temos dois sistemas básicos de codificação: o ASCII (128 caracteres), e o *Unicode* (110.000 caracteres) (PAIXÃO, 2013). Esta expansão foi fundamental para que outras línguas além do inglês pudessem circular neste espaço:

A expansão das matrizes de codificação de caracteres é um dos fatores pelos quais as representações textuais atuais podem ser mais sofisticadas (pois, já de partida, as novas matrizes podem representar contrastes de face, formatações, etc.); mas, além disso, a tecnologia de processamento de textos sofisticou-se em outros aspectos, ligados à representação da constituição gráfica do texto, como à representação de sua estrutura linguística (semântica, sintática, etc.), no que se passa a denominar codificação de texto (“text encoding”), uma camada de código para além da codificação de caracteres [...]. (PAIXÃO, 2013:22-23)

É neste sentido que dizemos que há uma restrição física no que se refere à textualidade na rede: para que uma língua possa existir na Internet ela precisa, antes, possuir um código que possa representar seus caracteres, ou seja, mesmo que haja um trabalho para tornar escrita uma língua oral, não quer dizer que ela poderá ser escrita na Internet, já que isso depende de uma codificação específica.¹⁶

Considerando que “a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem se faz pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2002:11) e que o sujeito se constitui pela língua que enuncia, poderíamos nos perguntar: como se dá a enunciação na Internet? Pensamos nesta tripla constituição do espaço enunciativo da Internet: imagem, som, grafia, parece-nos que aí está uma questão que vale a pena refletir. Isto porque esta configuração é a forma como se dará a divisão da língua; é a forma como se dá o político neste espaço. As línguas são distribuídas aos falantes neste suporte triádico.

De acordo com Guimarães:

O acontecimento de linguagem por se dar nos espaços de enunciação é um acontecimento político. Ou seja, a constituição da temporalidade do acontecimento se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação

¹⁶ Vejamos como isso vai ao encontro do que propomos no capítulo 4 sobre a questão da tradução.

com línguas e falantes regulada por uma deontologia global do dizer em uma certa língua (GUIMARÃES, 2002:17-18)

Não pensamos que exista uma língua da Internet, descolada da língua fora da Internet. Se tomarmos, por exemplo, a relação entre língua e Estado, eixo desde o qual vem se tratando a questão do espaço de enunciação, diríamos que esta relação não se apaga, mas que é atravessada por outras questões: a velocidade e o tempo; a espacialidade; a relação entre o oral e o escrito; a própria forma como, materialmente, uma língua é ou não possibilitada de circular, ou seja, temos uma regulação de ordem técnica que implica na distribuição das línguas neste espaço.

Outra especificidade da enunciação na rede é a forma de constituição de alguns textos pelo *click* de seu leitor sendo que enunciar, muitas vezes, está no ato de clicar.¹⁷ A enunciação se constrói por este movimento interativo entre o dito e o caminho que os cliques nos permitem. É uma textualidade que se constitui pela projeção da navegação.

Por último, gostaríamos de tocar na relação língua-falante que, segundo Guimarães (2002) é política já que está marcada pelo litígio, pelo acesso à palavra na disputa pelas línguas distribuídas no espaço de enunciação (Guimarães, 2002).

Já falamos sobre a instrumentação necessária para se ter acesso à Internet. Pensemos agora na forma como se dá a circulação das línguas e de como se constitui o falante neste espaço. Há uma questão bastante forte com o inglês, já que esta é o que poderíamos chamar de “a língua da Internet”: todo vocabulário técnico relacionado a este universo está em língua inglesa, o que acaba colocando o inglês em uma posição hierárquica de superioridade. Outra questão que coloca o inglês em evidência é o aspecto globalizador: para que se dê a comunicação planetária, deve-se escolher uma língua comum. Esta língua é o inglês. Deparamo-nos, desta forma, com a contradição de que este espaço de democratização linguística, na verdade é dos mais excludentes: para que um “todo” se comunique precisa haver *uma* língua comum. Esta língua precisa ser gramatizada e compartilhada na escrita e, muitas vezes, na fala (caso dos vídeos, por exemplo) pelos falantes que passam, então, a apagar sua língua, na evidência. Novamente temos o político operando a distribuição desigual das línguas.

¹⁷ Isso será tratado com mais propriedade no capítulo 5.

E estar identificado pela divisão da língua é estar destinado, por uma deontologia global da língua, a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros. (GUIMARÃES, 2002:21)

Desta forma, pensamos que o exercício maior está em compreender este espaço de circulação de linguagem com suas especificidades, e talvez pensar de que forma a linguística pode compreender a Internet enquanto um espaço de produção de sentido e de prática linguística. Seria, então, um exercício de pensar a “Linguística *na* Internet”, lembrando, sempre, que as teorias têm seus limites e que a linguagem não é homogênea, o que não nos permite, portanto, resolver de uma vez por todas seus enigmas, mas tão somente pensarmos em hipóteses que podem se desfazer a cada nova revolução tecnológica.¹⁸

1.4. Espaço de Enunciação: em torno do conceito de político

O conceito de espaço de enunciação, tema central deste capítulo, nos permite um tratamento bastante refinado daquilo que vem sendo chamado de *político* já que, segundo Guimarães, ele é o constitutivo do espaço de enunciação. Este conceito será mobilizado em nossas análises e é por esta razão que julgamos pertinente uma exposição mais detalhada sobre a forma como o tomaremos.

É a partir de um diálogo bastante estreito com Orlandi (1990)¹⁹, pela noção que a autora apresenta de conflito e tomando em Rancière (1995)²⁰ a noção de dissenso, que Guimarães (2002) desenvolve este conceito para pensar no acontecimento enunciativo, tal como expusemos, e na compreensão da forma como os sentidos são produzidos. O conceito de político será, portanto, fundamental para a forma como trabalharemos a interpretação de nossas descrições, já que o consideraremos como algo próprio da linguagem; como algo “incontornável porque o homem fala” (GUIMARÃES, 2002:16) ou ainda porque “falar é uma prática política no sentido amplo, quando se consideram as relações históricas e sociais do poder sempre inscritas na linguagem” (ORLANDI, 2002:106).

¹⁸ AUROUX, (1992).

¹⁹ ORLANDI, Eni. (1990) Terra à vista. São Paulo, Cortez/Editora da Unicamp, cf. Guimarães (2002).

²⁰ RANCIÈRE, J. (1992). Os nomes da História. Campinas, Pontes, 1994 cf. Guimarães (2002).

Para Oliveira (2014) seria de fundamental importância uma articulação entre este conceito tomado a partir da Análise do Discurso, mais especificamente nos trabalhos de Orlandi, e a forma como o conceito vem sendo proposto pela Semântica do Acontecimento, notadamente nos trabalhos de Guimarães. Segundo a autora, esta articulação daria “visibilidade à distinção entre eles” ao mesmo tempo em que ressaltaria a “produtividade da sua articulação” (OLIVEIRA, 2014:41).

De acordo com Orlandi (1998, 2002) a compreensão do político implica em considerar que “o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história” (ORLANDI, 1998: 74), sendo que a sociedade está imersa em “um mundo significado e significante, em que as relações de poder são simbolizadas” (ORLANDI, 2001:90). Segundo a autora a questão do político é apreendida por sua textualização a partir da materialidade textual (ORLANDI, 1998) na injunção à interpretação sendo, portanto, a própria leitura uma prática política (ORLANDI, 1998:74). O político é assim da ordem da interpretação e como nos aponta Oliveira (2014), é entendido por esta perspectiva discursiva como sendo relativo às divisões do interdiscurso (OLIVEIRA, 2014:41). Considerando o caráter materialista das duas teorias, o político é constitutivo das relações de poder que estão materializadas na linguagem em sua textualização.

Tomando este conceito em Guimarães (2002), temos uma conhecida citação:

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que, deste ponto de vista, o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2002:16)

Partindo do trecho citado, o político está no lugar de assunção da palavra pelo locutor diante de uma normatividade imposta e que divide, desigualmente, os lugares de acesso à palavra. Esta forma de pensar o caráter político na linguagem nos faz operar, necessariamente, com a contradição constitutiva do sentido. O caráter político da linguagem, no entanto, não está relacionado à normatividade que divide e distribui democraticamente, mas “se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que

organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos” (GUIMARÃES, 2002:17). Segundo o autor:

O Político está assim sempre dividido pela desmontagem da contradição que o constitui. De tal modo que o estabelecimento da desigualdade se apresenta como necessária à vida social e a afirmação de pertencimento, e de igualdade, é significada como abuso, impropriedade. (GUIMARÃES, 2002:16)

Realizando, então a articulação que propõe, Oliveira enfatiza que esta possibilidade só existe por conta do caráter material das duas teorias e que:

Pensar o político não é conceber o que lhe é próprio como deletério, e sim toma-lo como fundamento das relações sociais. Fundado no conflito, o político é o que produz estabilidade, reforça discrepâncias e exclusões, mas também é o que permite o movimento, a inclusão e a produção de condições de igualdade, segundo o modo como se dá o embate das forças em jogo. (OLIVEIRA, 2014:45)

Neste trabalho o político será apreendido em dois movimentos bem marcados em nossas análises. Primeiramente, corroborando toda nossa exposição do conceito, feita anteriormente, observaremos o político pelos sentidos produzidos no acontecimento; pelo que é enunciado de determinado lugar. Veremos, por exemplo, no capítulo 2 estas questões presentes na análise que apresentamos, assim como pela leitura que fizemos da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Outro lugar de observação do funcionamento político da linguagem estará na relação com o que se enuncia enquanto algo concernente a uma democracia linguística e a própria circulação das línguas no *site* da UNESCO. Esta questão é trabalhada com bastante cuidado no capítulo 4, *Política e a Democratização Linguística: a questão da tradução*.

Vejamos, então, como esta questão aparece no próximo capítulo pelas análises propostas e também em toda tese, especificamente em nossas análises.

CAPÍTULO 2

A UNESCO

“CONSTRUINDO A PAZ NA MENTE DE HOMENS E MULHERES”

*Ahora pasa que las tortugas son
grandes admiradoras de la
velocidad, como es natural. Las
esperanzas lo saben, y no se
preocupan. Los famas lo saben, y
se burlan. Los cronopios lo saben,
y cada vez que encuentran una
tortuga, sacan la caja de tizas de
colores y sobre la redonda pizarra
de la tortuga dibujan una
golondrina.*

*Júlio Cortazar
Frases de Cronopios*

A questão da significação, dentro de nossa perspectiva teórica, considera que o sentido de uma palavra, de um enunciado, deve ser compreendido além da materialidade textual e linguística, já que consideramos que a questão semântica não está circunscrita somente a estas relações. O estudo do sentido de uma palavra, de acordo com a forma como pensamos a produção do sentido, deve incluir seu caráter histórico; a exterioridade. Pensar não somente nas relações internas ao sistema linguístico, considerando as relações entre o acontecimento enunciativo e o lugar social de onde se enunciam determinados saberes pode ser um caminho interessante para desenvolvermos este trabalho. Em diálogo com o que vem desenvolvendo o grupo “História das Ideias Linguísticas” ²¹, (HIL) buscaremos refletir, neste capítulo, sobre a relação entre o lugar institucional do qual se enuncia o texto que nos

²¹ De acordo com o site <http://www.unicamp.br/iel/hil/apresenta.html> “o Programa de História das Ideias Linguísticas reúne pesquisadores interessados no estudo da história dos estudos da linguagem em torno de projetos coletivos de pesquisa aos quais se relacionam, igualmente, projetos específicos dos seus diversos pesquisadores. Deste programa fazem parte pesquisadores de um grande número de universidades brasileiras, de diversas regiões do Brasil”. (por Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi). Acesso em: 20 de mar de 2011.

propomos analisar e a forma como os enunciados significam nesta relação. Assim, faremos um breve percurso para apresentar a UNESCO já que os textos que escolhemos para compor nosso *corpus* estão vinculados a esta instituição. Outra questão importante sobre a UNESCO é que suas propostas estão diretamente relacionadas à produção do que Aurox (1992) denomina *instrumentos linguísticos* partindo da forma como este autor entende o processo de gramatização e da elaboração de políticas linguísticas. De acordo com este autor, a gramatização é “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992:65).

Nos textos que analisamos, estes objetos sócio-históricos, formulados a partir das propostas de políticas linguísticas que, como veremos, estão na base de todo o trabalho da Instituição, serão importantes para pensarmos a relação entre o Estado e suas Instituições, a produção de conhecimento e os acontecimentos. É importante dizer que estas relações serão apreendidas no decorrer das análises já que as consideramos concomitantes e não dissociadas; não há como considerar uma sem que esteja em concomitância com a outra.

A fim de adentrarmos estas questões, apresentaremos uma análise do texto que aparece encabeçando as páginas de apresentação da Instituição no *website*, cujo slogan é: *Building Peace in the mind of men and women*²².

2.1. A instituição - breve apresentação

A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, é uma instituição pertencente à Organização das Nações Unidas, a ONU. A UNESCO é responsável por promover ações em quatro setores: Educação, Ciência, Cultura e “Comunicação e Informação”. Foi fundada oficialmente em 04 de novembro de 1946, mas em 16 de novembro de 1945 já havia sido assinada sua primeira constituição. Estes 4 pilares de atuação estão diretamente ligados ao momento em que ela foi criada, ou seja, logo após o final da 2ª Guerra Mundial. Neste momento pós-guerra fica delineada sua função de reconstruir e pacificar os países devastados e de assegurar a paz entre os povos. Atualmente é formada por 91 estados membros que a cada dois anos se reúnem na Conferência Geral com o objetivo de tomar as decisões mais importantes. A cada 4 anos elege um Diretor Geral. De

²² A análise apresentada neste capítulo é parte de um artigo resultante do trabalho de qualificação de área (dezembro/2013) sob orientação da Profa. Dra Claudia Pfeiffer que posteriormente foi publicado na revista Ecos em 2014 (REIS, C. Língua e Direito. Revista ECOS. Literaturas e Linguísticas. Cáceres-MT, v.17,n.2, , Julho 2014). Neste artigo realizei uma análise da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos nas linhas do que propõe a disciplina “História das Ideias Linguísticas”.

acordo com Latapí (2006)²³ “la UNESCO se fundó para promover y salvaguardar la paz en el mundo” e teria a ela designadas 5 grandes missões:

- a) La UNESCO es, primero —y es algo específico en el sistema de la ONU—, un foro de debate intelectual, de intercambio de ideas entre países y culturas, con miras a comprender cabalmente el mundo actual y sus tendencias de transformación.
- b) La UNESCO es también una instancia mundial de asesoría y asistencia técnica a los gobiernos sobre políticas, estrategias y programas; para esto ofrece vinculaciones con organismos de financiamiento, envía misiones de expertos o sugiere planes de apoyo de país a país.
- c) La UNESCO es asimismo un actor normativo de gran prestigio, al promulgar sus estados miembro declaraciones, recomendaciones o convenciones (estas últimas de carácter vinculante para los estados que las ratifiquen). Colabora, por tanto, en construir el derecho internacional en los cuatro sectores de su actividad. Además, apela continuamente a la dimensión ética de los seres humanos, especialmente ante los avances de la investigación científica que plantean situaciones inéditas para el desarrollo humano.[...]
- d) Una cuarta función es la de impulsar el conocimiento [...] El tema de las “sociedades de conocimiento” le merece actualmente una atención prioritaria.
- e) Finalmente, la UNESCO tiene también una función prospectiva respecto a la cultura y a las transformaciones sociales, con miras a que los gobiernos y otras agencias tomen las necesarias decisiones anticipatorias en los campos de educación, ciencia, cultura y comunicación. (LATAPÍ, 2006 [s/p])

Percorrer a proposta da UNESCO enquanto uma instituição que atua internacionalmente nos 5 setores anteriormente citados corrobora a importância de se pensar de que forma as questões linguísticas são tratadas dentro deste espaço de circulação, produção e divulgação de conhecimento. O trabalho com a produção do conhecimento, como já dissemos, nos insere dentro das questões pertinentes à “História das Ideias Linguísticas” no que diz respeito aos sentidos produzidos pelo acontecimento de linguagem na relação com a instituição que os enuncia e os documentos por ela produzidos. De acordo com a própria UNESCO, significada em seu *site* pelo slogan *Building Peace in the minds of men and women*, temos que:

²³ Conferencia apresentada no *Centro de Estudios sobre la Universidad*- UNAM, fevereiro de 2006.

La UNESCO obra por crear condiciones propicias para un diálogo entre **las civilizaciones, las culturas y los pueblos fundado en el respeto de los valores comunes**. Es por medio de este diálogo como el mundo podrá forjar concepciones de un desarrollo sostenible que suponga la observancia de los **derechos humanos**, el respeto mutuo y la reducción de la pobreza, objetivos que se encuentran en el centro mismo de la **misión** y las actividades de la UNESCO.²⁴

Uma primeira questão que se apresenta é que não se justifica o papel da UNESCO pelo respeito à diferença, mas sim pelo ‘respeito aos valores comuns’. Aí está uma pista, parece-nos, para o modo como a universalidade vai ser proposta e tratada. Gostaríamos de observar nesta forma de apresentar-se como Instituição, primeiramente, o deslizamento produzido pelas expressões determinadas *as civilizações, as culturas e os povos* que estarão todo tempo pulsando no momento em que são propostas suas ações. Pensemos de que forma este deslizamento funciona na produção de determinados sentidos – disjuntivos, é o que iremos propor -, decisivos para sustentar a argumentação da UNESCO enquanto atuante e necessária na solução de determinados problemas. É importante dizer que de nossa perspectiva teórica (Guimarães, 2007, 2011) a argumentação é uma questão linguística e está relacionada ao acontecimento enunciativo que, pela sua temporalidade, recorta memoráveis que sustentam a direção do argumento e instauram uma futuridade que consideraremos como o movimento argumentativo que orienta para determinadas conclusões.²⁵

Retomando o enunciado, as três palavras (desconsiderando, neste momento, os artigos que compõem as expressões) poderiam deslizar para um mesmo lugar de significação. Isso pode ser pensado se considerarmos o funcionamento de um senso comum que produz o efeito de sinonímia. Se assim o considerarmos, teríamos um lugar de direito simétrico; o pertencimento a um *mesmo*. Parece-nos, no entanto, que o “divórcio” entre estes três lugares, produzido na construção textual coordenada, produz uma ruptura entre as designações mobilizadas pelas três palavras em questão.

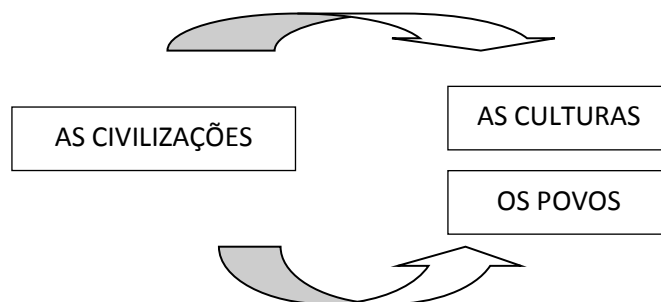
Em seu estudo sobre o sentido da palavra *civilização*, Guimarães (2004) nos diz da importância deste conceito que já foi objeto de análise em diversos trabalhos de sociólogos, linguistas e historiadores. No entanto, o que nos parece pertinente destacar do estudo aqui referido é que “a palavra civilização é uma palavra como *civilidade, cordialidade,*

²⁴ Disponível em: <http://www.unesco.org/new/es/unesco/about-us/who-we-are/introducing-unesco/> Acesso em: maio de 2014. Grifos nossos.

²⁵ A questão da argumentação está melhor desenvolvida capítulo 6.

cidadão, cidadania, democracia, progresso. São nomes e designam valores.” (GUIMARÃES, 2004:126).

O suposto diálogo entre *as civilizações*, *as culturas* e *os povos* produz um movimento no sentido de agir sobre algo, de ser agente, entre o que designa a primeira palavra sobre o que designam às outras duas. É da relação entre *as culturas* e *os povos* com *as civilizações* que caminharemos; é por esta relação que se dará o desenvolvimento. Poderíamos dizer que o sentido do verbo *civilizar* que é mobilizado no nome *civilização*, rememora este sentido de que *civilização* age sobre *povos* e *cultura*, algo que poderíamos esboçar da seguinte maneira:



Desta maneira, a proposta de “crear condiciones propicias para un diálogo entre las civilizaciones, las culturas y los pueblos fundado en el respeto de los valores comunes” funciona pela contradição significada através da relação não mais simétrica, mas hierárquica entre o que designa a palavra *civilização* de um lado e entre o que designam as palavras *cultura* e *povos* de outro.

As culturas e *os povos* ficam, assim, significados enquanto separados de *as civilizações*. São nestes dois espaços não normatizados em que encontramos “as culturas” e “os povos”, em “um estado supostamente primeiro” (Starobinski, 2001 *apud* Guimarães, 2004)²⁶ que se justificarão os investimentos da Organização na promoção de um diálogo entre as três partes. A paz estaria justamente em um trabalho árduo de projetar a simetria entre estes três lugares – apenas projetivamente e nunca de fato – para que se estabelecessem os mesmos direitos – projetivamente em um futuro nunca alcançável. É em um devir construído enquanto inatingível que o projetivamente simétrico se mantém disjuntivamente.

²⁶ STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

No entanto, em que medida se produz esta separação? Em que lugar *cultura* está separada de *povo*? De que forma o sentido de *povo* deixa de pertencer ao de *civilização*? Ainda tratando da maneira como a UNESCO se apresenta enquanto atuante nas causas do pós-guerra:

La **misión** de la UNESCO consiste en contribuir a la consolidación de la paz, la erradicación de la pobreza, el desarrollo sostenible y el diálogo intercultural mediante la educación, las ciencias, la cultura, la comunicación y la información.²⁷

Corroborando o já dito no trecho em que a Instituição é apresentada, afirma-se seu empenho no desenvolvimento de projetos voltados à “paz, erradicação da miséria, desenvolvimento sustentável” por meio de investimento na Educação, Ciência, Cultura, Comunicação e Informação. Parece-nos pertinente pensar no sentido que se constrói, considerando a conjuntura da década de 40 do século XX e de como isso se desloca, dadas as conjunturas de nosso século. A palavra *missão* mobiliza um sentido decisivo, a nosso ver, que parece permitir as condições necessárias aos deslocamentos que garantem que a UNESCO perdure no cenário de globalização.

Esta palavra, *missão*, circula de forma recorrente dentro do “discurso religioso” que acaba delegando aos que partilham de determinada religião a tarefa de evangelizar/catequizar aos infiéis. Desta forma, ela acaba mobilizando um memorável de religiosidade que desloca uma possível relação de sinonímia entre esta palavra e outras como a palavra *objetivo*. Podemos pensar a palavra *missão* dentro de outro discurso: “o discurso militar”. Assim, ao mesmo tempo em que traz, pelo memorável²⁸, a relação com uma militância que, no pós-guerra, significa pela implementação das ações da UNESCO de configuração da paz, também rememora a relação com uma religiosidade, enquanto algo que estava predestinado a ser realizado pela instituição. Este sentido também é mobilizado na medida em que a palavra, neste trecho que selecionamos para nosso estudo, está determinada pelo artigo *a*. Esta determinação localiza, especifica, de tal forma que significa algo próprio da instituição e que, portanto, só cabe a ela desempenhar.

²⁷ Disponível em: <http://www.unesco.org/new/es/unesco/about-us/who-we-are/introducing-unesco/> Acesso em: maio de 2014. Grifos nossos.

²⁸ O memorável é tratado por nós enquanto um passado do acontecimento enunciativo, um recorte que faz parte da temporalidade do acontecimento (cf. Guimarães, 2002).

Considerando outros momentos em que trabalhamos com textos produzidos por esta Organização Internacional²⁹, poderia dizer que este discurso missionário, ou seja, este sentido que circula sobre a UNESCO enquanto aquela que tem *a* missão, que se coloca nos enunciados que funcionam na designação desta Organização e são decisivos para legitimar o papel da UNESCO no cenário mundial e legitimar o que ela legisla no âmbito das relações internacionais. Estes sentidos podem ser flagrados, por exemplo, nos slogans, na relação com a “construção da paz”:

Building Peace in the minds of men and women

Construir la paz en la mente de los hombres y de las mujeres

Construire la paix dans l'esprit des hommes et des femmes

A UNESCO funda-se, assim, neste lugar em que há uma necessidade de reconstrução que por ela será suprida e que concerne a todos. É evidenciado um sentido de universalização dos problemas, mas que está destinado a ela coordenar. Esta possibilidade de, consequentemente, universalizar as soluções pode ser pensada na relação com um sentido missionário/militante: *a missão* da UNESCO é propor, difundir *a solução* que, se seguida por todos, trará *a paz*. Além disso, a disjunção entre o que designam as palavras *civilizações*, *culturas* e *povos*, determina a missão enquanto um processo civilizatório na medida em que visa tornar civilizados os povos e culturas, promovendo o desenvolvimento “destes povos e culturas”, pelas vias da normatização.

2.2. O lugar da Ciência e o lugar da língua: UNESCO e a divulgação científica

Pareceu-nos oportuno tratar de duas questões que se apresentam ao trabalharmos com o *site* da UNESCO. Em se tratando da Ciência e de nosso objeto de estudo, a designação da palavra *língua* no processo de organização de nosso *corpus* de análise, nos deparamos com uma relação posta pela própria organização textual do *site*: o lugar dos problemas linguísticos dentro da Ciência. Esta questão se coloca por uma primeira divisão apresentada no *site* com relação aos temas com os quais a UNESCO trabalha, significando a questão linguística, nesta divisão, fora da Ciência pela relação com a nomeação.

²⁹ Reis, 2014, 2010b.



Figura 1 - Imagem da página de abertura do *site* em espanhol

Pela forma como os estudos da linguagem estão aí significados, pareceu-nos pertinente incluir uma breve discussão sobre a divulgação do trabalho da Organização em parceria com pesquisas científicas o que coloca, portanto, esta mídia, como um meio de divulgação de Ciência. Neste sentido, o *site* apresenta-se como um divulgador da produção científica, mas que, no entanto, apresenta a Linguística, na organização do texto no *site*, enquanto algo fora da Ciência, deslegitimando seu caráter científico. Além disso, esta discussão pode nos ajudar a pensar a forma como são representados os sujeitos, no acontecimento enunciativo que propomos estudar, no que diz respeito aos lugares que se legitimam na relação com a produção do conhecimento: quem pode designar o que é ou não Ciência?

2.2.1. Divulgação Científica

De acordo com Oliveira (2011), podemos encontrar uma série de nomes que designam o que estamos chamando de divulgação científica “como vulgarização científica, alfabetização científica, popularização da ciência, percepção/compreensão pública da ciência, cultura científica” (OLIVEIRA, 2011:54). O que nos interessa especificamente sobre este tema é como ele aparece significando o *site* da UNESCO enquanto divulgadora e produtora de Ciência, o que faz funcionar a questão do interno/externo à atividade científica (SILVA, 2006) por um lado, e a construção da legitimidade das ações da Organização que são, então, apresentadas com base no saber científico, já que a atividade científica apresenta-se entre as

atividades de maior prestígio no que diz respeito à produção de conhecimento e, portanto, a de maior legitimidade (SILVA, 2006). Esta forma de se apresentar ancorada na produção científica permeia todo nosso *corpus*:

En 2002 y 2003, la UNESCO encomendó a un grupo internacional de lingüistas que elaborara un marco para determinar el grado de vitalidad de una lengua, con el fin de contribuir a la formulación de políticas, la definición de las necesidades y las medidas de salvaguardia adecuadas. Este Grupo especial de expertos en lenguas en peligro de desaparición elaboró un documento conceptual titulado “Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas”, en el que se fijaban los siguientes nueve criterios (Recorte 3. Cultura)

Desta forma, entender como a Ciência é significada neste espaço de produção de conhecimento científico nos encaminha para pensar como a questão da língua é significada na relação com a Ciência. O que queremos dizer é que considerando este lugar que enuncia sua legitimidade pela Ciência na relação com a forma como a palavra *língua* será designada, será de alguma forma afetada por este sentido. Ao informar seus leitores, pela circulação das informações, sobre a produção de um conhecimento com bases científicas, a UNESCO passa a legitimar suas ações. Sobre a relação entre a Ciência e sua divulgação:

Na relação entre constituição e formulação dos sentidos, a ciência se produz, quando se trata da divulgação científica, em um processo pelo qual o sujeito produz a ciência como informação e não apenas como conhecimento. [...] Transmissão de conhecimento por uma rede de notícias. Daí o caráter decisivo do fator circulação na produção da divulgação científica. Circulação que é muito séria e muito importante na maneira mesmo como vão se constituindo os sentidos em uma estrutura da comunicação científica. (ORLANDI, 2008:58)

Se pensarmos no discurso científico e a forma como a moderna divisão *exatas*, *biológicas* e *humanas* é apresentada, veremos que há uma diferença importante na forma como cada uma destas partes é significada ou não enquanto Ciência. De acordo com Orlandi (2008):

Há uma diferença na maneira como isso circula quando a gente pensa as ciências exatas ou as ciências duras, e as ciências humanas e sociais. Isso é muito visível no discurso de divulgação científica. No jornal, por exemplo, o discurso de divulgação científica da ciência exata, aparece no lugar em que

se publica ciência, explicitamente. O discurso de divulgação das ciências humanas aparece disperso em qualquer lugar do jornal, inespecificamente. O antropólogo descobre alguma coisa e isso aparece em qualquer lugar do jornal, não havendo um lugar em que se enquadre a cientificidade dessa notícia. (ORLANDI, 2008:57)

Tomando, então, esta citação, gostaríamos de pensar na relação *ciência e língua*, sempre considerando a forma como está significada a produção do conhecimento científico e de como a circulação da produção deste conhecimento (informação) funciona sustentando os trabalhos da Organização.

2.2.2. Língua, Ciência e o lugar das humanidades.

É bastante profícuo observar, e é possível que isso se evidencie nas análises, os sentidos que se apresentam pelo movimento de divisão dos temas sobre os quais a UNESCO atua e que compõem o leque de responsabilidades delegadas a esta Organização. Na forma de apresentação dos temas, produz-se uma organização que exclui/inclui os saberes/informações vinculados ao *site*. Vejamos na seguinte figura como isso aparece no *site*:



Figura 2. Cabeçalho do *site* da UNESCO em espanhol – página de apresentação

Na imagem, que corresponde à parte superior do *site*, podemos observar 7 abas das quais destacamos 5 que indicam os temas que circunscrevem o âmbito de atuação da UNESCO na “busca de soluções que promovam a paz”: *educación*, *ciencias naturales*, *ciencias sociales y humanas*, *cultura*, *comunicación e información*. Temos dois lugares significados pela relação com a Ciência e outros três significados como fora deste lugar, no que diz respeito a forma como os *links* aparecem especificados pelas expressões nominais:

— Educação		— Ciências Naturais
— Cultura	<u>Versus</u>	— Ciências Sociais e Humanas
— Comunicação e Informação		

Outras relações que poderíamos propor, por exemplo, é o fato de que *cultura* não se apresenta enquanto parte de *educação* ou ainda que *cultura* não pertence à *Ciências Sociais e Humanas*.

Sobre a divisão própria da produção de conhecimento no que diz respeito às ditas Ciências duras, as Humanidades e as Ciências da Natureza, Guimarães (2009b), nos diz que “esta divisão significa uma concepção pragmática e utilitária do conhecimento e que compreende quase exclusivamente as Ciências Exatas, da vida e suas tecnologias” (GUIMARÃES, 2009b:12).

Os modos de o conhecimento se significar estão ligados não a ações específicas de algum segmento da sociedade ou dos governos, mas faz parte da história em geral e da história do conhecimento de modo específico. (GUIMARÃES, 2009b:13)

É importante, percebemos, no entanto, que no *site* as humanidades, apesar de muitas vezes se apresentarem descoladas da Ciência, aqui aparecem no sintagma nominal *Ciências Sociais e Humanas* ao lado de *Ciências Naturais*. No entanto poderíamos questionar: por que *Cultura*, *Educação*, *Comunicação e Informação*, não pertencem a *Ciências Humanas*? Ou ainda, a que campo de conhecimento encontraremos imersos os problemas linguísticos?

Guiados pelo último questionamento, gostaríamos de discutir, mais especificamente, a relação entre língua e ciência e de que forma a Linguística está significada por/nesta relação. Quando propomos o estudo da designação da palavra *língua* no *site* da UNESCO, obviamente nosso primeiro olhar estava focado na busca por palavras relacionadas a esta questão (língua, linguística, linguagem, etc.). Percebemos que isso não se apresentava diretamente nestas primeiras abas o que nos levou, então, a desbravar cada uma delas em busca destas palavras que nos interessavam. Tais palavras foram encontradas nas abas *educación*, *cultura* e *comunicación e información*, que como dissemos a pouco, não estão relacionadas à Ciência que nomeia a aba *Ciências Humanas e Sociais*. Desta forma, poderíamos pensar que as questões linguísticas estariam fora da *Ciência Humana*. Apesar do estabelecimento da Linguística enquanto uma Ciência, as questões relativas à língua não estavam, no momento de nossa busca, relacionadas a *Ciência*, como esperávamos. As

questões linguísticas estavam justamente neste “fora da Ciência”, significado pelas expressões desprovidas do nome ciência: *Educação, Cultura e Comunicação e Informação*.

Assim, já podemos pensar que pela forma como as questões linguísticas aparecem significadas na nomeação dos temas dos quais a UNESCO irá se ocupar, há um movimento que faz significar a designação de *língua* enquanto algo fora das questões científicas. Retomaremos esta questão de forma mais contundente nas análises que estarão pautadas e, portanto, melhor embasadas, no que discutiremos no próximo capítulo em que propomos, como pilar para a discussão sobre este apagamento da Linguística, a relação que se estabelece entre *língua* e *cultura*. Esta relação é prenunciada no próximo item deste capítulo, na leitura que apresentamos da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*.

2.3. Os direitos linguísticos: em torno do sentido de língua

Diante do que discutimos nas páginas anteriores sobre a UNESCO e os sentidos que circulam a partir dos seus dizeres publicados no *site* bem como a questão da divulgação científica que norteia todo seu trabalho, pareceu-nos oportuno lançar nosso olhar sobre um texto que acreditamos basal para a compreensão das ações da UNESCO em torno dos problemas linguísticos: A *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*³⁰ (DUDL). Este percurso tem como objetivo pensar a questão da língua a partir da forma como se enuncia uma norma em torno dela. Este estudo também trará algumas questões importantes em torno dos âmbitos sobre os quais, segundo a UNESCO, faz-se necessário legislar sobre a língua, permitindo-nos refletir sobre os alcances dos direitos enunciados e de que forma *língua* é entendida/significada neste documento. Nossa expectativa é a de que este olhar para a DUDL nos leve a apreender uma forma de dizer as questões linguística, baseado ou não em certa perspectiva teórica de forma que isso nos permita, então, articular às ações da UNESCO um conhecimento cientificamente produzido. Assim, poderemos refletir sobre a forma como isso aparece nos textos vinculados ao *site* que propomos estudar.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, de 1996, foi redigida e debatida em um encontro realizado em Barcelona entre os dias 6 e 9 de junho. Sua elaboração

³⁰ É possível encontrar o texto da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que é assinada pela UNESCO em seu próprio *site*, em *sites* na Internet e em versões impressas por editoras. Utilizarei o texto publicado pela editora Campo das Letras (Portugal), traduzido por Wanda Ramos em 2001, conforme está apontado nas referências bibliográficas.

foi feita pelo *PEN Club Internacional*³¹. Está relacionada, notadamente, ao texto da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, e a outros documentos que são evocados logo no início do texto na introdução (Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, de 1966; Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 1950; Declaração de Santiago de Compostela do PEN Clube Internacional, dentro outros). Em Reis (2014)³², temos que:

O início do texto de introdução da DUDL é marcado por uma espécie de “convocação”. Uma espécie de ritual no qual essas outras vozes, no caso outros documentos já publicados, dão aval para que se declare o que se pretende declarar. Mais do que isso, estas vozes convocadas pelo rito inicial do texto sustentarão o argumento que justifica a Declaração que se seguirá. Esta introdução faz funcionar uma suposta legitimidade que é mobilizada por uma memória de sentidos na medida em que o texto é apresentado enquanto um documento na relação com uma Instituição (REIS, 2014:207)

Para Behares (2012) há todo um pensamento voltado para as questões humanas, sociais e políticas decorrentes de toda situação pós-guerra, e que inclusive apresenta-se como argumento para o surgimento da ONU. De acordo com este autor:

En aquel marco de referencia, se consideró que las lenguas y sus complejas incidencias sobre la identidad, la comunicación, la integración social, la educación y el desarrollo revestían importancia estratégica para las personas y para las comunidades étnicas, nacionales, regionales e internacionales. Con mayor o menor énfasis, la cuestión lingüística aparecía ya nítidamente en aquel corpus documental de fines de la década del '40 y de las décadas del '50 y '60. Posteriormente, debido a los procesos crecientes de “globalización” iniciados en la década del '70, entre otros factores menos mencionados en la bibliografía reciente, la compleja red de problemas étnicos, nacionales y sociales que afectan al mundo hicieron evidente, aquí y allá, en Europa y en América, en el Medio Oriente y en el vasto espectro de las regiones y los países “subdesarrollados” y “en desarrollo”, que se requerían metas comunes y tratamientos “universales”. La integración internacional, en un mundo que se acostumbra a presentar ahora progresivamente como “unipolar” y con hegemonía del sistema capitalista, no dejó de incluir la cuestión lingüística. (BEHARES, 2012:38-39)

³¹ O *PEN Club Internacional* é um grupo fundado em 1921 que reúne poetas, ensaístas e romancistas (A sigla PEN refere-se a *Poets, Essayists and Novelists*).

³² Para uma análise mais densa sobre o funcionamento desta parte específica da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, ver o artigo *Língua e Direito*, Reis (2014), que tem uma parte apresentada neste mesmo capítulo.

Desta forma a DUDL tem uma história de outros documentos que a embasam e que levam a tratar a questão da língua dentro de um quadro normativo já que é apresentada pelas vias do direito: a língua, sua prática e uso fazem parte dos direitos humanos. O estudo deste documento pode trazer luz às questões que serão latentes no momento das nossas análises, já que poderá apontar pistas que nos ajudarão a compreender a designação da palavra estudada. Apresentaremos um panorama geral do texto, identificando sua organização estrutural e temática, trabalhando em torno de alguns artigos que acreditamos serem mais pertinentes aos nossos objetivos.

Poderíamos dizer que o texto da DUDL consta de três eixos: a introdução (itens 1 e 2 da listagem abaixo), onde são apresentadas razões para sua redação; a apresentação dos direitos dispostos em artigos onde são listados os enunciados “ter direito a...” (do item 3 ao 8) e uma parte final onde são delegadas responsabilidades aos poderes públicos no que diz respeito ao cumprimento destes direitos enunciados (itens 9 e 10). Temos assim:

1. Introdução;
2. Preâmbulo;
3. Título Prévio - Conceitos (do artigo 1º ao 22º);
4. Secção II – Ensino (do artigo 23º ao 30º);
5. Secção III – Onomástica (31º ao 34º);
6. Secção IV – Meios de comunicação e novas tecnologias (do artigo 35º ao 40º);
7. Secção V – Cultura (do artigo 41º ao 46º);
8. Secção VI – Esfera socioeconômica (do artigo 47º ao 52º);
9. Disposições Adicionais;
10. Disposições Finais.

Já no preâmbulo, o documento coloca algumas questões como uma suposta tendência de unificação dos Estados que levaria a uma redução da diversidade e o processo de mundialização da economia que incidiria sobre a “coesão interna de cada comunidade

linguística”³³. Este novo cenário traria mudanças políticas, econômicas e sociais que contribuiriam para o implemento das desigualdades. O texto da DUDL nos diz que:

As ameaças que actualmente³⁴ impedem sobre as comunidades linguísticas, devido à ausência de autogoverno, a uma população reduzida ou parcial ou inteiramente dispersa, a uma economia precária, a uma língua não codificada, ou a um modelo cultural oposto ao predominante, levam a que muitas línguas não possam sobreviver e desenvolver-se se não forem tidos em contas os seguintes objectivos fundamentais.

A questão da desigualdade linguística se coloca, portanto, em torno das línguas não codificadas, de sua sobrevivência diante do crescimento econômico mundial que levaria a um apagamento das diversidades. Assim, fica significado um lugar de apagamento das diversidades, impulsionado por um cenário de globalização que funcionaria, portanto, homogeneizando, de alguma forma, as diferenças. Outro ponto importante explicitado ainda no preâmbulo é o posicionamento no que diz respeito ao ponto de partida para enunciar os direitos linguísticos:

[...] esta Declaração toma como ponto de partida as comunidades linguísticas e não os Estados, e inscreve-se no quadro do reforço das instituições internacionais capazes de garantir um desenvolvimento duradouro e equitativo para toda a humanidade, e tem como finalidade favorecer um quadro de organização política da diversidade linguística baseado no respeito, na convivência e no benefício recíprocos.³⁵

Assim, a proposta de igualdade no desenvolvimento visa organizar a diversidade. Para o desenvolvimento deste argumento, no entanto, é fundamental o entendimento do primeiro conceito apresentado no artigo 1º do documento cujo objetivo é apresentar os conceitos de *comunidade linguística*, *língua própria de um território* e *grupo linguístico*. Assim, sobre os dois primeiros conceitos, diz-se:

³³ Todas as citações que faremos na sequência do capítulo são do texto da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.

³⁴ As diferenças ortográficas entre o português de Portugal e o brasileiro foram mantidas de acordo com o texto consultado.

³⁵ Grifos nossos.

Esta declaração entende por **comunidade linguística** toda a sociedade humana que, radicada historicamente num determinado espaço territorial, reconhecido ou não, se identifica como povo e desenvolveu uma língua comum como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre os seus membros. A denominação *língua própria de um território* refere-se ao idioma da comunidade historicamente estabelecida neste espaço.

A definição acima citada coloca algumas questões importantes como o tratamento da língua em uma relação com a sociedade, deslocando, na evidência, a relação que se possa estabelecer com a ideia de nação (língua de uma nação). Temos também a relação entre *língua e território* (que não é, necessariamente, o território nacional) que pode ser apreendida no decorrer do documento, já que a todo momento há especificações sobre o uso de determinada língua, de uma determinada comunidade linguística em certo território. Fica marcada, desta forma, a questão de um pertencimento da língua a um certo território enunciado e o direito a usá-la em território alheio. Também há uma definição de língua (única, presente em todo documento): “meio de comunicação natural e de coesão cultural entre seus membros”. Temos, portanto, a questão da comunicação que insere o sujeito que fala; a questão do natural que localiza a língua enquanto algo inato e a questão da cultura que fica definida em uma relação de certa subserviência: a língua serve à cultura; serve/serviria para ligar diferentes culturas ou ainda para ligar os membros de uma mesma cultura.

Outro conceito que merece esclarecimento no documento é o conceito de *grupo linguístico*, entendido como:

toda coletividade humana que partilhe uma mesma língua e esteja radicada no espaço territorial de outra comunidade linguística, mas não possua antecedentes históricos equivalentes, como é o caso dos imigrantes, dos refugiados, dos deportados, ou dos membros das diásporas.

Vale dizer que estes dois conceitos estão intimamente relacionados à ideia de território, ou seja, só podem ser tomados enquanto algo próprio de determinado território geográfico. Sobre o sentido da palavra *língua*, apesar desta ser definida no início do documento, não é apresentada como um conceito teórico, fruto de uma designação a partir de um conhecimento produzido no âmbito das reflexões sobre a linguagem, ou seja, apesar de

serem apresentados os direitos linguísticos, e de se propor uma conduta na prática de políticas linguísticas, não parece necessário dizer o que é *língua*, ou como ela é entendida nesta Declaração, por uma voz da Ciência; a conceituação que é apresentada aparece descolada de um conhecimento científico.

No artigo 3º há uma divisão no que diz respeito aos direitos individuais (reconhecimento como membro de comunidade linguística, direito ao uso da língua e do nome, a manutenção e desenvolvimento da própria cultura) e os direitos coletivos (ensino da língua e da cultura, direito a serviços culturais, a uma presença equitativa de sua língua e cultura nos meios de comunicação e a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas), uma nova visada, se tomamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos que não aponta esta especificidade.

Ao falar sobre os direitos, o texto circunscreve quatro espaços a partir dos quais eles podem ser pensados e que nomeiam as secções: *Secção II – Ensino*; *Secção III – Onomástica*; *Secção IV – Meios de comunicação e novas tecnologias*; *Secção V – Cultura*; *Secção VI – Esfera socioeconômica*. Três destas seções são usadas como critérios de organização dos conteúdos vinculados ao *site* da UNESCO e serão foco de nossas análises: *Educação* (relacionada à secção ensino); *Cultura e Comunicação e Informação* (relacionada a meios de comunicação e novas tecnologias). Esta divisão dos artigos da Declaração dentro das 5 seções nos levam, então, a pensar que os problemas linguísticos estão vinculados a (somente) estas temáticas.

A questão do que “deve”, do que cabe ao ensino aparece no 23º artigo. Segundo a DUDL ele deve ser um meio para “fomentar a capacidade de auto-expressão linguística e cultural”, manter a língua falada por uma comunidade linguística e “estar sempre ao serviço da diversidade linguística e cultural, e das relações harmoniosas entre diferentes comunidades linguísticas do mundo inteiro”. Nos próximos artigos desta seção, serão ditos os direitos de *todos* e de *todas as comunidades linguísticas* diante daquilo que deve exercer o ensino para assegurar o cumprimento destes. Vale ressaltar esta partição que se faz entre as palavras que destacamos: *todos* versus *todas as comunidades linguísticas* que faz funcionar um “coletivo individual” (grupo dos indivíduos) e um coletivo das comunidades linguísticas (grupo das comunidades linguísticas). Gostaríamos, também, de ressaltar o artigo 24º que diz:

todas as comunidades linguísticas têm direito a decidir qual deve ser o grau de presença de sua língua, como língua veicular e como objeto de estudo, em todos os níveis de ensino no interior do seu território [...]

Este artigo nos leva a pensar em como as comunidades linguísticas decidem sobre a circulação de suas línguas. Isso porque, de uma maneira geral, as propostas para implementação de políticas de circulação de línguas, especialmente as que incidem sobre as denominadas “línguas minoritárias”, são feitas não pelas comunidades, mas por estados membros dos organismos internacionais que são seus representantes. A questão é que há uma regulação que não dá voz direta a estas comunidades, senão por meio de Estados que as representem e isso pode ser comprovado, por exemplo, pela própria formação das comissões que propõem, aprovam, recusam, normatizam. E já que o problema é a circulação das línguas, podemos também considerar a circulação das línguas minoritárias no próprio *site* que analisamos, e veremos que também não há este espaço que estaria garantido pela DUDL³⁶. Trabalharemos sobre isso no capítulo de análises, mas desde já ressaltamos como significa no/o próprio texto da DUDL. Os outros artigos dentro do âmbito do ensino apresentarão o direito a materiais para ensino de línguas, o direito a conhecer a própria língua; conhecimento das línguas ligadas à sua cultura; conhecimento de seu patrimônio cultural; ensino de sua língua no território onde residem e o artigo 30º que diz que “a língua e a cultura de cada comunidade linguística devem ser objeto de estudo e de investigação a nível universitário”.

A terceira seção, nomeada de Onomástica, discorre sobre os direitos ao uso de seu sistema onomástico pelas comunidades linguísticas e sobre a tradução: “qualquer tradução para outras línguas deve evitar denominações confusas ou pejorativas” e a uma transcrição de seu nome próprio “tão fiel quanto possível”. Podemos apreender nesta seção uma forma de pensar a língua em seu caráter lexical, sendo que legislação em torno da palavra significa o próprio direito ao uso democrático da língua. O meio de comunicação e coesão cultural entre os membros da comunidade linguística tem em seus nomes um espaço de democratização, representado, na DUDL, por uma seção especialmente destinada a este propósito.

Os artigos do 35º ao 40º comporão a seção IV sobre os meios de comunicação e novas tecnologias. Os direitos enunciados incluem o poder das comunidades linguísticas de decidir sobre sua língua no meio de comunicação, o direito a circulação equitativa e não discriminatórias de sua língua nestes espaços e que estes difundam “um conhecimento

³⁶ Como veremos no capítulo 4 e nas análises.

profundo do seu patrimônio cultura” e de outras culturas. Além disso, no que diz respeito à informática, as comunidades têm direito a:

equipamentos adaptados ao seu sistema linguístico e de utensílios e produtos na sua língua, a fim de aproveitarem ao máximo as potencialidades oferecidas por estas tecnologias no que respeita à auto-expressão, à educação, à comunicação, à edição, à tradução e, em geral, ao tratamento da informação e à difusão cultural

Sobre a Cultura temos, na seção V, a relação que se coloca entre *língua* e *cultura* na qual a língua seria o meio para a expressão cultural. Desta forma a língua deve ser usada na expressão cultural e ser mantida em todas as esferas em que haja produção cultural (artigos 41º ao 45º). No artigo 46º temos que “todas as comunidades linguísticas” têm direito à preservação do seu patrimônio linguístico e cultural, incluindo as manifestações materiais, como por exemplo, os fundos documentais, a herança artística, arquitetônica e monumental e a presença epigráfica da sua língua.

A sexta seção que trata das questões econômicas, diz que nesta esfera o uso da língua das comunidades linguísticas é um direito que deve ser estendido ao âmbito jurídico, tanto em transações orais como escritas. Também fala sobre o uso da língua na publicidade e em ambientes laborais

Pela inclusão da seção V e pelos diversos artigos que compõe a Declaração, com menos releve da última seção, temos uma reafirmação da relação entre *língua* e *cultura* que vem sendo desenhada ao longo do texto. Pelas diversas retomadas da problemática cultural, fica significado que redigir uma Declaração de Direitos Linguísticos é redigir também uma “declaração de direitos culturais”, entendendo que pela língua dizemos a cultura e que umas das funções, e talvez a mais preponderante, da língua e da linguagem é justamente a preservação da cultura. Assim, quando se pensa na diversidade, pensa-se na diversidade cultural. Poderíamos arriscar que, apesar de estarmos falando de direitos linguísticos, a língua ocupa um lugar de coadjuvante já que ela só ganha importância por sua relação indissociável com a cultura.

CAPÍTULO 3

LÍNGUA, CULTURA E CIÊNCIA

*En un pueblo de Escocia venden libros con una página en
blanco perdida en algún lugar del volumen. Si un lector
desemboca en esa página al dar las tres de la tarde,
muere*

La página asesina, Júlío Cortázar

Motivados por algumas conclusões do capítulo 2, gostaríamos de, neste capítulo, refletir sobre como a palavra *língua* é designada dentro da Ciência, enquanto um conceito pertencente e/ou pertinente a dois lugares: à Linguística e à Antropologia. Desta forma, trabalharemos em torno do que propõe Ferdinand de Saussure no *Curso de Linguística Geral*, cujo impacto sobre a Ciência da Linguagem é inquestionável e posteriormente, com o objetivo de problematizar o lugar movediço de se pensar este termo, estudaremos como ele aparece em alguns teóricos estruturalistas. Em um segundo momento, trabalharemos em torno da relação *língua* e *cultura* a partir de uma visada sobre alguns trabalhos dentro da Antropologia.

Sobre a pergunta que propomos nesta tese, aparentemente corriqueira, poderíamos dizer que não é tão fácil de responder. Para Ferreira (2003)

A questão da língua aguça sempre o universo de investigação dos estudiosos da linguagem. As inúmeras tentativas de delimitá-la, descrevê-la e analisá-la esbarram muitas vezes na opacidade própria de sua constituição, acentuada pela diversidade dos múltiplos olhares teóricos que a perscrutam. Resultado dessa trajetória ímpar são as várias noções que se costumam associar ao conceito de língua, como código, sistema, atividade, interação e equívoco. (FERREIRA, 2003:196)

Nosso objetivo, entretanto, não é, absolutamente, responder esta pergunta de forma a apresentar, por exemplo, uma resposta mais adequada ou que contenha todas as possibilidades teóricas de resposta dentro da Linguística. Tampouco está em julgar se a forma como esta pergunta é respondida (ou não) a partir do nosso *corpus* de análise é mais ou menos adequada. A pergunta serve como norteadora, já na expectativa de que teremos diferentes respostas. Esta diferença é o ponto fundamental que guia nosso olhar, que tentará compreender como funciona a produção de sentido a partir destas diferentes formas e possibilidades de se responder a pergunta “corriqueira”. Na verdade, especificamente neste trabalho, não buscamos uma resposta explícita: formulamos uma pergunta cuja resposta será configurada pelo nosso alcance analítico no trabalho interpretativo de nossos recortes.

Não seria fácil e, de nosso ponto de vista, desejável que se percorressem todas as formulações dentro da Linguística que respondem a pergunta “o que é *língua*”, apesar de sabermos ser fundamental, antes de qualquer coisa, desenvolver uma forma de conceituar/compreender *língua*, para que possamos nos aventurar nos estudos da linguagem. Assim, um capítulo exaustivo que percorresse um sem fim de conceitos não seria viável para nossos propósitos. Por outro lado, esta pergunta não se circunscreve, necessariamente, a um domínio científico e poderia ser feita a qualquer um que fala; poderia ser feita a qualquer falante que é falante por falar uma língua. (GUIMARÃES, 2002). Isso localiza a língua enquanto uma questão não só da ciência, mas como um tema que permeia o cotidiano. Desta forma, a pergunta *o que é língua* ou qual *o sentido da palavra língua* poderia ter uma resposta com bases científicas e uma resposta baseada em um senso comum.

A primeira empreitada será, então, vasculhar, sem que isto tenha um caráter exaustivo/finito, como esta pergunta pode ser respondida em dois lugares específicos: pela Linguística a partir da obra de Saussure e de outros linguistas que seguiram esta mesma vertente no século XX. Acreditamos que este capítulo nos permitirá uma boa reflexão para que posteriormente, nos capítulos de análise, possamos observar como a resposta a esta pergunta é dada a partir de nosso *corpus* de análise na relação com a forma de dizer *língua* no *site* da UNESCO e as formas com as quais a Linguística e a Antropologia produzem esta designação.

3.1. A Língua e a Ciência: algumas considerações sobre sua formulação na Linguística.

Ao localizar nossa pergunta dentro do que estamos chamando de Ciência, pensamos na forma como a Linguística, enquanto “a Ciência da Linguagem” possibilita, pelo viés de suas diversas vertentes teóricas, determinada resposta. Como já dissemos, não revisaremos “todas” as formulações (não acreditamos que esta totalização seja possível). Nosso procedimento será um corte bem específico: apresentaremos a forma como esta designação é cunhada por Ferdinand de Saussure, considerando que o conceito elaborado por este linguista baseará formulações posteriores em torno do conceito de *língua* e logo apresentaremos a conceituação em linguistas notadamente influenciados pelas questões propostas por Saussure, como um exercício para percebermos como, mesmo sob muitas influências convergentes, a língua é conceituada de forma divergente.

3.1.1. A língua saussuriana

Ferdinand de Saussure, em “seu”³⁷ célebre Curso de Linguística Geral (CLG) define o que é *língua*, sendo que esta conceituação se apresentou como decisiva para que a Linguística se firmasse enquanto uma Ciência, já que a forma como *língua* é designada nesta obra a significa como o objeto da Linguística, uma parte da linguagem que, diferentemente da fala, poderia ser vista como um sistema e assim ser estudada cientificamente. A regularidade da língua permitiria, portanto, estabelecer este objeto do qual se ocuparia a Ciência da Linguagem ou o que mais adiante na sua obra dirá ser objeto da *Linguística da Língua*, já que assume que deveria haver também a *Linguística da Fala*. Para estudarmos a forma como este autor designa *língua*, ocupar-nos-emos mais especificamente do estudo das designações presentes no capítulo II – *Objeto da Linguística*. Nesse capítulo fica posta a clássica divisão entre *língua* e *fala*, imprescindível para que a Linguística pudesse se apresentar diante do quadro das Ciências, na medida em que tomava enquanto seu objeto a língua:

³⁷ As aspas servem para lembrar-nos de que esta obra, tão fundamental para a Linguística foi publicada postumamente por Bally e Séchehay, partir de anotações de aula feitas por alunos dos cursos que Saussure ministrou entre 1906 e 1911.

[...] ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos [...] (SAUSSURE, 2002:17).

Desta forma, destacamos de seu texto alguns trechos que nos permitirão uma reflexão em torno deste conceito:

Recapitulemos os caracteres da língua.

1º – Ela é um **objeto bem definido** no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. [...]. Ela é a **parte social da linguagem, exterior ao indivíduo**, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de **contrato** estabelecido entre os membros da comunidade. [...]

2º – A língua, distinta da fala, é um objeto que **se pode estudar separadamente**. Não falamos mais as línguas mortas, mas podemos muito bem assimilar-lhes o organismo linguístico. **Não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados.**

3º – Enquanto a linguagem é heterogênea, a **língua** assim delimitada é de **natureza homogênea**: constitui-se num **sistema de signos** em que, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e em que as duas partes do signo são igualmente psíquicas.

[...]

4º – A língua, não menos que a fala, **é um objeto de natureza concreta**, o que oferece grande vantagem para o seu estudo. [...]. É essa possibilidade de fixar as coisas relativas à língua que faz com que um dicionário e uma gramática possam representá-la fielmente, sendo ela o **depósito das imagens acústicas** e a escrita a forma tangível dessas imagens. (SAUSSURE, 2002: 22-23)³⁸

Vasculhando nesta parte que é apresentada como um resumo do que se encontra no capítulo II, poderíamos arrolar as seguintes predicções:

- (1) A língua é parte [social] da linguagem;
- (2) A língua é exterior ao indivíduo;
- (3) A língua é contrato entre os membros de uma comunidade;
- (4) A língua é de natureza homogênea;
- (5) A língua é um elemento que pode ser visto separado dos outros elementos da linguagem;
- (6) A língua é um sistema de signos;

³⁸ Grifos nossos.

- (7) A língua é um objeto de natureza concreta;
- (8) A língua é um depósito das imagens acústicas;

Os trechos que destacamos do CLG permitem traçar a forma como a língua é entendida por Saussure. Esta forma de conceituar língua é extremamente importante e permeará uma série de vertentes teóricas do século XX, já que outorga aos estudos sobre a linguagem o rigor científico, pelo corte epistemológico que produz com relação aos estudos comparados³⁹. O que devemos, assim, reter é que para Saussure a língua é, antes de tudo, a possibilidade de eliminação das heterogeneidades da linguagem que ele delegará à fala; é pela língua que podemos apreender o que garante a unidade à linguagem: a língua é um sistema convencional, que permite uma classificação dos signos depositados no cérebro de indivíduos que compartilham socialmente suas convenções. É a língua que apresenta a homogeneidade necessária para que se possa estudar a linguagem e também para que ela possa ser aprendida. O que Saussure faz, portanto é excluir da designação de *língua* a história, o sujeito e os outros fatos de linguagem, já que são considerados elementos que evidenciam a heterogeneidade da linguagem, o que impossibilitaria, portanto, um estudo científico nos moldes empíricos e positivistas da época. Na verdade, esta exclusão se produz não em uma postura que refute estes elementos, já que são eles que conferem a ligação da língua com aquilo que lhe é externo. Separar a língua destes elementos heterogêneos tem como finalidade torná-la um objeto científico, descritível. Assim dirá que:

Nossa definição de língua supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema, numa palavra: tudo que se designa pelo termo “Linguística externa”. Essa Linguística se ocupa, todavia, de coisas importantes, e é sobretudo nelas que se pensa quando se aborda o estudo da linguagem (SAUSSURE, 2002:29)

Esta exclusão das heterogeneidades linguísticas, que não se faz pela negação de sua existência, será retomada pela Linguística em vários aspectos, em disciplinas como a Enunciação, a Pragmática, a Análise do Discurso, etc. No entanto, as definições saussurianas

³⁹ A linguística comparada que também pode ser chamada de gramática comparada ou comparativismo pauta seus estudos na busca por um parentesco entre as línguas, que teriam uma origem em uma língua-mãe, a língua indo-europeia que, apesar de não ter registros, poderia ser reconstruída por métodos que vão descrevendo as semelhanças e divergências das línguas ao longo dos séculos, buscando justamente este lugar comum de origem.

permearão, seja pela filiação, seja pelo afastamento da teoria, a Linguística nos séculos subsequentes à publicação do CLG. O que gostaríamos de ressaltar da designação de língua proposta no CLG é, especificamente, seu caráter homogêneo, social e coletivo. Vejamos como as vertentes estruturalistas⁴⁰ vão (re)desenhando o conceito.

3.1.2. Observatório: algumas vertentes estruturalistas e a designação da palavra/conceito de língua.

A questão da sistematicidade no tratamento das questões linguísticas exercerá influências importantes sobre vários autores, notadamente os intelectuais que compunham os círculos de Praga e Copenhague e em trabalhos do chamado estruturalismo americano. A fim de refletirmos sobre o conceito de *língua*, apresentaremos algumas das formulações feitas a partir destes lugares nas obras de Jakobson, Hjelmslev e Bloomfield, localizando-as como pertencentes à Ciência da Linguagem, a Linguística. A escolha é objetivada pela suposta filiação destes autores ao que se denomina estruturalismo linguístico o que, por esta razão, permitirá um diálogo com a exposição feita anteriormente sobre o conceito de língua em Saussure. O alcance do que vamos apresentar nas seguintes páginas não nos permitirá grandes discussões no que diz respeito às proximidades e distanciamentos teóricos entre os autores, dada, justamente, a complexidade analítica que um trabalho como este requer. Assim, entendemos que:

[...] as etiquetas em *-ismo* achatam as realidades teóricas, e os dicionários ou as obras de síntese apresentam como distintas- frequentemente por motivos de clareza didática – corrente, na realidade, estreitamente imbricadas tanto nas suas opções teóricas quanto nas suas filiações: funcionalismo, estruturalismo, formalismo, distribucionalismo não constituem corpos teóricos completos e autônomos, mas correntes imbricadas umas nas outras, ligadas por relações de filiação ou de oposição e por escolhas teóricas complexas. (PEVEUA & SARFATI, 2006:115)

Dados os objetivos desta tese, não faremos uma exposição que passe por outros domínios, salvo o que se apresentará mais adiante como algo localizado dentro da

⁴⁰ Vale dizer que o termo *estruturalismo* é proposto por aqueles que interpretam a teoria saussuriana e não há indícios de que tenha sido cunhado pelo próprio autor.

Antropologia.⁴¹ Assim, nosso recorte é bastante pontual e enfoca de forma bastante direta a forma como *língua* é designada nos autores selecionados, a partir de recortes de suas obras com o objeto de perceber como, mesmo de uma mesma filiação, é possível que um conceito tenha nuances diferentes, o que corrobora nossa hipótese de que dizer *o que é língua*, em uma única resposta totalizadora, não é tão fácil. (Seria possível?)

Começemos por observar como esta questão aparece em Jakobson. O russo Roman Jakobson é conhecido por compor com destaque o grupo da Escola de Praga⁴² formado por estudiosos da Linguística que postularam, dentre outras coisas, que à linguagem cabem funções, ou seja, que a estrutura das línguas estava em grande parte determinada pelas funções que as caracterizavam. Vale ressaltar também a importância dos trabalhos funcionalistas dentro da fonologia.

Apresentaremos alguns trechos da obra de Jakobson para nossa reflexão. Os trechos foram extraídos de seu livro *Linguística e Comunicação*. Dentro da perspectiva funcionalista, portanto, a língua é vista por sua função, enquanto um instrumento através do qual transmitimos informação:

Se a linguagem é um instrumento que serve para transmitir informação, não se podem descrever as partes constituintes de tal instrumento sem referir-lhes as funções, assim como a descrição de um automóvel sem qualquer menção às tarefas de suas partes ativas seria incompleta e inadequada (JAKOBSON, 1995:91-92)

Além disso, pode-se estabelecer uma relação com a cultura na medida em que, segundo Jakobson “a linguagem é de fato o próprio fundamento da cultura. Em relação à linguagem, todos os outros sistemas de símbolos são acessórios ou derivados. O instrumento principal da comunicação informativa é a linguagem” (JAKOBSON, 1995:18). No entanto, mantendo o caráter estrutural e sistêmico dado à língua, o autor dirá que “a história de uma língua só pode ser a história de um sistema linguístico que sofre diferentes mutações”

⁴¹ Esta partição Linguística/Antropologia nos serve para discutir a questão do lugar da Ciência dado à Linguística, principalmente em nossas análises. No entanto, poderíamos dizer que em alguns momentos há uma certa sobreposição nos trabalhos dos intelectuais entre o que é antropológico e o que é linguístico, como exemplo, o lugar que é conferido aos trabalhos de Edward Sapir que transita nestes dois domínios.

⁴² De acordo com Orlandi (2009) “O círculo de Praga (CLP) embora criado pelo tcheco Mathesius, iniciou-se com um manifesto apresentado em 1928, em Haya, pelos russos Troubetzkoy, Harcevsky e Jakobson. Personalidades muito diferentes entre si, e de origens culturais bastante diversas, ali se reuniam para expor suas ideias, entre 1925 e a Segunda Guerra Mundial” (ORLANDI, 2009:34)

(JAKOBSON, 1995:26). Desta maneira, podemos dizer que há de certa forma uma crítica à exclusão de uma abordagem diacrônica da língua, proposta por Saussure em prol de uma forma de entender o sistema a partir de suas “diferentes mutações”, ou seja, fica posta a necessidade de um trabalho tanto diacrônico quanto sincrônico. Segundo este autor:

Indubitavelmente, para toda comunidade linguística, para toda pessoa que fala, existe uma unidade de língua, mas esse código global representa um sistema de subcódigos relacionados entre si; toda língua encerra diversos tipos simultâneos, cada um dos quais é caracterizado por uma função diferente. (JAKOBSON, 1995: 122)

Fica explícita, desta forma, a língua significada primordialmente como um instrumento que serve ao homem para sua expressão; ela tem em si esta função. Daí as famosas *funções da linguagem* (referencial, emotiva, conativa, fática, metalinguística e poética) propostas pelo autor e que foram base para a explicação da língua na literatura. No entanto, o que gostaríamos de ressaltar é justamente a manobra teórica de inserção da diacronia e a consideração da língua pelo seu caráter simbólico submetida às funções da linguagem⁴³.

Outro nome importante do estruturalismo europeu foi Louis Hjelmslev, dinamarquês integrante da Escola de Copenhague⁴⁴, conhecido pela proposição do termo *Glossemática*, que se propõe a estudar o que ele chamou de *glossemas* que seriam as menores unidades linguísticas significantes.

De acordo com Ducrot e Todorov (2010), “Hjelmslev conserva, do *Cours*, sobretudo duas afirmações: 1) a língua não é substância, mas forma; 2) toda língua é ao mesmo tempo expressão e conteúdo.” (DUCROT E TODOROV, 2010:31). Considerando as duas afirmações anteriormente descritas, Hjelmslev apresenta três níveis onde Saussure via somente dois. Desta forma o autor chamará de *matéria* que seria algo independente da utilização da língua, o que Saussure chamou substância (realidade semântica); dirá *substância* ao que Saussure havia nomeado forma e *forma* designará a relação que se estabelece entre as

⁴³ Em seu livro *Essais de Linguistique Générale*, de 1963 (Paris, ed. de Minuit), Jakobson apresenta as funções da linguagem que se tornou bastante conhecida (e segue sendo nos nossos dias): referencial, expressiva ou emotiva, conativa, fática, metalinguística e poética.

⁴⁴ Segundo Orlandi (2009). O círculo de Copenhague tem início em 1931 “exclui-se qualquer referência à literatura. Só se leva em conta a lógica-matemática, e um dos fins almejados é a elaboração de uma teoria linguística universal. [...] o que interessa aos membros desse círculo é produzir uma radicalização abstrata e logicista do pensamento de F. Saussure” (ORLANDI, 2009:34-35).

unidades linguísticas. (DUCROT&TODOROV, 2010:32-33). Assim, “a Glossemática utiliza a noção de manifestação: a substância é a manifestação da forma na matéria” (DUCROT&TODOROV,2010:33).

A língua é assim entendida enquanto uma combinatória, um sistema formal e independente; uma rede de funções semióticas. O linguista usa a palavra *texto* para se referir à linguagem, designando-a como uma *sintagmática* que se manifesta por todos os sentidos. A língua, por sua vez, é tomada enquanto um conjunto de formas que compõe sistemas construídos por signos; é a *paradigmática*. Para este autor, a linguagem deve ser um fim em si mesma e não um meio de expressão. Os princípios da autoconsequência, da exaustividade e da simplicidade estruturam sua teoria. Temos assim que:

Uma língua pode ser definida como uma paradigmática na qual os paradigmas manifestam-se por todos os sentidos, e um texto pode ser definido de maneira análoga como uma sintagmática cujas cadeias são manifestadas por todos os sentidos. [...] Na prática, uma língua é uma semiótica na qual todas as outras semióticas podem ser traduzidas, tanto todas as outras línguas quanto todas as estruturas semióticas concebíveis. Essa tradutibilidade resulta do fato de que as línguas, e apenas elas, são capazes de formar qualquer sentido [...]. (HJELMSLEV,1975:137-138)

É interessante ressaltar a forma como Hjelmslev entende a tradutibilidade da língua, já que sendo um sistema, pode “formar qualquer sentido” na medida em que a diferença entre as línguas está na forma e não na substância o que lhe garante, assim, a tradutibilidade. Considerando sua postura de formalização, o autor ainda aponta a necessidade de descrever não somente o plano da expressão (forma), mas também o plano do conteúdo (substância, significação).

Nestes dois autores anteriormente apresentados, poderíamos dizer que a língua é significada por seu caráter simbólico, mas ambos apresentam nuances teóricas que tomam os postulados do CLG, reformulando-os dentro de suas perspectivas teóricas.

Leonard Bloomfield, considerado um dos grandes nomes da Linguística estrutural, será um dos ícones da corrente estruturalista americana. Apresenta em seu trabalho influências behavioristas, principalmente de Wundt⁴⁵, o que o levou a negar o tratamento mental ou conceitual da linguagem. Para este autor, o rigor descritivo e metodológico deveria

⁴⁵ Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920) é um psicólogo alemão, considerado pelos seus trabalhos, como um dos fundadores da moderna psicologia experimental.

excluir o social e o cultural. Segundo ele, em seu livro *Language* (1935), “uma língua é a mesma independente do sistema de escrita que seja usado para gravá-la, assim como uma pessoa é a mesma, independente de como você a fotografe” ⁴⁶ (BLOOMFIELD, 1935:21) o que marca, notadamente, seu caráter sistêmico. O autor ainda nos diz:

Fisiologicamente, a língua não é uma unidade de função, mas consiste em um grande número de atividades, cuja união em um único e vasto complexo de hábitos resultantes de repetitivos estímulos repetidos no início da vida do indivíduo. (BLOOMFIELD, 1935:37)⁴⁷

Neste sentido, a sistematicidade da língua está ligada ao estímulo que o indivíduo recebe ao repetir as estruturas linguísticas desde o início de sua vida. De acordo com o autor, a importância da língua é o fato de que ela permita o intercâmbio de estímulos entre o falante e o ouvinte de forma que “para que a linguagem funcione, é necessário, sobretudo, que cada fonema seja inconfundivelmente diferente de todos os outros (BLOOMFIELD, 1935:128)⁴⁸. O ato de falar para este autor é uma forma de comportamento e o significado estaria submetido a esta reação provocada quando alguém fala e o outro ouve, neste gesto físico que seria a linguagem. Assim “a fim de que essa descrição não seja infletida por prejulgamentos que tornariam impossível a explicação ulterior, exige que ela se faça fora de qualquer consideração mentalista e, sobretudo, que evite toda alusão aos sentidos das palavras pronunciadas. ” (DUCROT & TODOROV, 2010:42). Poderíamos, desta forma, dizer que a língua é um resultado de atos mecânicos decorrentes do comportamento humano.

Nesta breve apresentação, pudemos revisitar algumas formulações sobre o conceito/entendimento de *língua* em autores cujos trabalhos estão imersos nas questões estruturalistas. Apesar dos deslocamentos realizados por cada um deles a partir do contato com outras teorias em seus percursos acadêmicos, podemos perceber como as questões propostas por Saussure ecoaram, seja por seu desenvolvimento, deslocamento, negação. O que gostaríamos de marcar com este percurso é, primeiramente, a complexidade que envolve

⁴⁶ Tradução livre de: “A language is the same no matter what system of writing may be used to record it, just as a person is the same no matter how you take his picture”.

⁴⁷ Tradução livre de: “Physiologically, language is not a unit of function, but consists of a great many activities, whose union into a single far-reaching complex of habits results from repeated stimulations during the individual's early life”.

⁴⁸ Tradução livre de: “For the working of language, all that is necessary is that each phoneme be unmistakably different from all the others”.

uma ou outra forma de pensar um conceito, que vem imbricado a outros conceitos dentro de uma teoria. Fizemos um recorte que acaba excluindo a maior parte dos postulados sobre a língua e a linguagem que circularam, notadamente aqueles que foram cunhados a partir de meados do século XX e que vieram corroborar o estatuto da Linguística dentro do quadro das Ciências. No entanto, acreditamos ter sido possível demonstrar a complexidade de se pensar o (*um*) conceito de língua e as formulações de uma Ciência que constitui seu objeto em torno de uma concepção de língua e linguagem.

.....

Apesar do reconhecimento da Linguística enquanto a Ciência da Linguagem, seu quadro epistemológico é relegado dentro de uma série de discussões, postas como problemáticas linguísticas, localizando a Linguística, contraditoriamente, como coadjuvante em outras disciplinas teóricas (a Antropologia e as Ciências Sociais de uma maneira geral) que tomam para si a língua e a linguagem como parte de seus objetos, produzindo, por vezes, seu apagamento enquanto uma Ciência que produz conhecimento sobre as questões linguísticas.

3.2. Língua e cultura: formulações antropológicas

Na busca pelo sentido da palavra *língua* em nosso *corpus* ficou bastante marcada a relação entre *língua* e *cultura*⁴⁹, sendo que esta forma de significar língua poderia ser uma pista de um possível lugar teórico que daria base a uma forma de compreensão dos problemas linguísticos tratados pela UNESCO. A questão é que não temos uma explicitação deste lugar teórico que vai sendo apreendido por nós, leitores/navegadores do *site*, como se fosse algo naturalizado e que pela voz de um enunciador universal significa o que se diz como uma verdade. O que gostaríamos de ressaltar é que o fato de uma filiação teórica não aparecer marcada⁵⁰, e em muitos momentos termos o apagamento da Linguística enquanto Ciência, faz com que o que se diz sobre língua seja significado fora de uma reflexão teórica/científica ou

⁴⁹ Isso aparece no final do capítulo 2.

⁵⁰ No *site* que analisamos, há uma entrada na seção “*Lenguas en Peligro*” que apresenta uma lista de trabalhos em uma referência bibliográfica. Se lançarmos nossos olhares para os documentos que aparecem postados no *site*, também veremos que há uma autoria que pode indiciar um lugar teórico. Nossa questão, no entanto, é que esta relação com a Ciência, que poderia ser marcada por citações diretas a trabalhos de estudiosos da área, por exemplo, não ocorre no corpo do texto que estamos estudando.

ainda um efeito de homogeneização de ciência. Ou seja, cria-se o efeito de que o que se diz é algo posto, um fato empírico, constatado, inquestionável. Estes apagamentos serão mostrados em nossas análises com mais rigor. Neste momento, gostaríamos de pensar de que forma poderia estar posta a relação entre *língua* e *cultura* dentro de um quadro teórico/científico para que, posteriormente, possamos fundamentar de maneira mais adequada nossos resultados.

Este caminho será feito a partir da relação entre Antropologia e Linguística, entendendo que a primeira abre campo para a discussão da cultura e a segunda apresenta como seu objeto teórico a língua. Mais especificamente, e muito por conta do apagamento da Linguística nos *sites* que estamos estudando, pensaremos na forma como a Antropologia propõe o tratamento da questão linguística, em uma visada que pretende apontar possíveis formas de articulação entre *língua* e *cultura*, e seus desdobramentos para pensar as questões linguísticas dentro desta área de conhecimento.

A Antropologia, em muitos de seus estudos, toma para si a língua enquanto objeto na medida em que entende que há uma relação fundamental entre língua e cultura. Para Duranti (2000) “hoy día, la cultura se emplea para explicar por qué las minorías y los grupos marginados no se integran fácilmente en las principales corrientes sociales ni se mezclan con ellas” (DURANTI, 2000:47). Teríamos, assim, um deslocamento da língua, objeto da Linguística, para língua objeto da Antropologia, por este campo de estudo entender a língua como parte da cultura. Segundo o autor “la premisa de la antropología lingüística es que debe entenderse el lenguaje como una práctica cultural” (DURANTI, 2000:47)

De acordo com este autor haveria um elemento que distinguiria o trabalho dos que se filiam à antropologia linguística daqueles que estudam a língua, como por exemplo, dialetólogos e sociolinguistas⁵¹. Esta distinção estaria relacionada à forma como a linguagem é tratada já que para os antropólogos linguistas o fato de a considerarem “um conjunto de estratégias simbólicas que formam parte del tejido social y de la representación individual de mundos posibles o reales” (DURANTI, 2000:23) os permitiria tratar de maneira inovadora temas próprios do campo da Antropología. Para este autor:

Esta perspectiva permite a los antropólogos lingüistas abordar de manera innovadora algunos de los temas y asuntos que constituyen el núcleo de la

⁵¹ Devemos dizer que, de uma forma geral, pelas leituras feitas dentro desta área de conhecimento (Antropologia), parecem entender que a Linguística está circunscrita a estes domínios: a Sociolinguística, Dialetologia e a Etnolinguística, ou seja, quando dizem Linguística, estão referindo estes lugares.

investigación antropológica, como las políticas de la representación, la constitución de la autoridad, la legitimación del poder y de las bases culturales del racismo y del conflicto étnico, el proceso de socialización, la construcción cultural de la persona (o del individuo), las políticas de la emoción, la relación entre la acción ritual y las formas de control social, el dominio específico del conocimiento y la cognición, el hecho artístico y las políticas de consumo estético, el contacto cultural y el cambio social. (DURANTI, 2000:23)

Pensar na cultura e no que esta palavra pode designar é, sem dúvida, uma tarefa complexa, tão rebuscada quanto à proposta desta tese que se ocupa em pensar o sentido de *língua*. Justamente por esta razão é importante alertar sobre o caráter sintético do que vamos apresentar já que nosso objetivo é traçar alguns apontamentos que possam lançar luz aos nossos resultados de análise, momento central do nosso trabalho. Também é importante dizer que não pretendemos adotar um conceito de língua e/ou cultura, pois acreditamos que este posicionamento exigiria adentrar de forma muito mais consequente nas leituras em torno destes temas o que nos levaria a outra tese⁵². Ficaremos, assim, com o que se produz como efeito de sentido em torno destes conceitos, seja no capítulo em questão, seja no resultado de nossas análises.

Segundo Duranti (2000) a noção de *cultura* tem sido alvo de críticas por conta das diferentes conceituações, mais especificamente no que se refere às noções que apagam toda a complexidade e contradições que este termo possa referir a partir de um olhar totalizador. (DURANTI, 2000)

Muchos científicos sociales, incluyendo algunos antropólogos, han contestado que la noción de cultura se identifica así con un programa colonial de supremacía intelectual, militar y política por parte de los poderes occidentales sobre el resto del mundo, que no puede ejercerse sin asumir una serie de engañosas dicotomías como “nosotros y ellos”, “civilizado” y “primitivo”, racional e irracional, educado y analfabeto, etc. La cultura es lo que otros tienen, lo que los hace y los mantiene diferentes, separados de nosotros. (DURANTI, 2000:47)

Corroborando o que nos aponta Duranti, poderíamos dizer que esta forma de pensar cultura, sem dúvida, permeia um senso comum sobre o que ela seja e por vezes aparece

⁵² De qualquer maneira, a forma como entendemos a produção dos sentidos nos afasta deste tipo de busca por uma única delimitação conceitual.

significado em discursos de democratização que em uma postura colonizadora, lança olhos para os problemas dos povos a serem civilizados, em uma relação estreita com a preservação da cultura.⁵³ Dentre as diversas vertentes e campos da Antropologia, apontaremos alguns modos a partir dos quais podemos estabelecer a relação entre a *cultura* e a *língua*.⁵⁴

A primeira delas seria apresentar a ***cultura como conhecimento***. Esta forma de tratar a cultura está estreitamente ligada às questões cognitivas dentro do que se nomeia Antropologia Cognitiva, ou ainda, Etnociência⁵⁵. Pelo fato de *aprendermos* a cultura, haveria uma forma similar de pensar e entender o mundo. Assim, “conocer una cultura es como conocer un lenguaje; y lo más, describir una cultura es como describir un lenguaje” (DURANTI, 2000: 53). A linguagem e o domínio de suas formas e categorias seriam indícios para entendermos como determinado indivíduo faz parte de determinada cultura. Desta forma, haveria um elo entre linguagem e cultura na medida em que os indivíduos da mesma cultura compartilhariam e processariam de uma mesma maneira os conhecimentos proposicionais, procedimentais e as normas de inferências para realizarem os juízos sobre a verdade de certas proposições. (DURANTI, 2000:54). Segundo Duranti, haveria uma outra linha dentro desta perspectiva que relaciona a cultura e a cognição a partir de estudos mais recentes em que estaria em pauta aquilo que é inato e não mais as normas linguísticas “entes naturales, categorias o concepto sobre las que es posible realizar inferencias sin tener una teoría o modelo explícito” (DURANTI, 2000:54)⁵⁶. Seria uma forma de dizer que a cultura possui bases universais (DURANTI, 2000:56) e que “la experiencia de las personas no es base suficiente para justificar la adquisición de determinados conceptos culturales” (DURANTI, 2000:56)⁵⁷. Numa terceira perspectiva a cultura não seria somente da ordem do mental, mas estaria distribuída socialmente, o que tira do foco o indivíduo como produto final da cultura e o conhecimento como algo oriundo da mente, dando relevo ao ambiente externo no qual a cultura estaria distribuída⁵⁸. Poderíamos dizer também da visão que toma a cultura como “organización de la diversidad” na linha do que propõe Anthony Wallace (1961)⁵⁹ (DURANTI, 2000:59).

⁵³ Esta questão será retomada, mas já foi explicitada na análise que apresentamos no capítulo 2.

⁵⁴ Tomaremos o que é apresentado no capítulo *Teorias de la cultura*, presente no livro de Duranti (2000).

⁵⁵ Alguns nomes importantes que trabalham com esta linha teórica: Gregory Bateson, Brent Berlin, Paul Kay, Harold Conklin, Ward Goodenough, Dell Hymes, Stephen Tyler, Charles Frake, dentre outros.

⁵⁶ Há, sem dúvida, uma relação estreita com o que Chomsky (1965,1968) apresentará como o principio da linguagem inata (cf. Duranti, 2000:56).

⁵⁷ Boyer (1993) – *Sign to Symbol, Symbol as Sign: Cognitive Aspects of a Social Process*.

⁵⁸ Edwin Hutchins (1995) – *Cognition in the Wild*.

⁵⁹ Wallace (1961) – *Culture and Personality*.

Outra forma de tentarmos entender a cultura seria tomá-la *como comunicação*⁶⁰. Nesta linha, a cultura é entendida como um sistema de signos partilhados que podem representar o mundo, comunicando através de seus atores sociais. Entendendo o homem como um animal simbólico (Cassirer, 1945)⁶¹ e a cultura como uma floresta de símbolos (Turner, 1980)⁶², esta é tomada enquanto algo que comunica o mundo. Nesta perspectiva teríamos trabalhos como os de Lévi-Strauss, que propõe a ideia de *bricolage* a partir da qual explica que são os recursos disponíveis em dada sociedade que determinam os diferentes modos de pensar, partindo do pressuposto de que a mente humana é a mesma em todos os lugares. Para desenvolver esta proposta, apoia-se em métodos da linguística para propor uma forma de entendimento das transformações sociais a partir da proposta de categorias universais de pensamento humano.⁶³ Duranti nos diz que Levi-Strauss “creía que no es la gente la que se comunicaba a través de sus mitos, sino los mitos los que se comunican através de la gente”. (DURANTI, 2000:63). Também teríamos, nesta linha, os trabalhos de Clifford Geertz que tratará da cultura a partir da ideia de “manifestações culturais” às quais devemos interpretar já que são atos de comunicação.

Na linha que trata *a cultura como sistema de mediação* esta funcionaria como uma espécie de guia na medida em que organizaria as ferramentas que mediam a relação do homem com o mundo. Seriam estas ferramentas que nos permitiriam representar e interpretar o mundo em que vivemos. (Duranti, 2000). O entendimento de que a cultura organiza a forma como operamos estas ferramentas, toma a língua como um sistema de mediação, notadamente em uma estreita relação com a teoria dos atos de fala. A linguagem se apresentaria, assim, como uma forma de atuar na sociedade. “Para esta teoría, la cultura incluye objetos materiales como el paraguas y objetos ideacionales como los sistemas de creencias y los códigos lingüísticos” (DURANTI, 2000:69). Nesta perspectiva poderíamos pensar em teóricos como Vygotsky e Sapir, por exemplo.

Com a chegada dos chamados pensamentos pós-estruturalistas no final dos anos 60 e no início dos anos 70 há um questionamento em torno dos preceitos estruturalistas e um retorno às questões históricas (diacronia e historicismo). Vêm à tona os questionamentos sobre as questões multiculturalistas. Dentro desta perspectiva Duranti aponta teóricos como

⁶⁰ Nesta filiação podemos citar nomes como Edmund Leach, Clifford Geertz, David Schneider, Victor Turner, Dan Sperber, Mary Douglas.

⁶¹ Cassirer (1945) – *Antropología filosófica*.

⁶² Turner (1980) – *La selva de los símbolos*.

⁶³ Como a analogia que propõe entre o modelo binário de Jakobson para distinguir a cultura e a natureza. (cf. Duranti, 2000).

Heidegger e Bourdeui que vão propor a *cultura como um sistema de práticas* as quais nos levariam de fato à elaboração de conhecimento e de compreensão. De acordo com Bourdeui (1991)⁶⁴, a língua não é um sistema autónomo, mas um sistema que se define ativamente por processos sociopolíticos. Ainda nesta vertente, podemos tomar a língua como um meio para que sejamos parte ou não de uma determinada comunidade; ela seria uma forma de acesso e pertencimento a um grupo.⁶⁵

3.2.1. A questão do relativismo linguístico e a relação entre língua e cultura

Poderíamos pensar as questões culturais, tratando a *cultura como algo diferente da natureza*. Segundo esta perspectiva, marcada nos trabalhos do alemão Franz Boas, teríamos uma diferença entre cultura e a natureza, sendo que a primeira seria um produto social, e a segunda algo inato ao homem. Neste entremeio, a linguagem ocupa um lugar importante já que a criança nasce com a capacidade de adquirir linguagem e desenvolve uma forma específica de se comunicar (gestos, expressões, vocabulário) de acordo com o seu entorno. Assim, “la adquisición del lenguaje, la naturaleza y la cultura interactúan de varias maneras para producir el fenómeno único de los lenguajes humanos” (DURANTI, 2000:49). Segundo Duranti, esta forma de tratar a relação entre biológico e natural, notadamente influenciada por filósofos como Kant (“la cultura como capacidad de establecer fines arbitrarios y una condición necesaria para la libertad humana”) e Hegel (a cultura como um estranhamento e a possibilidade de “salir de nuestra visión limitada de las cosas y tomar el punto de vista de otro”) a cultura é tomada enquanto um elemento que se sobrepõe às capacidades biológicas e a linguagem passa a ser vista como parte da cultura, servindo para categorizar o mundo natural e cultural (DURANTI, 2000:50). A taxonomia ganha, assim, um papel fundamental de revelar, através da linguagem, o mundo natural e cultural de um determinado grupo.

Os trabalhos de Boas⁶⁶ influenciarão de forma decisiva a antropologia cultural americana (DURANTI, 2000:85) e mais especificamente o que Sapir e Whorf propõem⁶⁷ enquanto a questão do **relativismo linguístico**. Para Boas não haveria como entender a cultura sem acesso às línguas já que os sistemas linguísticos seriam guias para os sistemas culturais. Ainda defendia que o que se apresenta como diferenças lexicais entre uma língua e

⁶⁴ Bourdieu (1991) – *Distinction, A Social Critique of the Judgement of Taste* (apud Duranti)

⁶⁵ Esta forma de pensar cultura aparece de forma latente na DUDL, como vimos no capítulo 2

⁶⁶ Entre a vasta obra de Boas podemos citar *The Mind of Primitive Man* (1911), *General Anthropology* (1942) e *Race, Language and Culture* (1940)

⁶⁷ Mais adiante discutiremos a autoria desta proposta.

outra poderia ter uma motivação cultural. De acordo com Kroeber (1963) “la cultura empezó cuando apareció la lengua; y de ahí en adelante el enriquecimiento de una se traducía en un mayor desarrollo de la otra” (KROEBER [1923],1963:102 *apud* DURANTI,2000:85)⁶⁸. Esta forma de relacionar língua e cultura proposta por Boas ecoará em trabalhos posteriores dentro da Antropologia.

A obra do linguista e antropólogo alemão Edward Sapir tem destaque no grupo dos que seguem a linha teórica de Boas. Afetado pelas questões propostas por Humboldt⁶⁹, que segundo Ducrot & Todorov (2010:70) estabelece que “é antes a linguagem [e não a realidade] que organiza para nós o mundo circundante” e pelos trabalhos de Boas, de quem foi aluno, ficou conhecido pela “hipótese Sapir-Whorf” segundo a qual haveria uma relação entre a linguagem e o pensamento na medida em que a primeira orientaria a forma de pensar do indivíduo. De acordo com Ducrot e Todorov (2010):

Fundamentando-se em algumas afirmações de Sapir, Benjamin Lee Whorf pretendeu mostrar que as categorias mais fundamentais do pensamento, a do tempo, do espaço, do sujeito e do objeto, etc., não são as mesmas, por exemplo, em inglês e numa língua não indo-europeia, como a dos índios Hopi. (DUCROT & TODOROV, 2010:70)

No entanto, de acordo com Machado I. (2011), muito por conta da heterogeneidade de sua obra, há indícios de que o relativismo linguístico, como foi interpretado postumamente, não tenha sido de fato uma proposta de Sapir.

A obra de Sapir, assim como a de tantos outros pensadores, é bastante diferente entre si. O autor tratou de diversos assuntos e seu pensamento se caracteriza em grande medida por variações e reformulações. Desse modo, é curioso que o nome de Sapir batize a hipótese Sapir-Whorf, uma vez que ele nunca a formulou. A ele também foi atribuído o relativismo linguístico, termo que, ao que se tem notícia, ele também não definiu. (MACHADO I., 2011:101)

⁶⁸ Kroeber (1963) – *Antropology: Culture Patterns and Processes*.

⁶⁹ É notável a influência de Humboldt em uma série de autores, podendo ser tomado enquanto precursor de uma ‘verdadeira escola de pensamento’ (PEVEAU&SARFATI, 2006:18). Poderíamos apontar alguns nomes como Steinthal, Wundt e Weisberger, na Alemanha; Guillaume na França; Boas, Sapir; Bloomfield e Chomsky no EUA. (PEVEAU&SARFATI, 2006)

Auroux (1998) chama atenção para outra questão em torno da obra sapiriana e que poderíamos dizer que se relaciona ao que nos diz Machado I. (2011). O autor discorre como o relativismo se coloca a partir da forma como é interpretado e entendido:

Para a ontologia, a questão essencial é saber se a relatividade linguística, que é um fato averiguado, ocasiona: i) a ausência de conteúdos universais expressos pelas línguas; ii) a intraduzibilidade de língua a língua; iii) a relatividade na expressão dos conhecimentos em uma língua dada. Frequentemente, dá-se o nome de “relativismo linguístico” a uma dessas três teses ou à sua conjunção; o problema é então saber se a relatividade linguística ocasiona o relativismo linguístico. (AUROUX, 1998:194)

De qualquer forma, sem a pretensão de adentrarmos nestas polêmicas, interessa-nos que estas formulações circulam e movimentam uma série de interpretações sobre as questões culturais e linguísticas que incidem como veremos em nossas análises, nas propostas de preservação das línguas.

Vejamos algumas formulações apresentadas pelo autor em dois textos: *A posição da Linguística como Ciência e Língua e Ambiente*, ambas presentes no livro *Linguística como Ciência* de 1969. Segundo este autor “a linguagem é um guia para a realidade social” (SAPIR, 1969:20). Desta forma, é pela linguagem que temos acesso ao que ele chama “realidade social”, o que faria com que as línguas pudessem servir como material para as Ciências Sociais. Para Sapir “a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida” (SAPIR, 1969:26)

É justamente por ser a língua uma espécie de comportamento humano mais estritamente socializado do que qualquer outro, nos quadros da cultura, e ao mesmo tempo apresentar em seus lineamentos e tendências uma regularidade a que só as ciências naturais costumam dar formulação, que a linguística é de importância estratégica para as metodologias das ciências sociais. (SAPIR, 1969:26)

Desta forma, a cultura pode ser transmitida pela língua já que ela refletiria os interesses de uma nação em relação a certo ambiente (SAPIR, 1969:46). Assim, “no que concerne a língua, toda a influência ambiental se reduz, em última análise, à influência da

parte social do ambiente”. (SAPIR, 1969:45). De acordo com Sapir, podemos considerar a língua como um reflexo do mundo “um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano [...]” (SAPIR, 1969:44).

Olhando mais pontualmente para o primeiro texto, *Linguística como Ciência*, trabalharemos em torno de dois aspectos importantes: primeiro para compreender a visão do autor sobre a relação entre língua e cultura, assunto do qual nos ocupamos em boa parte deste capítulo e que já apresentamos no início desta seção, mas, principalmente, para um fechamento de nossa discussão a partir da forma como o autor aponta a relação da Linguística enquanto uma Ciência, localizando seu papel e lugar diante das outras Ciências. Este texto nos pareceu um bom caminho para concluirmos algumas questões em torno do que desenvolvemos até o momento, para articular os elementos que nomeiam o capítulo em questão: língua, cultura e ciência.

Sapir inicia este texto falando do início da Linguística que começou “sua carreira científica com o estudo comparativo e a reconstrução das línguas indo-europeias” (SAPIR, 1969:17), ressaltando os métodos resultantes destes estudos. Em seguida, expõe seu objetivo:

O principal objetivo deste artigo, entretanto, não é insistir no que a linguística já realizou, mas antes assinalar algumas conexões entre a linguística e outras disciplinas científicas, bem como, sobretudo, debater em que sentido se pode chamar à linguística uma “ciência” (SAPIR, 1969:19)

Pois bem, a forma como Sapir desenvolverá esta questão corrobora algumas conclusões a que chegamos por conta do que apresentamos nos primeiros capítulos e por algumas questões latentes de nossas análises. Antes, no entanto, de apontar tais conclusões, vejamos alguns trechos do texto de Sapir, relevantes para nosso propósito.

De acordo com o autor, o avanço nos estudos linguísticos é de grande valor para outras áreas já que “a língua está se tornando um guia cada vez mais valioso no estudo científico de uma dada cultura” (SAPIR, 1969:19). É neste sentido que vai sendo significada a formulação de que ao compreender a língua, compreendemos a sociedade e a cultura. A língua, entendida pelo seu caráter simbólico, faz com que o autor considere a linguagem como “o guia da simbolização da cultura” (SAPIR, 1969:21); entender esta simbologia é a tarefa da Linguística:

A correção da linguagem, ou o que se poderia chamar o “estilo social” da linguagem, está longe de ser apenas de interesse estático ou gramatical. Modos peculiares de pronúncia, torneios locucionais característicos, termos de gíria, terminologias profissionais de toda sorte – eis aqui outros tantos símbolos das múltiplas maneiras em que uma sociedade se estratifica, sendo assim de crucial importância para se entender o desenvolvimento das atitudes individuais e sociais. Ora, não será possível ao estudioso de sociologia bem avaliar fenômenos dessa ordem, se não tiver noções muito claras do quadro linguístico sobre o qual se projetam os simbolismos sociais assentes na linguagem. (SAPIR, 1969:21-22)

A questão que se coloca é, então, a forma como a Linguística trabalha em torno da exploração destes símbolos, a língua, sua descrição e suas regularidades que servem às outras Ciências, pois, segundo o autor “a compreensão dos mecanismos das línguas é necessária ao estudo quer dos problemas históricos, quer dos problemas de comportamento humano” (SAPIR, 1969:25). Desta forma, a Linguística ganha sua importância por servir às outras Ciências, sendo este seu caráter científico.

Mesmo que Sapir diga nas linhas finais deste texto que há uma grande importância dos estudos linguísticos para a “interpretação da conduta humana em geral”, alertando que os linguistas devem “enxergar além dos elaborados padrões que depreendem em seu estudo”, fica posta uma espécie de subserviência da Linguística às outras Ciências.

Que estas questões trazidas pelo texto produzido em meados do século XX ecoem em nosso *corpus*, parecem indícios de que esta visão antropológica que afirma, mesmo que por diferentes olhares, o fato de que “a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida” (SAPIR, 1969:26) movimenta o deslocamento da Linguística enquanto *a Ciência da Linguagem*, apagando seus desdobramento e novos horizontes como ciência no século XXI. Nossa percepção de que por Linguística entenda-se apenas uma fatia de suas possibilidades (sociolinguística, dialetologia e etnolinguística) no decorrer da revisão bibliográfica, corrobora nossa questão de que seu caráter científico é restrito e que assim como língua *pertence* à cultura, a Linguística *pertence* e trabalha para as Ciências Humanas.

.....

Nesta breve passada por algumas vertentes antropológicas que tratam da relação *língua e cultura*, podemos apreender o quão complexo é, por um lado, dizer o que é cultura e por outro, circunscrever uma forma de tomar a relação cultura e língua. De qualquer modo, por conta do lugar de partida do qual pensamos esta relação, a Antropologia, fica clara uma espécie de subordinação da língua à cultura. Acreditamos que esta possa ser uma pista importante a ser levada em consideração em nosso trabalho de análise que acreditamos poder embasar nossa percepção de que há um apagamento da Linguística em nosso *corpus*. Isso porque ao estar subordinada à cultura enquanto parte ou ainda enquanto a serviço dela, os problemas linguísticos que são denunciados pelo *site* da UNESCO na verdade são, antes de tudo, problemas culturais, e que, portanto, competem a outros domínios de saber e não à Linguística resolver.

Voltemos, agora, nosso olhar para uma questão que corrobora o que vimos dizendo até o momento sobre a relação entre *língua e cultura* na qual a primeira é significada como aquilo que carrega a segunda; vejamos como a tradução é apresentada como um mecanismo de democratização linguística e cultural, tanto pelo o que disposto no *layout* do *site*, como pelo que é enunciado. Apresentaremos, no próximo capítulo, uma discussão bastante pertinente que dá consequência ao que apontamos no decorrer dos capítulos 2 e 3 e que permite, também, uma retomada do que foi apresentado no capítulo 1 sobre o funcionamento político do espaço de enunciação.

CAPÍTULO 4

POLÍTICA E A DEMOCRATIZAÇÃO LINGUÍSTICAS: A QUESTÃO DA TRADUÇÃO

*Traduttore, traditore*⁷⁰

Neste capítulo⁷¹, pretendemos desenhar o percurso de questionamentos que nos levam a incluir a problemática da tradução dentro do quadro de questões que podem ajudar a resolver a pergunta central de nossa tese: qual o sentido da palavra “língua” em nosso *corpus*?

Pois bem, ao questionar o sentido da palavra “língua”, muitas outras questões acabam cruzando nosso percurso. Uma delas é a questão das políticas linguísticas que são enunciadas nos textos postados no *site*. Primeiro, por apresentarem em seus enunciados a palavra “língua”, objeto deste estudo, seja de forma direta ou por derivação (linguística, linguagem, de língua). Em segundo, por designarem a palavra “língua” no texto, na enunciação sobre as práticas linguísticas. Deixaremos, por hora, esta questão de lado⁷² para, neste momento, debruçarmo-nos sobre outro assunto que consideramos pertinente de ser discutido.

Tratemos, então, da problemática da tradução na relação entre as línguas que circulam no *site*. Esta problemática poderia ser pensada sob dois aspectos: temos a questão da tradução da palavra “língua”, ou seja, o movimento de pensar sua designação a partir de enunciados formulados em língua estrangeira e toda discussão em torno do sentido da palavra em diferentes línguas. Outro aspecto apresenta-se na própria materialidade do *site* que

⁷⁰ O trocadilho italiano coloca a questão do tradutor que supostamente trairia os leitores na medida em que precisa manipular o texto original no exercício de transpô-lo para outra língua

⁷¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada na Jornada de Política Linguística promovida pela UFSCar, realizada em São Carlos em maio de 2014. O título da apresentação foi “Política Linguística e Tradução: Algumas Reflexões”.

⁷² No capítulo 7 retomamos a questão.

apresenta os textos que analisamos. Sobre esta segunda questão, gostaríamos de expor algumas considerações.

4.1. As línguas oficiais e o político na divisão

Ao iniciar a organização do material que propomos estudar, ou seja, os textos do *site* da UNESCO, fomos tocados por questionamentos relacionados, não só ao fato de sermos linguistas, portanto levados pelas questões da linguagem, mas também pelo fato de sermos falantes de uma língua, o que nos determina enquanto sujeitos e nos identifica enquanto pertencentes a um determinado lugar pela relação de identificação que se estabelece entre língua e nação.

O primeiro destes questionamentos ocorreu quando, ao navegar pelas possibilidades de acesso aos conteúdos do *site*, formulamos a hipótese sobre o incômodo que seria, enquanto leitores e pesquisadores falantes do português, e aqui considerando o falante em sua qualidade de pessoa no mundo, na relação com o simbólico, se só pudéssemos ter acesso aos textos desta forma:



Figura 3 - Página de abertura do *site* em mandarim

Com certeza isso nos obrigaria a, pelo menos, duas coisas: um grande esforço em aprender esta língua estrangeira ou a uma mudança radical de planos no que diz respeito aos nossos objetivos de estudo, afinal, como poderia estudar um texto escrito em uma língua desconhecida, com a qual não nos identificávamos e cuja grafia era totalmente ininteligível, indecifrável?

No entanto, o canto esquerdo do *site*, apresentava 6 palavras⁷³ (1.English 2.Français 3.Español 4.Русский 5.العربية 6.中文)⁷⁴ dentre as quais três nos permitiam significar enquanto pertencente àquele espaço, por compreender o que designavam, e por saber que o domínio da língua espanhola e o da língua inglesa, permitiriam a realização do trabalho. Estas 6 línguas presentes no canto superior esquerdo da página são as línguas oficiais da UNESCO. Esta percepção, ainda que subjetiva, aponta para uma questão bastante importante e pertinente sobre o funcionamento do espaço de enunciação e que não podemos deixar de destacar: a hierarquização e distribuição das línguas. Ou seja, há uma distribuição no que diz respeito às línguas que estão presentes no *site* e isto é inerente ao espaço de enunciação. Isso nos leva a formular, na relação com as enunciações de democratização e implementação do multilinguismo, propostas pela UNESCO, um novo questionamento: *por que não há o Português?*

Foi neste momento que a tradução, antes fora de nossas questões de análise, apresentou-se como uma reflexão fundamental para o trabalho que vínhamos desenvolvendo. A compreensão da forma como a tradução pode operar a circulação das línguas no *site*, sem dúvida, traria contribuições importantes para a tese. Ao nos propormos estudar o sentido da palavra “língua”, não podíamos deixar escapar a forma como se dava esta distribuição de línguas no *site*, esta hierarquização, e um exercício ainda maior que seria pensar que consequências isto poderia trazer para o estudo sobre a designação. Assim, propusemo-nos a refletir sobre as relações entre as línguas, explicitadas na própria organização, no *layout* do *site* que oferece seus textos traduzidos para as 6 línguas oficiais, e que, desta forma, divide o *site* em 6 partes com os “mesmos dizeres”. Nossos esforços estão em apreender quais seriam as contribuições que esta compreensão traria para o estudo da designação da palavra “língua”, objetivo da tese. Ou seja, pensar de que forma a divisão do espaço de enunciação e a distribuição das línguas já funcionava ou não, na designação da palavra.

⁷³ Vale notar o fato de como isso configura uma distribuição (assimétrica, política) de línguas no espaço de enunciação em questão

⁷⁴ As línguas apresentadas são as seguintes: *English* é o inglês; *Français* o francês; *Español* o espanhol; *Русский* o russo; *العربية* o árabe e *中文* o chinês.

A possibilidade de ler em diferentes línguas as informações de um mesmo *site* faz significar um sentido de democratização já que, desta forma, garantimos acesso à informação. Por outro lado, o próprio movimento de delimitação faz funcionar os cerceamentos políticos que no caso da UNESCO, estão significados pela designação “línguas oficiais”. Diante das mais de 6.000 línguas (alguns estudos apontam quase 7.000)⁷⁵ faladas hoje no mundo, eram somente 6 as que tinham conquistado o espaço para serem enunciadas na oficialidade. Como a relação com a oficialidade atribuída a estas 6 línguas significava as línguas excluídas deste grupo?

Por outro lado, seria possível, desejável, necessário resolver esta desigualdade linguística? Seria possível acessar o *site* em todas as línguas do mundo? Seria a tradução a grande chave para resolver este problema? Seria a tradução a arma da democratização linguística?

4.2. Tradução e Internet: a grande solução para a democratização linguística?

A tradução aparece hoje como uma forma de acesso à informação, muitas vezes uma espécie de ferramenta divina, paradoxalmente atrelada à ideia de uma língua universal, onde não seria necessário traduzirmos nada; um meio de solucionar a problemática babélica do mundo atual, problemática esta que fica ainda mais evidenciada quando pensamos nas possibilidades de interação que brinda o “cibermundo”.

Pensando no caminho dado pela tradução e o desenvolvimento cada vez mais sofisticado das ferramentas de tradução automática e as dezenas de aplicativos tão acessíveis a todos, parece cada vez mais próxima esta possibilidade de domínio das línguas, de acesso a um todo que se apresenta enquanto algo que poderia driblar o caráter inalcançável do multilinguismo, garantindo um acesso universal à informação no simples movimento do *Ctrl C –traduzir- Ctrl V*. Estas ferramentas reconfiguram, inclusive, o trabalho nas escolas, afinal, os que lecionam língua estrangeira, com certeza já se depararam com os textos caóticos produzidos pelos alunos “plagiadores” de tradutores automáticos ou ainda ficaram estupefatos ao saber que aquela bela tradução tinha sido realizada por um computador. Segundo Martins (2012):

⁷⁵ Dados apresentados no próprio site da UNESCO.

Em 2009, na competição anual entre sistemas de tradução promovida pelo NIST (NIST, 2009), o Google Translate, sistema baseado em aprendizagem de máquina, de natureza puramente estatística, que não conta com dicionários, gramáticas, bases de conhecimentos ou qualquer outra forma de organização do conhecimento linguístico, e que tinha então apenas um ano de vida pública, superou sistemas que vinham tentando representar para a máquina o que os humanos sabemos sobre a linguagem, alguns dos quais vinham sendo desenvolvidos de forma sistemática, havia 30 anos. (MARTINS, 2012:145)

Por estas e outras questões, torna-se inevitável refletir sobre a tradução que pode vir a ser uma questão de Política Linguística, já que atua diretamente sobre a relação que os falantes vão estabelecer com sua própria língua e mais especificamente com a língua estrangeira, funcionando enquanto instrumento de acesso de um falante e de uma língua a determinados espaços, viabilizando propostas, por exemplo, de acesso das línguas minoritárias ao ciberespaço, na medida em que poderíamos partir do inglês e estender a informação a estas outras línguas. No *site* da UNESCO, a possibilidade de acesso a um “mesmo” conteúdo em 6 línguas trará questões importantes para pensar de que maneira funciona a política no movimento de democratização linguística.

Ainda pensando na relação e nos sentidos que se constituem pela configuração de uma hierarquia das línguas em determinados espaços, não podemos deixar de pensar no inglês, considerado como a “língua da globalização”. Em “Colonização, globalização, tradução e autoria científica”, Orlandi (2003) faz uma discussão sobre o funcionamento da tradução no texto científico. Segundo a autora, há uma especificidade neste gesto quando consideramos as línguas que se traduzem e para quais línguas são traduzidas. Neste texto, Orlandi aborda a questão hierárquica que se coloca a partir da relação entre as línguas: o inglês, a língua da Ciência, que tudo traduz, tocando no que ela denomina de a “política da língua” que seriam “injunções morfo-materiais que determinam a constituição do sujeito e do sentido na história” (ORLANDI, 2003:14). Outra questão apontada pela autora é a forma como a Ciência configura a legitimidade do que se enuncia a partir de uma relação com o lugar de onde se enuncia. Toca na questão da citação que legitima o texto enunciado e que reitera a relação de colonização na medida em que “sempre precisamos citar algum cientista estrangeiro de importância, reconhecida ou não. Mas dificilmente um estrangeiro nos cita, ainda, ou talvez, sobretudo, se o que ele diz nasceu em solo brasileiro.” (ORLANDI, 2003:15)

Com relação à tradução, a autora nos diz:

Há, ainda, um outro fato da mesma ordem da institucionalidade e da citação que é extremamente desconfortável e expressivo para quem sai de suas fronteiras de fora para dentro, ao modo da colonização. É a tradução de nossas produções científicas. Nossos textos ao serem traduzidos são, de imediato, submetidos a rigorosa censura científica. (ORLANDI, 2003:16)

Sem dúvida, a tradução posta sob este viés problematiza esta prática na regulação e silenciamento de saberes. E isto se torna uma manobra que regula sentidos por uma memória mobilizada pela língua que, na relação com a nação/Estado, está autorizada a re(des)dizer na outra língua. A partir deste foco, Orlandi (2003) nos fala sobre a “prática científica colonizadora”:

E o que significa a tradução na prática científica colonizadora? Significa re-escrita. Não se trata apenas de corrigir “formas” postas pela normatividade da língua, mas de corrigir “o modo mesmo de significar”, ou seja, de mudar o/de discurso. Não se traduz apenas, passa-se a limpo a nossa discursividade “outra”. Outra de quem? (ORLANDI, 2003:16)

Corroborando o que aponta Orlandi em seu texto, Oustinoff (2011) aponta o número de traduções publicadas que nos mostra a questão do que *deve* ser traduzido:

Se é que podemos falar em vitória, temos manifestamente, se não prestarmos maior atenção, a vitória do “Próprio” sobre o “Estrangeiro”: a tradução representa apenas de 2% a 4% das obras publicadas nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha, enquanto representa 8 a 12% na França, em torno de 14% na Alemanha, chegando a 25% na Itália e a 39% no Brasil. (OUSTINOFF, 2012:51)

Neste sentindo, em Orlandi vemos um movimento inverso permitido pela tradução: ao mesmo tempo em que ela pode ser tomada enquanto uma ferramenta, ou, nas palavras de Aurox (1992), enquanto resultado da implementação de instrumento tecnológico, que possibilita a disponibilidade de uma mesma informação em diferentes línguas, o próprio quadro que hierarquiza a língua e estabelece, no caso da Ciência, o inglês enquanto “a” língua

de unificação, funciona no silenciamento (ORLANDI, 1992), legitimando apagamentos e apropriações intelectuais.

Pensando no silenciamento, ao enunciar o *multi* no tratamento das diferenças linguísticas, produz-se, paradoxalmente, o apagamento das línguas que estão fora da oficialidade atribuída pela UNESCO e isto, ao contrário do que é dito, exclui as línguas não oficiais deste espaço de enunciação. Mais ainda, contradiz a própria Organização, se consideramos todo esforço expresso através de documentos elaborados a partir de uma série de reuniões realizadas por especialistas, com vistas à inclusão das línguas minoritárias no ciberespaço⁷⁶. Poderíamos citar, a título de exemplo, “Las Recomendaciones sobre la promoción y el uso del multilingüismo y el acceso universal al ciberespacio” que foram redigidas a partir da Conferencia Geral, celebrada em Paris, no dia 25 de outubro de 2003 e os relatórios que foram elaborados pelos Estados Membros a partir das recomendações: o primeiro relatório consolidado (2007) , o segundo (2011) e o terceiro (2015)⁷⁷.

O que é posto como evidência é que a tradução estabelece uma relação entre línguas que faz significar a possibilidade de alcance à informação. Isto, no entanto, pode funcionar em duas vias: ao traduzirmos dizemos o mesmo (apagamos as reformulações) ou ao traduzirmos para a *língua x* reformulamos o dito na *língua y*. Esta segunda proposta é de extrema pertinência dentro da problemática dos estudos linguísticos e vem sendo objeto de reflexão para os especialistas em tradução. Não adentraremos na questão de forma exaustiva, mas gostaríamos de refletir, rapidamente, sobre como isto pode ser consequente em nosso estudo. Vejamos estes enunciados retirados de nosso *corpus*:

- (1) Save Mali's Heritage Now.
- (2) Sauvons le patrimoine de Mali!
- (3) Salvemos el patrimonio de Malí.

Observando os enunciados que aparecem nas páginas do *site* nas línguas inglesa (1), francesa (2) e espanhola (3), podemos pensar em algumas questões sobre os termos usados em cada uma das traduções e questionar sobre uma suposta “fidelidade semântica”. Em que medida a palavra *now* em inglês (1) significa a exclamação em francês (2)? ; por que

⁷⁶ Sobre esta questão ver Reis 2010b.

⁷⁷ Os relatórios podem ser lidos na íntegra no site da UNESCO no link <http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/access-to-knowledge/linguistic-diversity-and-multilingualism-on-internet/normative-instruments/recommendation/>

se tornaria desnecessária a marcação no enunciado (3) presentes em (1) e (2) seja com um *now* ou com a pontuação exclamativa?

Não nos interessa dizer qual seria “a” melhor tradução ou “o” melhor método, nem mesmo que deva existir fidelidade semântica. O ponto fundamental para nós é capturar o movimento de sentido que as traduções mobilizam na relação com os enunciados que apresentam todas estas diferenças na apresentação de um “mesmo”.

É interessante observar este movimento significado no que é enunciado pela UNESCO. Há sempre uma relação hierárquica seja no quadro daqueles que ditam o que deve e como devem ser resolvidos os problemas de ordem linguística, aqueles que enunciam a política; seja na relação das línguas que estão autorizadas a enunciar as normas de acesso às línguas menos favorecidas a um mesmo patamar democrático de circulação e uso.⁷⁸ Vimos que a promoção do multilinguismo já é contrariada pelo próprio espaço de enunciação do *site* que a enuncia, pelo deslize que oficializa certas línguas em detrimento de outras, distribuindo desigualmente as línguas neste ciberespaço.

[...] não há garantias de uma estabilização na política de sentidos que se organiza nas línguas e que, impondo-se historicamente, mostra-se como natural para as práticas sociais que regulam os usos linguísticos. Muitas vezes, à revelia das instituições gerenciadoras do que se pode e se deve dizer. Diferentes sentidos se instauram, promovendo ou não rupturas, fazendo sentidos migrarem de um domínio de significação para outro, ou, ainda, resignificando sentidos já estabilizados.” (MARIANE, 2004:43)

Deveríamos então lutar para que as informações fossem traduzidas a *todas* as línguas? Isso poderia mudar o quadro hierárquico que se coloca nas relações entre línguas? Veremos como estas questões são movimentadas pelos resultados que apresentaremos no capítulo 7 em que expomos nossas análises.

⁷⁸ Isso será demonstrado nas análises, no capítulo 7.

CAPÍTULO 5

O TEXTO NO CIBERESPAÇO: A QUESTÃO DOS LINKS E A ENUNCIACÃO

*Criar meu web site
Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada
Um barco que veleje
Que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da
infomará
[...]*

Pela Internet, Gilberto Gil

Nossos recortes serão retirados de textos apresentados nas páginas do *website* da UNESCO. Poderíamos simplesmente realizar esta explicitação sem muitas delongas. No entanto, há uma configuração textual dos *websites* que nos parece importante considerar, já que trarão consequências importantes para o estudo de designação que propomos. Assim, neste capítulo, apresentamos uma reflexão mais apurada sobre a forma como o texto se configura na *web*, com maior atenção para o que chamaremos de “esquema de *linkagem*”, procurando estabelecer as relações pertinentes entre esta configuração e a forma como nós conceituamos um texto. Neste sentido, trabalharemos com a teorização proposta por Guimarães (2002, 2011) em torno do tratamento enunciativo do texto, mais especificamente sobre o funcionamento enunciativo da enumeração, e a formulação sobre o que seja um *link* em textos que tratam do ciberespaço.

5.1. O texto na Internet

5.1.1. O *hyperlink* e o *hipertexto*.

A primeira questão que se colocou diante de nós, no momento de seleção do *corpus* que propomos analisar, estava relacionada à necessidade ou não de deslocamentos teóricos para tratar do texto, ou seja, estávamos tomados por uma série de questões: o texto na Internet é igual ao texto do livro impresso⁷⁹? Um texto é sempre o mesmo independentemente de onde circula? Haveria, de fato, grandes diferenças se os textos estivessem publicados em outro meio e não no *site* da UNESCO?

Na materialidade do que se apresenta quando um texto está na Internet há uma forma de articulação importante em sua tessitura: os *links*⁸⁰ e como estes fazem funcionar a hipertextualidade. É justamente sobre esta questão que nos debruçaremos neste momento a fim de iniciarmos um caminho que nos leve às respostas que buscamos, na medida em que possamos produzir uma articulação teórica para tratá-lo na relação com a produção de sentido no acontecimento.

Não há como tratar do *hipertexto* sem esmiuçarmos a noção de *link*. O *link* ou *hyperlink* é uma ligação que se estabelece entre partes de um mesmo texto ou entre um texto e um conteúdo externo a ele. No caso da interface *www*, é uma ligação que se estabelece entre o documento de uma página com uma outra página ou endereço na *web*. Na verdade os *links* são programas que ao serem acionados fazem funcionar páginas que estão disponíveis na rede. Desta forma, os *links* são a base para o que chamaremos de *hipertexto*.

A primeira referência a esta teia de textos que posteriormente será nomeada de hipertexto, foi feita por Vannevar Bush em 1945 no texto “As we may think”⁸¹. De acordo com Cruz (2015), Bush dirige sua atenção:

⁷⁹ Esta é uma questão muito recorrente em autores como Pierre Levy, George Landow, Roger Chartier, que aparecem como referência em trabalhos que se debruçam sobre esta temática. No Brasil poderíamos apontar um interesse por parte daqueles que discutem os gêneros textuais e o letramento digital como os trabalhos de Denise Braga, Luiz Antônio Marcuschi, Antônio Carlos Xavier e Nicholas Negroponte, para citarmos apenas alguns nomes. Apesar dos distanciamentos teóricos, pareceu-nos oportuno tomar algumas formulações que julgamos ser possíveis de corroborar e outras cuja crítica nos permite um melhor deslocamento teórico.

⁸⁰ Há muitas formas de apresentar um *website* no que diz respeito ao seu *layout*, mas em geral os *links* são parte essencial para sua configuração.

⁸¹ BUSH, V. As we may think. Atlantic Monthly, v.176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>. Acesso em: 13/07/2015.

[...] aos instrumentos de registro e transmissão de informação, que ele considera estarem entre os principais desafios para os cientistas - como ler e entender tantos artigos e relatórios e acessar tantas informações e ali selecionar o que é relevante. Os instrumentos aos quais estava acostumado eram papel, lápis e fichários. (CRUZ,2015:11)

A preocupação de Bush estava centrada na assimetria entre a produção de conhecimento e a forma como isto era acessível às pessoas. Inspirado na forma supostamente desordenada do funcionamento dos processos cognitivos de memorização, que segundo o autor seriam realizados por associações, Bush propõe o Memex (*Memory Extension*), instigado pela pretensão de reunir em um aparelho as informações que foram sendo elaboradas pela humanidade no decorrer de sua existência e que deveria funcionar como uma “memória auxiliar do cientista”. Assim o Memex⁸² seria um depósito de todo material referente ao conhecimento produzido pelo homem e que pudesse estar interligado e ser consultado automaticamente. Esta questão será retomada nos anos 60 pelo filósofo e sociólogo estadunidense Theodore Nelson⁸³, discípulo de Bush (Landow, 1995), que cunhará o termo hipertexto para referir uma forma própria da informática de escrita/leitura não lineares que seria a base do Xanadu, uma biblioteca onde pudéssemos acessar os clássicos da ciência e da literatura.

Desta forma, tomando uma parte da história da palavra que é mobilizada em muitos trabalhos que se propõem discutir a questão da hipertextualidade, poderíamos destacar duas questões que pensamos pertinentes ao que propomos: 1) a pretensão de reunir *tudo* em *um* único lugar; 2) a necessidade de uma memória que guarde tudo. Estas duas questões movimentam de forma decisiva o sentido do que venha a ser a Internet, entendida como um grande arquivo capaz de armazenar “tudo”, “infinitamente”. Para Paixão (2013):

[...] dizer “os documentos estão ligados entre si” não significa dizer que essas ligações *se totalizem* em nenhum ponto. Não se totalizam: o conjunto de remissões não é definido, de modo que não há uma unidade (nem mesmo

⁸² Para maiores detalhes sobre o funcionamento do Memex, ver Landow 1995.

⁸³ “Theodor Holm Nelson, mais conhecido como Ted Nelson, nasceu em 1937 e é um Sociólogo e Filósofo americano, pioneiro na Tecnologia da Informação. Ele é o criador dos tão famosos termos **hipertexto** e **hipermídia**. [...] também foi o fundador de um projeto importantíssimo e visionário em 1960, o Projeto Xanadu, o qual possuía o objetivo de criar uma rede de computadores de interface simples para seus usuários. Seu esforço está documentado em dois de seus livros, um deles chamado de *Computer Lib/Dream Machines*, lançado em 1964, e o outro chamado de *Literary Machines*, lançado em 1981. [...]. Grande parte de sua vida adulta tem sido em favor do trabalho e promoção deste tão fabuloso projeto”. (Disponível em: <https://tecnologiaabrasileira.wordpress.com/tag/hipertexto-hipermidia-virtualidade-ted-nelson/>)

uma unidade *lógica*) à qual podemos denominar “*a web*”. O que temos são documentos *potencialmente* interligáveis por funcionamentos remissivos eletrônicos e *potencialmente* indexáveis por sistemas catalogadores. Assim, a “web” é um funcionamento que possibilita, potencialmente, o acesso e a indexação de textos – mas os textos disseminam-se, na realidade, como uma população difusa, não necessariamente interligada e não necessariamente indexada, de bilhões de documentos. As perguntas sobre “quem organiza a internet”, nesse sentido, talvez não tenham resposta, porque as premissas não estão bem colocadas. A ideia da indexação total, desconfio, liga-se à noção da “internet” como “um lugar”, um lugar imenso, onde “tudo está”. (PAIXÃO, 2013:40)⁸⁴

Deixaremos, no entanto, estas duas hipóteses em suspenso para mais adiante retomá-las.

Esta forma de organização textual deve ser pensada com cuidado quanto à sua originalidade, já que no que diz respeito à remissão a outros textos, pode-se dizer que a hipertextualidade também constitui o texto impresso. De acordo com Braga (2005):

Como indicam Burbules e Callister (2000)⁸⁵, é importante lembrar que os links eletrônicos (que possibilitam a interatividade constitutiva do hipertexto) geram uma organização textual que não é totalmente nova. A organização estrutural do hipertexto recupera e expande formas de relações inter e intra-textuais já exploradas nos textos impressos, principalmente o de natureza acadêmica. Os recursos de escrita, como por exemplo, as notas de rodapé, as referências feitas a outros textos ou as conexões explicitamente indicadas - que convidam o leitor a adiantar ou voltar atrás na leitura de um texto específico – desempenham uma função próxima daquela a ser preenchida pelos links digitais. (BRAGA, 2005:146)

Neste sentido, o hipertexto ou esta “forma de ampliação textual” pode ser compreendido de uma maneira mais geral, aplicado a outras interfaces, inclusive às impressas. Também poderíamos acrescentar aos exemplos de Braga as enciclopédias e os dicionários que

⁸⁴ Em seu artigo Paixão ainda no diz que “Para funcionar dinamicamente, é preciso que as programações para a representação do hipertexto sigam protocolos compartilhados de codificação. Foi o desenvolvimento de protocolos nesse sentido que finalmente permitiu a implementação mundial de uma rede de textos interligados a partir dos anos 1990, trinta anos depois da ideia lançada por T.H. Nelson; em especial, essa popularização se deu com a adoção generalizada da convenção de codificação de textos conhecida como “*Hypertext Markup Language*”, HTML, proposta em 1989 a partir do padrão mais técnico, anterior, o SGML “*Standard Generalized Markup Language*” (W3C, 2013d)” (PAIXÃO, 2013:26)

⁸⁵ BURBULES, Nicholas C. e CALLISTER, Thomas A. Jr. (2000) Hypertext: Knowledge at the crossroads. In Watch It: The Risks and Promises of Information Technologies for Education. Boulder, Colorado: Westview Press

nos encaminham para diferentes lugares dentro das páginas que os delimitam. De acordo com Paixão (2013)

No uso do senso-comum, o termo “hipertexto” acabou ficando muito próximo ao sentido de “texto interligado”; a possibilidade de realizar ligações com outros textos é de fato uma característica marcante do hipertexto, mas também ela está contida na sua propriedade central: a de ser constituído por *uma programação não-representacional intermediária que possibilita diferentes representações finais* para o texto. (PAIXÃO, 2013:25)

Uma característica destas ligações é que elas não se apresentariam de forma linear e é esta qualidade de acesso não linear, variável e, supostamente, relativo à escolha de cada leitor que chamamos de navegação. São considerados “os nós” que constroem o que se chama de hipertexto que seriam, então, textos formados por outros textos. De acordo com Levy (1993):

Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequencias sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa, portanto desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira. ” (LEVY, 1993:33)

No entanto, sob o rótulo de uma suposta desordenação, por conta da não linearidade e dos nós “que podem conter uma rede inteira”, não podemos desconsiderar um certo caráter volitivo na medida em que os *links* estão postos por aqueles que elaboraram o texto ao leitor/navegante; há um autor que se dedicou a construir estes nós. Ou seja, estas redes foram costuradas de forma que o autor “propositadamente apresenta ao leitor, como estratégia de marcar seu próprio percurso enquanto autor, seu estilo, sua história, seu lugar de autoria, e delineando que caminhos o leitor pode perseguir nesta(s) sua(s) leitura(s)” (CAVALVANTE, 2005:163). Vejamos que isso também pode ser tomado pelos *links* do texto impresso. Quando o autor escolhe aquilo que deve o não estar no seu texto na medida em que

dispõe determinada informação em notas de rodapés, isto também é uma forma de marcar este lugar de autoria, já que a apontará como algo fundamental ou não à sequência textual.

Ainda sobre a questão da linearidade Braga (2005) nos diz quais seriam as especificidades da chamada hiperleitura já que a leitura do texto impresso não é necessariamente linear. (BRAGA, 2005:147). Desta forma, retomando Lemke (2002)⁸⁶ aponta o caráter bidimensional do texto impresso frente as saliências do meio visual (título, parágrafos, fontes) concordando com o autor quando afirma que

o hipertexto difere radicalmente do texto impresso na medida em que oferece ao leitor apenas unidades de informação com possibilidades de trajetória e loops sem que haja um eixo narrativo ou argumentativo que os relacione entre si de forma sequencial (BRAGA, 2005:147)

Talvez esta afirmação seja um lugar interessante de reflexão importante e que acreditamos ser desconstruída pelas análises que apresentaremos nos próximos capítulos. Poderíamos de fato dizer que não há “eixo narrativo ou argumentativo”? Ou será que é justamente esta possibilidade de escolha que é dada ao leitor/navegador que constrói a narratividade e a argumentatividade?⁸⁷ Ainda segundo Braga (2005):

Essa organização textual, não depende de um eixo central que sustenta um conjunto hierarquicamente organizado de informações secundárias, exige que o leitor faça escolhas e também determine tanto a ordem de acesso aos diferentes segmentos disponibilizados no hipertexto, quanto o eixo coesivo que confere um sentido global ao texto lido. (BRAGA, 2005:148)

Apesar da possibilidade da escolha conferida ao leitor/navegante, vejamos que elas são delimitadas pelo autor da página. Assim, a liberdade é apenas um efeito de sentido que recai sobre a ideia de que na Internet há espaço para inserção e acesso de *um tudo* que está ali depositado ao alcance do nosso click! Esta formulação nos faz retomar uma passagem em que Dias (2012) discorre sobre o funcionamento do discurso sobre a tecnologia em que o sujeito individuado (ORLANDI, 2001,2012) “realimenta o sentido da tecnologia como mola

⁸⁶ LEMKE (2002). *Travels in Hypermodality*. Visual Communication, London, v. 1, n. 3, p. 299-325, 2002.

⁸⁷ Nossas análises trabalharão com bastante insistência sobre a forma como se apresenta a argumentação.

propulsora do mundo, da cultura, do conhecimento, das relações sociais e afetivas” (DIAS, 2012:21). Ainda de acordo com a autora:

[...] os sentidos de onipotência, completude, onipresença do discurso da tecnologia (o corpo tudo pode, a ciência tudo pode, o sujeito tudo pode), sentidos de uma mente controlada (seja por um chip – ciborgização por estímulos eletrônicos; seja por um discurso – ciborgização por ideologia) (DIAS, 2012:22)

Retomando a questão do suposto domínio que o leitor teria diante dos *links*, Landow (1997)⁸⁸ é citado por Primo e Recuero (2006) quando se refere a política dos *links* no que diz respeito ao “acesso e controle do hipertexto”:

Landow entende que a possibilidade de criação coletiva de links é uma questão política. Com isso em mente, em sua discussão sobre a política do acesso, sugere duas perguntas fundamentais: Quem pode criar links? Quem decide para onde os links apontam? Costuma-se defender que todo internauta tem total liberdade em escolher os caminhos alternativos que mais lhe interessam. Mas, quem determinou quais são os links que serão disponibilizados e para onde apontam? O autor desses apontadores, pois, tem um importante poder sobre a escolha do percurso alheio. Os defensores do impresso, conforme lembra Bolter (2001), vão inclusive apontar que os links dão apenas a ilusão de controle, já que os leitores podem apenas seguir os caminhos prescritos pelos autores. (PRIMO, A.; RECUERO, R, 2006:03)

Esta questão pode apontar alguns aspectos importantes para pensarmos na forma como fica estabelecida a relação autor-leitor e, desta forma, também pensar na designação. Este novo espaço de escrita, marcado por um aspecto de espaço-tempo diferente⁸⁹, está relacionado aos materiais impressos que exigem um manuseio físico e mecânico diante de uma nova dimensão de relação com o texto, uma forma de construção guiada pela busca e

⁸⁸ LANDOW, George P. *Hypertext 2.0: The convergence of contemporary critical theory and technology*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1997. O professor **George Landow**, leciona Inglês e História da Arte na Universidade de Brown; é crítico y teórico da chamada literatura electrónica e é recorrente a referência aos seus trabalhos quando o assunto é hipertexto. Dentro de sua vasta bibliografía poderíamos destacar *Hipermedia y estudios literarios* (1991); *La palabra digital: la computación basada en textos en las Humanidades* (1993); *Hipertexto: la convergencia de la teoría crítica contemporánea y la Tecnología* (Barcelona: Paidós, 1995); *Hyper/Text/Theory*. (1994). (Informações disponíveis em <http://www.victorianweb.org/espanol/misc/gpl.html>)

⁸⁹ Falamos em um suporte triádico no capítulo 1.

pelo encontro instantâneo que permite ao internauta uma autonomia muito mais rápida, no movimento de desbravamento do *site*.

[...] el hipertexto proporciona un sistema que puede centrarse una y otra vez y cuyo centro de atención provisional depende del lector, que convierte así en un verdadero lector activo, en un sentido nuevo de la palabra. Una de las características fundamentales del hipertexto es estar compuesto de cuerpos de textos conectados, aunque sin eje primario de organización.[...] El hipertexto se experimenta como un sistema que se puede descentrar y recentrar hasta el infinito, en parte porque transforma cualquier documento que tenga más de un nexo en un centro pasajero, en un directorio con el que orientarse y decidir adónde ir a continuación. (LANDOW, 1995:24)

Se a hipertextualidade se apresenta como uma qualidade não só de interfaces virtuais como as dos *websites*, mas também de interfaces impressas como índices, notas, tesouros, mapas com legendas, remissões (Levy, 1993) o que, então, singulariza o hipertexto neste contexto da Internet, já que esse funcionamento pode ser pensado em outras textualidades, não sendo, portanto, exclusivo, do ciberespaço? Lemke e Braga, como exposto anteriormente, apontam para o aspecto da bidimensionalidade; nos parágrafos anteriores nós chamamos a atenção para o suposto sentido de liberdade e o alcance infinito e totalizador que temos rememorado pela Internet. Levy (1993) responde a esta pergunta pautado nos aspectos da velocidade e da espacialidade, próprios deste espaço de escrita:

O que, então, torna o hipertexto específico quanto a isto? A velocidade, como sempre. A reação ao clique sobre um botão (lugar da tela de onde é possível chamar um outro nó) leva menos de um segundo. A quase instantaneidade da passagem de um nó a outro permite generalizar e utilizar em toda sua extensão o princípio da não-linearidade. Isto se torna a norma, um novo sistema de escrita, uma metamorfose da leitura, batizada de navegação. A pequena característica de interface "velocidade" desvia todo o agenciamento intertextual e documentário para outro domínio de uso, com seus problemas e limites. Por exemplo, nos perdemos muito mais facilmente em um hipertexto do que em uma enciclopédia. A referência espacial e sensório-motora que atua quando seguramos um volume nas mãos não mais ocorre diante da tela, onde somente temos acesso direto a uma pequena superfície vinda de outro espaço, como que suspensa entre dois mundos, sobre a qual é difícil projetar-se. (LEVY, 1993:37)

Assim, as passagens pelos nós de forma quase que instantânea e esta nova espacialidade na relação com a materialidade do texto, segundo Levy, marcariam a diferença entre o impresso e o digital. Para Dias (2004) “o (ciber)espaço está configurado de modo que cada sujeito seja um nó conectado a todos os outros” (DIAS, 2004:31)

Para pensarmos mais especificamente no contraponto entre o texto virtual e o texto impresso, tomemos a formulação de Guimarães (2002) que corrobora, a partir de um outro lugar teórico, a hipertextualidade impressa pelo funcionamento enunciativo do índice em uma revista:

O índice não é uma mera indicação de onde algo está. **É uma indicação que passa pelo sentido que o acontecimento construiu.**⁹⁰ Deste modo o índice é uma **instrução de como interpretar** tanto um modo de chegar à matéria, como a própria construção de algo como notícia, que para ser notícia é constituído por uma temporalidade específica (GUIMARÃES, 2002:14)

Neste sentido tanto a hipertextualidade impressa quanto a hipertextualidade do *site* têm esta relação com a produção de sentido de “instrução de como interpretar”. Uma instrução que significa pela forma como as palavras/expressões estão relacionadas na listagem do índice ou na expansão do *hyperlink* e de como são resignificados pelos títulos das matérias; pelos novos *link* e textos que vão sendo encadeados uns aos outros no *site*. Na relação com o *link*, poderíamos dizer que, enquanto o índice nos encaminha para *uma* direção limitada pela extensão do que está escrito *ali*, os *links* nos permitiriam navegar para *uma* direção que por sua vez se expande para *outras* direções. Queremos dizer que o *link* não é somente uma passagem; quando dizemos que ele é marcado por uma palavra estamos necessariamente diante da significação.

5.1.2. *Link* e a palavra

Algo mais pontual e que poderíamos dizer que nos interessa de forma mais relevante é o fato de como estes *links* podem ser representados de diversas maneiras: uma palavra ou um texto, sublinhado ou não, imagens, etc. e é neste aspecto que eles nos

⁹⁰ Grifos nossos.

interessam: há, muitas vezes, uma palavra que o indica/localiza e, neste caso, é esta palavra que guiará a escolha e, conseqüentemente a leitura do internauta.

Um parágrafo pode aparecer ou desaparecer sob uma palavra, três capítulos sob uma palavra do parágrafo, um pequeno ensaio sob uma das palavras destes capítulos, e assim virtualmente sem fim, de fundo falso em fundo falso (LEVY,1993:41).

Desta forma, a ideia de que o texto no ciberespaço está disposto em forma de camadas⁹¹ pode ser um caminho que nos leva justamente a pensar a enunciação a partir desta textualidade. Ou seja, como se produz a integração dos enunciados nos saltos que damos a cada click para que se tenha o efeito da unidade textual? Como pensar na enunciação relacionada e este ato de descamar um texto a que nos convida o texto no ciberespaço? Há uma questão técnica de constituição dos textos no ciberespaço que pode nos trazer algumas questões:

“la característica más curiosa” de la escritura electrónica es que no es “directamente accesible ni al escritor ni al lector. Los bits de texto no están a escala humana. La tecnología electrónica aleja o abstrae del texto al escritor y al lector. Cuando se examina un disco magnético u óptico, no se ve texto alguno... En el medio electrónico, se interponen varias capas de sofisticada tecnología entre el escritor o el lector y el texto codificado. Hay tantos niveles de aplazamientos que el lector o escritor tiene dificultad para identificar el texto: ¿es lo que hay en la pantalla, en la memoria de trabajo o en el disco?”⁹² (BOLTER,1991: 42-43 *apud* LANDOW,1995:33)

Primeiramente, diante do que já discutimos com relação a este sentido de autonomia que se coloca na relação do leitor/navegante com o autor e deste sentido de alcance que a Internet teria enquanto *uma* memória de *tudo*, podemos dizer que, enunciativamente, isso pode ter conseqüências importantes no momento em que pensamos os lugares sociais e

⁹¹ Esta indicação sobre as camadas que configuram o texto na Internet, feita pela Profa. Cristiane Dias no exame de qualificação e permitiu um olhar mais apurado para pensarmos sobre o texto no ciberespaço.

⁹² BOLTER, J. D. 1991. Writing Space. The Computer, Hypertext, and the Hystory of Writing. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.

de dizer que são agenciados na cena enunciativa.⁹³ Ao refletir sobre o texto, podemos apreender como o locutor projeta a unidade, sendo que olhar esta forma específica de organização textual constitui nosso exercício de pensar o texto no ciberespaço.

Consideraremos, assim, que a forma como se constrói um texto, como se dispõem as palavras e enunciados produz sentidos, independentemente da vontade do autor, ou seja, o fato não está em considerar ou não esta vontade, mas compreender que o sentido é independente disto. Assim a questão de uma maior/menor autonomia do leitor/navegador diante do texto na Internet, como se este tivesse mais/menos controle sobre o texto que o autor, será entendido por nós como um dos sentidos que se produz diante da forma como acessamos o texto neste espaço.

5.2. Texto, enunciação e Internet.

5.2.1. Texto e enunciação

Nosso trabalho semântico está debruçado na questão da designação da palavra, *língua*. No entanto, para esta tarefa, tomaremos sempre a relação que esta palavra, objeto de nossas análises, estabelece com o enunciado ao qual “pertence” que, por sua vez, faz parte de um texto. Desta forma, buscaremos pensar na questão da significação considerando estes três elementos indissociáveis: a palavra, o enunciado e o texto. Esta relação é tratada por Guimarães (2011) enquanto uma relação integrativa, o que caracteriza o texto não enquanto segmentos dispostos de forma a constituir um todo, “mas como integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade” (GUIMARÃES, 2011:22). Assim, “um texto integra enunciados, um texto não é composto de enunciados, e muito menos um texto não é um conjunto de enunciados existentes antes e ali reunidos” (GUIMARÃES, 2011:22). Esta consideração torna-se bastante importante na medida em que propomos uma análise semântica, o que por vezes poderia significar uma certa limitação, na medida em que haveria um nível máximo de alcance que se restringiria ao trabalho com o enunciado. Desta forma, mesmo separando didaticamente as sequências textuais para realização de nossas análises, estaremos buscando sempre articular esta relação integrativa, no movimento de pensar o sentido da palavra enunciada na relação com o texto que integra.

⁹³ Veremos em discussões mais aprofundadas em nossas análises.

Sobre o efeito de unicidade e finitude do texto, de acordo com Guimarães (2011), este é posto pela relação que se coloca, pelo agenciamento enunciativo, entre o locutor-x (lugar social) e o texto que L⁹⁴ enuncia como fonte do dizer. Desta forma:

[...] o texto é uma unidade de sentido de ser algo finito e que se caracteriza por integrar, no sentido acima definido, enunciados. Ou seja, o texto se caracteriza por ter uma relação com outras unidades de linguagem, os enunciados, que são enunciados e que significam em virtude desta relação. O texto é, nesta medida, uma unidade que se apresenta entre outras da mesma natureza. No entanto o texto não tem unidade, se esta palavra significa qualidade do que é uno, do que é homogêneo. O texto é uma unidade (termo-1), mas não tem unidade (termo-2), não é uno. (GUIMARÃES, 2011:21).

Ainda neste mesmo trabalho, o autor coloca um questionamento que pode nos ajudar a pensar no texto na Internet. Citando um trabalho de (1995)⁹⁵, o autor traz a seguinte questão: “na memória de um computador, o que é um texto? Faz sentido a noção de texto neste caso? O modo de entrar na memória informática independe do começo e fim destas sequências tomadas como texto”. Valendo-nos deste questionamento: na Internet, o que é um texto?

Vejamos que nossa forma de conceituar o que é um texto e a questão de sua unidade como um “efeito”, corrobora a hipótese lançada de que há um sentido contrário à unidade, vinculado ao texto na Internet, mas que da mesma forma é decorrente deste efeito de sentido. Dissemos que há uma forma de pensar no texto na Internet por certo caráter infinito, por uma “infinitude”, decorrente da virtualidade do digital que faz funcionar um sentido de acesso total e pleno a toda informação: sempre pode haver um *link* que nos levará a outro *link* e assim por diante. A possibilidade de desvendar as camadas sobrepostas sempre está posta como uma possibilidade, neste depósito sem fim de toda e qualquer informação, ligadas pelos *links*. O *link* aparece, assim, como uma riqueza, uma plenitude, escondida por trás de uma limitação já que ele te *encaminha* e não te liberta; fecha em vez de abrir: uma multiplicidade de escolhas limitadas (são aquelas e não outras). Toda *linkagem* tem uma

⁹⁴ Falamos de forma mais detalhada sobre os locutores no próximo capítulo. No entanto, poderíamos adiantar que o locutor L representa a fonte do dizer; já o locutor-x nos diz o lugar de dizer.

⁹⁵ GUIMARÃES, E. (1995). Texto e Enunciação. Organon, 23:63-68. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS.

dispersão por um lado e um fechamento por outro; é um lugar de direcionamento, de orientação⁹⁶. Este caminho é apresentado pelo texto no ciberespaço.

Há uma questão instrumental⁹⁷ que instaura uma diferença entre o texto impresso e o digital que incide no *ler*, na relação autor/leitor. Mesmo afirmando que há hipertextualidade nestes dois espaços, vimos que o espaço-tempo do ciberespaço faz funcionar diferentes memoráveis sobre o que entendemos do texto impresso e do digital. Haveria, assim, um memorável em torno da Internet que recairia quando pensamos sobre o texto na Internet: uma abertura para tudo! O texto impresso, por mais remissões que apresente está marcado por uma finitude constitutiva atrelado à sua materialidade, pelas páginas que o delimitam; o texto digital tem suas fronteiras borradas pela latência da possibilidade de abrirmos sempre uma nova camada.

5.2.2. O texto e o esquema de *linkagem*

Daremos, neste momento, um maior foco ao que estamos chamando de “esquema de *linkagem*” que nos permite navegar pelo *site*. Os *links*, como já dissemos, são ligações que os *sites* apresentam entre dois textos diferentes, presentes ou não na mesma página/endereço. Marcados por palavras ou expressões, vão apresentando de maneira resumida o conteúdo presente na próxima página/texto a ser acessada (o). Desta forma, vai construindo uma relação entre os conteúdos pela ligação de uma palavra/expressão com outra como uma espécie de teia; como uma rede; o hipertexto.

Uma questão importante para pensarmos é de como o *link*, representado por uma palavra/expressão, significa uma relação de exclusão na relação com o *link* ao qual determinado conteúdo não pertence⁹⁸. Por exemplo, se acessarmos um *site* na Internet que fale sobre biologia, poderíamos encontrar *links* para outras páginas/textos apresentados pelas expressões: *Reino Monera*, *Reino Protista*, *Reino Fungi*, por exemplo. O conteúdo que encontraremos no *link Reino Monera* já está significado como algo fora de *Reino Protista*, por exemplo, e esta exclusão já significa este conteúdo.

⁹⁶ Neste sentido o professor Eduardo Guimarães, no momento do exame de qualificação, lançou a hipótese de que a montagem do site teria uma argumentação.

⁹⁷ É importante lembrar a questão de que o que vemos como letra na verdade é um caractere que está atrelado a um código, como apontamos no capítulo sobre o espaço de enunciação. Vejamos como esta questão pode ser pensada na relação com o que discutimos no capítulo sobre a tradução na medida em uma língua alfabética precisa, antes de mais nada, ter suas letras codificadas para que possa circular no ciberespaço.

⁹⁸ Como vimos no capítulo 2 sobre a divisão posta entre *língua* e *ciência*.

Esta questão está relacionada ao que dissemos sobre este suposto efeito de liberdade ao acessar que marca também os sentidos das palavras. Se considerarmos que há uma relação de integração entre os elementos textuais, podemos dizer que as possibilidades de acesso vão delineando esta integração e, necessariamente, fazendo funcionar o sentido de uma determinada forma: pelo clique diante *daquelas* e não de *quaisquer* opções. Nossa questão, portanto, não se coloca na direção de uma onomasiologia que pretenda compreender a adequação da palavra/expressão que marca o *link* ao que representa e /ou se o faz de uma maneira adequada. Pretendemos trabalhar com o intuito de analisar como os sentidos são movimentados pelas relações que se colocam entre as palavras no acontecimento.

Teríamos, dentro do que estamos entendendo como *links*, dois funcionamentos específicos:

a. O *Link* que leva a outro texto.

Na imagem quando clico em “*Las lenguas y la educación inclusiva*”, apresenta-se um texto explicativo



Figura 4 . Exemplo de esquema de *linkagem* (*link* – texto)

b. O *Link* que me leva a outro *link*, os *sublinks*

Neste caso, observamos na imagem o *link educación* que apresenta uma lista de outros *links* (*elementos indispensables para la educación; creación de sistemas educativos,*

etc) que também elencam mais *sublinks* (*alfabetización, educación de adultos, formación de docentes, etc.*)



Figura 5 . Exemplo de esquema de *linkagem* (*link – sublink*)

O primeiro apresenta um funcionamento muito próximo ao do índice; já o segundo nos leva a pensar em uma possível enumeração⁹⁹. Assim, parece-nos relevante realizar este estudo com nosso *corpus*, articulando este fato à nossa teoria.

Para pensar na questão dos *links*, parece relevante considerar três aspectos de sua organização:

1. A divisão (de sentidos) posta pelos *links* dispostos na página;
2. A relação entre os *links* atrelados a um mesmo tema: os *sublinks*;
3. A questão do *link* enquanto um título de um determinado texto.

Tomaremos, em nossas análises, estes três eixos de reflexão para pensarmos de que forma os *links* se abrem para textos e/ou outros *links*.

⁹⁹ Já trataremos nas páginas que seguem o funcionamento da enumeração.

5.2.3. Os *links* e a enumeração

Pensaremos, agora, na questão dos *links* a partir da forma como Guimarães (2009a) considera a enumeração¹⁰⁰. A enumeração seria um dos efeitos da reescrituração e coloca também, em seu funcionamento, a relação de articulação. Neste sentido pensar na enumeração nos permite trabalhar a produção dos sentidos, observando os dois procedimentos enunciativos específicos: a reescrituração e a articulação. A reescrituração de uma palavra relaciona-se a sua “reaparição” no texto que pode se dar por sua repetição, substituição, elipse, expansão, condensação ou por sua definição. Esta repetição “envolve sempre um diferente que se dá no acontecimento enunciativo” (GUIMARÃES, 2009a:54). A reescrituração pode produzir sinônimas, especificações, desenvolvimento, generalização, totalização, enumeração e definição. É importante dizer que os sentidos decorrentes dos procedimentos anteriormente descritos não estão na língua enquanto sistema; estão no acontecimento. Também temos em torno da enumeração a relação de articulação que seria “uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (GUIMARÃES, 2009a:51); juntas, a articulação e a reescrituração “se movimentam na produção de sentidos na enunciação” (GUIMARÃES, 2009a:58). Desta forma, se considerarmos que os *links* vão construindo enumerações, podemos tratá-lo pela forma como reescrevem o “tema”, ou seja, o enumerado, e considerar como funcionam as articulações nestes processos de reescritura. Outro aspecto da enumeração é que ela não é uma mera apresentação das partes de um todo e está marcada pelos deslizamentos próprios da presença do Locutor na Enunciação. (GUIMARÃES, 2009a). Tomando a enumeração, portanto, para pensarmos no funcionamento dos *links*, vejamos um aspecto importante apontado por Guimarães:

[...] a articulação predicativa, ao apresentar uma enumeração, projeta esta enumeração obre o termo que predica, e acaba assim significando uma reescrituração do termo predicado. Isso nos dá uma dimensão importante da enumeração: ela é uma articulação coordenada que pode ser uma reescrituração que expande (ou condensa) um termo presente ou não, algo enunciado como “um todo”. (GUIMARÃES, 2009a:59)

¹⁰⁰ STAHLHAUER (2014) propõe uma discussão muito pertinente sobre a textualidade na Internet que complementa e corrobora muitas das questões apresentadas neste capítulo.

Desta forma, o *link* será tratado a partir da forma como entendemos a enumeração que pode apresentar-se de diversas formas, como observaremos no decorrer das análises. O que é importante dizer é que este é um caminho que nos situará teórico-metodologicamente, norteando nosso trabalho. Outro ponto importante é que “o enumerado atribui sentido aos enumeradores”. Isso nos requisitará pensar de que forma as questões linguísticas determinam os temas aos quais estão inseridos, em outras palavras, como *língua* (enumerador) atribui sentido a *cultura, educação, comunicação e informação* (enumerados). Pela forma como se constrói o *site* também temos outra questão pertinente de se observar: de que forma *língua* transita de enumerador para enumerado. Ou ainda se a forma como estão listadas as palavras, o que caracterizaria na materialidade uma forma de enumerar, trata-se, de fato, de uma enumeração a partir do acontecimento, já que não basta olharmos a disposição dos elementos textuais; há que se apreender os sentidos postos no acontecimento.

Assim, o *link*, ao abrir caminhos, será pensado enunciativamente em sua relação de enumerar elementos e será desta forma que procuraremos desenvolver as análises para compreender a designação da palavra *língua*.

CAPÍTULO 6

SOBRE O ESTUDO DO SENTIDO DE UMA PALAVRA: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

*Eu quase não sei, mas desconfio de muita coisa. O
senhor concedendo, eu digo: para pensar longe, sou
cão mestre – o senhor solte em minha frente a ideia
ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos,
amém!*

Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas

Neste capítulo, apresentaremos os principais aspectos teóricos e metodológicos que são mobilizados na tese, base para sustentar nossa forma de descrever e interpretar os dados. Retomando alguns conceitos já mobilizados nos capítulos anteriores, apresentaremos uma revisão bibliográfica que passará pelo quadro dos estudos enunciativos e semânticos aos quais nos filiamos. Em seguida, discutiremos alguns conceitos teóricos importantes: a noção de *acontecimento enunciativo*, a forma como entendemos a *temporalidade*, e como descreveremos a *cena enunciativa*. Também trataremos da questão da *designação* e a forma como a conceituamos, bem como as designações de *língua* e *linguagem* em nossa perspectiva. Em um segundo momento, trataremos dos procedimentos de análise, explicitando a forma como trabalharemos descritivamente para estabelecer os *Domínios Semânticos de Determinação (DSD)* de uma palavra a partir dos preceitos da Semântica do Acontecimento. Assim, discorreremos sobre os procedimentos de *reescrituração* e *articulação*, já apresentados no capítulo anterior, e sobre a escrita específica dos DSDs. Por último, trataremos da forma como entendemos a *argumentação*, já que será um caminho pelo qual trabalharemos os dados apresentados nas análises.

6.1. Semântica, Enunciação e Acontecimento.

Colocar-se no lugar de semanticista nos inscreve, necessariamente, dentro do grupo daqueles que se ocupam em compreender os sentidos. No entanto, dizer que este trabalho se insere dentro da Semântica, a disciplina/ciência que se ocupa em estudar o sentido das palavras, pura e simplesmente, não revela muito de nossa filiação, já que a forma como podemos relacionar sentido e palavra pode se dar sob diferentes perspectivas:

As posições sobre o que é significação são inúmeras e extremamente matizadas e vão desde o realismo dos que acreditam que a língua se superpõe como uma nomenclatura a um mundo em que as coisas existem objetivamente, até formas de relativismo extremado, segundo as quais é a estrutura da língua que determina nossa capacidade de perceber o mundo; desde a crença de que a significação de uma expressão fica cabalmente caracterizada pela tradução em outra expressão, até a crença de que qualquer tradução é impossível e para compreender a significação de uma palavra ou frase se exige a participação direta em atividades de um determinado tipo. (ILARI & GERALDI, 1985: 5-6)

Assim, pensar no aspecto semântico de uma palavra ou de um enunciado pode se dar por inclusões e exclusões importantes como a do sujeito e de elementos externos à língua. Também podemos pensar o sentido em sua relação com uma referencialidade, pelas condições de verdade, pelas regularidades lógicas. Todas estas questões podem sugerir caminhos que certamente nos levarão a uma forma específica de compreender o que a palavra significa: significa o objeto que nomeia; significa na situação; significa segundo as condições de verdade; significa pela sua história.

Cabe, desta forma, explicitar o nosso lugar que marca a forma como compreendemos o sentido; como focaremos nosso olhar para os fatos da linguagem ao qual nosso *corpus* nos exporá e quais serão nossas opções descritivas para fundamentar nossas explicações e conclusões; quais são os lugares teóricos fundamentais para expor nosso posicionamento e o fulcro analítico que nos permitirá desenhar possíveis respostas a nossa pergunta central de pesquisa: *qual o sentido da palavra língua nos textos postados no site da UNESCO?*

Uma das questões centrais deste trabalho está em torno do sentido palavra *língua*. Consideraremos, dentro de nosso quadro teórico, a **língua** fora de um quadro estruturalista

que a signifique enquanto um “sistema fechado”, como estrutura: tomaremos a noção de regularidade para pensar na língua. Em Guimarães (2007a) a partir de Foucault (1969)¹⁰¹, a língua “é uma dispersão de regularidades” caracterizada enquanto “fenômeno social” (GUIMARÃES,2007b:17), sendo a **linguagem** “um fenômeno histórico que funciona segundo um conjunto de regularidades, socialmente construídas, que se cruzam e podem ir permitindo mudanças nos fatos sem que isso possa ser visto como desvio ou quebra de uma regra.” (GUIMARÃES,2007a:17). Em outro texto o autor nos diz:

A língua, na sua ordem própria, é movimentada pelo interdiscurso. Não há como ela ser apropriada por quem fala: a língua é materialmente histórica e funciona na enunciação em virtude de sua historicidade, que a expõe incessantemente à ordem do discurso, à interdiscursividade. (GUIMARÃES: 1999:21)

Desta forma, em nosso olhar para a língua em sua materialidade, consideraremos que “as regularidades enunciativas” são “constituídas historicamente” e que a forma como explicamos teoricamente os fatos observados é dado por “impedimentos que as regularidades constituem, e não por obrigações resultantes de uma estrutura ou de regras” (GUIMARÃES: 1999:29); o que é externo à língua será tratado enquanto fundamental para a produção dos sentidos. A partir disto, podemos dizer que estudar e interpretar o **sentido** implica, necessariamente, em tomá-lo enquanto algo produzido pelo funcionamento da linguagem, afetado pela exterioridade.

O caminho que percorremos para dar conta de apreender o que é externo à língua/linguagem será feito a partir de uma abordagem enunciativa. Retomando uma questão, já introduzida no capítulo 1 para tratar da **enunciação**, levaremos em conta a inserção do elemento subjetivo, da história e do político e será considerando estes elementos, enquanto constitutivos da linguagem, que direcionaremos nosso olhar no momento das análises. Para entendermos estas inserções, percorreremos de forma bastante breve dois autores que consideramos importantes e que sustentam nossa forma de tratar e conceituar a enunciação: Émile Benveniste e Oswald Ducrot. Em seguida, traremos a forma como Eduardo Guimarães a define, marcando de maneira específica nossa filiação.

¹⁰¹ FOCAULT. Michel. *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard, 1969

Dentre nomes como Bally, Jakobson e Bakhtin os quais poderíamos dizer que se inserem dentro da história dos estudiosos que se preocuparam pela primeira vez, de forma mais pontual, com os problemas da enunciação, sem dúvida o nome de Émile Benveniste tem sua proeminência, por apresentar à discussão linguística a retomada da problemática da língua em sua heterogeneidade no que diz respeito à inserção do sujeito. A consideração do elemento subjetivo, apesar da filiação estruturalista, trata o linguístico considerando as marcas do sujeito na língua. Em sua clássica definição que diz que a “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, o autor especifica que este ato está ligado ao uso que o locutor faz da língua que é definida como um instrumento (BENVENISTE, 2006). De acordo com o autor:

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é afetada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 2006:84)

É importante dizer que a questão da subjetividade em Benveniste está marcada na língua; temos uma intersubjetividade instaurada pelo *eu* no ato do locutor apropriar-se da língua, sendo que este, o locutor, ocupa, dentro desta perspectiva, um papel central no ato de enunciar. É na enunciação que se dá a referência, por uma necessidade própria de referir e co-referir entre locutor e interlocutor, respectivamente. Outra questão que gostaríamos de destacar é a forma como Benveniste distingue o semiótico do semântico, o que é apontado por Guimarães (2010) por duas especificidades: o semiótico trataria do reconhecimento das formas da língua enquanto o semântico estaria por conta da compreensão e seria da ordem do discurso. (GUIMARÃES, 2010:46)

Sobre a questão do **discurso**, vale ressaltar alguns distanciamentos na forma como este termo é entendido por Benveniste e por nós. Para Benveniste o discurso é entendido como sendo algo da ordem da enunciação produzido pelo ato de enunciar. Ao tomar a língua, o locutor enuncia sendo que “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 2006:83) Assim, “depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno” (BENVENISTE, 2006:83-84). Se tomarmos o

mesmo termo entendido pela via da Análise do Discurso, teoria que afetará de forma decisiva nossa forma de tratar a enunciação, localiza-se o discurso como o próprio objeto da teoria que é apreendido pela linguagem em sua prática. O discurso é, assim, entendido com “um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (ORLANDI, 2003:16). Considerando uma relação constitutiva indissociável entre ideologia, discurso e língua, é justamente o estudo do discurso que nos permite uma reflexão em torno do funcionamento da linguagem e da produção de sentidos pela relação que o discurso estabelece entre língua e ideologia, já que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 2003:17).

Retomando a problemática do conceito de *enunciação*, vejamos os trabalhos da Semântica Argumentativa que se inserem dentro das questões enunciativas e com os quais também estabelecemos um diálogo. Ducrot (1973, 1988) em sua *Teoria da Argumentação na Língua* propõe que o locutor, ao enunciar, argumenta. Esta forma de entender a argumentação enquanto algo da ordem da enunciação¹⁰² será importante para as análises que desenvolveremos nos próximos capítulos. Ele dirá que a enunciação se dá pelo aparecimento de um enunciado tratado enquanto um acontecimento histórico. Ducrot (1987) nos diz que a enunciação:

[...] é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo “enunciação”. (DUCROT, 1987: 168)

Tanto Benveniste quanto Ducrot, apesar dos deslocamentos que produzem no que diz respeito à teoria saussuriana, relativamente à consideração do sujeito, inserem-se no campo do estruturalismo. Em Benveniste temos a noção de língua como um instrumento e um sujeito uno que a toma para colocá-la em funcionamento. Já a questão polifônica proposta por Ducrot insere o sujeito não uno e as outras vozes que se representam em diversos enunciadores, rediscutindo a unidade do sujeito e a questão da subjetividade da linguagem.

¹⁰² Sobre isso, trataremos mais adiante, ainda neste capítulo.

6.1.1. Acontecimento, temporalidade, político e a designação da palavra.

Dentro do nosso quadro teórico, a questão do funcionamento da língua e o evento do aparecimento do enunciado são retomados de Benveniste e Ducrot (Guimarães, 2002), problematizando, no entanto, a questão de “como tratar a enunciação como funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito” (GUIMARÃES, 2002:11). Com a finalidade de produzir este deslocamento, Guimarães (2002) assinala quatro elementos que devem ser considerados:

1. A língua na qual se enuncia;
2. O sujeito que enuncia;
3. A temporalidade;
4. O real e sua materialidade histórica

É pela articulação teórica destes quatro elementos que Guimarães (2002) produz seu deslocamento e propõe o tratamento da enunciação enquanto um acontecimento. A noção de **acontecimento**, a partir desta perspectiva, não está relacionada a uma ideia cronológica, como uma sucessão de fatos. Tomar a enunciação como um acontecimento é considerar “a diferença em sua própria temporalidade” (GUIMARÃES, 2002:11) e esta temporalização instaurada pela enunciação é determinante para compreendermos os sentidos. É importante dizer que não sendo cronológica, como dissemos a pouco, “o acontecimento instala sua própria temporalidade” (GUIMARÃES, 2002:12) o que tampouco está relacionado com a organização temporal instalada pelo *eu* da enunciação já que a temporalização é instaurada pelo acontecimento e não pelo locutor. (GUIMARÃES, 2002:12). Assim:

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2002:12)

Desta forma, não é o locutor que é a origem e tampouco quem instaura a temporalidade; a temporalidade do locutor é representada na enunciação que, por sua vez, instaura a sua própria temporalidade; a temporalidade da enunciação que é tomada enquanto um acontecimento de linguagem. (GUIMARÃES, 2002:14). Com relação ao sujeito que enuncia, diríamos que o acontecimento divide o Locutor na medida em que “o sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso” (GUIMARÃES, 2002:14): “ser sujeito é falar de uma posição sujeito”. Assim temos, por conta desta forma de caracterizar a temporalidade do acontecimento as ideias de presente, passado e futuro significadas pela memória de enunciações, ou o que chamaremos de memorável (passado) e pela interpretabilidade (futuro). Para Guimarães “falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica)” (GUIMARÃES, 2002:14).

O **político**, entendido enquanto um conflito e próprio do espaço de enunciação, será determinante na distribuição de línguas, compondo a especificidade do que Guimarães chamará de **espaço de enunciação**, conceito ao qual dedicamos o primeiro capítulo, articulando este conceito para tratarmos da Internet enquanto um espaço de circulação de línguas.

A partir destes pressupostos teóricos que apresentam uma forma de entender a produção de sentido enquanto algo vinculado, necessariamente, à enunciação, sendo esta entendida como um acontecimento que funciona no espaço de enunciação, cujo caráter é político, lugar próprio do litígio, como, então, apresentar a designação de uma palavra? Como chegar a um modo de entender e descrever o que uma palavra designa, ou melhor, como ela é designada?¹⁰³

A questão da **designação**, em geral, mobiliza o problema da referência, na medida em que ao designar algo estaríamos atrelados a sua forma de existir no mundo. Esta mesma questão está relacionada ao problema da nomeação enquanto a ação de nomear as coisas do mundo. Como já foi dito, tomamos o sentido enquanto algo próprio do acontecimento enunciativo, “uma relação linguística (simbólica) remetida ao real” (GUIMARÃES, 2002:09) o que lhe dá o caráter histórico. Diferentemente da nomeação definida como sendo um “funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” (GUIMARÃES, 2002:09), a designação seria a significação deste nome. A referência, segundo Guimarães, é produzida

¹⁰³ Dizer que a *palavra designa* pode nos colocar diante do pressuposto de que há um sentido prévio que a palavra designa por trazê-lo consigo. Pensamos ser mais produtiva a outra formulação que nos diz que a *palavra é designada* já que entendemos que o sentido se dá pela relação entre as palavras do texto, em cada texto, o que particulariza a designação em cada acontecimento enunciativo.

pelo funcionamento enunciativo e vista como “a particularização de algo na e pela linguagem” (GUIMARÃES, 2002:09).

O que se vê é que a referência é uma particularização de algo, em certas condições, e que a designação é o modo pelo qual o real é significado na linguagem. E não se trata, simplesmente de considerar os objetos existentes e os conjuntos que fazem parte. A partilha do real não se projeta sobre a linguagem diretamente. Ela é produzida pelo modo como a enunciação produz uma certa relação entre as palavras. O que é designado é uma construção de sentido, uma relação entre elementos linguísticos. O que é referido é aquilo que é particularizado por uma enunciação. (GUIMARÃES, 2007b:82)

Desta forma, consideraremos diferentemente de uma posição referencialista que a referência é uma construção a partir das relações de linguagem e que “a relação de uma expressão com as coisas não é classificação de objetos, é relação de sentido entre palavras” (GUIMARÃES, 2007b:78)

6.1.2. A cena enunciativa e a descrição enunciativa.

Um aspecto fundamental para pensar a enunciação é a compreensão da forma como se apresentam as figuras da enunciação, ou seja, “os modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2002:23). Desta forma, o conceito de **cena enunciativa** (GUIMARÃES, 2002) nos permitirá trabalhar com o que se pode descrever do espaço de enunciação, que, como dissemos, é um espaço político de divisão e distribuição de línguas. Segundo Guimarães, “cenas são especificações locais nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2002:23). Estes lugares ocupados por estas figuras enunciativas são determinados pelo agenciamento enunciativo, assim:

[...] não é o Locutor que escolhe uma forma para dizer algo, mas ele é agenciado a dizer pelo modo como as formas linguísticas se constituíram sócio-historicamente e pelo modo como o espaço de enunciação distribui as línguas e os modos de dizer e o que dizer para seus falantes. (GUIMARÃES, 2009a:50)

Ao trabalharmos com a cena enunciativa, estudaremos de que forma estes lugares são ocupados no acontecimento que os distribui. Sobre as divisões da cena, temos o *Locutor* (grafado com maiúscula -L) enquanto a representação da fonte do dizer, do tempo do dizer e *lugar social do locutor*, o locutor-x (l-x), onde x especifica o lugar social do locutor (cientista, político, professor, etc.) e que o autoriza a dizer o que diz. Assim, podemos dizer que há uma “disparidade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento” sem a qual, de acordo com Guimarães, “não há enunciação” (GUIMARÃES, 2002:24). Outro aspecto importante é o que chamaremos de lugar de dizer que será tratado como enunciador-x nos seguintes termos: o *enunciador-individual* que “retira o dizer da circunstancialidade”; o *enunciador- genérico* que apaga o social e se apresenta “dizendo o que todos dizem”; o *enunciador-universal* que fala do lugar da verdade e o *enunciador-coletivo*. Todos estes lugares de dizer estão representados independentes da história.

Este funcionamento do Locutor dividido pelo próprio jogo de se representar como idêntico a si, quando se lhe é díspar, é o processo pelo qual a enunciação apaga seu caráter social e histórico. Poderíamos perguntar: por que o Locutor é significado no acontecimento como independente ou fora da história? Por que este colocar-se à margem da história se produz por este modo de representação dos lugares de dizer (enunciador) como apagamento do lugar social do locutor (locutores-x)? O que explica estas divisões do Locutor que funcionam produzindo o apagamento do social e da história? [...](GUIMARÃES, 2002:30)

Guimarães responde a esta questão do apagamento, recorrendo a questão do esquecimento proposta pela AD, a partir do texto de Orlandi (1999)¹⁰⁴, dizendo que:

[...] falar e fazer-se sujeito é estar numa região do interdiscurso, de uma memória de sentidos[...]. Assim ser sujeito é estar afetado por este esquecimento que se significa nesta posição. Deste modo, a representação do locutor se constitui neste esquecimento e é isto que divide o Locutor e apaga o locutor-x” (GUIMARÃES, 2002:30)

¹⁰⁴ ORLANDI, E. (1999). *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 5ªed, 2003

É pelo estudo da cena enunciativa que temos um alcance descritivo que nos permite avançar na análise e que nos leva a compreender o(s) sentido(s) do enunciado. É este estudo dos lugares e modos de dizer que nos permite lançar a hipótese sobre como se configura, em determinado texto, a designação e de que forma está significada a referência.

6.1.3. A argumentação e o sentido.

No decorrer de nossas análises, apresentaremos algumas questões relativas à forma como o acontecimento movimenta a argumentação que sustenta as ações da UNESCO sobre sua atuação relativa às questões linguísticas na preservação das línguas. No entanto, quando dizemos trabalhar com argumentação, faz-se necessário explicitar como entendemos esta questão. Isso porque esta palavra pode nos levar a diversas designações que marcam lugares teóricos diversos.

As questões argumentativas passaram por uma série de visadas, por autores como Aristóteles, a grande referência para os estudos sobre a retórica; Perelman, que na década de 50 do século XX propõe a sua “Nova Retórica”, que tratará das questões retóricas em sua relação com a produção do conhecimento, teorizando sobre o Auditório Universal e a construção do *ethos* do orador, produzindo, assim, um deslocamento de sentido de retórica para aproximá-la da dialética; Toulmin para quem a argumentação não pode ser reduzida à lógica sendo que os argumentos são “geralmente” e não “necessariamente” aceitos. Além disso, podemos lembrar autores como Plantin que propôs um modelo dialogal da argumentação ou ainda os estudos do ponto de vista de uma abordagem cognitiva desenvolvidos por Grize e Vignaux. Isto para citar alguns dos muitos autores que se preocuparam com estas questões.

De nossa perspectiva trabalharemos com a argumentação de um lugar que a considera, primeiramente, enquanto uma questão linguística. Desta forma, não trabalhamos com a argumentação enquanto uma verdade, por exemplo, tampouco enquanto uma técnica nas vias da retórica, mas enquanto algo que se constrói pela linguagem. Esta forma de tratamento da argumentação marca um lugar teórico bastante específico: um diálogo com o que propõe Ascombre e Ducrot e sua *Teoria da Argumentação na Língua* (ADL¹⁰⁵).

Inscritos nos domínios dos estudos enunciativos, Ascombre e Ducrot propõem que a argumentação não é uma questão técnica com finalidades persuasivas, mas que está inscrita

¹⁰⁵ A sigla se refere à expressão em francês *La argumentation dans la langue*, que intitulará um livro (ASCOMBRE, DUCROT, 1983) e também um artigo (ASCOMBRE, DUCROT, 1976) dos mesmos autores.

na língua e é apreensível, pelo estudo das formas linguísticas, mais especificamente, por um estudo semântico-lexical, ou seja, segundo esta vertente teórica, são as formas da língua que nos permitem, por seu sentido, o funcionamento da argumentação. Desta forma, postulam que o entendimento do funcionamento argumentativo deve se dar em torno do enunciado que por si só já é argumentativo, sendo que a questão semântica, a significação, seria evidenciada por um trabalho de descrição e análise destes enunciados e de seu valor argumentativo. Seu caráter estruturalista afirma a autonomia da língua, descartando em seu trabalho descritivo e interpretativo qualquer elemento externo ao sistema. Conceituando discurso como um conjunto de enunciados¹⁰⁶ dirão que “el valor argumentativo de una palabra es por definición la orientación que esa palabra da al discurso [...], considerando el valor argumentativo como el nivel fundamental de la descripción semântica” (DUCROT, 1988:51).

A ADL passa, ao longo do tempo, por algumas reformulações que levam seus postuladores a incluírem novos elementos para explicar as relações argumentativas. Assim, surge a teoria dos *topoi*, decorrente da percepção de que o modelo binário de argumentação delineado a partir das relações entre os segmentos do discurso (argumentos) e suas continuidades (conclusão), postas pelo funcionamento dos operadores argumentativos, poderiam apontar para conclusões opostas. Segundo Ducrot (1989)

Quando apresentamos a primeira forma da teoria da argumentação na língua, tomamos como evidente, Anscombe e eu, que a força argumentativa de enunciado A deve ser definida como um conjunto, eu quero dizer como o conjunto dos enunciados C1, C2 ... etc. que podem aparecer como conclusões de A. Assim, a força argumentativa de um enunciado “Pedro trabalhou um pouco” consistiria no conjunto dos enunciados que podem eventualmente lhe ser encadeados em um discurso por um portanto ou um conectivo deste tipo, explícito ou implícito. (DUCROT, 1989:20).

No entanto, Ducrot afirma que “O problema geral é que as possibilidades de argumentação não dependem somente dos enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação” (DUCROT, 1989:21).

¹⁰⁶ Estes autores consideram que o enunciado é uma parte do discurso, aquilo que de fato é realizável enunciativamente, “a realidade empírica”, sendo, portanto, irrepetível. O enunciado, seria, desta forma, a realização da frase. Já a frase é de caráter abstrato, sendo uma estrutura da qual nos valem enquanto uma construção linguística para explicar os enunciados. Assim consideram que a significação é da ordem da frase e que o sentido da ordem do enunciado (Cf. Ducrot 1988, 1989). A língua é um conjunto de frases.

A proposta de um funcionamento argumentativo triádico (argumentos, conclusão, *topos*) coloca em cena um terceiro elemento, não explicitado, mas que direciona a conclusão, sustentando a argumentação. Assim, a partir de seu caráter universal (na medida em que é compartilhado pela comunidade linguística e/ou pelo menos pelo locutor e alocutário), geral (aplicável a situações semelhantes) e gradual (na relação com as escalas argumentativas), o *topos* será tomado como princípio argumentativo.

Nos trabalhos mais recentes, mais especificamente nos que vêm produzindo Oswald Ducrot e Marion Carel desde 1992, ano em que Carel defende sua tese (Ducrot 2002), delinea-se o que vem sendo chamada de “a 3ª fase da teoria” em que a ideia dos *topoi* dá lugar à noção de blocos semânticos. É mais um ajuste teórico que abandona a ideia dos predicados com escalas diferentes, postos em relação pelo *topos*. A argumentação entendida como um encadeamento argumentativo, que seriam “sequências de duas proposições (no sentido sintático do termo) ligadas por um conector.” (DUCROT, 2002:08-09) e o bloco semântico enquanto um objeto único coloca a relação de dependência entre os segmentos, ou seja, o sentido está no encadeamento dos segmentos e não em cada segmento; o sentido está neste bloco formado pelo argumento e pela conclusão. Desta forma,

[...] o sentido de uma entidade linguística é ou de evocar um conjunto de discursos ou, se ela tem função puramente combinatória, de modificar os conjuntos de discursos associados a outras entidades. Só o discurso é, portanto, doador de sentido (DUCROT, 2002:07)

Dialogaremos com os postulados de Ascombre e Ducrot no que se refere ao fato de que a argumentação é linguística, questão que se mantém, apesar das diversas reformulações teóricas e, mais especificamente, tomaremos como base o quadro teórico relativo ao primeiro momento da teoria. No entanto, produziremos um distanciamento no sentido de deslocar o caráter estritamente estruturalista com a inserção do elemento externo, tão enfaticamente refutado pelos autores. A argumentação, desta forma, estará relacionada, dentro do nosso quadro teórico, ao acontecimento enunciativo, que pela sua temporalidade, recorta memoráveis que sustentam a direção do argumento e instauram uma futuridade que consideraremos como o movimento argumentativo que orienta para determinadas conclusões.

O nosso ponto de vista, como se viu, é o de tratar a argumentação na via aberta por Ducrot e Anscombe, como uma relação de linguagem, uma relação de significação. Ou seja, um argumento não é algo que indica um fato que seja capaz de levar a uma conclusão. Um argumento é um enunciado que ao ser dito, por sua significação, leva a uma conclusão (uma outra significação). Mais especificamente, argumentar é dar uma diretividade ao dizer. (GUIMARÃES, 2010:78)

Inserimo-nos, desta forma, dentro dos estudos semânticos argumentativos, mas, diferentemente de Ducrot e Ascombe, nossos esforços estão justamente em compreender de que forma o que é externo à língua é agenciado pelo acontecimento enunciativo na produção de sentido. Ou seja, não nos colocamos em uma posição estruturalista que tem seus esforços em não tratar desta exterioridade, delimitando seu trabalho ao que é estritamente da ordem da língua. Interessa-nos pensar como o externo à linguagem, à história, funciona na constituição dos sentidos. De acordo com Guimarães:

[...] diferentemente da posição de Ducrot e Anscombe, por exemplo, não se trata para mim da utilização do conceito de topos. Dado meu modo de tratar o acontecimento, vejo o fora da língua, que sustenta a argumentatividade, como algo próprio da temporalidade do acontecimento. O memorável (um passado) sustenta uma relação de orientação argumentativa e assim projeta como interpretar o futuro do texto. (GUIMARÃES, 2007a: 2011)

É nesta linha teórica, portanto, que desenvolveremos nossas análises, objetivando compreender o funcionamento argumentativo que sustenta os dizeres sobre a linguagem e a questão da preservação da língua no *site* da UNESCO.

6.2. Metodologia para análise dos dados: em busca do sentido de uma palavra e seus Domínios Semânticos de Determinação.

6.2.1. Conceito e escrita: a representação da determinação

Na seção anterior expusemos algumas questões teóricas importantes para nosso trabalho. Nesta parte, trataremos do método que utilizaremos para realizar o estudo que propomos. Esta metodologia é proposta por Eduardo Guimarães a partir do livro *Semântica do Acontecimento* (2002) e desenvolvida com mais detalhes em trabalhos posteriores. Esta

teoria semântica que considera a enunciação enquanto um acontecimento será nossa base teórico-metodológica.

A primeira questão que gostaríamos de apresentar é que entendemos a determinação enquanto uma relação de sentido. Tomaremos a determinação relativamente à predicação já que “de certo modo podemos dizer que, semanticamente, toda relação de predicação é, em certa medida, pelo menos, uma relação de determinação e vice-versa.” (GUIMARÃES, 2007b:78) sendo que a diferença entre um e outro seria da ordem do sintático e não do semântico. Desta forma, é por uma relação semântica que podemos estabelecer a proximidade entre determinar¹⁰⁷ e predicar, entendendo que a determinação semântico-enunciativa é uma atribuição de sentido, algo que se apresenta como uma predicação que pode compor paráfrases como *X é Y*. Se Y em relação a X pode aparecer numa paráfrase em um certo texto então Y predica, atribui sentido, determina o sentido de X. Assim, diríamos que “uma expressão determina outra na medida em que esta se apresenta como por ela determinada pela enunciação. Isto, por outro lado, levaria a se pensar como o processo enunciativo constrói a língua”. (GUIMARÃES, 2007b:79)

O primeiro passo descritivo para compreendermos o sentido de uma palavra dada é entender e apontar as relações de determinação que se dão pela relação desta palavra, foco do estudo, com as outras palavras de um texto. Esta consideração desloca o enunciado para pensá-lo textualmente, na medida em que o texto será entendido como “uma unidade de significação integrada por enunciados”. (GUIMARÃES, 2007b:82)¹⁰⁸. De acordo com Guimarães (2009a) “dizer qual é o sentido de uma palavra é poder estabelecer seu DSD” (GUIMARÃES, 2009a: 80), seu *Domínio Semântico de Determinação (DSD)* que é apresentado, no processo de descrição, de uma forma específica:

- Os símbolos \perp \top \dashv \vdash que significam *determina*;
- — que indica um sentido de *sinonímia*;
- Um traço maior que divida dois domínios indica uma relação de *antonímia*;

¹⁰⁷ A questão da determinação pode ser tomada por um viés discursivo a partir da forma como a teoria compreende a produção dos sentidos. Assim o sentido não é o mesmo em condições históricas diferentes, mas ele está atrelado à história que o determina: a história funciona semanticamente sobre a língua e os sujeitos. Para Ferreira (2003) “O sentido tem seu processo de constituição como algo fundamentalmente histórico, vinculado a um trabalho da rede de memória; assim, como ocorre com o sujeito, o sentido nunca é individual, nem tampouco apresenta-se como já produzido. A Análise do Discurso vai deter-se precisamente no processo de produção dos sentidos, através de procedimentos que desvendem a historicidade contida na linguagem em seus mecanismos imaginários. Esta determinação histórica tanto do sentido, quanto do sujeito faz com que eles não sejam entendidos como naturais, transparentes, mas sejam pensados em sua contradição e espessura” (FERREIRA, 2003:193).

¹⁰⁸ Como já discutimos no capítulo 5.

- Os DSDs são apresentados na descrição dentro de uma tabela que os delimita:

Vejamos na imagem abaixo, um exemplo¹⁰⁹ desta escrita:

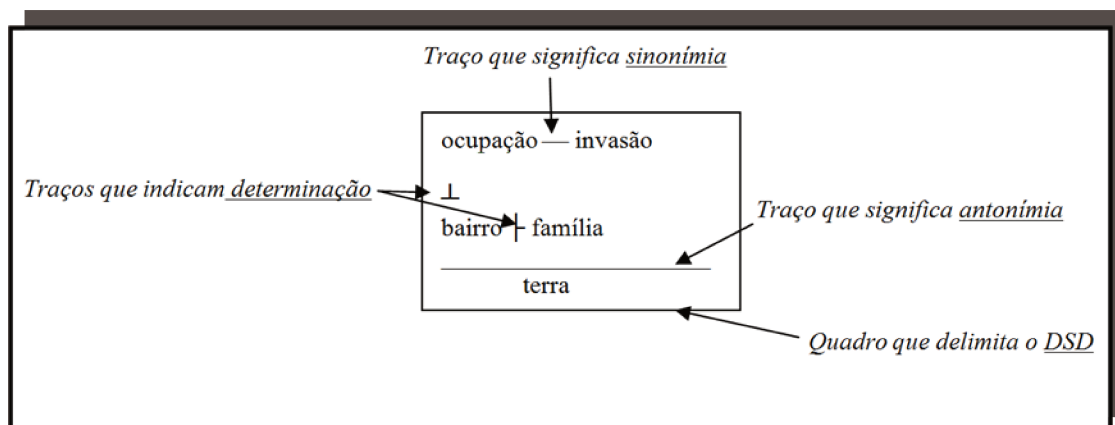


Figura 6 – Quadro ilustrativo dos elementos que compõem um DSD

Contudo, para que possamos chegar ao quadro exemplificado acima devemos seguir alguns procedimentos, sobre os quais falaremos na sequência.

6.2.2. Reescrituração e articulação

A partir da observação de nossa unidade de análise, o enunciado (integrado ao texto), consideraremos dois procedimentos fundamentais na produção de sentido: a articulação e a reescrituração. A articulação será tomada como “uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (GUIMARÃES, 2009a: 51). Ela pode ocorrer de três formas:

ARTICULAÇÃO	Dependência	Elementos contíguos representados como se fosse um só elemento
	Coordenação	Relação de acúmulo
	Incidência	Relação de dependência entre elementos contíguos

¹⁰⁹ Exemplo retirado de uma análise apresentada por Guimarães no texto *Domínios Semânticos de Determinação* (2007, p.90), sobre a designação da palavra *bairro*.

Assim:

Nas articulações de dependência e coordenação o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona elementos dos enunciados; na articulação por incidência o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona sua enunciação com o enunciado. (GUIMARÃES, 2009a:51)

Já a reescrituração que seria a “repetição”, o “reaparecimento” da palavra no texto, apresenta-se como o segundo procedimento fundamental para produção do sentido da palavra. No entanto, esta repetição instaura, necessariamente, um “novo” na forma de “redizer o que já foi dito”, sendo que “a característica da reescrituração está ligada a um aspecto fundamental: fazer sentido envolve sempre um diferente que se dá no acontecimento enunciativo” (GUIMARÃES, 2009a:54). Poderíamos apresentar de forma sintética as possibilidades de reescrituração:

REESCRITURAÇÃO ¹¹⁰	Repetição
	Substituição
	Elipse
	Expansão
	Condensação
	Definição

Estes procedimentos de reescrituração podem ser significados das seguintes formas ¹¹¹:

Sinonímia	Apresenta uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outra à qual se liga, predicando algo de um termo sobre o outro.
Especificação	Especifica e determina o reescriturado pela expressão que o reescritura
Desenvolvimento	Desenvolve e determina o expandido
Generalização	Determina o generalizado
Totalização	Determina as partes totalizadas
Enumeração	O enumerado determina as expressões enumeradoras
Definição ¹¹²	Como um modo de significar a expansão

¹¹⁰ Colocamos em uma tabela o que Guimarães (2009) nos apresenta.

¹¹¹ Neste caso, colocamos em uma tabela o que está dito em Guimarães (2007), página 87.

¹¹² A inserção da definição neste quadro está relacionada a um texto posterior (2012) em que esta forma de reescritura é também apresentada.

Para que fique mais bem configurado o modo como procederemos em nossas análises e a fim de ilustrar os procedimentos anteriormente apresentados, façamos um breve exercício em busca de alguns exemplos de articulações e reescrituras. Para isso selecionamos trechos de duas reportagens publicadas no jornal online *A Folha de São Paulo*. Vejamos:

Texto 01¹¹³

Maratonista há 2 anos Dráuzio Varella escreve livro sobre o prazer de correr

O doutor Dráuzio Varella está ferido. Atingido por uma lesão, não consegue correr. Quando o pé esquerdo toca o chão para dar impulso e fazer o corpo voar, sente um choque. Se tenta insistir, a intensidade do sofrimento aumenta, à vezes o pé chega a ficar dormente.

“Fico mais infeliz”, reclama o médico, que é um experiente maratonista e há mais de 20 anos inclui a corrida na sua movimentada rotina – atua com voluntário em presídios, atende em seu consultório três dias por semana, faz gravações para a TV Globo e é colunista da Folha.

Vamos tomar este trecho de uma reportagem feita sobre o médico Dráuzio Varella, relacionada à publicação de um livro que ele escreveu sobre a prática da corrida.

Primeiramente, o que precisamos estabelecer quando nos propomos uma análise que descreva os domínios semânticos de determinação de uma certa palavra é, justamente, delimitar a palavra/expressão que será o foco do estudo em determinado texto. Digamos que nosso olhar esteja sobre o sentido da expressão *Dráuzio Varella*, que é um nome próprio. A primeira coisa que verificamos é se há ou não repetição da palavra estudada, ou seja, a incidência de **reescrituras por repetição** desta palavra. Neste caso, veremos que o nome próprio aparece reescrito apenas uma vez. No entanto, podemos apreender no texto de exemplo a relação estabelecida entre *Dráuzio Varella* e as expressões *maratonistas*, *doutor*, *médico*, *voluntário em presídio* e *colunista*. Isso porque estas expressões vão **reescrevendo por substituição** o nome *Dráuzio Varella*, funcionando por um efeito de sinonímia, determinando o sentido da palavra analisada. Estas retomadas de *Dráuzio Varella* por outras palavras que seriam sinônimas fazem funcionar, neste texto, o sentido do nome *Dráuzio Varella*. Obviamente que não seria plausível dizer, fora do texto que estamos analisando, por exemplo, que médico é sinônimo de maratonista. No entanto, o que se coloca quando no propomos fazer uma análise semântica de uma palavra pela perspectiva da semântica do acontecimento é justamente o fato de que neste acontecimento há um funcionamento tal que

¹¹³ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/05/1632379-em-seu-13-livro-drauzio-varella-fala-do-prazer-de-correr.shtml> (acesso em 24 de maio de 2015)

estabelece uma relação entre as palavras *médico* e *maratonista*, por uma maneira de reescrever uma pela outra que por sua vez as coloca enquanto sinônimas e que funcionam na determinação do nome *Dráuzio Varella*, objeto da análise.

Poderíamos também, a partir destes recortes, e mudando nosso foco de análise, localizar outros exemplos de reescritura. Por exemplo, a relação entre *médico* e *experiente maratonista* produz uma **especificação**; temos uma **reescritura por desenvolvimento** em que a expressão *sua movimentada rotina* que é **reescrita por expansão** por *atua com voluntário em presídios, atende em seu consultório três dias por semana, faz gravações para a TV Globo e é colunista da Folha* sendo que a expansão de *sua movimentada rotina* configura-se também como uma **enumeração** das atividades da rotina de Dráuzio Varella (atuar como voluntário; atender em seu consultório; fazer gravações para TV e ser colunista da Folha). Outro exemplo está no fato de que, de uma maneira geral, a relação que temos entre o título e o texto que é intitulado é também um exemplo de **expansão** assim como a expressão *o doutor Dráuzio Varella* expande o sentido de *médico*. A **condensação** é dada por um movimento contrário: *médico* condensaria a expressão *o doutor Dráuzio Varella*. Poderíamos, ainda, para pensar a questão da reescritura, tomar o pronome pessoal de sujeito *ele*, elíptico em *[ele] faz gravações para a TV Globo e [ele é colunista da Folha]*. Teríamos um exemplo de **reescritura por elipse** de *Dráuzio Varella*

Vejamos um outro texto que apresenta alguns exemplos de articulação. É um trecho de uma reportagem sobre uma entrevista feita com a presidente Dilma Rousseff por um jornal mexicano em maio de 2015:

Texto 2¹¹⁴

“A Petrobras tem 90 mil funcionários, quatro funcionários foram e estão sendo acusados de corrupção. Muito provavelmente... Ninguém pode falar antes de serem condenados, mas todos os indícios são no sentido de que são responsáveis pelo processo de corrupção”, disse a presidente sem citar nomes.”

Dilma fazia referência aos ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa, Nestor Cerveró e Renato Duque, além do ex-gerente Pedro Barusco.

Neste texto poderíamos dizer que a expressão *muito provavelmente*, apresenta uma forma de presença no texto ambígua na medida em que pode incidir, em um olhar menos atento, sobre o enunciado que a precede, (*A Petrobras tem 90 mil funcionários, quatro funcionários foram e estão sendo acusados de corrupção*) ou sobre o enunciado que a segue

¹¹⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1633130-nao-tenho-temor-disso-diz-dilma-sobre-impeachment-a-jornal-mexicano.shtml> - acesso em 24 de maio de 2015.

(*Ninguém pode falar antes de serem condenados*), no entanto, em qualquer um dos casos a expressão incidiria sobre os enunciados assim como *sem citar nomes* incide sobre *disse a presidente*. Teríamos, assim, um exemplo de **articulação por incidência** em que “o Locutor relaciona sua enunciação com o enunciado” (GUIMARÃES, 2009a:51). É uma relação diferente da que temos, por exemplo, em (1) *A Petrobras tem 90 mil funcionários*, (2) *quatro funcionários foram e estão sendo acusados de corrupção* em que (1) está coordenado a (2), ou ainda, se olharmos a expressão *ex-diretores da Petrobras* em que *ex-diretores* aparece em uma relação de articulação por dependência a *da Petrobras*.

São estas marcas de repetição e, portanto, de sentido, que devemos observar no texto; são elas que nos permitirão, pelo funcionamento da determinação, chegar a um DSD que sustente nossas interpretações.

[...] o processo de reescrituração constrói o sentido das palavras e das expressões linguísticas, em virtude do próprio processo com que se dá. Nosso interesse, então não está no fato de que uma retomada se faz sobre algo que é o mesmo, mas o contrário, ao se fazer, faz significar algo que não estava significado. (GUIMARÃES, 2007b: 87)

Uma última observação sobre a reescrituração e que é pontuada por Guimarães (2007a, 2009a) em textos nos quais discorre sobre este procedimento é o fato de que a relação entre o elemento reescriturado e o elemento que o reescreve deve ser considerada com base em quatro características: I. não há obrigatoriedade de que os elementos relacionados pela reescrituração sejam contíguos no texto ; II. é uma relação simétrica, assim, o reescriturado é ao mesmo tempo o elemento que reescreve e vice-versa; III. é transitiva na medida em que se um elemento *x* reescreve *y* que por sua vez reescreve *z*, então *x* e *z* também possuem relação de reescritura; IV. Não é uma relação reflexiva, pois há uma significação diferente entre uma palavra sobre a outra.

Assim, nos capítulos que seguiremos procuraremos as pistas em nosso *corpus*, ou seja, as reescrituras e articulações que nos permitam um alcance descritível satisfatório para guiar nossas interpretações, corroborando com todas as questões teóricas apresentadas neste capítulo no que diz respeito à forma como tratamos a enunciação (o acontecimento) que nos leva a entender o funcionamento da designação afetado, sempre, pelo político. É desta

forma que pretendemos chegar às conclusões acerca do sentido da palavra *língua* em nosso *corpus*.

CAPÍTULO 7

LÍNGUA: CULTURA, EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

- *¿Por qué lo hizo?*
- *Era lo único que podía hacer.*
- *No, hubiera podido obedecerme.*
- *Hubiera podido, pero no lo hice.*
- *Pues hubiera sido mejor para usted. Eso lo sabe. No lo entiendo. ¿Por qué no me obedeció?*
- *Es que obedecer por obedecer así, sin pensarlo, eso solo lo hacen gentes como usted, capitán.*

(El laberinto del fauno)

Nas próximas páginas, percorreremos mais profundamente nosso *corpus* em busca das pistas textuais que nos permitam encontrar sentidos em torno da palavra *língua* a partir da relação estabelecida entre esta palavra e o texto no qual está inserida. Pretendemos desta forma, realizar um estudo de sua designação. Também trabalharemos com o funcionamento da argumentação nestes recortes no que diz respeito à forma como os argumentos são mobilizados para sustentar as ações da UNESCO em torno da preservação linguística. Para isso, vamos nos valer de algumas estratégias metodológicas para organização do *corpus* que esperamos permitir uma leitura mais fluida de nossas análises, lembrando que esta organização prévia não objetiva uma partição do texto em sua continuidade, pelo contrário, queremos explorar as convergências e sobreposições que se constroem. Assim, faremos um estudo da determinação da palavra *língua* em todo o conjunto do *corpus* e, na sequência, realizaremos as análises seguindo uma divisão em três partes de acordo com a forma como o próprio *site* sugere, sendo que cada uma destas partes comporá momentos diferentes de análise. As partes são as seguintes:

1. Cultura
2. Comunicação e Informação
3. Educação

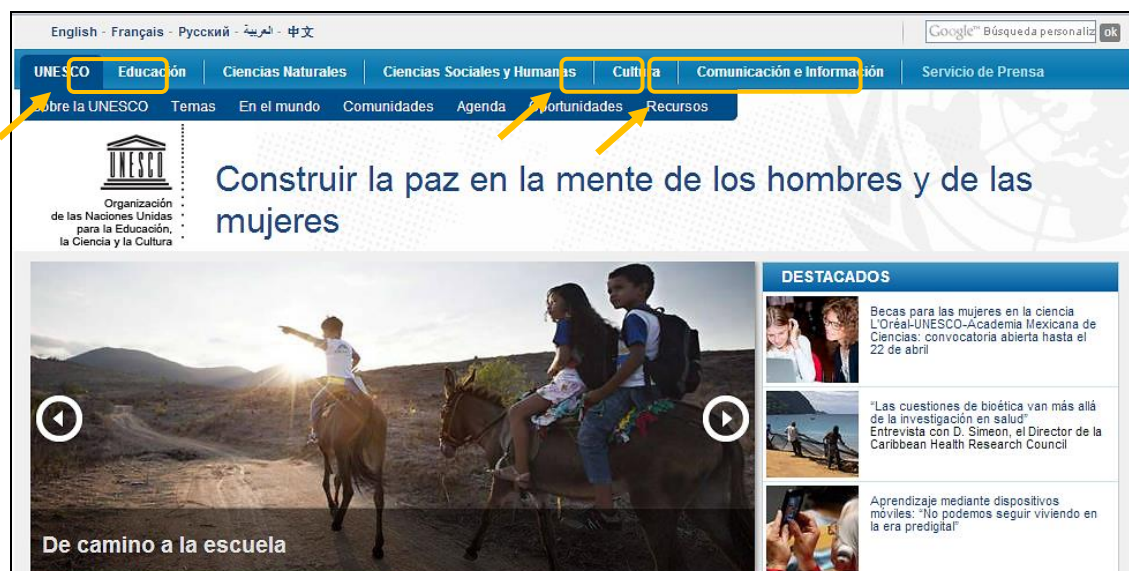


Figura 7 - Seções no site

As questões sobre a língua estão imersas nestas três seções. Pretendemos, ao longo do trabalho, entender de que forma esta divisão movimenta a designação da palavra estudada. A partir destas observações, desenvolveremos nossas análises, pautados no domínio semântico que determinará o(s) sentido(s) da palavra *língua*. Será que a divisão proposta pelo *site* apresenta designações diferentes desta mesma palavra? As temáticas nos levariam a diferentes sentidos da palavra estudada? Isto se dá na evidência?

Já vimos, em outro momento, que pela forma como o texto do *site* divide os temas pertinentes ao trabalho da UNESCO, já temos a problemática da questão *língua* na relação com as *Ciências Humanas/Ciências Naturais* que se coloca pela separação dos temas relacionados às questões linguísticas *cultura*, *comunicación* e *información* e *educación* na relação com *Ciências Naturais* e *Ciências Sociais e Humanas*¹¹⁵. Pretendemos observar esta questão no decorrer das análises, verificando como ela reaparece ou não nos enunciados que analisaremos.

Pretendemos, também, articular as seguintes questões discutidas nos capítulos anteriores:

- O funcionamento do espaço de enunciação;

¹¹⁵ Analisamos isto no capítulo 2.

- O sentido de *língua* articulado à questão da cultura nos resultados das análises e a forma como aparece enunciada na *Declaração Universal do Direitos Linguísticos*, DUDL (capítulo 2), na Antropologia, na Linguística (capítulo 3) e no que é enunciado pela UNESCO em seu *site*;
- A tradução proposta/enunciada e a materializada no *corpus* na relação com a democratização linguística (capítulo 4);
- As evidências do que expusemos sobre o funcionamento do texto no ciberespaço (capítulo 5)

7.1. Sobre a o sentido da palavra *língua*: questões gerais

7.1.1. A designação no *corpus*: percorrendo o material de análise

Antes de pensarmos nesta organização de temas proposta no *site* da UNESCO e que apresenta questões relativas ao problema da língua, faremos um estudo mais amplo em busca de enunciados que nos permitam trabalhar em torno de um DSD “geral” da palavra *língua* a partir de enunciados que definem o termo pela predicação. Apesar da proposta da Organização em trabalhar com a temática das línguas, é bastante escassa, como veremos, definições sobre o que seja uma língua. Esta questão, que poderia apresentar um sério problema a um trabalho cuja tese central é o estudo da designação desta palavra, na verdade se configura como um elemento que nos leva a pensar nos sentidos que se formulam neste apagamento. Desta forma, a falta de um conceito implicaria de que forma na significação de *língua*? Como podemos apreender os movimentos que vão trazendo novos sentidos para a problemática linguística? É importante dizer que trataremos conceito e sentido como questões de diferentes ordens. O conceito nos interessa enquanto um sentido que é produzido no acontecimento e não enquanto algo inerente à palavra, enquanto um conteúdo que ela possa carregar, já que a produção do sentido será pensada historicamente e decorrente do funcionamento da linguagem no acontecimento.

Em busca destas determinações, apresentamos os seguintes enunciados retirados dos recortes R1¹¹⁶, referentes à seção *cultura*.

¹¹⁶ Para organizar nosso material de análise, utilizaremos a letra R, significando “recorte”, seguida de um número que indicará a seção de análise na qual nos encontramos. Desta forma as análises em torno da seção *cultura* terão o número 1(R1), em torno de *educación* o número 2(R2) e *educación e información* o número 3(R3). Os recortes de cada texto serão identificados por número, por exemplo, o terceiro recorte da seção cultura será identificado por (R1.3); as paráfrases serão indicadas por letras minúsculas e aos enunciados retirados do recorte

(R1.4`) *En el caso de las tradiciones y expresiones orales, la lengua no es solamente el vehículo del patrimonio inmaterial, sino constituye su esencia misma.*

(R1.8`) *¿Por qué debemos preservar las lenguas?*

Todo idioma refleja una visión del mundo única en su género, con su propio sistema de valores, su filosofía específica y sus características culturales peculiares. Su extinción supone una pérdida irrecuperable de los conocimientos culturales únicos que se han ido encarnando en él a lo largo de los siglos. Entre ellos figuran algunos de índole histórica, espiritual y ecológica que pueden ser esenciales no sólo para la supervivencia de sus hablantes, sino también para las de un número incalculable de personas. La lengua es una fuente de creación y un vector de la tradición para la comunidad de sus hablantes. Es un soporte de su identidad y un elemento esencial de su patrimonio cultural.

Trabalhemos, então, em torno destes dois únicos enunciados dentro do nosso *corpus* que apresentam uma predicação sobre a palavra que estudamos. Tomando o recorte (R1.8`), podemos observar uma reescritura por substituição da palavra *lengua*¹¹⁷ por *idioma*, o que acaba fazendo funcionar uma relação de sinonímia entre estas duas palavras. Este procedimento pelo qual *idioma* reescreve *lengua* poderá ser apreendido em diversos recortes, como veremos na sequência das análises. Pelo funcionamento da reescritura, consideraremos que as predicações sobre *idioma*, quando esta palavra estiver reescrevendo *lengua*, serão também predicações sobre *lengua*, e será considerado na constituição do domínio semântico desta palavra.

Em (R1.4`) podemos dizer que há duas predicações de *lengua*:

(R1.4`a)¹¹⁸ A língua é o veículo do patrimônio imaterial

(R1.4`b) A língua é a essência do patrimônio imaterial.

A questão do patrimônio, que, como veremos, aparece no domínio semântico de determinação da palavra *língua* no DSD1, é explicada pela UNESCO nos seguintes termos:

El contenido de la expresión “patrimonio cultural” ha cambiado bastante en las últimas décadas, debido en parte a los instrumentos elaborados por la UNESCO. El patrimonio cultural no se limita a monumentos y colecciones

analisado os identificaremos por apóstrofo ('). Nos recortes as palavras relacionadas à questão linguística estarão em destaque.

¹¹⁷ Por conta do processo descritivo de análise em alguns momentos adotaremos este termo em português, desta forma, teremos a alternância entre as palavras *lengua(s)* e *língua(s)*

¹¹⁸ Utilizarei, nas paráfrases, enunciados em português.

de objetos, sino que comprende también tradiciones o expresiones vivas heredadas de nuestros antepasados y transmitidas a nuestros descendientes, como **tradiciones orales, artes del espectáculo, usos sociales, rituales, actos festivos, conocimientos y prácticas relativos a la naturaleza y el universo, y saberes y técnicas vinculados a la artesanía tradicional.**¹¹⁹

Pese a su fragilidad, el patrimonio cultural inmaterial es un importante factor del mantenimiento de la diversidad cultural frente a la creciente globalización. La comprensión del patrimonio cultural inmaterial de diferentes comunidades contribuye al diálogo entre culturas y promueve el respeto hacia otros modos de vida.

La importancia del patrimonio cultural inmaterial no estriba en la manifestación cultural en sí, sino en el acervo de conocimientos y técnicas que se transmiten de generación en generación. El valor social y económico de esta transmisión de conocimientos es pertinente para los grupos sociales tanto minoritarios como mayoritarios de un Estado, y reviste la misma importancia para los países en desarrollo que para los países desarrollados¹²⁰

Desta forma, o patrimônio, assim como a língua, compreende esta gama de conhecimento produzido por um determinado povo e que deve ser transmitido às gerações ao longo do tempo. Apesar da afirmação de que “reviste la misma importancia para los países en desarrollo que para los países desarrollados” perceberemos, pelas análises que desenvolveremos no decorrer deste capítulo, um deslizamento que recairá sobre as línguas minoritárias, significando, em nossa interpretação, que são estas línguas minoritárias (indígenas, ágrafas, orais, em perigo) que apresentam fragilidade na manutenção de seu patrimônio¹²¹ e não as outras (línguas nacionais, oficiais)

Temos, assim, duas determinações que recaem sobre *língua*, funcionando em sua designação:

Essência do patrimônio imaterial ─ LÍNGUA ─ veículo do patrimônio imaterial

(DSD 1 – a palavra *língua* é determinada pelas expressões *essência do patrimônio imaterial* e por *veículo do patrimônio imaterial*)

Em (R1.8) temos as seguintes predicções da palavra *lengua* por nós parafraseadas:

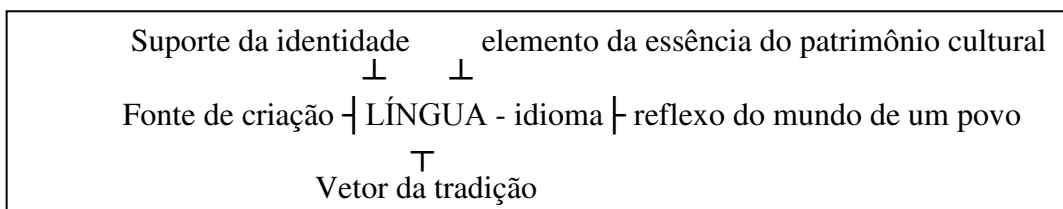
¹¹⁹ Em negrito estão grifos do próprio site; sublinhadas estão as nossas observações.

¹²⁰ De acordo com a seção “patrimonio inmaterial” do próprio site. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=es&pg=00002>. (Acesso em 22 de julho de 2015)

¹²¹ Cf. Rodriguez (2008), trabalho com o qual dialogamos, “a questão do passado e dos ancestrais, como fonte na qual devem apoiar-se as relações sociais” está presente na ideia do “patrimônio cultural comum” de uma sociedade. (sem paginação)

- (R1.8.a) Todo idioma reflete uma visão de mundo única
 (R1.8.b) Todo idioma é reflexo de uma visão de mundo
 (R1.8.c) A visão de mundo abriga um sistema próprio de valores, uma filosofia específica e características culturais peculiares
 (R1.8.d) A língua é uma fonte de criação
 (R1.8.e) A língua é um vetor da tradição
 (R1.8.f) A língua é o suporte da identidade de uma comunidade de falantes
 (R1.8.g) A língua é um elemento essencial do patrimônio cultural de uma comunidade de falantes

O que podemos apreender das paráfrases feitas a partir de (R1.8) é *língua* sendo significada enquanto *o reflexo do pensamento de um povo que abriga um mundo próprio deste povo*.¹²² A *língua*, desta forma, é um meio que carrega e guarda a identidade daquele grupo de pessoas que a fala, além de ser parte do patrimônio cultural (imaterial). Esta relação com o patrimônio significa *língua* neste lugar da preservação. As observações anteriores nos permitem o seguinte DSD:



(DSD 2 – a palavra *língua* é apresentada como sinônima de idioma e é determinada pelas expressões *suporte da identidade*, *elemento da essência do patrimônio cultural*, *fonte de criação*, *reflexo do mundo de um povo* e por *vetor da tradição*)

Dos DSDs apresentados anteriormente, gostaríamos de destacar os seguintes aspectos que determinam o sentido desta palavra e que, portanto, designam-na:

- a. A relação com as expressões *patrimônio cultural* e *imaterial*, que inserem a questão da língua nos problemas da UNESCO, já que sendo patrimônio deve ser protegida e preservada; é um tesouro da humanidade;

¹²² Vimos esta forma de tratar a língua por uma via antropológica em nosso capítulo 3.

- b. Língua é vista sob um aspecto romântico¹²³ enquanto essência e depósito de elementos de um povo que pode abrigar a história, a identidade, seus valores, questões espirituais e ecológicas;
- c. A preservação da língua está diretamente ligada à sobrevivência de um povo na linha do que dissemos em b;
- d. Além disso, “língua” expressa o pensamento do povo que a fala.

Por estas questões é que sua extinção exterminaria tudo o que está guardado no pensamento de um determinado grupo de falantes, inclusive seus falantes, o povo, que é parte do mundo guardado no pensamento; é desta forma que vai se sustentando a preservação linguística.

Apesar das diversas referências, como veremos, aos trabalhos científicos encomendados pela Instituição para dar conta de propor soluções a estes problemas, o sentido de *língua* não é conceituado dentro da Linguística ou filiado explicitamente a um campo teórico, ou seja, “língua” não é designada por uma “voz da Ciência”. Relativamente à extensão de nosso *corpus* e ao número de enunciados que produzem determinações sobre esta palavra, poderíamos dizer que ela é tomada enquanto evidência, enquanto algo sabido, na medida em que é comum a todos: todos falam uma língua e, portanto, sabem o que é “língua”. Ainda sobre esta questão, curiosamente não encontramos enunciados em *Educación e Comunicación e Información* que pudessem produzir determinações em torno da palavra estudada, o que nos leva a pensar que seu sentido fica pressuposto de acordo com as ações propostas dentro destes setores.

¹²³ De acordo com Rodriguez (2008) “O problema de base no que diz respeito às políticas de língua reside, essa é nossa hipótese de trabalho, na definição de sociedade que as sustenta, baseada em *categorias culturais*, sendo a cultura, por sua vez, concebida em termos de *vínculos naturais, ancorados no passado*. Essa visão cultural da sociedade, elaborada na tradição romântica, é, conforme pensamos, dominante atualmente, produzindo o que chamamos de *consenso etnocultural* presente em certo funcionamento da noção de *comunidade*. [...]. Esse é um mecanismo de exclusão que encontramos em todas as leis linguísticas elaboradas, que sob o postulado dos “direitos humanos iguais para todos” estabelecem claras fronteiras para os imigrantes, como o é o da “antiguidade”, se assim podemos chamar, num determinado território, o que é particularmente arbitrário quando se trata de grupos instalados nesse território há várias gerações (embora a arbitrariedade não se limite a esses casos). – Grifos nossos (sem paginação)

7.1.2. Algumas observações sobre a configuração da cena enunciativa: ponto de partida.

Uma questão importante sobre a qual falaremos brevemente nesta parte, já que as análises poderão apresentar novos elementos para esta discussão, é a configuração da cena enunciativa.¹²⁴ As observações que faremos aqui são gerais e pensadas no *corpus* como um todo.

Apresentaremos, assim, de que forma estão significados os modos e lugares de dizer. Veremos nos recortes as marcas de 3ª pessoa, o que empregaria à enunciação um caráter de suposta neutralidade pelo modo dizer universal. No entanto, o locutor-x fala do lugar de especialista vinculado a UNESCO aos alocutários-internautas, assumindo uma enunciação que é genérica (fala do lugar de todos), mas também universal (fala do lugar da verdade). Desta forma consideraremos que o lugar social que se apresenta nas cenas enunciativas que estudaremos será ocupado por um locutor-especialista-institucional, já que ao mesmo tempo em que fala enquanto aquele que pertence a UNESCO se vale também do lugar do cientista que sabe sobre aquele assunto. No entanto, tanto o locutor quanto o alocutário são apresentados como “falantes-de-língua” e por isso temos a hipótese de que a naturalização do sentido de *língua*, marcado pela escassez de determinações e definições em torno do termo, pode estar relacionado à ilusão de que se somos falantes, sabemos o que é *língua*. Isto poderia ser um caminho para entender o deslizamento no sentido de *língua* enquanto um conceito da Ciência (alheio) e algo pertencente a um senso comum (próprio). Pretendemos trabalhar esta questão após as análises, pautados nos resultados apresentados.

7.1.3. Espaço de enunciação: a distribuição das línguas na nomeação dos *links* para documentos

Após trabalharmos com a designação da palavra *língua* no *corpus*, gostaríamos de apontar uma regularidade importante: a língua utilizada na escrita que nomeia os documentos apresentados no decorrer do *site* e que são entradas para os *links* que nos levam a estes documentos. Esta é uma questão importante para apreendermos o funcionamento do espaço de enunciação e a distribuição das línguas. Nestes recortes, selecionados para ilustrar esta questão, temos *links* para documentos produzidos a partir de reuniões realizadas por especialista (*reuniones de expertos*) e os textos de projetos elaborados com relação à

¹²⁴ Tratamos da cena enunciativa (Guimarães, 2002) no capítulo anterior.

problemática das línguas em perigo. Os *links* são marcados pelos títulos dos próprios documentos decorrentes das reuniões e dos projetos, portanto, indicam a língua na qual estes textos foram escritos. Vejamos:



Figura 8 - Texto de "reuniones de experto"



Figura 9 - Texto de "proyectos".

(R1.6) Reuniones de expertos

- 30.11.07

Expert Meeting on Current Trends in Linguistic Mapping in preparation of the 3rd edition of the Atlas

- 10.02.07

*Identifying Good Practices in Safeguarding **Endangered Languages** in Africa*

- 01.06.05

*Capacity-building in safeguarding **African languages***

- 01.01.05

*Safeguarding **endangered languages** of indigenous peoples of Siberia*

- 12.03.03

*Expert meeting on Safeguarding **Endangered Languages***

(R1.7) Proyectos

Proyectos

01.07.07

Safeguarding and Revitalizing Sillanka in Burkina Faso

01.01.06

Reviving N|u in the #Khomani Community of Namibia

01.01.05

From spoken to written languages in Cameroon

01.01.04

Learning from innovative language policies in Latin American countries

01.01.04

Contribution to the publication of the 2004 issue of the directory Oralidad

01.01.02

*Documentation and revitalization of **endangered languages** in the Upper Mekong region*

Nos dois recortes são apresentados *links* que nos levam aos textos. Os *links* estão representados pelos títulos dos documentos que foram redigidos a partir das reuniões e dos projetos propostos pela organização. Como podemos perceber, apesar de estarmos acessando a página em sua versão em espanhol, todos os títulos estão em inglês. Já discutimos no capítulo 4 a questão da distribuição das línguas quando discorremos sobre o espaço de enunciação. Temos, nos trechos em destaque, um deslizamento com relação à questão da democratização linguística proposta pela UNESCO e posta em prática com a construção do *site* em suas línguas oficiais: neste espaço de oficialidade onde estão enunciados nomes de documentos, temos a língua inglesa e não a língua espanhola que foi escolhida por nós para a navegação do *site*. Esta constatação dialoga com o que foi exposto sobre a questão da tradução e a democratização linguística, apresentada no capítulo 4.

Desta forma, estes recortes ilustram o funcionamento do espaço de enunciação e a distribuição das línguas, legitimando o inglês na nomeação dos documentos em detrimento das outras línguas oficiais e de todas as línguas catalogadas nos próprios trabalhos da UNESCO para preservação linguística. Esta questão se apresenta ainda mais contraditória quando consideramos que a UNESCO vem trabalhando em prol das línguas minoritárias com

o objetivo de garantir sua circulação. Há, inclusive, um trabalho bem específico sobre a circulação destas línguas no ciberespaço, como veremos nos textos da seção *Comunicación e Información*. Além disso, muitos documentos tratam especificamente destas línguas minoritárias como o *Sillanka* e o *N|u*. Por que os documentos não estão escritos nestas línguas já que há uma questão de promover sua circulação? Obviamente, nossa questão não é dizer que os documentos devem ou não estar escritos nesta ou naquela língua, mas o questionamento posto visa apreender o caráter político e por isso mesmo excludente do espaço de enunciação que funciona independente da vontade do sujeito; as falhas e deslizos na significação da democracia na relação entre o que se enuncia e como isso ecoa pelo funcionamento do acontecimento.

Assim, esta forma de dizer os documentos pela língua em que se enuncia localiza as outras línguas que não estão enunciadas na nomeação do *link*, significadas fora do espaço da oficialidade, inclusive aquelas que a própria UNESCO diz serem oficiais, como o chinês, a língua russa e o árabe, desfazendo a democratização linguística: mesmo que exista um “direito a” garantido pela oficialidade, só há espaço para o inglês. A exclusão das outras línguas nesses documentos reafirma a ideia de que o inglês é oficial, mais do que isso, poderíamos dizer que, de alguma forma, se dissolve a qualidade de “oficiais”, dada às outras línguas do *site* já que o inglês se sobrepõe hierarquicamente pela distribuição política neste espaço de enunciação, na Internet.

7.2. Seção cultura: o funcionamento da argumentação para a preservação das línguas.

Dentro dos temas, apontados pela UNESCO enquanto pertinentes ao seu trabalho está a questão da cultura¹²⁵, palavra que marca o *link* que nos leva as seguintes divisões:

- *Cultura y desarrollo*
- *Patrimonio Mundial*
- *Patrimonio Inmaterial*
- *Conflicto armado y patrimonio*
- *Tráfico ilícito e restitución*
- *Patrimonio Cultural Subacuático*
- *Patrimonio mueble y museos*

¹²⁵ Dedicamos o capítulo 3 para tratar desta questão a partir do que nos diz a Antropologia.

- *Lenguas en peligro*
- *Creatividad*
- *Diálogo*
- *Acción normativa*
- *Situaciones de emergencia.*



Figura 10 - Sublinks de Cultura

Poderíamos dizer, a partir de uma observação mais livre, de acordo com a forma como está posta a lista de temas nos quais o conteúdo *cultura* se desdobra, que este tema está relacionado aos problemas patrimoniais e a uma postura de policiamento com relação à manutenção cultural no mundo. Sobre a listagem de temas apresentada pelo *link cultura*, é importante dizer que não será tratada por nós enquanto uma enumeração de *cultura*, como poderia parecer em um olhar menos atento. Expressões como *lenguas en peligro*, *situaciones de emergencia*, não enumeram *cultura*, mas compõem uma série de questões que poderíamos chamar de *problemas da cultura*. Deste modo, diremos que o *link cultura* é uma reescrituração por condensação de algo como *problemas da cultura*. Este é um detalhe de grande relevância sobre o funcionamento da enumeração que deve, antes de qualquer coisa, ser tomado no acontecimento e não somente pela estrutura textual. Nem sempre o enumerado está materializado; em nossas análises veremos que ele aparece condensado pela palavra que nomeia o *link*.

A questão da lei aparece em termos como *tráfico ilícito* e *acción normativa* e a questão da língua aparece como parte desta problemática na expressão *lenguas en peligro* o

que corrobora as ações da Instituição no que diz respeito ao “salvamento” destas línguas. Pela forma como está significada esta listagem de temas, *lenguas en peligro*, a princípio, não seria um problema de patrimônio¹²⁶, já que se apresenta enquanto uma questão paralela a esta e não incluída dentro deste grupo. No entanto, veremos nas análises que seguem que esta separação logo é retomada e desconstruída. “Língua” passa a ser um problema patrimonial, assim como pudemos concluir pela análise feita da designação de *língua* nas páginas iniciais deste capítulo. Outra questão que gostaríamos de trabalhar é a relação que se coloca pela disposição dos elementos desta lista, tratados enquanto uma enumeração de *problemas de cultura* na medida em que articula, por incidência, os termos que a enumeram especificando, em um efeito de totalização, “todos” os possíveis desdobramentos do que o locutor entende por *problemas da cultura*, condensados pela palavra que marca o *link*. Desta forma, podemos também tomar as diversas expressões relacionadas ao tema enquanto uma reescrituração por expansão de *problemas de cultura* e que, desta forma, são determinados por essa expressão que ao mesmo tempo especifica o sentido da palavra *cultura*. Pretendemos chegar a estas questões no decorrer das análises que apresentaremos.

Dentro de *Lenguas en Peligro* temos¹²⁷:

- Atlas de las **lenguas** en peligro
- Vitalidad de **las lenguas**
- Diversidad **lingüística** en los textos normativos de la UNESCO
- Biodiversidad y diversidad **lingüística**
- Reuniones de expertos
- Proyectos
- Preguntas frecuentes sobre **lenguas** en peligro

¹²⁶ Estamos considerando os temas apresentados na figura 10.

¹²⁷ Vejamos como nossas hipóteses sobre as camadas do texto no ciberespaço são corroboradas no exercício da análise, atentando para a forma como isso vai sendo interpretado enunciativamente. Também vamos percebendo como o memorável da Internet como um espaço de “tudo” vai movimentando e incidindo sobre a própria construção do texto; a textualidade da Internet.



Figura 11 - Sublinks de "Lenguas en Peligro"

A enumeração de *lenguas en peligro* reescreve por condensação algo que chamaremos de *problemas das línguas em perigo*. A primeira descrição que podemos fazer sobre esta segunda listagem relacionada agora à expressão *lenguas en peligro* é que a palavra *língua* aparece no plural, caracterizada pela expressão nominal *en peligro*. Temos também a palavra *lingüística* que aparece duas vezes. Outra questão é que temos um sentido biológico recortado pelo memorável de palavras como *vitalidad*, *diversidad* e *biodiversidad*. Assim, poderíamos dizer que a expressão *lenguas en peligro* significa por esta relação com uma vida a ser preservada, antecipando a problemática da extinção lingüística, apresentada pela UNESCO nesta seção.

Dentro de cada uma destas entradas, indicadas pelas expressões da lista, temos um pequeno texto que nos explica estas expressões, evidenciando cada um dos *problemas das línguas em perigo* de forma que tais expressões da lista funcionam como um título. É destes textos que faremos um estudo a fim de chegar a um DSD de *língua*. Primeiramente, faremos a descrição de cada texto tratado enquanto um recorte de análise e, posteriormente, pensaremos na construção de um DSD que sustente nossas interpretações. Antes disso, gostaríamos de destacar um aspecto que se aplica também às seções *comunicación e información* e *educación*: a questão das caracterizações da palavra *língua*.

7.2.1. Sobre a caracterização

No decorrer deste capítulo realizaremos, como dito anteriormente, nossas análises em torno do sentido da palavra *língua* a partir da forma como ela é significada como enumeração de *aspectos da cultura*. No entanto, gostaríamos de antecipar um funcionamento linguístico que se apresentou de forma bastante sobressaliente em nosso material. Na busca pelas determinações da palavra *língua*, deparamo-nos com um número bastante expressivo de caracterizações da palavra estudada em relação ao número de ocorrências dela sozinha ou acompanhada de artigos. Obviamente, não haveria, *a priori*, um interesse quantitativo com relação a reescrituração por substituição, mas acreditamos que esta discrepância e a regularidade das caracterizações deva ser motivo de reflexão.

De acordo com Guimarães (2009a) há uma importante diferença entre “determinar” e “caracterizar”. Esta diferença, segundo o autor, deve ser tratada com cuidado pelo analista em seu trabalho. A produção do sentido, no acontecimento de enunciação, está diretamente relacionada às relações de determinação semântica. Já a caracterização estaria em um nível sintagmático, circunscrito à relação nome/adjetivo. No entanto, pela forma como foi recorrente a caracterização em nossos recortes, gostaríamos de pensar em como isso trará consequências para o estudo da designação da palavra. Nos recortes que serão apresentados no decorrer do capítulo, deixaremos em destaque todas as reescritas por repetição da palavra *língua* e os adjetivos que a caracterizam. Entretanto, anteciparemos esta discussão antes de analisar mais apuradamente os recortes. Na sequência destacamos os sintagmas nominais que fomos localizando no decorrer no nosso *corpus*.

- | | |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>línguas</i> | <ul style="list-style-type: none"> a) <i>em perigo</i> b) <i>revividas/revitalizadas</i> c) <i>minoritárias</i> d) <i>não escritas</i> e) <i>não documentadas</i> f) <i>indígenas</i> g) <i>maternas</i> h) <i>ameaçadas</i> i) <i>predominante</i> j) <i>desaparecidas</i> |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Chamamos atenção para estas expressões, pois há em nossos recortes de análise um número consideravelmente maior de expressões como estas se comparadas às repetições da palavra *língua* “sozinha”, ou seja, sem uma caracterização. Logo lançamos uma pergunta:

por que não se diz, por exemplo, *a língua deve ser preservada*, mas *a língua indígena/materna/minoritária deve ser preservada*? É como se dizer *língua* fosse algo vazio, que sempre requer uma caracterização que não determina o sentido de “língua”, mas que atribui a esta palavra certo aspecto. Por esta razão pareceu-nos importante olhar para estas regularidades sintáticas. Buscamos embasamento nos trabalhos de Luiz Francisco Dias (2012) no artigo *O adjetivo na formação nominal: uma abordagem enunciativa* em que trabalha justamente o funcionamento do adjetivo em formações nominais (FN). Através da análise do foco temático da FN, consegue verificar se o adjetivo incide sobre o núcleo da FN, caracterizando uma articulação de dependência, ou se incide sobre o enunciado, caracterizando uma articulação por incidência.¹²⁸ Para realizar esta verificação, propõe duas manipulações linguísticas. Tomando *x* como núcleo da FN e *y* o adjetivo, propõe dois enunciados:

a. *Fulano falou sobre yx, dizendo que é ...*

b. *Fulano falou sobre x, dizendo que é y*

Quando as duas paráfrases funcionam, temos uma relação de dependência, já que o adjetivo é tomado por uma centralidade nuclear da FN. Quando temos um estranhamento na paráfrase b, a caracterização vem de outra enunciação, o que nos leva a considerar uma articulação por incidência. Segundo Dias L. (2012) “a tensão entre o estrutural e o enunciativo se apresenta pela interposição do locutor na perspectivação” o que evidencia a enunciação como acontecimento já que “ela contrai pertinência no enlace de uma memória com uma atualidade”. Tanto a relação de dependência quanto a relação de incidência são articulações que promovem a relação integrativa do enunciado ao texto.

Poderíamos dizer que esta “necessidade” de caracterizar a língua tem a ver com a relação que se estabelece entre *língua* e *cultura*, já que podemos perceber que os adjetivos vão justamente deslocando a língua para uma determinada questão cultural (minoritária, indígena, predominante): é o linguístico submetido ao cultural. Poderíamos, inclusive, refletir em como o biológico (revivida/revitaizada, materna, ameaçada, catalogada¹²⁹), enquanto memorável, atua na produção do sentido de língua; dizer que o memorável do *perigo* é um elo na questão da *língua/cultura* pelo sentido ecológico da proteção da natureza. Transpõe-se para o

¹²⁸ A questão das articulações por dependência e incidência (cf. Guimarães) podem ser retomadas neste trabalho, no capítulo 6.

¹²⁹ Pela escrita e pelo documento.

linguístico o sentido da preservação natural, reduz-se o linguístico e o cultural à sua origem, apagando a história. É neste sentido que consideraremos a incidência: o “perigo da extinção das línguas” que se enuncia na FN *língua em perigo* relativamente ao que a UNESCO enuncia sobre a preservação. Como exemplo, poderíamos dizer que a FN *línguas agradáveis* é dita pelo locutor como presente do acontecimento e em *língua em perigo* é mobilizado um memorável que vai permeando os textos do nosso *corpus* (preservação, biológico, etc). Assim, o funcionamento da incidência significa este memorável específico que o texto recorta pelo funcionamento enunciativo.

Estas são algumas questões que lançamos neste momento e que serão confirmadas e/ou refutadas pelas análises que seguirão. Por último, pensamos que não se diz a(s) língua(s) por conta, justamente, desta necessidade de enunciar a preservação, o salvamento, a circulação e não, por exemplo, a língua na Ciência. A argumentação do texto em questão, como veremos, é o da preservação, não é um argumento científico sobre o que é língua, mas é um argumento institucional da preservação: ou seja, a natureza mesma da instituição UNESCO está sendo significada no modo de falar das línguas, na contradição de seu lugar de “divulgação científica”.

7.2.2. Descrição e interpretação dos recortes da seção *cultura*.

Iniciaremos nossas análises retomando os *clicks* que nos levam aos textos com os quais trabalharemos. O caminho às questões linguísticas é construído pelos seguintes *links*:

Cultura– Temas – Lenguas en Peligro

(R1) *Lenguas en Peligro*

*Se estima que, si nada se hace, la mitad de los **6000 idiomas hablados** actualmente desaparecerá a finales de este siglo. Con la desaparición de las **lenguas no escritas y no documentadas**, la humanidad no sólo perdería una gran riqueza cultural, sino también conocimientos ancestrales contenidos, en particular, en las **lenguas indígenas**.*

*Sin embargo, este proceso no es inevitable ni irreversible: políticas lingüísticas bien planificadas e implementadas pueden reforzar los esfuerzos actuales de las comunidades de hablantes de mantener a revitalizar sus **lenguas maternas** y transmitirlas a las generaciones más jóvenes.*

No decorrer do texto temos a reescrita por substituição de *lenguas en peligro* por *la mitad de los 6000 idiomas no hablados* que por sua vez será reescrito por *lenguas no escritas y no documentadas*. Sobre a relação posta entre *línguas* e *idiomas*, já vimos que este

tipo de procedimento enunciativo é recorrente, apresentando-se enquanto evidente a sinonímia entre *lengua* e *idioma*¹³⁰. Desta forma, fica estabelecida uma relação de sinonímia entre as seguintes expressões pela forma como uma reescreve a outra no texto:

lenguas en peligro =¹³¹ *la mitad de los 6000 idiomas hablados* = *lenguas no escritas y no documentadas*

Pela relação posta, poderíamos realizar as seguintes paráfrases, a fim de chegarmos a alguma relação de determinação:

(R.1.a) Há línguas.

(R.1.b) Há línguas em perigo.

(R.1.c) As línguas em perigo são a metade dos 6000 idiomas falados.

(R.1.d) As línguas em perigo são 3000 idiomas falados.

(R.1.e) A metade dos 6000 idiomas falados são línguas não escritas e não documentadas.

(R.1.f) As línguas em perigo são línguas não escritas e não documentadas.

Poderíamos propor um DSD onde representaríamos esta relação que especifica o sentido das expressões, produzindo as determinações:

Línguas em perigo ⊢ 3000 idiomas falados ⊢ línguas não escritas e não documentadas

(DSD 3 – a expressão *línguas em perigo* determina *3000 idiomas falados* que por sua vez determina *línguas não escritas e não documentadas*)

O acontecimento divide o sentido de *língua* pela determinação que expande, especificando, cada vez mais, esta língua sobre a qual se fala. As predicções em nossas paráfrases só são possíveis com a manipulação dos sintagmas nominais no que diz respeito à posição dos adjuntos adnominais apresentados como sinônimos:

¹³⁰ Esta questão também foi discutida em minha dissertação de mestrado, defendida em 2010 pela Unicamp: *Os sentidos de Portunhol e Spanglish no Espaço Enunciativo da Internet: Um estudo das relações de determinação e (des)legitimação*.

¹³¹ Utilizo este símbolo de forma livre para dizer “igual”, enquanto um sentido posto pela reescritura de substituição. Fiz esta opção já que ainda estamos em um processo de descrição e não em uma formulação final do DSD.

<i>Lenguas/idiomas</i>	— <i>En peligro</i>
	— <i>Hablados</i>
	— <i>No escritos</i>
	— <i>No documentados</i>

No entanto as paráfrases não nos levam a uma determinação da palavra *língua*, especificamente, já que não produzem uma predicação sobre ela de maneira isolada, mas à determinação de uma expressão sobre a outra, como vimos no DSD 3. No entanto, interessa-nos que a palavra *língua* compõe estas expressões.

Pensemos agora no seguinte enunciado que apresenta uma relação argumentativa importante:

(R1') *Con la desaparición de las lenguas no escritas y no documentadas, la humanidad **no sólo** perdería una gran riqueza cultural, **sino también** conocimientos ancestrales contenidos, **en particular**, en las lenguas indígenas.*

Primeiramente, pelo funcionamento da nominalização “o desaparecimento” (*la desaparición*), poderíamos propor uma paráfrase que evidenciasse o enunciado “as línguas não escritas e não documentadas podem desaparecer”, significado na expressão adverbial. A frase *não só ... mas também* funcionaria como uma conclusão. Vamos considerar o funcionamento argumentativo de *no sólo... sino también* dentro do que Guimarães (2007a) propõe sobre o funcionamento de *não só ... mas também*. No capítulo *Não só... mas também: polifonia e argumentação* presente na obra citada, o autor realiza um estudo bastante detalhado sobre o funcionamento semântico-argumentativo desta e de outras conjunções do português. Segundo o autor, além do caráter polifônico mobilizado pelo uso deste operador, verificou-se que ele pode funcionar em duas situações: na articulação de argumentos e na articulação de conclusões, de acordo com cada enunciação, o que requer um estudo semântico do recorte que se pretende estudar. Outra questão é a forma como os argumentos articulados se apresentam enquanto a sua força argumentativa: são apresentados como equivalentes.

Assim a frase do *não só ... mas também* aparece como conclusão deste enunciado condensado pela expressão “o desaparecimento”. Poderíamos propor as relações argumentativas:

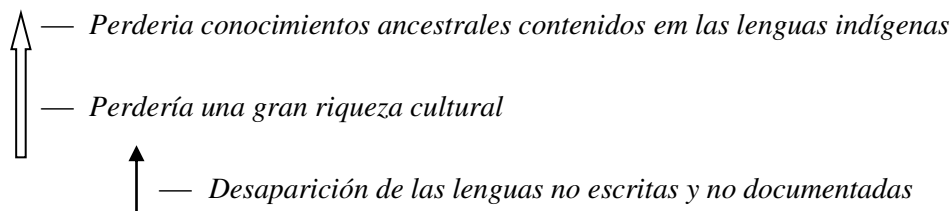
- *possibilidade de desaparecimento **portanto** não só perde x mas também y.*

Esta relação argumentativa, por outro lado, faz com que *no sólo pierde x mas también* y funcione na relação com o texto como argumento para *trabajar para preservar*

As duas conclusões, que se apresentam também como argumentos, relativas ao enunciado *Con la desaparición de las lenguas no escritas y no documentadas* reforça o argumento para a preservação e para a necessidade de “trabajar para preservar”. Ainda temos uma especificação importante que particulariza *conocimientos ancestrales contenidos* com a sequência *lenguas indígenas*. Esta relação de complemento entre *conter* e *lenguas indígenas* significa esta segunda expressão como detentora da cultura e produz uma nova caracterização da palavra *indígena*. Desta forma, preservar as *lenguas* de uma maneira geral, é preservar a *cultura*; preservar as *lenguas indígenas* é garantir vida aos conhecimentos ancestrais, que se apresentam, no acontecimento, como algo mais importante para corroborar o argumento da preservação.

Ainda sobre esta questão argumentativa a relação com a subjetividade, marcada por *en particular*, podemos perceber que a caracterização produz uma divisão, como já dissemos, ao mesmo tempo em que reforça o argumento, nos moldes do que Ducrot(1984) nos apresenta em termos de escala argumentativa:

r – necesario preservar



Sobre a divisão posta entre *las lenguas indígenas* e *lenguas no escritas y no documentadas* é importante dizer que ela funciona na contradição que significa estas *lenguas* como as mesmas, quando dizemos que os adjuntos adnominais funcionam em uma relação sinonímica (*línguas indígenas = línguas não escritas e não documentadas*), mas que as separa pelo funcionamento argumentativo anteriormente exposto (desaparecimento das línguas não escritas ---) perder riqueza/ línguas indígenas). E esta conclusão se torna, pelo funcionamento do *no sólo ... mas también* o argumento decisivo para “é necesario preservar” o que torna o

argumento *línguas indígenas* mais decisivo diante de *línguas não escritas e não documentadas* (*línguas indígenas* >¹³² *línguas não escritas e não documentadas*)

Uma última observação sobre este recorte está na divisão que inclui *materna* dentro do grupo das expressões que qualificam *lengua*:

Lengua(s) — *En peligro*
 — *No escritas*
 — *No documentadas*
 — *Maternas*

Se considerássemos a relação sinonímica que há pouco comentamos poderíamos dizer que quando se fala de língua indígena, fala-se também de uma língua não escrita, portanto uma língua oral, mas também de uma língua materna. Se também levarmos em conta o fato de estes textos serem, pelo funcionamento do título, uma expansão de *lenguas en peligro* que é uma expressão que enumera e, portanto, determina o que chamamos *problemas da cultura*, veremos que assim como *lenguas indígenas* é significada enquanto aquela que carrega a cultura, *lengua materna* passa também a significar nesta relação com a cultura a ser preservada, tendo assim uma aproximação de sentido entre as duas expressões. O fato de ser não escrita agrava a existência destas línguas, já que dependem de que existam pessoas que as falem, mobilizando, enquanto futuro deste acontecimento, o chamamento à preservação. Veja que o DSD2 é aqui mobilizado enquanto um pressuposto que sustenta a questão da preservação e que insere *lengua materna* dentro do grupo do que deve ser preservado.

No próximo recorte temos a explicação do que seja o *atlas de las lenguas en peligro*, um dos projetos da UNESCO para salvar as línguas em perigo. A expressão *lenguas en peligro* passa a nomear o projeto do atlas. Vejamos:

(RI.2) *Atlas de las lenguas en peligro*

El Atlas UNESCO de las lenguas del mundo en peligro tiene por finalidad sensibilizar a los encargados de la elaboración de políticas, las comunidades de hablantes y el público en general, al problema de las lenguas en peligro de desaparición y a la necesidad de salvaguardar la diversidad lingüística del mundo. También pretende ser un instrumento para efectuar el seguimiento de las lenguas amenazadas y de las tendencias que se observan en la diversidad lingüística a nivel mundial. La última edición del Atlas (2010, disponible en inglés, francés y español de Ediciones UNESCO), fue realizada gracias al apoyo del Gobierno de Noruega. En esta edición figura una lista de 2.500 lenguas (dentro de las cuales 230 extintas desde el decenio de 1950). Estas cifras se acercan a la estimación comúnmente admitida, que gira en torno a unas 3.000 lenguas amenazadas en el mundo

¹³² Utilizamos o símbolo que significa “maior” para ressaltar o lugar hierarquicamente superior desta expressão na escala argumentativa.

entero. El Atlas señala para cada lengua, el nombre y el grado de peligro de desaparición que corre (véase más abajo), así como el país, o los países, donde se habla.

<i>Nivel de vitalidad</i>	<i>Transmisión intergeneracional de la lengua</i>
<i>a salvo</i>	<i>todas las generaciones hablan la lengua y su transmisión de una generación a otra es continua >> not included in the Atlas</i>
<i>vulnerable</i>	<i>la mayoría de los niños hablan la lengua, pero su uso puede estar restringido a determinados ámbitos (el hogar familiar, por ejemplo)</i>
<i>en peligro</i>	<i>los niños ya no la aprenden en sus familias como lengua materna materna</i>
<i>seriamente en peligro</i>	<i>sólo los abuelos y las personas de las viejas generaciones hablan la lengua. Los miembros de la generación parental, si bien pueden comprenderla, no la hablan entre sí, ni tampoco con sus hijos</i>
<i>en situación crítica</i>	<i>los únicos hablantes son los abuelos y las personas de las viejas generaciones, pero sólo usan la lengua parcialmente y con escasa frecuencia</i>
<i>extinta</i>	<i>no quedan hablantes >> el Atlas contiene las referencias de las lenguas extintas desde los años 1950</i>

Neste recorte temos uma explicação do que seja o *Atlas de las Lenguas en Peligro*. O significado da expressão *atlas de las lenguas* estabelece uma relação entre língua e espaço geográfico já que os dados sobre as línguas estão dispostos em um mapa mundi.¹³³ Além disso, poderíamos apontar um novo aspecto sobre a língua que a desloca, de alguma forma, de *problemas da cultura* e a toma sob outra perspectiva: sua existência física, em um espaço geograficamente limitado¹³⁴. Desta forma a questão das línguas fica posta por sua existência, ou seja, se a língua está viva ou não, e se habita um determinado território, geograficamente demarcado, o que nos permitiria supor, que se estabelece a relação com o sujeito que fala esta língua. A existência, por sua vez, está relacionada ao fato da língua ser ou não falada e se ela é ou não transmitida entre as gerações. São estes aspectos que produzem o quadro classificatório apresentado logo abaixo do recorte de análise. Neste quadro apresenta-se uma nova classificação de “línguas”:

- *Lengua a salvo*
- *Lengua vulnerable*
- *Lengua en peligro*
- *Lengua seriamente en peligro*
- *Lengua en situación crítica*
- *Lengua extinta*

¹³³ O *Atlas de las Lenguas en Peligro* possui uma versão impressa disponível em três línguas- inglês, francês e espanhol-, e também uma versão interativa e colaborativa (<http://www.unesco.org/culture/languages-atlas/es/atlasmap.html>) na qual o internauta pode alimentar o banco de dados sobre as línguas apresentadas no mapa.

¹³⁴ Isto também foi apontado na leitura feita da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.

Tomando as possibilidades de qualificação das “línguas em perigo”, observando os trechos por nós destacados, interessa-nos pensar na forma como o memorável da preservação ambiental, própria do discurso da biologia e da ecologia, faz funcionar um sentido para a palavra “língua” nesta relação, ou seja, significa “língua” enquanto um elemento vivo em uma metáfora relacionada ao biológico. Gostaríamos de apontar que é produzido um apagamento do sujeito que fala esta língua: apesar de ser consenso que a língua está atrelada a um ser que a fale, este sujeito é apagado nos enunciados que analisaremos, recaindo assim, a existência sobre a língua, como um ser orgânico, independente de seus falantes.

As palavras destacadas recortam este memorável e nos permite as paráfrases:

(R1.1.a) A língua é (como) um ser vivo

(R1.1.a) A língua está em perigo

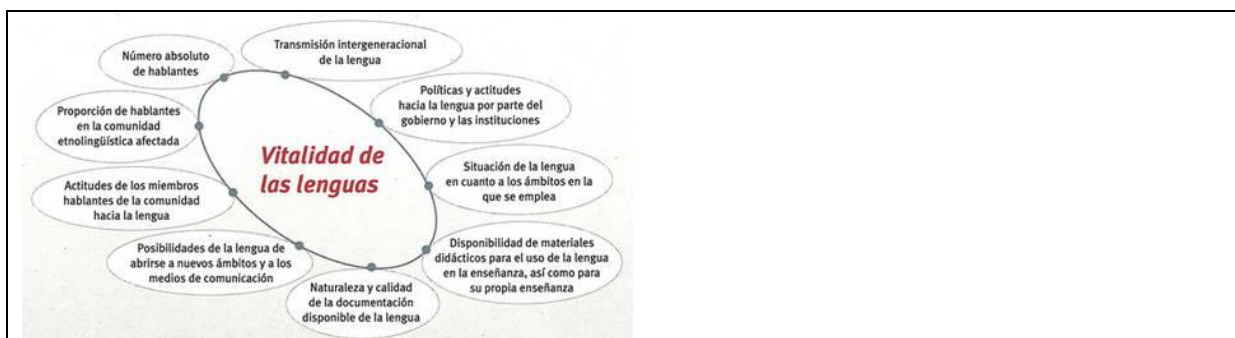
(R1.1.a) A língua é vulnerável

Também podemos destacar, no recorte, a forma como os dados numéricos funcionam como argumento para a preservação. Os números significam uma finitude de línguas catalogadas e devidamente classificadas como “espécies” em extinção ou não. A forma de enunciar configura o modo como os enunciadores vão apresentando aspectos que colocam a língua, metaforicamente, na categoria de “ser vivo” e que sustentam a conclusão *preservar as línguas*.

(R1.2)Vitalidad de *lenguas*

Una metodología para evaluar el grado de vitalidad y peligro de desaparición que corre una lengua
En 2002 y 2003, la UNESCO encomendó a un grupo internacional de lingüistas que elaborara un marco para determinar el grado de vitalidad de una lengua, con el fin de contribuir a la formulación de políticas, la definición de las necesidades y las medidas de salvaguardia adecuadas. Este Grupo especial de expertos en lenguas en peligro de desaparición elaboró un documento conceptual titulado “Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas”, en el que se fijaban los siguientes nueve criterios:

No hay un factor que por sí solo baste para evaluar la situación de **la lengua de una comunidad**. Pero estos nueve factores, conjugados, pueden determinar la viabilidad de **una lengua**, su función en la sociedad y el tipo de medidas necesarias para su conservación o revitalización. Para más detalles, ver el documento completo: (inglés|francés|español|árabe|chino).



©UNESCO. Vitalidad y peligro de desaparición de las **lenguas**.

Ejemplo de la aplicación de esta metodología

El Informe del Estudio de las lenguas indígenas nacionales 2005, elaborado por el Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies a petición del Gobierno de Australia, ofrece un análisis de la situación de las **lenguas indígenas** australianas para el cual se utilizaron los nueve factores que el Grupo de la UNESCO individualizó para evaluar la **vitalidad de una lengua**. Entre sus resultados más importantes, el informe afirmaba que solamente 145 de las más de **250 lenguas** indígenas conocidas en Australia seguían hablándose realmente. Y de éstas, unas 110 han sido catalogadas de gravemente amenazadas o en estado crítico. Sólo **18 lenguas** indígenas se consideran “fuertes”, según un factor tan importante como la transmisión de una generación a otra.

Neste recorte gostaríamos de destacar, corroborando a discussão já apresentada sobre a relação *língua / ciência* a forma como a Ciência da Linguagem é apresentada de forma separada e a serviço da UNESCO. O recorte informa sobre uma pesquisa encomendada pela UNESCO com o objetivo de obter uma metodologia eficaz na catalogação das “línguas em perigo”. Nesta pesquisa foram elaborados 9 critérios que devem ser considerados. Podemos observar duas reescrituras por substituição que marcam a Linguística enquanto Ciência:

[...] la UNESCO **encomendó** a un grupo internacional de **lingüistas** [...]. Este Grupo especial de expertos en lenguas en peligro de desaparición elaboró [...]

Os verbos em negrito marcam a forma como a Linguística serve a Instituição ao mesmo tempo em que a Instituição legitima suas ações pelas expressões *internacional*, *linguistas* e *expertos*, sustentando a veracidade do que se enuncia sobre os problemas linguísticos. Este é um dos poucos momentos em que se marca o lugar da Ciência que produz o conhecimento sobre o qual se movimentam as ações da UNESCO. Este lugar, apresentado como universalmente legitimado, vale-se de certas posições da Linguística, como podemos ver pelas análises aqui em curso. Podemos dizer, no entanto, que este lugar de Ciência está mais bem assegurado à Antropologia que à Linguística, já que fica muito mais forte o argumento da preservação da língua *para/em prol* da cultura, que uma preservação da língua

pela língua; ou seja a cultura, objeto da Antropologia, mesmo que pela língua, se sobressai em termos de importância.

Outro ponto importante e que será discutido em (R1.5) é que esta “metodologia para a preservação e catalogação das línguas em perigo” é aplicada e exemplificada com as “línguas indígenas”, e não com as línguas de uma maneira geral. Assim, se pensarmos nos possíveis desdobramentos do que se enuncia em termos de políticas linguísticas, veremos que elas não recaem sobre qualquer língua, mas sobre estas línguas (indígenas), evidenciando, mais uma vez o político, na contradição entre o enunciador-universal que diz “as línguas”, mas que recorta “as indígenas” como exemplo de “diversidade carente de normas”. Neste sentido, o recorte que apresentamos em 7.2.1 relativamente à incidência de articulações por dependência em FN nucleadas pela palavra *língua* toma importância: são estas insistentes FN que vão direcionando o dizer sobre as línguas no sentido de que há determinadas (e não quaisquer) línguas, especificadas pelas caracterizações que excluem do grupo das línguas carentes de normas e controle, as línguas nacionais, oficiais, dos Estados membros.

Vejamos o próximo recorte:

(R1.4) Diversidad lingüística en los textos normativos de la UNESCO

La diversidad lingüística en una selección de textos normativos de la UNESCO

• **Declaración universal de la UNESCO de 2001 sobre la diversidad cultural**

El primero de estos tres textos, adoptado por la Conferencia General de los Estados Miembros de la UNESCO en 2001, establece el marco de trabajo para la participación de la comunidad internacional en defensa de la diversidad lingüística. Su plan de acción apela a los Estados Miembros de tomar medidas apropiadas para:

- *salvaguardar el patrimonio lingüístico de la humanidad y apoyar la expresión, la creación y la difusión en el mayor número posible de lenguas;*
- *fomentar la diversidad lingüística –respetando la lengua materna– en todos los niveles de la educación, dondequiera que sea posible, y estimular el aprendizaje del plurilingüismo desde la más temprana edad.*
- *promover la diversidad lingüística en el espacio numérico y fomentar el acceso gratuito y universal, a través de las redes mundiales, a todas las informaciones que pertenecen al dominio público.*

• **Convención de 2003 para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial**

La Convención de 2003 reconoce el rol vital de la lengua en la expresión y transmisión del patrimonio vivo. Todos los aspectos del patrimonio cultural inmaterial -de los conocimientos relacionados a la naturaleza y el universo a los rituales, de las artes del espectáculo a las técnicas artesanales tradicionales- dependen de la lengua para su práctica diaria y transmisión intergeneracional. En el caso de las tradiciones y expresiones orales, la lengua no es solamente el vehículo del patrimonio inmaterial, sino constituye su esencia misma.

• *Convención de 2005 sobre la protección y promoción de la diversidad de las expresiones culturales*
La Convención de 2005 afirma en su preámbulo que la diversidad lingüística es un elemento fundamental de la diversidad cultural. Al discutir las medidas destinadas a proteger y promover la diversidad de las expresiones culturales que los países firmantes se comprometen a emprender, la Convención sugiere adoptar medidas relativas a la lengua utilizada en actividades, bienes y servicios culturales (Artículo 6.B).

Aqui são apresentados três documentos que ditam normas em prol da diversidade linguística:

- *Declaración universal de la UNESCO de 2001 sobre la diversidad cultural*
- *Convención de 2003 para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial*
- *Convención de 2005 sobre la protección y promoción de la diversidad de las expresiones culturales*

Vejamos o seguinte enunciado:

(R1.4`) fomentar la diversidad lingüística – respetando la lengua materna – en todos los niveles de la educación.

A ressalva feita em (R1.4`) “respetando a língua materna” significa “língua materna” fora da diversidade. Isso porque fica posta uma relação que poderíamos parafrasear da seguinte forma:

(R1.4`a) A diversidade linguística deve ser fomentada

(R1.4`b) A diversidade linguística deve ser fomentada, mas a língua materna deve ser respeitada.

(R1.4`c) A diversidade linguística pode desrespeitar a língua materna.

Ou seja, a relação adversativa estabelece uma oposição entre *diversidade* e *língua materna*. Este funcionamento abre uma hipótese para dizer que “língua” é designada nas divisões que a caracterizam e que *língua materna* é significada diferente da diversidade. *Língua materna* seria algo da ordem da estabilidade, da permanência, da não mutabilidade. Remetendo-nos à análise apresentada em (R1) também devemos dizer sobre a relação entre *língua materna* e a cultura: a cultura guarda a língua dos povos, já que é o fato de que as línguas fazem parte da cultura que determina as políticas de proteção/salvamento. Pareceu-nos importante realizar esta breve descrição do enunciado (R1.4`), pois a adversidade por nós descrita nas paráfrases dará apoio ao que apresentaremos mais adiante sobre o sentido da

expressão *língua materna*, e que comporá uma das grandes questões alavancadas pelas análises. Retomaremos isso na seção *Educación* onde a questão será melhor aprofundada.

7.2.3. Os nomes das coisas do mundo e a preservação.

Vejamos o nosso próximo recorte:

<p>(R1.5) Biodiversidad y diversidad lingüística</p> <p><i>Conservando las lenguas indígenas, protegiendo la biodiversidad</i></p> <p><i>Si bien ha sido ampliamente reconocido que la degradación del medio ambiente natural, y en particular, de los hábitats tradicionales, implica la pérdida de la diversidad cultural y lingüística, nuevos estudios sugieren que la desaparición de las lenguas, tiene a su vez un impacto negativo sobre la conservación de la biodiversidad.</i></p> <p><i>Existe un vínculo fundamental entre la lengua y el conocimiento tradicional (C.T.) relacionado con la biodiversidad. Las comunidades locales e indígenas han elaborado sistemas complejos de clasificación para el mundo natural, reflejando un profundo conocimiento de su entorno local. Este conocimiento del medio ambiente está contenido en los nombres indígenas, tradiciones orales y taxonomías, y puede desaparecer cuando una comunidad cambia a otro idioma.</i></p> <p><i>Los etnobotanistas y etnobiólogos reconocen la importancia de los nombres indígenas, de las taxonomías provenientes del folclor y de las tradiciones orales como determinantes para el éxito de iniciativas relacionadas con la recuperación de especies en peligro y las actividades de restauración ecológica.</i></p> <p><i>Por ejemplo, un estudio llevado a cabo en la tribu Amuesha del Alto Amazonas Peruano, cuya lengua se encuentra seriamente en peligro, concluyó que la pérdida de locutores y de guardianes del conocimiento entre los Amuesha tiene un impacto directo y negativo sobre la diversidad de los cultivos.</i></p> <p><i>Otro estudio sobre los dichos ancestrales del pueblo Maorí reveló información nueva y pertinente sobre crecimiento de plantas, suelos y nutrientes, nichos ecológicos y comunidades ecológicas, así como procesos paisajísticos.</i></p> <p><i>Estos y muchos otros estudios de caso serán presentados próximamente en un documento de trabajo de la UNESCO titulado 'Las lenguas indígenas como herramientas para comprender y preservar la biodiversidad'.</i></p> <p><i>Dichos estudios demuestran que los esfuerzos para preservar la biodiversidad pueden beneficiarse en gran medida de la participación de comunidades locales por un lado, y de antropólogos y lingüistas por otro lado. Los primeros pueden compartir su inestimable conocimiento ecológico tradicional, mientras que los segundos pueden servir como puentes entre los C.T y la ecociencia. La UNESCO considera que la salvaguardia de los C.T. y las lenguas indígenas utilizadas para transmitir tal conocimiento, constituyen herramientas actualmente poco utilizadas pero prometedoras para la conservación y la gestión sostenible de la biodiversidad.</i></p>

O título desse recorte *Biodiversidad y diversidad lingüística* é reescrito por expansão por seu subtítulo *Conservando las lenguas indígenas, protegiendo la biodiversidad*. Há uma inversão de posições: passamos o título composto por nomes para uma expressão que apresenta uma forma verbal no gerúndio. Esta nova formulação traz o sentido do processo. Assim, a posição inicial dada à língua é deslocada, significando-a dentro dos processos

descritos (*conservando* as línguas indígenas, portanto *protegendo* a biodiversidade). No título, o primeiro nome é biodiversidade, ou seja, o tema é biodiversidade; *diversidade linguística* passa a significar um dos elementos da biodiversidade. O interessante é que este elemento que teria uma relação de hiponímia com a biodiversidade é apresentado como aquilo que pode garantir toda a biodiversidade.

Nesta explicação do título apresentado em nosso recorte, fica posta a relação, segundo a UNESCO, entre a preservação do “meio ambiente natural” e a preservação das línguas. Estes dois enunciados, o título e o subtítulo, nos permitem estabelecer algumas relações importantes. A primeira delas é que dado o que poderíamos chamar de paralelismo entre os enunciados e considerando que entre eles há uma relação de reescrituração, a questão da diversidade linguística acaba sendo direcionada para as línguas indígenas, como já apontamos em (R1.2), ou seja, a diversidade de línguas é a diversidade de línguas indígenas e a proposta de democratização linguística pela preservação das línguas passa a funcionar na contradição na medida em que exclui as línguas não indígenas, já que estas não comporiam a diversidade das línguas. Esta exclusão e a “escolha” das línguas indígenas em detrimento das outras línguas é justificável pela forma como a expressão “línguas indígenas” é significada neste acontecimento e pela forma como a argumentação aponta para a manutenção da biodiversidade. Outro sentido é o de que a língua indígena e sua cultura não produzem saberes sobre o mundo (seus membros, seu entorno, seus valores), mas sobre a natureza, que passa a significar seu mundo. O enunciado *conservando las lenguas indígenas, protegiendo la biodiversidad*, ao apresentar os verbos no gerúndio, permite que façamos a seguinte paráfrase:

(R1.5.a) Se conservamos as línguas indígenas, protegemos a biodiversidade

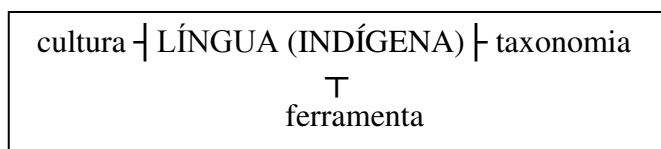
Esta condição imposta é o argumento que dá base à hipótese que se coloca sobre o papel das línguas (indígenas) na proteção da biodiversidade. Vale lembrar que nas análises anteriores temos *língua* determinada por *cultura* e *patrimônio*, e que estes sentidos também funcionam como argumento para a conservação. No entanto, vejamos como se estreita esta relação pela forma como “língua indígena” e “língua” são significadas. Vejamos os trechos destacados:

(R1.5')[...] *la desaparición de las lenguas*, tiene a su vez un impacto negativo sobre la **conservación de la biodiversidad**.

Existe un vínculo fundamental entre la **lengua** y el **conocimiento tradicional** (C.T.) relacionado **con la biodiversidad**. Las **comunidades locales e indígenas** han elaborado sistemas complejos de

clasificación para el mundo natural, reflejando un profundo conocimiento de su entorno local. Este conocimiento del medio ambiente está contenido en los nombres indígenas, tradiciones orales y taxonomías, y puede desaparecer cuando una comunidad cambia a otro idioma[...]

Observando os trechos destacados podemos dizer que *língua* significa enquanto uma taxonomia, pela função que tem de nomear, ou seja, a *língua* significa porque dispõe de nomes que possibilitam a classificação do mundo, e neste caso, enquanto uma classificação do mundo onde vivem os povos indígenas. Ao nomear, de acordo com esta forma de pensar sua função, a língua guardaria nela mesma a cultura relativa aos nomes do mundo de determinado povo. A preservação da língua torna-se mais consequente pelo fato de muitas destas línguas serem orais. Assim a língua (indígena) passa a significar um elemento de preservação, pelo funcionamento metafórico cuja “fonte” é a biologia na medida em que “mantém vivo” este mundo representado pelas palavras que classificam e ao classificar as coisas garantem a existência da cultura deste povo pelas coisas que nomeia. Estas considerações nos permitem dizer que “língua (indígena)” está determinada por “cultura”, “ferramenta” e “taxonomia” (do mundo natural), relação esta que pode ser representada pelo seguinte DSD:



(DSD 4 – as expressões *cultura*, *taxonomía* e *ferramenta*
determinam *línguas (indígena)*)

Relativamente aos outros DSDs, poderíamos estabelecer algumas relações. A questão do pertencimento de língua à cultura, na medida em que a língua carrega a cultura de um povo, está posta pelo fato de *língua* estar significada enquanto um conjunto de palavras, um tesouro: são as palavras que podem mostrar esta cultura “carregada” pela língua; ao dizer a preservação da língua, diz-se a preservação das palavras que etiquetam e classificam o mundo a partir da forma como cada povo vê o mundo que o cerca. A língua é a ferramenta que nomeia e ao nomear diz o mundo pela cultura que está guardada na mente de cada povo. Desta forma, a preservação assegura a cultura, pois ela está nas palavras que nomeiam o meio ambiente. No DSD2 a palavra “língua” foi apresentada como sinônima de “idioma” e determinada pelas expressões “suporte da identidade”, “elemento da essência do patrimônio cultural”, “fonte de criação”, “reflexo do mundo de um povo” e por “vetor da tradição”. Isso é

retomado pela referência à taxonomia, como representação da cultura que determina o sentido de “língua” nestes recortes.

7.2.4. O funcionamento enunciativo da pergunta/resposta

O último *link* do tema com o qual estamos trabalhando, leva-nos a um conjunto de perguntas e repostas.

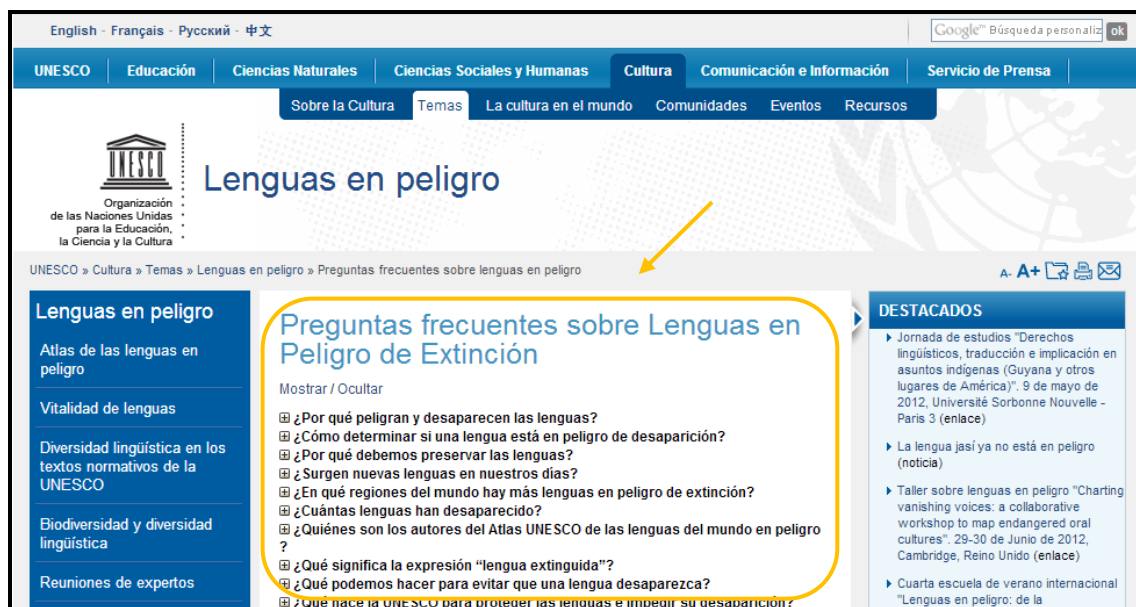


Figura 12 - Lista de perguntas no site

Esta forma de problematizar a questão das línguas em perigo de extinção a partir de questionamentos apresentados, supostamente, pelos não especialistas, pelos internautas, inclui este segundo grupo enquanto aqueles que se interessam por esta questão. Este texto significa, portanto, um suposto interesse por parte do internauta neste problema apresentado pela UNESCO, sustentando o argumento que leva a conclusão de que devemos (nós) *preservar as línguas*. Trabalharemos em torno das perguntas, tomando de forma bem específica a questão da argumentação. Segundo Benveniste (2006):

Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções. É, em primeiro lugar, a interrogação, que é uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, por um processo linguístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento de dupla entrada. (BENVENISTE, 2006:86)

Em Guimarães (2007a), retomando Ducrot (1984), temos na pergunta, assim como na negação, um mesmo funcionamento argumentativo, na medida em que envolvem sempre dois enunciadores: um que afirma e outro que nega/pergunta, sendo que haveria um privilégio da afirmação em detrimento das outras duas formas (GUIMARÃES, 2007a:31). No entanto, segundo Guimarães, esses fatos devem ser tomados a partir da assimetria das regularidades linguísticas “configurada pela ruptura do sujeito” (GUIMARÃES, 2007a:31)

Assim, consideremos que a pergunta orienta a resposta pela forma como enuncia, além de estabelecer como pressupostos algumas asserções. Vejamos:

*(R1.8) Preguntas frecuentes sobre **lenguas** en peligro*

- ¿Por qué peligran y desaparecen las **lenguas**?*
- ¿Cómo determinar si una **lengua** está en peligro de desaparición?*
- ¿Por qué debemos preservar las **lenguas**?*
- ¿Surgen **nuevas lenguas** en nuestros días?*
- ¿En qué regiones del mundo hay más **lenguas en peligro de extinción**?*
- ¿Cuántas **lenguas** han desaparecido?*
- ¿Quiénes son los autores del Atlas UNESCO de las **lenguas del mundo en peligro**?*
- ¿Qué significa la expresión “**lengua extinguida**”?*
- ¿Qué podemos hacer para evitar que una **lengua desaparezca**?*
- ¿Qué hace la UNESCO para proteger las **lenguas** e impedir su desaparición?*

Trabalhando com as perguntas, podemos considerar algumas afirmações que serão tratadas enquanto pressuposições postas pelos questionamentos. Vejamos:

P1- *¿Por qué peligran y desaparecen las lenguas?*

— As línguas correm risco.

P2- *¿Cómo determinar si una lengua está en peligro de desaparición?*

— As línguas desaparecem.

— Há como determinar se uma língua está em perigo de desaparecer.

P3- *¿Por qué debemos preservar las lenguas?*

— Devemos preservar as línguas.

P4- *¿Surgen nuevas lenguas en nuestros días?*

— Surgem novas línguas em nossos dias. (pergunta retórica)

P5- *¿En qué regiones del mundo hay más lenguas en peligro de extinción?*

— Há regiões do mundo onde há mais línguas em perigo de extinção que outras.

P6- *¿Cuántas lenguas han desaparecido?*

— Há um número x de línguas que desapareceram.

P7- *¿Qué podemos hacer para evitar que una lengua desaparezca?*

— Há como evitar que as línguas desapareçam.

P8- *¿Qué hace la UNESCO para proteger las lenguas e impedir su desaparición?*

— A UNESCO protege as línguas.

— A UNESCO impede o desaparecimento das línguas.

As asserções apresentadas pelas perguntas estabelecem um enunciador-universal que fala os fatos como verdades e coloca, pelos marcadores interrogativos, semanticamente vazios, a construção da resposta em torno destas asserções ditas enquanto verdades. Dentre estas perguntas, temos uma pergunta retórica que instaura um contra argumento que interessará às nossas reflexões: *¿Surgen nuevas lenguas en nuestros días?*. Na mesma linha da descrição que fizemos anteriormente, podemos observar que a asserção está significada na própria pergunta que diz *surgem novas línguas em nossos dias*.

A pergunta retórica dispensa uma resposta informativa na medida em que ela mesma apresenta a informação, cabendo ao alocutário confirmar o que se afirma. Esta pergunta apresenta um contra-argumento importante na medida em que movimenta a questão: *se surgem novas línguas, porque preservá-las?* O contra-argumento afirma que *embora surjam novas línguas, devemos preservar*.

Temos, assim, um contra-argumento concessivo. De acordo com Guimarães (2007a), a concessão faz funcionar:

um começo, como acordo inicial com o alocutário, algo que é posto como à margem, como se o alocutário pudesse, facilmente, então aceitar os

argumentos a favor (...).Assim o lugar que se estabelece, com o alocutário, como um começo, é negado em si mesmo, assim se constitui, como lugar inevitável, de acordo, o que se diz no comentário. (GUIMARÃES, 2007a:122)

Em nosso enunciado, *surgem novas línguas* seria este começo atribuído ao alocutário-internauta falante, e que é refutado, pelo funcionamento do contra-argumento, em detrimento de *devemos preservar*.

.....

Nesta primeira parte das análises, iniciamos nosso trabalho produzindo algumas descrições mais gerais sobre o *corpus* e apresentando a configuração da cena enunciativa que acreditamos ser recorrente nas análises posteriores. Fizemos uma ancoragem entre as observações em torno da nomeação dos *links*, mais especificamente nas línguas que enunciam os projetos e as reuniões, de modo que isso pudesse nos mostrar um funcionamento importante do espaço de enunciação na distribuição desigual das línguas: vimos como o inglês toma o espaço da oficialidade diante das outras línguas. Outro ponto que traz uma contribuição teórica fundamental é a forma como tratamos da enumeração enquanto algo que se projeta além da relação entre as palavras dispostas em listas: o que determina o sentido do enumerador/enumerados é o acontecimento; as palavras que nomeiam os *links* condensam este sentido e foi esta compreensão que nos levou a perceber que os *sublinks* enumeram *problemas de cultura* e não *cultura*, que é a representação do *link*. Este deslocamento fundamental nos leva a dizer que a reescritura por enumeração não é, necessariamente, sinonímica e que tampouco os *sublinks* predicam a palavra em si que marca o *link*, mas que determinam aquilo que o *link* representa por condensação; é esta relação de determinação que nos permite dizer a condensação que não se formula no plano do enunciado, mas da enunciação, do acontecimento. Outro ganho importante para a teoria foi a questão das caracterizações que em formações nominais como “línguas em perigo” foi tratada como uma articulação por incidência já que evoca outra enunciação sobre a qual incide.

Os DSDs 1 e 2 foram construídos a partir de descrições que procuraram por determinações da palavra *língua* em todo o *corpus*, compreendendo as três seções que analisamos: cultura, já analisada, educação e “comunicação e informação” que serão temas das próximas páginas. Pelas relações apresentadas nestes DSDs podemos dizer que *língua* é

determinada como sendo a *essência e o veículo do patrimônio imaterial* (DSD1) lugar onde está marcada a identidade, o mundo e a tradição de um povo (DSD2). Considerando que *patrimônio imaterial* é entendido pela UNESCO como o depósito da cultura, ou mesmo a própria forma de significar *cultura*¹³⁵, a língua tem seu valor por este viés que significa *língua* como um lugar de arquivo do *patrimônio cultural* uma espécie de gaveta que deve ser aberta para que a cultura possa ser difundida e transmitida; a língua é meio pelo qual a cultura circula. É pelo sentido de língua como detentora da *cultura* de um povo, que se sustenta a argumentação para a preservação.¹³⁶ Sem dúvida o que acabamos de dizer vai ao encontro do que expusemos no capítulo 3: a questão linguística é tratada por um olhar antropológico deste problema. Mesmo que possamos dizer que há a *Linguística Antropológica* e/ou uma *Antropologia Linguística*, sustentando o que se diz sobre a língua, o problema da língua é deslocado como sendo, antes de tudo, um problema da difusão cultural.

Assim, pelos resultados de uma série de análises fomos trabalhando em torno da designação, mas também em torno da argumentação: como a forma de designar língua constrói o argumento para a preservação e, conseqüentemente, cria bases para as ações da UNESCO. Outra questão importante tratada neste momento, foi o funcionamento da metáfora que inclui *língua(indígena)* dentro das questões ambientais/biológicas, por um lado, e a taxonomia que identifica a diversidade pelas palavras da língua, ou seja, preservar e promover o multilinguismo é o mesmo que preservar a natureza já que esta está representada nas palavras. Este sentido também constrói um argumento que sustenta a conclusão *devemos preservar a biodiversidade linguística*.

¹³⁵ Ficaria a sugestão para que se fizesse o mesmo estudo que propomos em torno da palavra *língua*, sobre a palavra *cultura*.

¹³⁶ As asserções expostas nesta conclusão estão baseadas em nossa interpretação de como língua é designada no *corpus* e não reflete nosso posicionamento teórico diante desta questão.

7.3. Seção *educación*: gerenciando o multilinguismo.



Figura 13 - Página de abertura da seção Educação

A seção *Educación* é um outro lugar dentro do *site* onde podemos encontrar questões relativas à problemática da língua. Através do uso da língua na elaboração de manuais de ensino, teríamos, segundo a UNESCO, uma ação em prol de uma circulação multilíngue “controlada”, de forma que esta circulação não deve comprometer o uso da língua materna, como vimos em análises anteriores¹³⁷. No que diz respeito aos textos com os quais vamos trabalhar nesta parte, o caminho que nos leva às questões linguísticas é construído pelos seguintes *clicks*, representados pelos *links*:

Educación – Temas – Las Lenguas en la Educación

¹³⁷ Ver análise no item 7.2.2 recorte (R1.4').

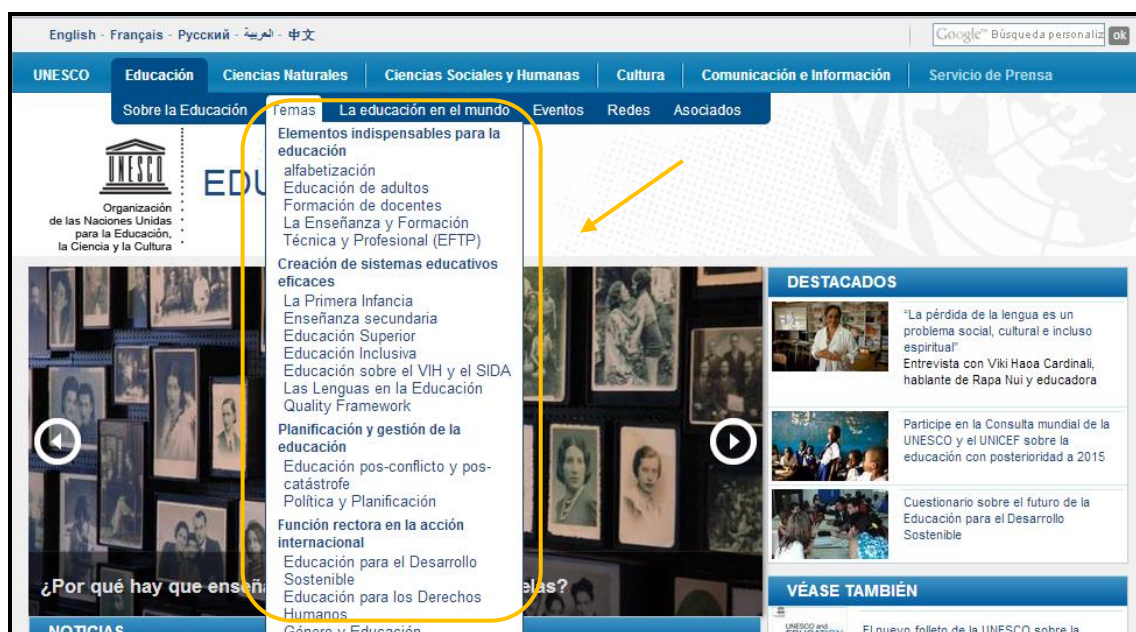


Figura 14 - Temas de Educação

No link *Las lenguas en la Educación* temos 4 abas que organizarão nossas análises, sendo que consideraremos que os itens enumeram algo como *aspectos das línguas na educação* já que esta expressão condensa, no funcionamento da reescrita, o enumerado. Os itens enumerados são:

- Educación plurilingüe*
- Las lenguas en la educación inclusiva*
- Educación de los indígenas*
- Elaboración de manuales*



Figura 15 - Temas de "Las lenguas en la Educación"

Nesta seção de nosso trabalho estudaremos de que forma está posta a relação entre *língua e educação* a partir da forma como o acontecimento organiza as relações de sentido entre os enunciados.

7.3.1. Reescritura por repetição: novas regularidades

A primeira questão que gostaria de destacar é que mais do que a reescritura por repetição da palavra *língua* que de uma maneira geral, como já apontamos em outro momento, é escassa, temos a incidência das seguintes palavras, reescrituradas por repetição:

- Plurilíngue
- Bilíngue
- Multilíngue (aparece também em inglês)

E das expressões:

- *lengua materna*
- *lenguas indígenas*

Observa-se que, novamente, teremos a relação posta entre *lengua materna* e *lengua indígena* que nas análises anteriores estavam ligadas pela questão da *cultura* enquanto

algo inerente à língua e da *preservação do patrimônio imaterial* em que *língua materna* aparece relacionada à *estabilidade* e a *língua indígena* enquanto *diversidade*.

O que destacamos há pouco sobre as palavras pluri/bi/multilinguismo nos levaria a supor que a problemática linguística dentro do tema *Educación* estaria relacionada ao multilinguismo e não a outras questões, como à norma ou ao acesso à língua culta, etc. Pela forma como a problemática é apresentada no *site*, competiria à educação assegurar o ensino da língua materna diante do bi/multi/plurilinguismo, como será melhor descrito nas análises. Uma segunda questão, talvez não tão relevante, mas que gostaríamos de expor, diz respeito à extensão dos textos que são apresentados em *Educación* se comparados às seções *Cultura*, já analisada, e *Comunicación e Información* que será analisada na sequência. Obviamente a extensão do texto, para nossos interesses, não o tornaria mais ou menos significativo. No entanto, na materialidade do *site*, poderia empregar a este tema uma menor importância, no sentido que se “fala/trata/discute menos” sobre esta questão em relação às outras questões. Esta observação pode estar relacionada à forma como *língua* e *cultura* se relacionam por um pertencimento da primeira à segunda, como já foi apontado.

Começemos nossas análises:

(R2.1) Las **Lenguas** en la Educación

La UNESCO promueve estrategias educativas **bilingües** o **plurilingües**, basadas en el uso de la **lengua** materna –un importante factor de integración en la enseñanza y la educación de calidad. Las conclusiones de las investigaciones indican que este enfoque tiene repercusiones positivas en el aprendizaje y sus resultados.

La Organización proporciona también marcos normativos para la formulación de políticas **lingüísticas** y la enseñanza **bilingüe** y **plurilingüe** basada en la **lengua** materna, y facilita el intercambio de prácticas idóneas en este ámbito.

Neste recorte destacaremos a determinação que se produz em torno da expressão *lengua materna*:

(R2.1 `) [...] la lengua materna – un importante factor de integración en la enseñanza y la educación de calidad.

Em (R2.1) *lengua materna* é predicada por *integración* (fator de). Isso porque o travessão deixa elíptico o verbo ser, que reescritura por expansão *lengua materna*. Por outro lado, pelo funcionamento do enunciado que destacaremos logo abaixo, produz-se uma antonímia. Vejamos:

(R2.1``) Las Lenguas en la Educación

La UNESCO promueve estrategias educativas bilingües o plurilingües, basadas en el uso de la lengua materna

Las lenguas, expressão que aparece no título do texto é substituída por *lengua materna* e posta em relação opositiva a *bilíngue* e *plurilíngue*. Desta forma, *língua*, especificada pelo adjunto adnominal *materno*, fica marcada por seu carácter basal na promoção do multilinguismo; a língua materna fica significada como a responsável pela integração, mas está fora do *multi* e do *pluri*, ou seja, integra, mas não está relacionada à promoção do multilinguismo: ela está justamente no lugar onde não haveria este funcionamento. Estas considerações nos permitiriam sugerir o seguinte DSD:

LÍNGUA(materna) ⊢ integração	
Multilíngue	Plurilíngue

(DSD 5a – a palavra *língua(materna)* é determinada pela palavra *integração* e é antônima a *plurilingue* e *multilingue*)

Vimos na análise anterior a questão da “língua materna”, significada por uma estabilidade, contrária diversidade posta pela adversidade feita na paráfrase (R1.4`b) *A diversidade linguística deve ser fomentada, mas a língua materna deve ser respeitada*. Pela exclusão que se produz de *lenguas indígenas*¹³⁸ na seção *educación*, temos outra relação:

— *Fomentar a diversidad é fazer circular a língua materna*

Ou seja, na verdade o DSD estaria mais bem formulado da seguinte maneira:

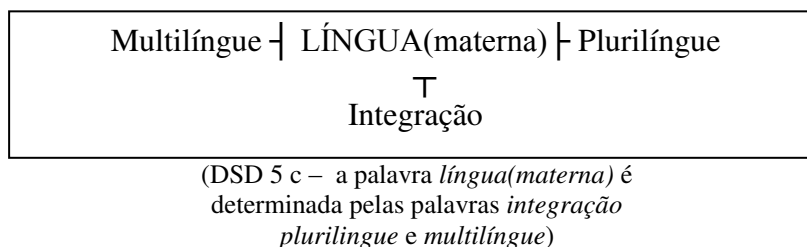
LÍNGUA(materna) ⊢ integração		
Multilíngue ⊢	LÍNGUA (indígena) ⊢	Plurilíngue

(DSD 5b – a palavra *língua(materna)* é determinada pela palavra *integração* e é antônima a *plurilingue* e *multilíngue* quando estas palavras determinam língua (indígena))

No DSD 5b, que poderia representar as conclusões à quais chegamos na análise da seção cultura, temos uma divisão do sentido de língua pela caracterização (indígena ≠

¹³⁸ Na sequência daremos maior releve a esta questão.

materna). Na seção educação, poderíamos nos valer deste mesmo modelo de DSD5 para dizer que quando se apaga a relação com a língua indígena, se desfaz a antonímia:



Desta forma, *lengua materna* passa a significar como a base para que se pratique o multi/bi/pluri linguismo, ela é garantia da idoneidade deste tipo de prática. Caberia, neste momento, retomar a questão da *cultura* que apareceu nas análises anteriores. Se considerarmos que *língua* é determinada por *cultura* e *patrimônio*, poderíamos dizer que estes dois elementos também são elementos que garantem este caráter de integração. Com relação à língua materna, reafirma-se seu lugar de tesouro e a inclui enquanto elemento de integração de um povo que compartilha uma mesma cultura por falar uma mesma língua, mas que em *educación* é tomada enquanto aquilo que deve ser disseminado para que se pratique a diversidade linguística¹³⁹. Nesta relação com a língua da escola, poderíamos pensar que o que se diz sobre a língua materna, neste caso, significa pelo memorável da língua nacional e não pelo memorável das línguas em perigo. Vemos que há uma divisão importante quando pensamos na língua na seção cultura e na língua na seção educação que nos leva a pensar: *o que é língua materna, afinal?*

(R2.2) Educación plurilingüe

Educación plurilingüe en la lengua materna

*La UNESCO lleva a cabo actualmente varias iniciativas para promover la enseñanza en **lengua materna** y la **educación bilingüe** o **plurilingüe**, con el fin de fortalecer la educación de calidad.*

*Advocacy Kit for promoting **Multilingual** Education: Including the Excluded*
*El propósito de esta carpeta es sensibilizar acerca de la importancia de la educación **plurilingüe** basada en **la lengua materna**, con el fin de alcanzar los objetivos de la EPT. La carpeta, que expone el valor y los beneficios de la enseñanza en **lengua materna**, está destinada a responsables de la formulación de políticas, docentes en ejercicio y expertos en el tema.*

¹³⁹ Cf. Rodriguez (2008) “[...] é pelo fato de compartilharem traços culturais, costumes, tradições, derivados de uma origem comum (real ou presumida) que os membros de uma comunidade teriam *sentimentos e pensamentos comuns* que se refletem —ou deveriam idealmente refletir-se— nas políticas instituídas. E a língua seria o meio por excelência de expressão e transmissão dessa bagagem etnocultural *transmitida de geração em geração, herdada dos ancestrais*.” (sem paginação)

*Stratégie de formation des enseignants en enseignement **bilingue** additif pour les pays du sahel Esta publicación tiene por objeto fomentar el uso de la **lengua** materna en la enseñanza y la educación **bilingüe** en los países correspondientes.*

Temos, neste recorte, uma expansão do título *Educación plurilíngue* pelo subtítulo *Educación plurilingüe en la lengua materna* que passa a incluir o sintagma *lengua materna* ao enunciado. Na sequência, podemos observar a separação que se dá entre as expressões *enseñanza en lengua materna* e *educación bilingüe ou plurilíngue* pela coordenação (conjunção y), e estas duas expressões totalizadas pela reescritura “*educación de calidad*” o que nos permitiria dizer que a educação estaria atrelada a uma espécie de conciliação entre a diversidade, significada pela expansão e exercício da língua materna (qual?) e a unidade na relação com a língua do Estado, algo que permite o exercício da unidade da língua (estabilidade) ao mesmo tempo em que promove o reconhecimento da diversidade por sua disseminação.

Outro ponto que já foi por nós observado e que também aparecerá em (R2.3) e (R2.4) é a distribuição da línguas que nos leva a pensar no espaço de enunciação: os nomes de documentos aparecem no *site* que “optamos” por ler em espanhol, em inglês e agora também em francês, o que coloca a hierarquização das línguas na enunciação: os documentos, que marcam a normatização e a legitimidade das reuniões, estão escritos apenas em duas línguas, que como dissemos em outro momento, são significadas enquanto “as línguas” que representam esta legitimação. O que determina esta distribuição? Por que onde havia só inglês passa a haver francês?¹⁴⁰

(R2.3) Las *lenguas* y la educación inclusiva

Hay varias iniciativas en curso que utilizan a los idiomas como medio de fortalecer la calidad del aprendizaje y promover la educación inclusiva.

*Entre ellas figura una estrategia para la preparación de manuales escolares de gran calidad, que tengan pertinencia cultural, y de materiales de aprendizaje en las **lenguas de la comunidad** de usuarios, así como recomendaciones para influir en las políticas y prácticas educativas en el mundo entero.*

Enlaces

*Advocacy Kit for Promoting **Multilingual** Education: Including the excluded: 2007 – En algunos países de Asia, los programas de **enseñanza bilingüe o plurilingüe**, mediante la educación no formal, ayudan a preparar a los alumnos de las minorías étnicas o lingüísticas para el aprendizaje de la lecto-escritura, tanto en el **idioma materno** como en las **lenguas nacionales**.*

Report of the Experts meeting on “Enhancing learning: from access to success: defining areas of action” 2007

“A comprehensive strategy for textbooks and learning materials document 2005 – Este documento aborda temas referentes a los textos escolares de calidad.

¹⁴⁰ Questões propostas pela Profa. Sheila Elias de Oliveira no exame de qualificação.

Neste recorte temos uma reescritura por substituição de *lenguas* por *idiomas* o que estabelece uma relação de sinonímia que poderíamos dizer que já está naturalizada e que também foi discutida nas análises anteriores. Novamente, as determinações sobre *idiomas* acabam recaindo sobre a palavra *lengua* pelo funcionamento da reescritura. Tomando o que nos diz Guimarães (2006), gostaríamos de fazer algumas considerações sobre as divisões no sentido de língua que viemos apreendendo no decorrer das análises, inclusive para pensar nos efeitos desta troca de *língua* por *idioma* que aparece naturalizado em uma relação sinonímica. Neste texto de 2006 o autor aponta “definições provisórias” com o intuito de constituir um conjunto de noções que possibilitem uma caracterização do “modo de funcionar das línguas”. Assim nos diz:

Língua materna: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como (que se apresenta como sendo) primeira para seus falantes.

Língua alheia: é toda língua que não se dá como materna para os falantes em um espaço de enunciação.

Língua franca: é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercurso comum.

Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo.

Língua oficial: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações do estado, nos seus atos legais.

Língua estrangeira: é a língua cujos falantes são o povo de uma Nação e Estado diferente daquele dos falantes considerados como referência. (GUIMARÃES 2006:14).¹⁴¹

Estes modos “tácitos” (GUIMARÃES, 2006:13) que funcionam como evidência vão sendo mobilizados como memoráveis em nossos recortes e movimentando, por exemplo, o sentido de *língua materna*, como vimos em outras análises. Assim, mesmo correspondendo a uma das formulações que nos aponta Guimarães como sendo da ordem de um sentido que circula sobre as línguas, as formulações expostas na citação se entrecruzam: podemos ter a língua materna na relação com a língua nacional (caso de sua formulação na educação) e na relação com a língua alheia (caso da formulação em cultura para designar as línguas indígenas). A diferença então, entre o uso de *língua* e *idioma* em nossos recortes deve ser

¹⁴¹ Grifos do próprio autor.

tomada pela forma como esta substituição produz sentido. Poderíamos dizer que no caso dos nossos recortes elas funcionam (e não que sejam de fato) como sinônimas.

(R2.3```) *Hay varias iniciativas en curso que utilizan a los idiomas como medio de fortalecer la calidad del aprendizaje y promover la educación inclusiva*

Neste enunciado, temos uma determinação que recai sobre a palavra *idiomas*, já que podemos dizer, pelo sentido do enunciado, que “os idiomas são o meio de fortalecer...”. Esta possibilidade de formulação da predicação anteriormente explicitada nos permite dizer que *meios* determina *idiomas*. Pelo funcionamento da sinonímia entre *línguas* e *idiomas*, podemos dizer que *meios* determina *línguas*. Vejamos, no entanto, que há um novo elemento na determinação “meio de fortalecer”, que nos permitiria lançar a hipótese de que a relação sinonímica mobiliza o sentido de estabilidade/estreitamento das palavras em relação, *língua* e *idioma*. Desta forma, temos:

Idiomas — LÍNGUAS ⊢ meio de fortalecer

(DSD 6 – a palavra línguas é determinada pela expressão meio de fortalecer e é sinônima de idiomas)

Pensem em outro enunciado:

(R2.3```) *Advocacy Kit for Promoting **Multilingual** Education: Including the excluded: 2007 – En algunos países de Asia, los programas de enseñanza **bilingüe o plurilingüe**, mediante la educación no formal, ayudan a preparar a los alumnos de las minorías étnicas o lingüísticas para el aprendizaje de la lecto-escritura, tanto en el idioma materno como en las **lenguas nacionales**.*

Neste recorte os termos *including* e *excluded* (incluindo e excluindo) trazem uma ambiguidade: a que se refere, especificamente, cada um destes termos? A língua materna é a excluída ou seriam as outras línguas? Ou, melhor dizendo, o excluído, neste caso, é a “língua/idioma materno” ou “as línguas nacionais?” ou ainda “os falantes?”. Fica significada de forma muito mais assertiva a relação entre aqueles que falam estas línguas “los alumnos”, como os excluídos. A ambiguidade, no entanto, não se desfaz: temos neste ponto o problema da divisão política, que divide o real em língua dominante (línguas nacionais) e as demais. Afirma-se, no enunciado, que há uma divisão que exclui (idioma materno) e que deve haver um movimento que inclua o que está excluído e, desta forma, teríamos o exercício desta democracia linguística. Há uma formulação muito significativa que reafirma a relação da língua enquanto algo relativo a (cultura de) um povo: *minorías étnicas o lingüísticas*. O funcionamento da conjunção alternativa *ou* que neste caso produz uma alternância entre os

termos, faz significar uma igualdade entre o que é étnico, ou seja, entre aquilo que é próprio de um povo ou de uma raça, e o que é linguístico. Poderíamos dizer que o que possibilita esta sinonímia é justamente a forma como cultura determina “língua”: a cultura de um povo enquanto um elemento étnico que é responsável pelos laços que unem aqueles que pertencem a um determinado grupo; a língua que carrega a cultura deste povo; a língua materna que é o que assegura os laços e, se preservada, garante a sobrevivência de sua cultura (que reflete seu mundo) e dos povos. Veremos em (R2.4) uma reinserção da questão indígena que nos leva, antes das análises, a reiterar uma problemática já tratada e que vem embasando nossa linha de reflexão: por trás de uma suposta atenção que se dá aos problemas indígenas que fica evidenciado pela própria organização do texto no ciberespaço que inclui um *link* específico para trabalhar este problema, temos, concomitantemente, pelo litígio, uma exclusão: é como se houvesse *línguas* por um lado e *línguas indígenas* por outro; não se diz uma relação simétrica em que *línguas indígenas* compusesse o grupo de línguas, ao lado do inglês, francês, guarani, galego, etc.

(R2.4) Educación de los indígenas

*La UNESCO proporciona apoyo técnico al Foro Permanente de las Naciones Unidas para las Cuestiones Indígenas; la Organización presentó su trabajo sobre las **lenguas** y contribuyó a los debates sobre el tema en la reunión del Grupo de Expertos sobre las **Lenguas Indígenas**, que celebró el Foro.*

La cooperación permanente de la UNESCO y la Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos en el Programa de Becas para Indígenas tiene por objeto brindar formación a miembros de las comunidades indígenas en lo tocante a los programas y actividades de la Organización.

Enlaces

*Foro Permanente de las Naciones Unidas para las Cuestiones Indígenas
El Foro Permanente de las Naciones Unidas para las Cuestiones Indígenas es un órgano consultivo del Consejo Económico y Social, con un mandato para debatir los asuntos que atañen al desarrollo económico y social, la cultura, el medio ambiente, la educación, la salud y los derechos humanos de las comunidades indígenas..*

*La Declaración de Derechos de los Pueblos Indígenas
La Declaración de Derechos de los Pueblos Indígenas fue aprobada por la Asamblea General el jueves 13 de septiembre de 2007, por 143 votos a favor, 4 en contra y 11 abstenciones.*

*The report: of the Expert Group Meeting on Indigenous languages
[Informe de la reunión del Grupo de Expertos sobre las **Lenguas Indígenas**] Este informe presenta una panorámica de los temas que se debatieron en la reunión del Grupo Internacional de Expertos sobre las **Lenguas Indígenas**.*

No recorte (R2.4) a questão que se sobressai no que concerne à relação entre “língua” e “educação” está posta pela questão indígena. Segundo o texto, os resultados dos estudos sobre as “línguas indígenas” incidem sobre o Programa de Bolsas para Indígenas, que objetiva *formación a miembros de las comunidades indígena*.

A questão é que a educação formal, de alguma maneira, é uma ferramenta para “conservar a língua” já que na perspectiva apresentada pela UNESCO é pela preservação da língua que conservamos a cultura e perpetuamos a existência de um povo. Desta forma, fica significada a relação entre a formação dos membros, a preservação das línguas e a educação.

(R2.5) Elaboración de Manuales Escolares

La elaboración de manuales escolares forma parte de la estrategia educativa de la UNESCO, basada en los derechos humanos. La Organización ha participado en la creación de libros de texto desde su fundación en 1946. Los manuales y materiales didácticos bien concebidos transmiten conceptos y competencias que fomentan la paz, los derechos humanos y el desarrollo sostenible.

El acceso a los manuales y otros materiales didácticos elaborados localmente y de gran calidad es particularmente importante para los niños que viven en circunstancias difíciles o en sociedades que se recuperan de un conflicto armado. Tal como se señala en el Informe de Seguimiento de la Educación para Todos en el Mundo de 2011, los planes de estudio y los textos escolares pueden generar intolerancia al fomentar los prejuicios y las actitudes ideológicas estrechas.

La UNESCO siempre ha reconocido la función esencial de los libros de texto y los materiales didácticos en la educación para la paz y la labor en pro de la comprensión internacional.

.....

O que poderíamos ressaltar das análises apresentadas na seção *Educación* é um afunilamento na compreensão dos sentidos de “língua materna” enquanto “a” língua que deve ser cuidada e preservada diante do pluri/bi/multilinguismo e do deslizamento de sentido que apreendemos nas duas seções analisadas:

- Em *cultura* “língua materna” funciona na relação antonímica com “língua indígena”, sendo que “língua indígena” fica significada como o lugar da diversidade que deve ser preservada para a promoção do multilinguismo (memorável da língua alheia);
- Em *educação* a “língua materna” é a responsável pela promoção do multilinguismo, não pelas vias da preservação, mas pelas vias de sua circulação (memorável da língua do Estado).

7.4. Seção comunicación e información: a língua na circulação da informação/conhecimento.



Figura 16 - Página de abertura da seção "Comunicação e Informação"

Na última seção do *site* relacionada à questão linguística, veremos que não há enunciados que determinem o sentido da palavra “língua”. Na verdade, quase não há esta palavra nos recortes, apesar da extensão dos textos. No entanto será um momento em que veremos com bastante propriedade o que apontamos no capítulo 1, sobre o funcionamento do espaço de enunciação e também sobre a questão do texto no ciberespaço, tratado no capítulo 5.

Chegamos aos textos que analisaremos pelo seguinte caminho de *clicks*:

Comunicación e Información – Temas – Diversidad lingüística y plurilingüismo no ciberespaço

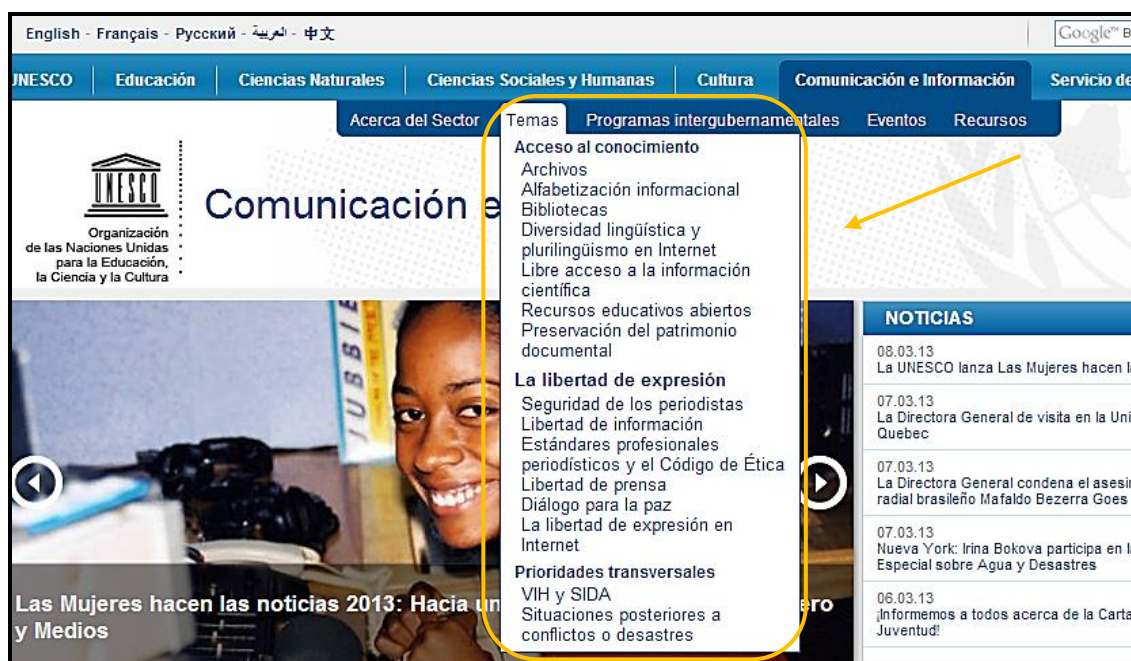


Figura 17 - Lista de links de "Comunicación e Información"

A partir dos temas relacionados, temos três eixos: *acceso al conocimiento*, *la libertad de expresión* e *prioridades trasnversales*. A questão linguística está relacionada à questão do acesso ao conhecimento, como podemos ver na imagem anterior pelo *link diversidadde lingüística y plurilingüíssimo en Internet*. Segundo a UNESCO, a Internet deve possibilitar uma circulação de línguas (maternas) de forma a promover um intercâmbio linguístico e cultural entre os povos. Cada umas das seções de *diversidade lingüística y plurilingüíssimo en Internet* descreverá as medidas tomadas em diversos setores para que haja promoção da circulação das línguas (locais) no ciberespaço. Esta seção se divide em:

- *Diversidade lingüística e plurilinguismo em Internet;*
- *Instrumentos Normativos;*
- *Políticas lingüísticas;*
- *Evaluar la diversidad lingüística en Internet;*
- *Nombres de dominios;*
- *Iniciativas y eventos;*



Figura 18 - Sublinks de "Diversidad Lingüística y Plurilingüismo en Internet"

Mais uma vez, devemos destacar que os itens não reescrevem *comunicación e información* por sinonímia, como se cada item produzisse uma determinação sobre a expressão que nomeia esta seção. Pela forma como consideramos o funcionamento da enumeração, cada item significa *medidas para implementar a circulação da língua/informação/conhecimento*.

Vimos que no item 7.1, no estudo que fizemos em torno do tema *Cultura*, que havia todo um esforço para sustentar os argumentos para a preservação linguística. Nesta seção veremos que a questão posta é a da circulação das línguas para o acesso à informação e ao conhecimento. Se antes a preservação estava em garantir “vida” às línguas, agora é a circulação no ciberespaço que dará força para que as línguas (vejamos quais línguas!) sobrevivam.

(R3.1) *Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet*

*Cada vez más, la información y el conocimiento se vuelven elementos clave en la creación de la riqueza, la transformación social y el desarrollo humano. La herramienta principal para transmitir la información y el conocimiento es el **lenguaje**. De esta manera, la posibilidad de usar la **lengua materna** en Internet va a determinar el grado de interacción que se pueda tener con las sociedades de conocimiento emergentes.*

El surgimiento de Internet ha brindado diversas oportunidades para el intercambio de información y conocimiento en varios idiomas. Teóricamente, en la actualidad, cualquier persona puede escribir un texto, compartir su contenido con el resto del mundo y recibir retroalimentación a través de Internet. En teoría, Internet está abierto a todos los idiomas del mundo, siempre y cuando se cumplan con ciertas condiciones técnicas, financieras y de recurso humano.

*Sin embargo, muchos idiomas aún no están presentes en la red. Actualmente existe en el ciberespacio una marcada **división lingüística** que va a agravar la división digital. Por eso es que todos deben tener acceso a un **Internet multilingüe**. Sin lugar a dudas, los países, las comunidades y las personas que no tengan acceso a Internet y a sus herramientas estarán marginados y contarán con un acceso limitado a la información y al conocimiento, elementos esenciales en el desarrollo sostenible. Los hablantes de **lenguas no dominantes** deben contar con la posibilidad de expresarse, crear e intercambiar contenidos culturales de manera adecuada en sus **lenguas locales**. La distribución digital comprende dos aspectos principales: en primer lugar, todos deben tener acceso a Internet; en segundo lugar, el acceso debe incluir contenidos de calidad, no solamente los creados a nivel internacional o regional, sino también los elaborados localmente y en **lenguas locales**. **Internet es plurilingüe y multicultural** y ofrece un espacio para cada idioma y cultura.*

*La UNESCO está convencida de que la diversidad cultural y el **plurilingüismo en Internet** tienen un papel determinante en la promoción de sociedades plurales, equitativas, abiertas y de conocimiento participativo. La UNESCO incita a los Países Miembros a desarrollar políticas **lingüísticas** integrales que incluyan la asignación de recursos y el uso apropiado de herramientas para promover y facilitar la diversidad **lingüística** y el multiculturalismo en los medios de comunicación, incluido en Internet. De esta manera, la Organización apoya la introducción de nuevas **lenguas en el mundo** digital, la creación y difusión de contenidos en **lenguas locales** a través de Internet y de los medios de comunicación masiva, así como también, el **acceso multilingüe** a recursos digitales en el ciberespacio.*

Um primeiro aspecto que gostaríamos de pontuar são as expressões nominais ligadas à nossa palavra de estudo e que nos levam a pensar na problemática da comunicação e da informação enquanto algo relativo aos problemas linguísticos:

- *Diversidade linguística*
- *Plurilinguismo en Internet*
- *Lenguaje*
- *Lengua materna en Internet*
- *Idiomas (Del mundo)*
- *Internet multilíngue*
- *Habalntes de lenguas*
- *Lenguas locales*
- *Nuevas lenguas*
- *Acceso multilíngue*

As expressões destacadas estão espalhadas pelo texto e marcam as questões linguísticas; muitas delas são apresentadas, em uma visada menos pretenciosa, como sinônimas, pelo funcionamento da reescritura por substituição. Teríamos assim:

Lengua materna = lenguaje = idiomas = lenguas locales

Veremos, no decorrer das análises, que esta relação sinonímica vai se desfazendo¹⁴²; vai se dividindo e instaurando uma hierarquia na forma em que estas expressões vão significando umas em relação as outras. A palavra *lengua* não aparece isolada e nem determinada nos recortes desta seção; sua designação é naturalizada, como já discutimos em momento anterior, apresentada enquanto já sabida.

O *multi* e o *pluri* que vimos na seção *educación*, reaparecem, caracterizando o espaço da Internet, enquanto um espaço intrinsecamente *multi* e *pluri*, marcado pela diversidade. Esta forma de dizer o ciberespaço corrobora o argumento da democratização do acesso das línguas, tratado tanto no capítulo 4, sob os efeitos da tradução como forma de democratização; também se relaciona ao que apresentamos no capítulo 5 sobre “o tudo” que cabe na Internet. Se pensarmos, no entanto, nas análises anteriores relativas ao tema da *cultura* e da *educação*, veremos que temos um deslizamento no sentido destes prefixos:

- No âmbito da cultura o *mutli* e o *pluri* estavam diretamente atrelados às línguas em perigo o que nos leva a dizer: *multi/pluri* = línguas em perigo;
- No âmbito da educação, o *multi* e o *pluri* aparecem como algo que deve ser conciliado e controlado para assegurar o espaço da língua materna. Havia um sentido de separação: *multi/pluri* ≠ língua materna, apesar de o mutlilinguismo estar ligado à circulação desta língua (estável) materna;
- No âmbito da Internet o *multi/pluri* está diretamente relacionado à circulação das línguas (maternas/locais) no ciberespaço: *multi/ pluri* = línguas maternas

Neste sentido se tomarmos o *multi* e o *pluri* como marcas materiais que significam a democratização linguística, podemos dizer que há uma contradição que funciona na significação de democracia:

¹⁴² Esta questão foi apontada pela Profa Sheila Elias de Oliveira no momento do exame de qualificação.

- a. A democratização linguística está na contenção da circulação das línguas (outras) para que estas não afetem as línguas maternas;
- b. A democratização linguística está na promoção e na circulação das línguas maternas.

Este funcionamento marca o caráter político do sentido no acontecimento enunciativo, evidenciando um deslizamento semântico da expressão *língua materna* que ora é significadora como as línguas marginais (desestabilizadas, sem espaço de circulação, heterogêneas), ora como as línguas nacionais/oficiais (estabilizadas, com espaços definidos de circulação, homogêneas).

(R3.2) Políticas lingüísticas

*En numerosas ocasiones, la UNESCO ha sido invitada por sus Estados Miembros para supervisar las políticas regionales y nacionales relativas a la protección y planificación **lingüísticas** para la construcción de sociedades **multilingües**. Las **políticas lingüísticas** están consideradas como un instrumento político poderoso para promover la coexistencia del **multilingüismo**.*

*Los instrumentos normativos internacionales, tales como convenciones, tratados o recomendaciones, pueden ser reforzados a nivel nacional, si se desarrollan **políticas lingüísticas** integrales, que implementen medidas concretas, recursos específicos y herramientas eficaces, a ser usadas por todos los actores implicados.*

*Reunión de expertos "En dirección a las recomendaciones de la UNESCO en materia de **políticas lingüísticas**: una herramienta para la **evaluación y planificación lingüísticas**" (del 30 de mayo al 1 de junio de 2011, en la sede principal de la UNESCO en París, Francia)*

*La UNESCO, con el fin de promover y brindar asistencia en la creación de **políticas lingüísticas**, organizó una reunión de expertos "En dirección a las recomendaciones de la UNESCO en materia de **políticas lingüísticas**: una herramienta para la **evaluación y planificación lingüísticas**" llevada a cabo del 30 de mayo al 1 de junio de 2011, en la sede principal de la UNESCO en París, Francia. Allí se reunieron expertos externos de tres sectores de programas de la UNESCO (Educación, Cultura y Comunicación e Información) que trabajan en **lingüística**, antropología, educación, medios de comunicación e Internet. El objetivo principal de esta reunión fue desarrollar una herramienta que permita a los Estados Miembros de la UNESCO evaluar el **estado lingüístico** en el contexto local o nacional y, basados en esa evaluación, desarrollen e implementen **políticas y medidas lingüísticas** más integrales.*

*Como punto de partida, la UNESCO propuso a los expertos revisar las directivas metodológicas de la UNESCO sobre "Vitalidad y desaparición de **lenguas**", desarrolladas en 2003 por un grupo de expertos ad hoc. Este documento es una herramienta dirigida a quienes están relacionados con la creación de medidas y el desarrollo de políticas para el **mantenimiento, la rehabilitación y la diversidad lingüísticas**. En él se ponen en evidencia nueve factores de **vitalidad de lenguas** para determinar el grado de vitalidad o peligro de desaparición de una **lengua**, así como para el desarrollo de medidas para la revitalización y mantenimiento de las lenguas. A continuación, la lista de estos factores:*

1. **Transmisión intergeneracional de lenguas**
2. **Número definitivo de hablantes**

3. *Proporción de hablantes en relación al total de la población*
4. ***Cambios en los sectores en que la lengua es usada***
5. ***Repuesta a nuevos sectores y a los medios de comunicación***
6. *Capacidad de los materiales para la educación y la **formación lingüística***
7. *Actitudes y políticas del gobierno y de las instituciones hacia el lenguaje, incluyendo el uso y la situación oficial*
8. *Actitudes de los miembros de la comunidad con respecto a su propia lengua*
9. *Cantidad y calidad de la documentación*

Los factores 1, 4 y 5 requieren ser revisados. Los mismos están enfocados en la transmisión intergeneracional y en la siempre creciente importancia de las tecnologías de la información y de la comunicación (TIC), incluyendo a Internet y a los medios de comunicación, (en particular la difusión pública).

A continuación, presentamos los documentos elaborados para la reunión:

- *Documento de referencia "**Radiodifusión pública y desarrollo lingüístico: informe resumen de la situación en cinco países**" preparado por Levi Obijiofor de la Escuela de periodismo y comunicación de la Universidad de Queensland, en Brisbane.*
- *"**Evaluando la situación lingüística y de planificación, en relación con Internet**" preparado por Marcel Diki-Kidiri.*

Neste recorte é apresentado o programa da UNESCO em torno das políticas linguísticas que objetivam a promoção do multilinguismo que são um *instrumento político poderoso para promover la coexistencia*¹⁴³ del multilinguismo.

De acordo com o texto, a Internet entra para implementar a questão da transmissão da língua com a mudança ou ampliação dos espaços onde elas são usadas. Assim, o ciberespaço entra no rol de ferramentas que podem ser usadas no salvamento das línguas. Em reunião realizada em 30 de maio de 2011, em Paris, que tratou desta problemática, apresenta-se o seguinte enunciado:

(R3.2`) Este documento es una herramienta dirigida a quienes están relacionados con la creación de medidas y el desarrollo de políticas para el mantenimiento, la rehabilitación y la diversidad lingüísticos.

Pautados no documento “Vitalidad y desaparición de lenguas” citado no texto, a Internet passa então a ser um lugar onde as línguas podem continuar “existindo”, já que ele permite a manutenção de sua existência, mas também pode “curar” as línguas que, por exemplo, perderem no espaço físico/geográfico, a possibilidade de circulação, sendo que estas duas ações possíveis (existir e circular) são a base para o desenvolvimento da diversidade linguística. Parece-nos, inclusive, que fica significado um caráter muito mais de

¹⁴³ O grifo é nosso.

arquivo/depósito conferido à Internet que propriamente um espaço de circulação de línguas. Isso porque se pensarmos na relação entre línguas e falantes, como poderíamos “reabilitar” uma língua que, subtede-se, não é mais falada por não existirem mais falantes? Esta reabilitação poderia ser feita por “estar na rede”. Poderíamos, inclusive, supor um deslocamento da relação entre língua e falante: No ciberespaço cabem línguas, independentemente de haver falantes que a façam circular/funcionar.

(R3.3)Evaluar la diversidad lingüística en Internet

*La UNESCO ha estado apoyando, de manera significativa, un conjunto de iniciativas y proyectos para evaluar la **diversidad lingüística** en Internet durante casi una década. La UNESCO está convencida de que existe una estrecha relación entre las lenguas de Internet y la **diversidad lingüística** en un país, y por esta razón, los estados tienen un importante papel que desempeñar en la adopción de **políticas lingüísticas** apropiadas para Internet, basadas en datos confiables.*

Actividades anteriores:

2009

Publicaciones:

*Daniel Pimienta, Daniel Prado y Álvaro Blanco (2009): "Doce años para evaluar la **diversidad lingüística** en Internet: balance y perspectivas"*

2007

*Taller sobre las experiencias en la **evaluación lingüística** en el ciberespacio 22 de febrero de 2007, sede central de la UNESCO. Este taller fue organizado por el Proyecto del Observatorio de Lenguas (POL), la Red mundial de **diversidad lingüística** y la UNESCO, bajo el patrocinio de la Agencia de Japón de ciencia y tecnología (JST), en el marco de la celebración del Día Internacional de la lengua materna, celebrado anualmente el 21 de febrero.*

Durante el evento se desarrollaron los siguientes puntos:

- *establecimiento de un intercambio de ideas comparativo en torno a las diferentes metodologías para evaluar la presencia o la ausencia de las lenguas en el mundo digital;*
- *intercambio de experiencias y hallazgos en torno a los **estudios lingüísticos** en Asia y África;*
- *elaboración de un conjunto de implicaciones desprendidas de la experiencia y de un posible plan de acción para promover el **multilingüismo** y el acceso igualitario en el ciberespacio;*
- *demonstración de la utilidad y explotabilidad de una red múltiple de partes implicadas.*

*Los resultados del taller fueron distribuidos a todos los países, a través de la Red mundial de **diversidad lingüística**, las unidades de la UNESCO (oficinas locales y sede central), miembros universitarios del Proyecto observatorio de lenguas y otros coparticipantes.*

2005

*Evaluando la **diversidad lingüística** en Internet*
Una publicación de John Paolillo, Daniel Pimienta y Daniel Prado (2005).

2002

*La UNESCO ha estado trabajando con el Proyecto observatorio de lenguas (POL) y la Red mundial para la **diversidad lingüística** desde 2002 con el fin de desarrollar metodologías científicas en la evaluación de la presencia de las lenguas en el ciberespacio y para llamar la atención sobre este importante componente de la **diversidad cultural y lingüística**.*

Entre sus actividades, el Proyecto observatorio de lenguas (POL) desarrolló el censo-encuesta cibernético. Ambos, el POL y el censo fueron implementados en conjunto con varias instituciones de diferentes países y regiones, tales como:

- *Nagaoka University of Technology (NUT)*
- *Keio University, Japón*
- *Tokyo University of Foreign Studies (TUFS), Japón*

- *Faculti Sains Komputer & Sistem Maklumat (FSKSM), University Teknologi, (UTM) Malasia*
- *Thai Computational **Linguistic Laboratory** (TCL), Tailandia*
- *Miskolc University, Hungria*
- *Technology Development of Indian Languages (TDIL), Ministerio de Tecnologías de la Información, India*
- *The Laboratory for Web Algorithmics, Dipartimento di Scienze dell'Informazione, Università degli Studi di Milano (USM), Milán, Italia.*

O recorte (R3.3) trata das avaliações promovidas pela UNESCO através de uma série de publicações, oficinas e encontros sobre a questão da circulação das línguas na Internet. Tomemos, mais especificamente, três enunciados deste recorte:

(R3.3') La UNESCO está convencida de que existe una estrecha relación entre las lenguas de Internet y la diversidad lingüística en un país, y por esta razón, los estados tienen un importante papel que desempeñar en la adopción de políticas lingüísticas apropiadas para Internet, basadas en datos confiables.

(R3.3'') [...] acción para promover el multilingüismo y el acceso igualitario en el ciberespacio

(R3.3''') [...] el fin de desarrollar metodologías científicas en la evaluación de la presencia de las lenguas en el ciberespacio y para llamar la atención sobre este importante componente de la diversidad cultural y lingüística.

Podemos destacar a expressão “línguas da Internet” que produz um deslocamento importante, já que territorializa a Internet que possuiria “suas próprias línguas” em paralelo com as “línguas de um país”. A possibilidade de fazer circular as línguas no ciberespço funcionaria como um espelho dos países no implemento da diversidade linguística. Note-se que a questão da cultura é agora tomada em termos de circulação das línguas e não mais na relação tão latente com a preservação, explicitada principalmente na seção *cultura*. O que se problematiza nos enunciados em destaque é o acesso numérico das línguas ao ciberespço, já que isso produziria efeitos (não se sabe quais!) sobre a circulação de línguas no “espço real/físico/geográfico”, possibilitando a diversidade cultural e linguística. Desta forma, o que está em relevo é a circulação para a preservação.

(R3.4) Nombres de dominios internacionalizados

*La UNESCO aboga por el **multilingüismo** en Internet que contribuya al acceso universal a la información y al conocimiento, así como a la diversidad cultural en el ciberespacio. Durante la última década, Internet ha tenido un creciente impacto en la vida social, política y económica. Debido al gran desarrollo de Internet, la comunidad internacional ahora reflexiona sobre su funcionamiento estructural y a las implicaciones públicas multidimensionales, conocidas ampliamente como “gobernanza de Internet”.*

Desde 2007, la UNESCO ha participado en las discusiones del Foro para la Gobernanza de Internet (FGI), ha colaborado con otras organizaciones internacionales, tales como la Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT), ICANN y otros asociados públicos y privados.

Puesto que la UNESCO siempre ha promovido el desarrollo y la difusión del contenido **multilingüe** en el ciberespacio a través de varias iniciativas, recientemente la Organización ha aceptado hacerse cargo de las cuestiones relacionadas con el **multilingüismo** y el acceso al ciberespacio.

La ICANN ha asumido una considerable carga de trabajo para desarrollar el sistema de nombres de dominio en Internet a través de la introducción de los nombres de dominio internacionalizados (IDN) que introdujo los dominios de alto nivel (TLD) en diferentes escrituras y permitió que los usuarios de Internet puedan acceder a nombres de dominio en sus propias lenguas. La UNESCO para apoyar este desarrollo, se asegura que todos los Estados Miembros estén completamente al corriente de las cuestiones derivadas del desarrollo de las IDN y que se involucren en el debate sobre las políticas entorno al tema.

Alianza con la ICANN

En diciembre de 2009, la UNESCO firmó un acuerdo de cooperación con la Corporación para la Asignación de Números y Nombres en Internet (ICANN). Ambas organizaciones acordaron colaborar para la internacionalización de Internet. Más precisamente, el acuerdo UNESCO -ICANN cubre una serie de áreas de cooperación con el fin de que el nuevo desarrollo pueda beneficiar al mayor número posible de **grupos lingüísticos**. Sobre todo, la UNESCO acordó hacer un llamamiento a los miembros de su **red lingüística** de expertos para que presten ayuda en el proceso, informen a los Estados Miembros acerca de los nuevos IDN, promuevan la participación de otras agencias pertinentes de las Naciones Unidas y para que establezcan grupos de trabajo con el objetivo de que los países menos desarrollados puedan participar ampliamente.

- Acuerdo de colaboración con ICANN (Noticias, en inglés)

En septiembre de 2010, la UNESCO firmó, conjuntamente con la ICANN, una carta de intención en el foro de la gestión de Internet (IGF). El objetivo principal de este esfuerzo conjunto es que la UNESCO preste ayuda a los usuarios para que accedan a Internet desde los Estados Miembros cuyas lenguas estén basadas en la escritura cirílica. Esto fue posible gracias a la creación de nombres de Dominios de Alto Nivel con Código de Países (IDN ccTLD) internacionales, en escritura cirílica, en relación con la tabla de referencia de las abreviaciones de los nombres de países.

- Anuncio del IGF 2010
- **Carta de intención**
- Fotos

En septiembre de 2011, la UNESCO acogió en una reunión de un grupo de expertos en escritura cirílica en su sede en París.

Seis casos de estudio sobre la escritura china, árabe, cirílica, devanagari, griega y latina, preparados en el marco del proyecto de los Nombres de Dominio Internacionalizados (IDN) están disponibles para consulta. Todas las partes implicadas fueron invitadas a participar, hacer comentarios y dar recomendaciones para el 14 de noviembre de 2011.

- **La UNESCO publica seis informes sobre nombres de dominios internacionales**

En noviembre 2011, la UNESCO continúa cooperando con la ICANN en lo relacionado con la internacionalización de Internet, en especial, con el trabajo del grupo encargado del uso de los nombres de países y territorios como países de alto nivel (TLD).

- **Informe a disposición del público para consulta:** Draft Final Report ccNSO Study Group on the Use of Country and Territory Names as TLDs **(en inglés)**

Trabajo conjunto con el Registro Europeo de Nombres de Dominio de Internet (EURid)

El Informe Mundial sobre los Nombres de Dominio Internacionalizados elaborado 2013 de EURid y la UNESCO se publicó el 24 de octubre de 2013 con el apoyo de Verisign y se presentó en el Foro de Gobernanza de Internet 2013 (FGI) en Bali, Indonesia.

- Informe a disposición para consulta: EURid and UNESCO World Report on International Domain Names deployment 2013
- Comunicado de prensa: Internationalized Domain Names still to reach full potential (2013)

EURid y la UNESCO presentarán el último informe sobre la utilización global de los Nombres de Dominio Internacionalizados (IDN) en el 7º Foro de Gobernanza de Internet (FGI) que se celebrará en Bakú, Azerbaiyán el 6 de noviembre de 2012.

- *Declaración del Director General sobre la **diversidad lingüística en Internet***
- *El Informe 2012 EURid-UNESCO sobre los Nombres de Dominio Internacionalizados*
- *La EURid y UNESCO se reúnen para el FGI en Bakú*
- *La UNESCO aborda los desafíos de Internet en 7º Foro de Gobernanza de Internet (FGI) anual en Bakú*

En mayo de 2011, la UNESCO apoyó la publicación de un estudio de la EURid, que examina el uso mundial de los nombres de dominios en Internet (IDN) que aceptan escritura no latina y el **multilingüismo** en línea. El estudio forma parte de las series “Insights” de la EURid, orientados a analizar aspectos específicos en el área de los nombres de dominios. Los informes están basados en encuestas, estudios e investigaciones llevados a cabo por la EURid en conjunto con expertos de la industria y líderes del sector.

- *Comunicado de prensa: EURid and UNESCO investigate the **multilingual Internet** (2012)*
- *Enlace a la página del EURid*
- *Enlace a la página Insights del EURid*
- *Enlace al informe “Nombres de dominios internacionales (IDN). Estado de la situación” (2011)*

No recorte (R3.4) discute-se a questão da nomeação dos domínios internacionalizados. Os domínios são nomes que servem para identificar computadores na Internet e são reconhecidos por estruturas como *xxx.com.br*. Garantir que os nomes destes domínios circulem em diferentes línguas funcionaria na promoção do multilinguismo no ciberespaço. Assim, uma medida seria fazer com que estes domínios fossem nomeados de forma que *los usuarios de Internet puedan acceder a nombres de dominio en sus propias lenguas*. Fica significada uma relação importante entre a língua que nomeia e a identificação do sujeito leitor e a problemática do multilinguismo reduzida a uma questão de nomes, como se o nome fosse já uma forma de circular a língua e implementar o multilinguismo. Podemos retomar uma relação parecida quando se trata da língua indígena em termos da taxonomia: a língua é *suas palavras*; no caso do ciberespaço, a língua é *a nomeação*.

Um outro ponto de contradição é que nos permite refletir sobre a forma como são propostas as políticas linguísticas que incidem sempre sobre a (outra) língua (alheia) é a forma como isso é posto neste trecho:

*(R3.4.1) Sobre todo, la UNESCO acordó hacer un llamamiento a los miembros de su **red lingüística** de expertos para que presten ayuda en el proceso, informen a los Estados Miembros acerca de los nuevos IDN, promuevan la participación de otras agencias pertinentes de las Naciones Unidas y para que establezcan grupos de trabajo con el objetivo de que los países menos desarrollados puedan participar ampliamente.*

As propostas são sempre pensadas “de cima para baixo”, ou seja, é sempre pelo olhar dos Estados membros sobre os países menos desenvolvidos¹⁴⁴; o que se normatiza a respeito parte sempre de um pressuposto de que há um problema que não diz respeito aos países (membros) cujas línguas “existem” em harmonia, já que não vemos propostas de regulação linguística sobre o francês ou inglês, por exemplo. Outra questão que podemos apontar nesta seção é o quase esvaziamento das referências à língua indígena. No momento em que se coloca o problema da escrita cirílica, por exemplo, são citadas *la escritura china, árabe, cirílica, devanagari, griega y latina*, mas não se remete às “línguas indígenas”, tão enfatizadas nas primeiras análises, como pudemos ver. Seria a Internet, então, um espaço para outro tipo de multilinguismo? O *multi* das *línguas nacionais*?

(R3.5)Iniciativas y eventos especiales

Comisión de banda ancha

El establecimiento de una Comisión de banda ancha para el desarrollo digital en 2010 se concretizó cinco años después de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI), y diez años después del lanzamiento de los objetivos de desarrollo del Milenio (ODM). La comisión de banda ancha para el desarrollo digital cree que la alta velocidad y las conexiones de Internet de difusión a gran capacidad son un elemento esencial en las sociedades modernas, aportando amplios beneficios sociales y económicos. Su misión es incentivar la adopción de la banda ancha y de prácticas y políticas conviviales a fin de que todo el mundo pueda beneficiarse de los beneficios que la banda ancha ofrece.

La propagación de la banda ancha en cada país es la clave para acelerar los logros, tanto de la CMSI como los objetivos de la ODM para 2015. Entre los otros grupos de la comisión de banda ancha, el grupo que trabaja en el multiculturalismo enfoca la cuestión de la lengua como una de las más críticas para lograr los ocho objetivos de desarrollo del Milenio. La población más necesitada es aquella que aun no ha integrado la cultura digital, en muchos casos a causa de la brecha digital.

*El grupo de trabajo pone en práctica las conclusiones de la Cumbre Mundial de la Sociedad de la Información, los instrumentos normativos de la UNESCO (en particular la recomendación de 2003, relativas a la promoción y al uso del **multilingüismo** y al acceso universal al ciberespacio), resultado de las reuniones internacionales en **multilingüismo**, y las conclusiones del Foro internacional de Bamako sobre **multilingüismo** como base para su trabajo.*

*La UNESCO acogió la primera reunión del grupo de trabajo en **multilingüismo** el 5 de junio de 2011.*

¹⁴⁴ De acordo com Rodríguez (2008) “Os critérios para reivindicar os “direitos” das chamadas línguas minoritárias, frente aos desequilíbrios produzidos pelas relações de força em relação àquelas instituídas como “majoritárias” (notadamente, as línguas nacionais dentro dos Estados), continuam sendo sempre critérios de força e de número que tais políticas pretendem criticar, mas que acabam “multiplicando” pela sua extensão a outras línguas. Vemos isso, por exemplo, na discussão nos países europeus para determinar quais são as minorias cujas línguas que devem beneficiar-se dos “direitos linguísticos” enunciados na Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias: aquelas faladas por minorias que tenham “um número substancial de falantes para exigir certos tipos de serviços públicos” (cf. de Varennes 2001). Como vemos, o que é afirmado é que merecem reconhecimento as minorias mais numerosas —as “minorias majoritárias”, se nos é permitida a expressão— o que deixa sempre excluídas as minorias mais reduzidas (ou “minoritárias”, continuando com o mesmo jogo de palavras) – o que frequentemente coincide, não por acaso, com o poder econômico desses grupos envolvidos. (sem paginação)

- **Banda ancha: una plataforma para el progreso** (Informe integral)

Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI)

La diversidad cultural y lingüística (acción CMSI línea C8), al mismo tiempo que estimula el respeto y la identidad cultural, tradiciones y religiones, es esencial para el desarrollo de una Sociedad de la información basada en el diálogo entre las culturas y en la cooperación regional e internacional. Es un factor importante para el desarrollo sostenible.

- más sobre esta línea de acción y los eventos relacionados

Foro sobre la gestión de Internet (FGI)

La Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI) culminó con la creación del Forum de las partes implicadas para la gestión de Internet (un foro anual en el que un grupo de agencias internacionales, gobiernos, profesionales de Internet, organizaciones comerciales y civiles exploran, sobre bases iguales, el desarrollo de Internet y su interacción con otras áreas de políticas públicas.

- La UNESCO y el IGF
- IGF 2011
- IGF 2010

Iniciativas pasadas

Initiative B@bel usa las tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) para apoyar la **diversidad cultural y lingüística** en Internet, y para proteger y preservar las lenguas en peligro de desaparición.

- más sobre este tema

Em (R3.5) a questão linguística é significada por outra relação: o problema da instrumentação necessária para que as línguas possam circular. Desta forma, inclui-se na problemática da circulação das línguas na Internet a questão tecnológica imprescindível para que a ocupação deste espaço pelas línguas ocorra. Neste caso, discute-se a necessidade da banda larga (*banda ancha*). A banda larga é o tipo de conexão de Internet que permite alta velocidade no intercâmbio das informações e que possibilita uma maior transmissão de dados. Esta questão técnica se sobrepõe, por exemplo, a um desenvolvimento gráfico que permita que a escrita seja possível em qualquer alfabeto existente, ou ainda ao desenvolvimento de uma escrita para as línguas ágrafas¹⁴⁵. O que queremos dizer não é que estes elementos não sejam motivo de preocupação para aqueles que desejam fazer da Internet um espaço de circulação democrática das línguas. Seguramente isso deva ser trabalhado para o implemento da circulação linguística. No entanto, quando a UNESCO elenca as questões que comporiam a problemática da circulação das línguas na Internet isso é apagado: é mais relevante pensar na velocidade de intercâmbio das informações e implementar políticas para que isso ocorra que o investimento nos instrumentos que de fato permitam que se escreva no ciberespaço.

¹⁴⁵ Falamos no capítulo 5 sobre a questão da escrita binária e dos códigos necessários para que os caracteres de uma língua possam ser escritos no computador.

7.4.1. O livre acesso à informação científica.



Figura 19 - Especificação do link "libre acceso a la información" na página

Apesar de não ser um *sublink* de *diversidade linguística y plurilingüístico en Internet* que foi a forma como fizemos a organização dos recortes desta seção, pareceu-nos importante este trecho ligado pelo esquema de linkagem de *acceso a información*, já que esta discussão foi feita em outros momentos da tese: a questão do acesso à informação científica e o papel da UNESCO enquanto divulgadora da Ciência. Vejamos o recorte:

(R3.6) Libre acceso a la información científica

La información científica, principal fruto de los investigadores, es también el recurso más importante de la innovación tecnológica. La UNESCO promueve y apoya el libre acceso a ella, es decir, la accesibilidad en línea a la información académica para todos, libre de la mayoría de las barreras impuestas por las licencias y los derechos de autor, para promover el intercambio del conocimiento en el plano mundial, la innovación y el desarrollo socioeconómico.

La UNESCO promueve el libre acceso

La UNESCO promueve el libre acceso, particularmente a la información científica (artículos de publicaciones periódicas, ponencias de conferencias y conjuntos de datos de varios tipos) proveniente de la investigación financiada con fondos públicos. La UNESCO trabaja junto a sus asociados para dar a conocer mejor los beneficios del libre acceso a los responsables de la elaboración de políticas, los investigadores y los administradores del conocimiento. A través de su red mundial de oficinas fuera de la Sede, institutos y centros, la UNESCO facilita la elaboración y la adopción de políticas

que posibiliten el libre acceso. Además, la UNESCO participa en debates mundiales sobre el libre acceso y coopera con iniciativas locales, regionales y mundiales de apoyo al libre acceso.

El programa de la UNESCO a favor del libre acceso presta especial atención a los países africanos y otros países en desarrollo, en los que, a pesar de las mejoras considerables en cuanto a la accesibilidad a las tecnologías de la información y la comunicación (TIC), el libre acceso a la información, tanto por lo que se refiere a su producción como a su utilización, sigue siendo escaso.

El libre acceso beneficia a los investigadores, innovadores, docentes, estudiantes, profesionales de los medios de comunicación y al público en general. Promueve el intercambio del conocimiento en el plano mundial para alentar los descubrimientos científicos, la innovación y el desarrollo socioeconómico.

Nesta parte de *Comunicación e Información*, fala-se sobre a circulação da informação científica promovida pela UNESCO. Curiosamente a palavra *lengua* não aparece neste recorte. No entanto, pelo esquema de *linkagem* há uma relação entre o que se diz no recorte com a questão da língua. Fica assim pressuposta a relação da língua com a informação, ou seja, a circulação do conhecimento enquanto informação garante a circulação da língua. Gostaríamos de trazer, neste momento, a reflexão proposta por Dias (2009) sobre o efeito de sinonímia estabelecido entre as palavras *informação* e *conhecimento* a partir das expressões “sociedade da informação” e “sociedade do conhecimento”. A questão que queremos ressaltar é que o memorável destas palavras sustenta o argumento do acesso democrático já que:

Se antes a construção do conhecimento estava concentrada nos laboratórios, universidades, escolas, hoje, com a velocidade das redes digitais, a construção desse conhecimento, pela facilidade de acesso à informação, cria outras redes institucionais. (DIAS, 2009:18)

No entanto, “a informação é a matéria-prima da construção do conhecimento, mas não é o conhecimento, portanto, não pode substituí-lo” (DIAS, 2009:18). Acreditamos que a circulação de conteúdo, pensando neste termo de uma forma genérica, na Internet, estaria atrelada à questão da velocidade (informação), mas também a uma suposta legitimidade (conhecimento), sendo que a sobreposição destas duas palavras produz “a formulação na sua evidência ideológica, apagando a materialidade da palavra, apagando a memória das redes de filiação de sentidos” (DIAS, 2009:16), ou seja, significar este conteúdo na relação entre o que significam estas duas palavras, conhecimento e informação, é o que legitimaria o que se publica na rede; é o que faz funcionar a democratização que informa o conhecimento a todos.

Nesta forma de significar os conteúdos do *site* a língua entra como o meio que viabiliza a circulação: sem língua não há como circular o conteúdo; sem língua não há como circular informação; sem língua não há como circular o conhecimento (vejamos como se desloca a questão da língua como veículo!). A circulação toma para si, por conta do democrático, o sentido de partilhar: circulação é compartilhamento. Portanto, circular é promover a democratização das línguas.

.....

Retomando algumas questões expostas nas últimas análises verificamos que a questão da língua fica pressuposta pela relação com a informação e o conhecimento: é pela língua e sua circulação que eles são transmitidos. Poderíamos dizer, retomando o que apresentamos no decorrer do capítulo, que temos uma mudança na direção argumentativa:

Se antes tínhamos: *circular a língua* → r *preservação*

Na Internet temos: *circular a língua* → r *informação*

Sendo que a questão do *multit/pluri* recai sobre o próprio espaço de circulação das línguas e não mais sobre as línguas em si. Sobre os prefixos *multi/pluri* apontamos como eles funcionam de forma diferente em cada uma das seções sobre as quais trabalhamos nossas análises: ora determina, ora se opõe à *língua materna* que por sua vez vai sendo dividida pelos memoráveis que o acontecimento mobiliza.

No entanto, a proposta de uma nomeação multilíngue, como se discute, por exemplo, na problemática da nomeação dos domínios, significa a língua pela nomeação em diferentes línguas que refeririam uma mesma coisa; nomear na *língua x* estabelece uma relação de identificação entre os sujeitos que faz funcionar o pertencimento ao ciberespaço; faz funcionar a tradução como forma de democratização. Mas será que traduzir um texto para um grande número de línguas garante este acesso de todas as línguas ao ciberespaço?¹⁴⁶ A democratização linguística pode ser realizada por esta medida?

Por último, trouxe novamente a questão da divulgação (não necessariamente científica neste caso) do conhecimento que pelas vias da velocidade significa como informação, permitindo-nos pensar que estar informado é o mesmo que ter conhecimento.

¹⁴⁶ Vejamos como a discussão do capítulo 4 é retomada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

LÍNGUA?

*as coisas não dão certo
nunca deram certo
não foram feitas para dar certo*

*nós é que temos a ambição
do alinhamento e da simetria*

*e até inventamos deuses perfeitos
construídos à imagem
e semelhança do que sonhamos*

*as coisas não dão certo
nós é que cerzimos o pano
obturamos o dente
remendamos a fronteira no mapa*

*e inauguramos
na estátua de chumbo
um simulacro de ave*

*queremos crer
que as coisas dão certo
as coisas agora estão dando certo
e — se deus quiser —
sempre darão*

(Carlos Machado, Pássaro de Vidro)

E afinal? O que é língua?

Boa pergunta! Não para uma resposta fechada e definitiva, mas para uma abertura desconfortável e aterradora que, contraditoriamente é o grande vetor que move essa busca infundável em torno no que seja a(s) língua(s). Saber que os sentidos continuam divididos (e continuarão!) e que a cada novo enunciado sempre haverá uma nova resposta que desvende (ou enrede ainda mais!) o que venha a ser a minha língua; a língua alheia, a língua que sei, aquela que não sei dizer; aquela que não sei falar, com nome; aquela sem nome; *a língua*.

As páginas que antecederam as análises buscaram apresentar reflexões importantes para que os leitores pudessem acompanhar nossas análises no último capítulo. Em cada um dos capítulos vamos trabalhando questões em torno do objeto de estudo, a língua, em uma relação com o *corpus* e com a pergunta de análise: *qual é a designação da palavra língua nos textos postados no site da UNESCO?* Os capítulos nos permitiram aprofundar alguns pontos importantes e antecipar algumas conclusões que posteriormente vão sendo confirmadas no exercício descritivo e analítico.

Os dois primeiros capítulos procuram situar o leitor em torno do deslocamento teórico proposto, *a Internet como um espaço de enunciação*. Apresentamos o conceito de espaço de enunciação e sustentamos nossa posição de que a Internet é um espaço de enunciação. Depois, considerando a UNESCO como o lugar a partir do qual se enuncia, representado na enunciação como a origem do dizer, fazemos uma breve apresentação e, através de uma análise, procuramos apreender seus pressupostos para promoção de ações para a paz. Neste mesmo capítulo apresentamos uma discussão sobre a questão da Divulgação Científica e da forma como as problemáticas linguísticas são significadas na relação com a Ciência. Produzimos também um capítulo que pudesse explicitar de forma mais consequente algumas possibilidades de se pensar a questão da língua na Linguística e a relação entre língua e cultura na Antropologia. Através de uma revisão bibliográfica, traçamos um panorama sobre algumas vertentes, o que nos facilitou, posteriormente, discutir como este saber científico, produzido na Linguística e na Antropologia, poderia aparecer ou ser apagado no que se enuncia no *site*, notadamente um espaço de divulgação científica. O capítulo 4 discutiu a questão da tradução entendida como uma forma de promoção da democracia linguística. Esta visada foi feita a partir do estudo do *layout* da página inicial do *site*. Preparando o leitor para o momento das análises da designação de *língua*, apresentamos uma reflexão mais densa sobre o funcionamento do texto no ciberespaço, buscando articular alguns trabalhos mais recentes sobre esta problemática, inclusive de outras vertentes teóricas, recortando formulações que nos permitiram pensar no tratamento enunciativo do texto e na relação com a Internet pensada como um *espaço de enunciação*. O que se sobressai neste capítulo e que é reafirmado nas análises é a articulação produzida em torno do esquema de *linkagem* à nossa forma de pensar o funcionamento textual via Semântica do Acontecimento. Já em torno do que segue no capítulo de análise, apresentamos, no capítulo 6, um detalhamento das questões teóricas e metodológicas que fundamentaram nosso trabalho.

A partir das análises apresentadas no último capítulo, podemos apontar algumas questões que acreditamos dar visibilidade à tese e que ultrapassam os limites de nossa pergunta de análise, tantas vezes reiterada no decorrer do texto.

A primeira questão importante é a escassa ocorrência da definição de *língua* em nosso *corpus*. Apesar de se colocar enquanto responsável pela preservação das línguas, não temos uma definição explícita sobre a forma como este conceito é entendido pela UNESCO. De qualquer forma, o alcance de nossas análises nos permitiu mostrar pelos DSDs a relação de determinação entre *língua*, *cultura*(*patrimônio*), que nos leva a compreender o deslocamento que se faz em torno do problema linguístico: língua, objeto da Linguística, passa a ser objeto da Antropologia pelas vias da cultura.

Outra questão sobre a qual nos debruçamos foi o recorrente número de caracterizações que fizeram com que as determinações recaíssem sobre expressões nominais do tipo *língua em perigo*, *língua indígena*, *língua materna*, por exemplo. Estudamos estas expressões, considerando-as como formações nominais que incidiam sobre o texto e se apresentavam como a forma de enunciar língua no *site* pelas caracterizações que marcavam a relação entre língua e cultura.

Também trabalhamos em torno da sinonímia que se produz entre *língua* e *idioma* que marca um sentido posto, conhecido e comum ao locutor a ao alocutário, por um modo de dizer que transita entre o genérico (lugar de todos) e o universal (lugar da verdade).

O modo de significar *língua* nas diferentes seções nos levou a pensar seu sentido sob diferentes aspectos:

Na seção *cultura*, temos fortemente colocada a questão da preservação das línguas, notadamente da *língua materna*, diante da diversidade. Neste caso, vimos que *língua* (*materna*) é significada a partir do DSD2, enquanto um patrimônio que carrega a essência de um povo, sua tradição, seu mundo. É desta forma que se sustenta o argumento da preservação: *se preservamos a língua, preservamos o povo*. Ainda nesta seção tivemos a relação da *língua indígena* com a *língua materna* e a determinação pela palavra *taxonomia*, ou seja, preservar a língua indígena é preservar suas palavras. Por último, vimos um sentido importante para *língua materna*: ela é significada por um lugar de estabilidade e se opõe à diversidade. Este mesmo sentido aparecerá na próxima seção analisada.

Em *educación*, está posta uma proposta de “gerenciamento” da diversidade: pela educação permitimos o multi/plurilinguismo ao mesmo tempo em que protegemos a língua materna.

Em *comunicación e información*, observamos um deslizamento importante na forma como é significado o multilinguismo: enquanto nas seções *cultura* e *educación* temos um movimento em prol do multilinguismo em *comunicación e información* temos um movimento de contenção, já que o multilinguismo pode comprometer a circulação das línguas maternas. Desta forma, nas duas primeiras seções, a questão seria de preservação (língua indígena) e controle do multilinguismo (contenção da língua allheia) no ajuste de sua promoção, “cuidando” da língua materna. Já em *comunicación e información* a promoção do multilinguismo é a promoção da circulação das línguas.

Assim, poderíamos dizer que há um esvaziamento da questão linguística que fica pressuposta nos recortes por sua circulação. A Internet seria, assim, o grande vetor de circulação das línguas, circulação que se faz pela divulgação da informação e do conhecimento.

O que poderíamos apontar como consequência desta tese:

1. Os deslocamentos teóricos importantes produzidos em torno dos conceitos de espaço de enunciação e texto na relação com o ciberespaço; e da enumeração na relação com a hipertextualidade do *link*;
2. O funcionamento político no *site*, evidenciado pela distribuição das línguas e a tradução funcionando como o argumento da democratização, contraditório na relação entre o que se enuncia e como de fato isso é evidenciado em termos de funcionamento linguístico;
3. A discussão sobre a autoria de solução aos problemas linguísticos que significa a Linguística como coadjuvante pela forma como é posta a relação entre língua e cultura.
4. Um trabalho de análise que mostra o funcionamento argumentativo dos recortes, significando *língua* na relação com a cultura e pelo memorável biológico que orienta para a preservação/circulação.

Todas estas questões que apontamos como consequências, foram decorrentes do nosso percurso de análise que foi apontando as contradições e os deslizamentos de sentido não só em torno da designação de língua, mas em torno da própria concepção de cultura, que por fim é o que movimenta toda a problemática da língua tratada pelo *site*. Apreendemos uma heterogeneidade que por um lado está relacionada à quantidade de informação postada nas

diferentes seções. No entanto, a forma de significar a relação língua/cultura é de alguma forma mutável no decorrer do *site*, muito por conta, esta seria uma hipótese diante do que estudamos, de não haver uma filiação teórica muito explícita e consolidada nem ao que propõe a Linguística, nem ao que propõe a Antropologia e é justamente esta frouxidão teórica que impacta no que dissemos sobre a forma de significar a divulgação científica: circula-se informação “sobre” e apaga-se o caráter científico do conhecimento produzido pela/para a Instituição. Estaria isso ligado a uma adaptação da linguagem a um público leigo?

Esperamos que a página em branco de Cortázar sempre nos instigue e nos prepare (mesmo diante do risco da morte) para a não unicidade e o não fechamento dos sentidos.

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, Jean-Claude & DUCROT, Oswald. (1983/1997), **L'argumentation dans la langue**. 3.^aed., Bruxelles, Pierre Mardaga Editeur.
- AUROUX, Sylvain (1992). **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp.
- AUROUX, Sylvain (1998) . **Filosofia da linguagem**. Campinas: Ed. da Unicamp.
- BEHARES, Luis. (2012). Notas sobre la noción de derechos lingüísticos ¿quién es su titular?In: **Revista Digital de Políticas Lingüísticas**. Año 4, Volumen 4 (37-53), setiembre 2012. ISSN 1853-3256 Acesso em: 22 de fev. de 2015
- BENVENISTE, Émile (1974/2006). **Problemas de Linguística Geral II**. 2.^aed. Campinas:Pontes.
- BLOOMFIELD, Leonard. (1935): **Language**. London: George Allen & Unwin, 1950
- BRAGA, Denise B. (2004) A Comunicação Interativa em Ambiente Hipermídia: as vantagens da hipermodalidade para o aprendizado no meio digital. In: MARCUSCHI, Luiz A.; XAVIER, Antonio C. **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucena.
- CAVALCANTE, Marianne C.(2004) Mapeamento e produção de sentido: os links no hipertexto.In:MARCUSCHI, Luiz A.; XAVIER, Antonio C. **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucena.
- CORRÊA, Roberto. Lobato.(2003). Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C.C., CORRÊA, R.L. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5^a ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.
- CRUZ, Carlos Henrique Brito.(2015) Vannevar Bush: uma apresentação. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo , v. 14, n. 1, p. 11-13, Mar. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141547142011000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 jun.2015 Access on 13 July 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142011000100001>.
- DIAS, Cristiane Pereira. (2004) **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004
- DIAS, Cristiane Pereira.(2009) **Imagens e metáforas do mundo**. RUA [online]. 2009, no. 15. Volume 2 - ISSN 1413-2109. (Acesso em 02/02/2015)
- DIAS, Cristiane Pereira (2011). O discurso sobre a língua na materialidade digital. In: **Interfaces**, Guarapoava, n.01, v02 , jul 2011 ISSN 2179-0027
- DIAS, Cristiane Pereira. (2012), Movimento da Cibernética, saberes linguísticos e constituição do sujeito. In: Ferreira; Martins. (org). **Linguagem e tecnologia**. RG, Editores: Campinas, 2012
- DIAS, Luiz Francisco (2012). O adjetivo na formação nominal: uma abordagem enunciativa. In: **Web Revista Discursividade**. N.09 – jan/2012-mai2012. ISSN-1983-6740. (Acesso em 26/07/2015)

- DUCROT, Oswald (1973/1981). As escalas argumentativas. In: **provar e Dizer**. São Paulo, Global, 1981
- DUCROT, Oswald (1989) Argumentação e ‘topoi’ argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e Sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.
- DUCROT, Oswald.(1984/1987). **O dizer e o dito**.Campinas:Pontes, **1987**
- DUCROT, Oswald (1988/1990). **Polifonía y Argumentación**. Cali: Universidad del Valle, 1988.
- DUCROT, Oswald (1999) Os topoi na teoria da argumentação na língua. In: **Revista Brasileira de Letras**, São Carlos, UFSCar, v. 1, n. 1, p. 1-11, 1999.
- DUCROT, Oswald (2002). Os internalizadores. In:Letras de Hoje. V. 37, nº3. Porto Alegre. Set.2002
- DUCROT, Oswald, TODOROV, Tzvetan. (1972/2010) Dicionario Enciclopédico das Ciencias da Linguagem . São Paulo:Perspectiva.2010
- DURANTI, Alessandro. (2000) **Antropologia linguística**. Madrid: Cambridge University Press, 2000.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro.(2003) O caráter singular da língua na análise do discurso. **Oragon** (UFRGS), Instituto de Letras/UFRGS, v.17, n.35, p. 189-200, 2003
- GUIMARÃES, Eduardo. (1999) Interpretar Língua e Acontecimento. **Revista Brasileira de Letras**. v.1.n1. UFSCar, 1999
- GUIMARÃES, Eduardo. (2002) **Semântica do acontecimento**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. (2004a). **História da semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, Eduardo. (2004b) Civilização na Linguística Brasileira no Século XX. In: **Matraga**, 16. Rio de Janeiro, Caetés/UERJ.
- GUIMARÃES, Eduardo. (2005) Apresentação Brasil: país multilíngüe. In: **Ciencia. Cultura.**, Jun, vol.57, no.2, p.22-23. ISSN 0009-6725.2005
- GUIMARÃES, Eduardo. (2006). Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil. In: SANTOS, Josalba & OLIVEIRA, Sheila Elias de (orgs.). **Mosaicos de linguagens**. Guarapuava, PR: Cellip – Campinas, SP: Pontes; 2006. p 11.27
- GUIMARÃES, Eduardo. (1987/2007a) **Texto e Argumentação: um Estudo de Conjunções do Português**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- GUIMARÃES, Eduardo.(2007b) Domínio Semântico e Determinação. In: **A Palavra: Forma e Sentido**. Campinas: Pontes, p. 77-96.
- GUIMARÃES, Eduardo. (2009a). A Enumeração: Funcionamento Enunciativo e Sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.51, jan./jun. 2009, p. 48-68.
- GUIMARÃES, Eduardo. (2009b) Linguagem e Conhecimento: Produção e Circulação da Ciência. **Revista Rua [online]**, v.2, n.15, p.5-12 (Acesso em: 02/02/2015)

GUIMARÃES, Eduardo.(1995/2010) **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 2005b.

GUIMARÃES, Eduardo. (2011) **Análise de Texto**. Procedimentos, Análises, Ensino. Campinas: Pontes,2011

GUIMARÃES, Eduardo. (2012). Aposto e nome próprio. **Entremeios: revista de estudos do discurso**. n.5, jul. Universidade do vale do Sapucaí.

HJELMSLEV, L. (1961/1975) **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975

ILARI, R.; GERALDI, J.W.(1987) **Semântica**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

JAKOBSON,R. (1974/1995) **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

LANDOW, George P. (1995) **Hipertexto**: La Convergencia de la Teoría Crítica Contemporánea y la Tecnología. Barcelona: Ediciones Paidós, Tradução de Patrick Ducher.

LATAPÍ ,Pablo. (2006). **60 años de la UNESCO: un aniversario en el que México tiene mucho que celebrar**, vol. XXVIII, núm. 111, pp. 112-123 Conferencia presentada en el Centro de Estudios sobre la Universidad-UNAM, febrero de 2006.

LÉVY, Pierre.(1993) **As Tecnologias da Inteligência**: O Futuro do Pensamento na Era da Informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993

MACHADO, Isadora (2011). **Para além das palavras e das coisas**: Friedrich W. Nietzsche e as Ciências da Linguagem. Dissertação (mestrado) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MARIANI, Betânia (2004) **Colonização linguística**, Campinas, São Paulo: Pontes, 2004.

MARTINS, Ronaldo. (2012), O Irreal da Língua. In: Ferreira; Martins.(org). **Linguagem e tecnologia**. RG, Editores:Campinas, 2012

OLIVEIRA, Sheila Elias (2014). Sobre o funcionamento do Político na linguagem. In: **Língua e Instrumentos Linguísticos**. n°34. Jan-jun. 2014

OLIVEIRA, Simone de Mello. (2011) **Os blogs de divulgação científica**: informação, notícias, divulgação. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1992) As formas do silêncio. No movimento dos sentidos. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli.(1998) Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 73-81, jan. 1998. ISSN 1984-8412. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915>>. Acesso em: 16 Jul. 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (2001) **Discurso e Texto**:Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas, SP: Pontes

ORLANDI, Eni Puccinelli.(2002) **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo, Cortez,

ORLANDI, Eni Puccinelli. (2003) Colonização, globalização, tradução e autoria científica. In: Eduardo Guimarães (org.). (Org.). **Produção e circulação do conhecimento**. Campinas: Pontes, 2003, v. v.1-2, p. 13-19.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (2008) Linguagem, Ciência e Sociedade. **Revista Brasileira de Letras**. v.5,n1, p.53-65. São Carlos, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1986/2009). O que é Linguística? 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2009

OUSTINOFF, M. (2011) **Tradução: História, teorias e métodos**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, 144 p. p.21-32, 2002.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. (2013) Texto digital: uma perspectiva material. **Revista Anpoll**, América do Norte, 1 7 12 2013.

PRIMO, Alex ; RECUERO, Raquel da Cunha (2006). A terceira geração da hipertextualidade: cooperação e conflito na escrita coletiva de hipertextos com links multidirecionais. **Líbero (FACASPER)**, v. IX, p. 83-93, 2006.

REIS, Claudia Freitas. (2010a) **Os sentidos de portunhol e spanglish no espaço enunciativo da Internet: Um estudo das relações de determinação e (des)legitimação**. Dissertação (mestrado) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

REIS, Claudia Freitas. (2010b) Uma Política de Língua para o Ciberespaço: Sobre os Limites da “Igualdade”. In: **Língua e Instrumentos Linguísticos**. Nº25. Campinas: Editora RG.2011.p 93-108.

REIS, Claudia Freitas. (2010c). **Sentido e Argumentação: A palavra no texto**. In: Anais Eletrônicos Cielli. ISSN 2177- 6350

REIS, Claudia Freitas. (2014) Língua e Direito. **Revista ECOS. Literaturas e Linguísticas**. Cáceres-MT, v.17,n.2, , Julho 2014

RODRÍGUEZ, Carolina. A Produção do Consenso nas Políticas Públicas Urbanas. Entre o Administrativo e o Jurídico Campinas: Labeurb/Unicamp, 2008 [s/p]. (**Relatório Final do Projeto CAeL**)

SANTOS, Milton. (2006) **A natureza do espaço**. 4º ed. São Paulo: Edusp, 2006

SAPIR. Edward .(1969). **Linguística como Ciência**. Trad. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

PAVEAU, Marie-Anne ; SARFATI, Georges-Élia. (2006). **As grandes teorias da linguística**. Editora Claraluz, 2006.

SAUSSURE, F. (1916/2002) **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cuktrix, 2002

SHEPHERD,T, T. SALIÉS.(2013). O princípio: entrevista com David Crystal. In: **Linguística da Internet**. São Paulo: Contexto,2013

SILVA, Henrique.César. (2006) O que é divulgação Científica. **Ciência & Ensino**, v.1, n1, dezembro de 2006 (Acesso em: 02/fev/2015)

UNESCO, Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996). Campos da Letras

VOGT, C. (2008) Divulgação e cultura científica. **Revista ComCiência: Revista eletrônica de jornalismo científico**. Campinas/Unicamp/Labjor/SBPC, 10 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edição=37&id=436>>. Acesso em: 02 dez. de 2015.

Site analisado

UNESCO: www.unesco.org

Bibliografia complementar e indicações feitas no decorrer da tese

BOLTER, J. D. 1991. *Writing Space. The Computer, Hypertext, and the Hystory of Writing*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates

BOURDIEU, Pierre. (1985) **Distinction, A Social Critique of the Judgement of Taste**. Cambridge, Mass, Harvard University Press.

BOYER. **Sign to Symbol, Symbol as Sign: Cognitive Aspects of a Social Process**. Cambridge University Press, 1993

BURBULES, Nicholas C. e CALLISTER, Thomas A. Jr. (2000) *Hypertext: Knowledge at the crossroads*. In *Watch It: The Risks and Promises of Information Technologies for Education*. Boulder, Colorado: Westview Press

BUSH, V. As we may think. *Atlantic Monthly*, v.176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/> . Acesso em: 13/07/2015.

CASSIRER, Ernst.(1945) **Antropología filosófica**. México: FCE, 1945

CRYSTAL, David (2011). *Internet Linguistics*, Abingdon, Routledge, 2011

FOCAULT. Michel. *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard, 1969

GUIMARÃES, E. (1995). Texto e Enunciação. *Organon*, 23:63-68.Porto Alegre:Instituto de Letras/UFRGS.

GUIMARÃES, E. (2002) Textualidade e Enunciação. In: **Revista Escritos**. n.2. Labeurb/Nudecri:2002.

HARTSHORNE,R. (1939). *The Nature of Geography*. Lancaster, Associatione of American Geographers. (Corrêa, 2003)

HARVEY, D. (1973) *The Geography of Capitalist Accumulation: A Reconstruction of the Marxian Theory*. Antípode, Worcester. (cf. Corrêa, 2003)

HUTCHINS, Edwin (1995) . **Cognition in the Wild**, Cambridge, Mass MIT Press, 1995

JAKOBSON. **Essais de Linguistique Générale**, Paris, Ed de Minuit, 1963

KROEBER, Alfred. (1963) – **Antropology: Culture Patterns and Processes**.Nueva York, Harbinger Books , 1963

LANDOW, George P. *Hypertext 2.0: The convergence of contemporary critical theory and technology*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1997

LEFÉBVRE, H. (1976) *Espacio y Política*. Barcelona, Ediciones Península . (cf. Corrêa, 2003)

LEMKE (2002). *Travels in Hypermodality*. Visual Communication, London, v. 1, n. 3, p. 299-325, 2002

OLIVEIRA, Sheila (2006) **Cidadania**: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes Editores; RG Editores, 2006.

ORLANDI, E. (1999). *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 5ªed, 2003

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1984) “Segmentar ou recortar?” **Linguística: questões e controvérsias**. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (2001) **História das Ideias Linguística: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, Eni.(1990) *Terra à vista*. São Paulo, Cortez/Editora da Unicamp.

SCHREIBER, S.M. *Argumentação e Movimentos de línguas. Espaço de Enunciação em São Carlos, Fronteira Brasil/Uruguaí, Argentina*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009

STAHLHAUER, André Stefferson. (2014) **A representação das línguas no ciberespaço: um funcionamento enunciativo na contemporaneidade**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal de São Carlos, 2014. *no prelo*

STAROBINSK, J. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Cia das Letras, 2001

STURZA, e. *Línguas de Fronteira e Políticas de Língua. Uma História das Ideias Linguísticas*. Campinas, 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas

TURNER, V. **La selva de los símbolos**. Madrid: S. XXI. 1980

ANEXOS


Primeira página em inglês– Acesso em 07/03/2013

Français - Español - Русский - العربية - 中文

Google Custom Search


UNESCO Education Natural Sciences Social and Human Sciences Culture Communication and Information Media Services

About us Themes Worldwide Communities Events Join us Resources

 **UNESCO**
United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Building Peace in the minds of men and women

Preview UNESCO's new website here



Towards knowledge societies

HIGHLIGHTS

- "Bioethical issues go beyond health research" Interview with D. Simeon, Director of the Caribbean Health Research Council
- Mobile learning: "We cannot continue to live in the pre-digital era"
- Istanbul to host the main event for International Jazz Day 2013

07.03.13
UNESCO supports "Balkan Screenings" during International Sofia Film Festival

07.03.13
UNESCO supports Moroccan Parliament and Civil Society for the adoption of the new freedom of information law

07.03.13
Lesotho Journalists Association set to mark the International Women's Day

07.03.13
The Director-General visits Université Laval in Quebec

07.03.13
Director-General condemns murder of Brazilian radio journalist Mafaldo Bezerra Goes

07.03.13
Director-General condemns murder of Pakistani journalists Mehmood Jan Afridi and Malik Mumtaz, in separate incidents

07.03.13
New York: Irina Bokova participates in the Special Thematic Session on Water and Disasters

06.03.13
Address by Michael D. Higgins, President of Ireland, at UNESCO Headquarters in Paris on 19 February 2013

[All news](#)

International Women's Day
Time for Action to End Violence Against Women -- 8 March

All | Major | Cultural | in Paris

- Journeys to School
New York, United States of America, 26 February - 26 April 2013
- Mind the Gap – Gender and Education
Online, 1-15 March 2013
- UNESCO Future Forum "Imagining Africa's Future: Beyond Models of Catch-up and Convergence"
UNESCO Paris, France, 11 March 2013
- 22nd Session of the IOC Committee on International Oceanographic Data and Information Exchange (IODE)
Ensenada, Mexico, 11-15 March 2013
- International Advisory Committee for Biosphere Reserves - 19th Meeting
UNESCO Paris, France, 11-13 March 2013
- Towards a better governance of science, technology and innovation - Training workshop
Dakar, Senegal, 12-14 March 2013


Save Mali's Heritage Now

RENEWING UNESCO [more](#)

Iraq contributes US\$1 Million to UNESCO's Multi-Donor Emergency Fund

Transparency and Accountability: UNESCO's Comments on the AusAid Multilateral Scorecard 2012

Facts and figures on UNESCO's reform

 UNESCO Director-General Statement on US funding cut

An Appeal for UNESCO - DONATE

Primeira página em francês– Acesso em 07/03/2013

English · Español · Русский · العربية · 中文

Google™ Recherche personnelle ok

UNESCO Education Sciences naturelles Sciences sociales et humaines Culture Communication et information Service de presse

Qui sommes-nous ? Thèmes Dans le monde Communautés Événements Nous rejoindre Ressources

 **UNESCO**
Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture

Construire la paix dans l'esprit des hommes et des femmes

Nouveau site web de l'UNESCO en aperçu ici



De la société de l'information aux sociétés du savoir

ACTUALITÉS

07.03.13
La Directrice-générale en visite à l'Université Laval du Québec

07.03.13
La Directrice générale condamne le meurtre du journaliste de radio brésilien Mafaldo Bezerra Goes

07.03.13
La Directrice générale condamne les meurtres des journalistes pakistanais Mehmood Jan Afridi et Malik Mumtaz

05.03.13
New York : Irina Bokova participe au Forum conjoint de directeurs exécutifs intitulé « Mettre fin à la violence contre les femmes et les filles »

05.03.13
La Directrice générale demande une enquête sur le meurtre du photographe de presse péruvien Luis Choy Yin

05.03.13
New York : la Directrice générale participe à la 57e session de la Commission de la condition de la femme

05.03.13
New York : Inauguration de l'exposition « Les chemins de l'école »

04.03.13
Les femmes, les catastrophes liées à l'eau et l'éducation au premier plan de la visite de la Directrice générale à New York

Toutes les actualités

ÉVÉNEMENTS

 **Journée internationale de la femme**
Il est temps d'agir pour mettre fin à la violence contre les femmes - 8 mars

Tous | Principaux | Culturels | à Paris

► Les chemins de l'école
New York, États-Unis d'Amérique, 26 février - 26 avril 2013

► Évitez les écueils – Genre et éducation
En ligne, 1-15 mars 2013

► Forum UNESCO du Futur : « Imaginer le futur de l'Afrique : au-delà des modèles de rattrapage et de convergence »
UNESCO Paris, France, 11 mars 2013

► 22e session du Comité d'Echange international des données et de l'information océanographiques (IODE)
Ensenada, Mexique, 11-15 mars 2013

► Comité consultatif international pour les réserves de biosphère - 19e réunion
UNESCO Paris, France, 11-13 mars 2013

► Pour une meilleure gouvernance de la Science, de la Technologie et de l'Innovation – Atelier de formation
Dakar, Sénégal, 12-14 mars 2013

EN RELIEF

 Apprentissage mobile : « Nous ne pouvons pas continuer à vivre dans une ère pré-numérique »

 Coup d'envoi à Istanbul de la deuxième Journée internationale du jazz

 Nouveau ! Premier cours de formation en ligne sur l'éducation au changement climatique à l'intention des enseignants

 Prix UNESCO/Jikji Mémoire du monde : appel à candidatures
Date limite : 28 février 2013

Sauvons le patrimoine du Mali !

FINANCEMENT ET RÉFORME

25.02.13
L'Iraq verse une contribution de 1 million de dollars au Fonds d'urgence multidonateurs

19.02.13
Transparence et responsabilités : commentaires de l'UNESCO sur la fiche d'évaluation multilatérale 2012 d'Australian Aid

14.02.13
Réforme de l'UNESCO : Quelques faits et chiffres

 Déclaration de la Directrice générale de l'UNESCO sur la suspension de la contribution des États-Unis

Toutes les actualités

Primeira página em espanhol– Acceso em 07/03/2013

English - Français - Русский - العربية - 中文

Google™ Búsqueda personalizada

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas Cultura Comunicación e Información Servicio de Prensa

Sobre la UNESCO Temas En el mundo Comunidades Agenda Oportunidades Recursos


Construir la paz en la mente de los hombres y de las mujeres


De camino a la escuela

DESTACADOS

Becas para las mujeres en la ciencia
L'Oréal-UNESCO-Academia Mexicana de Ciencias: convocatoria abierta hasta el 22 de abril

"Las cuestiones de bioética van más allá de la investigación en salud"
Entrevista con D. Simeon, el Director de la Caribbean Health Research Council

Aprendizaje mediante dispositivos móviles: "No podemos seguir viviendo en la era predigital"

NOTICIAS

07.03.13
Tributo a la mujer en la música uruguaya

07.03.13
La Directora General de visita en la Universidad Laval de Quebec

07.03.13
La Directora General condena el asesinato del periodista radial brasileño Mafaldo Bezerra Goes

06.03.13
UNESCO celebra Día Internacional de la Mujer

05.03.13
UNESCO La Habana celebra Día internacional de la Mujer

05.03.13
Nueva York: Irina Bokova participa en el Foro conjunto de Directores Ejecutivos titulado "Acabar con la violencia contra las mujeres y las niñas"

05.03.13
UNESCO lanza publicación que analiza relaciones entre igualdad de género, educación y VIH

06.03.13
¡Informemos a todos acerca de la Carta Africana de la Juventud!

[Más noticias](#)

Hacia las sociedades del conocimiento para la paz y el desarrollo sostenible
Reunión de evaluación de la CMSI+ 10
25 - 27 febrero

Salvemos el Patrimonio de Malí

FINANCIACIÓN Y REFORMA

25.02.13
El Iraq aporta un millón de dólares al Fondo de emergencia de donantes múltiples de la UNESCO

30.01.13
Finlandia aporta una contribución de 2,3 millones de euros a la UNESCO para la libertad de expresión en los Estados árabes

23.11.12
Finlandia aporta una contribución de 2,5 millones de euros a la UNESCO para la Educación para Todos y el desarrollo de la comunicación

31.10.12
Mauricio aporta 20.000 dólares al Fondo de emergencia de la UNESCO

Declaración de la Directora General de la UNESCO sobre la suspensión de fondos por parte de Estados Unidos

[Más noticias](#)

Entrevista con Tania Libertad

0:00 / 1:44

PUBLICACIONES

 **Atlas mundial de la igualdad de género en la educación**

 **ATLAS MUNDIAL**

VÉASE TAMBIÉN

Seção Cultura

Acesso realizado em 08 de março de 2013

<http://www.unesco.org/new/es/culture/>

English · Français · Русский · العربية · 中文

Google[™] Búsqueda personalizada

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas **Cultura** Comunicación e Información Servicio de Prensa

Sobre la Cultura Temas La cultura en el mundo Comunidades Eventos Recursos

UNESCO
Organización
de las Naciones Unidas
para la Educación,
la Ciencia y la Cultura

CULTURA

Patrimonio sirio: estrategia de lucha contra el tráfico ilícito de bienes culturales

VIDEO
La UNESCO ayudará a Mali a restaurar y reconstruir

CONVENCIONES

Protección y promoción de la diversidad de las expresiones culturales
Texto de la Convención - 2005

Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial
Texto de la Convención - 2003 **2003 Convention**

Protección del Patrimonio Cultural Subacuático
Texto de la Convención - 2001

Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural
Texto de la Convención - 1972

Lucha contra el tráfico ilícito de bienes culturales - 1970
Texto de la Convención - 1970

Protección de los Bienes Culturales en caso de Conflicto Armado
Texto de la Convención - 1954

NOTICIAS

05.03.13
UNESCO La Habana celebra Día internacional de la Mujer

05.03.13
Nueva York: Irina Bokova participa en el Foro conjunto de Directores Ejecutivos titulado "Acabar con la violencia contra las mujeres y las niñas"

05.03.13
Nueva York: la Directora General participa en el 57º período de sesiones de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer

Más noticias

A VER

A VER

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

MDG F FONDO PARA EL LOGRO DE LOS ODM

Ver todos los eventos

ACABA DE SALIR

Les aspects culturels dans les religions chrétienne et musulmane

El patrimonio cultural subacuático: Un legado para la humanidad
Excelencias N° 99

La mujer a la conquista de más espacios de libertad
El Correo de la UNESCO, Abril-Junio de 2011

DESTACADOS

Historia General de África (en inglés)
Volúmenes En Línea y Uso Educativo

Gran Atlas del Patrimonio Mundial

English - Français - Русский - العربية - 中文

Google™ Búsqueda personalizada

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas **Cultura** Comunicación e Información Servicio de Prensa

Sobre la Cultura Temas La cultura en el mundo Comunidades Eventos Recursos

CULTURA

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Principales temas

- Cultura y desarrollo
- Patrimonio Mundial
- Patrimonio Inmaterial
- Conflicto armado y patrimonio
- Tráfico ilícito y restitución
- Patrimonio Cultural Subacuático
- Patrimonio mueble y museos
- Lenguas en peligro
- Creatividad
- Diálogo
- Acción normativa
- Situaciones de emergencia

NOTICIAS

05.03.13
UNESCO La Habana celebra Día internacional de la Mujer

05.03.13
Nueva York: Irina Bokova participa en el Foro conjunto de Directores Ejecutivos titulado "Acabar con la violencia contra las mujeres y las niñas"

05.03.13
Nueva York: la Directora General participa en el 57º periodo de sesiones de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer

Más noticias

A VER

Patrimonio sirio: estrategia de lucha contra el tráfico ilícito de bienes culturales

<http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/endangered-languages/>

English - Français - Русский - 中文

Google™ Búsqueda personalizada

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas **Cultura** Comunicación e Información Servicio de Prensa

Sobre la Cultura Temas La cultura en el mundo Comunidades Eventos Recursos

Lenguas en peligro

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

UNESCO » Cultura » Temas » Lenguas en peligro

Lenguas en peligro

Atlas de las lenguas en peligro

Vitalidad de lenguas

Diversidad lingüística en los textos normativos de la UNESCO

Biodiversidad y diversidad lingüística

Reuniones de expertos

Proyectos

Preguntas frecuentes sobre lenguas en peligro

Lenguas en peligro

Se estima que, si nada se hace, la mitad de los 6.000 idiomas hablados actualmente desaparecerá a finales de este siglo. Con la desaparición de las lenguas no escritas y no documentadas, la humanidad no sólo perdería una gran riqueza cultural, sino también conocimientos ancestrales contenidos, en particular, en las lenguas indígenas.

Sin embargo, este proceso no es ni inevitable ni irreversible: políticas lingüísticas bien planificadas e implementadas pueden reforzar los esfuerzos actuales de las comunidades de hablantes de mantener o revitalizar sus lenguas maternas y transmitirlos a las generaciones más jóvenes.

El objetivo del Programa de lenguas en peligro de la UNESCO es apoyar a las comunidades, los expertos y los gobiernos mediante la producción, coordinación y difusión de:

- herramientas para la vigilancia, promoción y evaluación de la situación y tendencias de la diversidad lingüística;
- servicios como asesoramiento, conocimientos técnicos y la capacitación, buenas prácticas y una plataforma diálogo y transferencia de habilidades.

La actividad más representativa de la UNESCO en el la salvaguardia de las lenguas en peligro es el Atlas de las lenguas del mundo en peligro.

[Principio de la página](#)

DESTACADOS

- Jornada de estudios "Derechos lingüísticos, traducción e implicación en asuntos indígenas (Guyana y otros lugares de América)", 9 de mayo de 2012, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 ([enlace](#))
- La lengua jasi ya no está en peligro ([noticia](#))
- Taller sobre lenguas en peligro "Charting vanishing voices: a collaborative workshop to map endangered oral cultures". 29-30 de Junio de 2012, Cambridge, Reino Unido ([enlace](#))
- Cuarta escuela de verano internacional "Lenguas en peligro: de la documentación a la revitalización". Del 01 al 13 de julio, Lyon, Francia ([enlace](#))
- Conferencia "Lenguas en peligro: metodologías y nuevos desafíos", Cambridge, 6 de julio de 2012 ([enlace](#))

VIDEO

¡Los idiomas sí que cuentan!

Luchemos por mantener vivos a estos idiomas.

<http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/endangered-languages/atlas-of-languages-in-danger/>

English - Français - Русский - 中文
Google Búsqueda personalizada ok

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas Cultura Comunicación e Información Servicio de Prensa

Sobre la Cultura Temas La cultura en el mundo Comunidades Eventos Recursos



Lenguas en peligro

UNESCO » Cultura » Temas » Lenguas en peligro » Atlas de las lenguas en peligro

A+ A-

Lenguas en peligro

Atlas de las lenguas en peligro

- Atlas Interactivo
- Ediciones anteriores (1996, 2001)
- Editores y contribuidores
- Cartografía de lenguas
- Enviar comentarios
- Funciones de búsqueda
- Condiciones de utilización

Vitalidad de lenguas

Diversidad lingüística en los textos normativos de la UNESCO

Biodiversidad y diversidad lingüística

Reuniones de expertos

Proyectos

Preguntas frecuentes sobre lenguas en peligro

Atlas UNESCO de las lenguas del mundo en peligro

El *Atlas UNESCO de las lenguas del mundo en peligro* tiene por finalidad sensibilizar a los encargados de la elaboración de políticas, las comunidades de hablantes y el público en general, al problema de las lenguas en peligro de desaparición y a la necesidad de salvaguardar la diversidad lingüística del mundo. También pretende ser un instrumento para efectuar el seguimiento de las lenguas amenazadas y de las tendencias que se observan en la diversidad lingüística a nivel mundial.



© UNESCO
La última edición del Atlas (2010, disponible en Inglés, francés y español)

La última edición del Atlas (2010, disponible en inglés, francés y español de Ediciones UNESCO), fue realizada gracias al apoyo del Gobierno de Noruega. En esta edición figura una lista de 2.500 lenguas (dentro de las cuales 230 extintas desde el decenio de 1950). Estas cifras se acercan a la estimación comúnmente admitida, que gira en torno a unas 3.000 lenguas amenazadas en el mundo entero. El Atlas señala para cada lengua, el nombre y el grado de peligro de desaparición que corre (véase más abajo), así como el país, o los países, donde se habla.

La edición interactiva suministra información adicional sobre los siguientes aspectos: número de hablantes, políticas y proyectos pertinentes, fuentes, códigos ISO y datos geográficos. Esta edición del Atlas, consultable gratuitamente en Internet, permite por primera vez un amplio acceso a su contenido y facilita la interactividad, así como una actualización oportuna de sus datos sobre la base de informaciones suministradas por los usuarios.

Nivel de vitalidad	Transmisión intergeneracional de la lengua
a salvo	todas las generaciones hablan la lengua y su transmisión de una generación a otra es continua >> not included in the Atlas
vulnerable	la mayoría de los niños hablan la lengua, pero su uso puede estar restringido a determinados ámbitos (el hogar familiar, por ejemplo)
en peligro	los niños ya no la aprenden en sus familias como lengua materna
seriamente en peligro	sólo los abuelos y las personas de las viejas generaciones hablan la lengua. Los miembros de la generación parental, si bien pueden comprenderla, no la hablan entre sí, ni tampoco con sus hijos
en situación crítica	los únicos hablantes son los abuelos y las personas de las viejas generaciones, pero sólo usan la lengua parcialmente y con escasa frecuencia
extinta	no quedan hablantes >> el Atlas contiene las referencias de las lenguas extintas desde los años 1950

La edición interactiva en línea del Atlas UNESCO de las lenguas del mundo en peligro es complementaria a la edición impresa y debe ser citada de la siguiente manera:

- Moseley, Christopher (ed.), 2010. Atlas de las lenguas del mundo en peligro, 3ra edición. París, Ediciones UNESCO. Versión en línea: <http://www.unesco.org/culture/languages-atlas/es/atlasmap.html>

▲ Principio de la página

DESTACADOS

- Jornada de estudios "Derechos lingüísticos, traducción e implicación en asuntos indígenas (Guyana y otros lugares de América)", 9 de mayo de 2012. Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 ([enlace](#))
- La lengua jasi ya no está en peligro ([noticia](#))
- Taller sobre lenguas en peligro "Charting vanishing voices: a collaborative workshop to map endangered oral cultures", 29-30 de junio de 2012, Cambridge, Reino Unido ([enlace](#))
- Cuarta escuela de verano internacional "Lenguas en peligro: de la documentación a la revitalización", Del 01 al 13 de julio, Lyon, Francia ([enlace](#))
- Conferencia "Lenguas en peligro: metodologías y nuevos desafíos", Cambridge, 6 de julio de 2012 ([enlace](#))

VÍDEO

¡Los idiomas sí que cuentan!



Luchemos por mantener vivos a estos idiomas.

FOLLETO SOBRE EL ATLAS



© UNESCO

Folleto sobre el proyecto "Atlas de las lenguas del mundo en peligro" de la UNESCO. Descargar en [inglés](#)/[francés](#).

RECURSOS

- Recursos audiovisuales
- Folleto y volante
- Sitios web y recursos en línea
- Bibliografía
- Contactos

<http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/endangered-languages/language-vitality/>

English · Français · Русский · 中文

UNESCO

Educación

Ciencias Naturales

Ciencias Sociales y Humanas

Cultura

Comunicación e Información

Servicio de Prensa

Sobre la Cultura

Temas

La cultura en el mundo

Comunidades

Eventos

Recursos



Organización
de las Naciones Unidas
para la Educación,
la Ciencia y la Cultura

Lenguas en peligro

UNESCO » Cultura » Temas » Lenguas en peligro » Vitalidad de lenguas

Lenguas en peligro

Atlas de las lenguas en peligro

Vitalidad de lenguas

Diversidad lingüística en los textos normativos de la UNESCO

Biodiversidad y diversidad lingüística

Reuniones de expertos

Proyectos

Preguntas frecuentes sobre lenguas en peligro

Una metodología para evaluar el grado de vitalidad y peligro de desaparición que corre una lengua

En 2002 y 2003, la UNESCO encomendó a un grupo internacional de lingüistas que elaborara un marco para determinar el grado de vitalidad de una lengua, con el fin de contribuir a la formulación de políticas, la definición de las necesidades y las medidas de salvaguardia adecuadas. Este Grupo especial de expertos en lenguas en peligro de desaparición elaboró un documento conceptual titulado "Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas", en el que se fijaban los siguientes **nueve criterios**:

No hay un factor que por sí solo baste para evaluar la situación de la lengua de una comunidad. Pero estos nueve factores, conjugados, pueden determinar la viabilidad de una lengua, su función en la sociedad y el tipo de medidas necesarias para su conservación o revitalización. **Para más detalles, ver el documento completo:** (Inglés|Francés|Español|Árabe|Chino).



©UNESCO
Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas.

Ejemplo de la aplicación de esta metodología

El Informe del Estudio de las lenguas indígenas nacionales 2005, elaborado por el Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies a petición del Gobierno de Australia, ofrece un análisis de la situación de las lenguas indígenas australianas para el cual se utilizaron los nueve factores que el Grupo de la UNESCO individualizó para evaluar la vitalidad de una lengua. Entre sus resultados más importantes, el informe afirmaba que solamente 145 de las más de 250 lenguas indígenas conocidas en Australia seguían hablándose realmente. Y de éstas, unas 110 han sido catalogadas de gravemente amenazadas o en estado crítico. Sólo 18 lenguas indígenas se consideran "fuertes", según un factor tan importante como la transmisión de una generación a otra.

▲ Principio de la página

DESTACADOS

- Jornada de estudios "Derechos lingüísticos, traducción e implicación en asuntos indígenas (Guyana y otros lugares de América)". 9 de mayo de 2012, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 ([enlace](#))
- La lengua jasi ya no está en peligro ([noticia](#))
- Taller sobre lenguas en peligro "Charting vanishing voices: a collaborative workshop to map endangered oral cultures". 29-30 de Junio de 2012, Cambridge, Reino Unido ([enlace](#))
- Cuarta escuela de verano internacional "Lenguas en peligro: de la documentación a la revitalización". Del 01 al 13 de julio, Lyon, Francia ([enlace](#))
- Conferencia "Lenguas en peligro: metodologías y nuevos desafíos", Cambridge, 6 de julio de 2012 ([enlace](#))

VÍDEO

¡Los idiomas sí que cuentan!



Luchemos por mantener vivos a estos idiomas.

FOLLETO SOBRE EL ATLAS



© UNESCO

Folleto sobre el proyecto "Atlas de las lenguas del mundo en peligro" de la UNESCO. [Descargar en inglés|francés.](#)

RECURSOS

- Recursos audiovisuales
- Folleto y volante
- Sitios web y recursos en línea
- Bibliografía
- Contactos

<http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/endangered-languages/linguistic-diversity-in-unesco-normative-texts/>

English · Français · Русский · 中文

Google® Búsqueda personalizada

UNESCO | Educación | Ciencias Naturales | Ciencias Sociales y Humanas | **Cultura** | Comunicación e Información | Servicio de Prensa

Sobre la Cultura | **Temas** | La cultura en el mundo | Comunidades | Eventos | Recursos

 **Lenguas en peligro**

UNESCO » Cultura » Temas » Lenguas en peligro » Diversidad lingüística en los textos normativos de la UNESCO

Lenguas en peligro

Atlas de las lenguas en peligro

Vitalidad de lenguas

Diversidad lingüística en los textos normativos de la UNESCO

Biodiversidad y diversidad lingüística

Reuniones de expertos

Proyectos

Preguntas frecuentes sobre lenguas en peligro

La diversidad lingüística en una selección de textos normativos de la UNESCO

- Declaración universal de la UNESCO de 2001 sobre la diversidad cultural

El primero de estos tres textos, adoptado por la Conferencia General de los Estados Miembros de la UNESCO en 2001, establece el marco de trabajo para la participación de la comunidad internacional en defensa de la diversidad lingüística. Su plan de acción apela a los Estados Miembros de tomar medidas apropiadas para:

- salvaguardar el patrimonio lingüístico de la humanidad y apoyar la expresión, la creación y la difusión en el mayor número posible de lenguas;
- fomentar la diversidad lingüística —respetando la lengua materna— en todos los niveles de la educación, dondequiera que sea posible, y estimular el aprendizaje del plurilingüismo desde la más temprana edad.
- promover la diversidad lingüística en el espacio numérico y fomentar el acceso gratuito y universal, a través de las redes mundiales, a todas las informaciones que pertenecen al dominio público.

- Convención de 2003 para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial

La Convención de 2003 reconoce el rol vital de la lengua en la expresión y transmisión del patrimonio vivo. Todos los aspectos del patrimonio cultural inmaterial —de los conocimientos relacionados a la naturaleza y el universo a los rituales, de las artes del espectáculo a las técnicas artesanales tradicionales— dependen de la lengua para su práctica diaria y transmisión intergeneracional. En el caso de las tradiciones y expresiones orales, la lengua no es solamente el vehículo del patrimonio inmaterial, sino constituye su esencia misma.

- Convención de 2005 sobre la protección y promoción de la diversidad de las expresiones culturales

La Convención de 2005 afirma en su preámbulo que la diversidad lingüística es un elemento fundamental de la diversidad cultural. Al discutir las medidas destinadas a proteger y promover la diversidad de las expresiones culturales que los países firmantes se comprometen a emprender, la Convención sugiere adoptar medidas relativas a la lengua utilizada en actividades, bienes y servicios culturales (Artículo 6.B).

▲ Principio de la página

DESTACADOS

- Jornada de estudios "Derechos lingüísticos, traducción e implicación en asuntos indígenas (Guyana y otros lugares de América)". 9 de mayo de 2012, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 ([enlace](#))
- La lengua jasi ya no está en peligro ([noticia](#))
- Taller sobre lenguas en peligro "Charting vanishing voices: a collaborative workshop to map endangered oral cultures". 29-30 de Junio de 2012, Cambridge, UK ([enlace](#))
- Cuarta escuela de verano internacional "Lenguas en peligro: de la documentación a la revitalización". Del 01 al 13 de julio, Lyon, Francia ([enlace](#))
- Conferencia "Lenguas en peligro: metodologías y nuevos desafíos", Cambridge, 6 de julio de 2012 ([enlace](#))

VÍDEO

¡Los idiomas sí que cuentan!

Luchemos por mantener vivos a estos idiomas.

FOLLETO SOBRE EL ATLAS

<http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/endangered-languages/biodiversity-and-linguistic-diversity/>

English - Français - Русский - 中文
Google™ Búsqueda personaliz
ok

UNESCO | Educación | Ciencias Naturales | Ciencias Sociales y Humanas | **Cultura** | Comunicación e Información | Servicio de Prensa

Sobre la Cultura | Temas | La cultura en el mundo | Comunidades | Eventos | Recursos



Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Lenguas en peligro

UNESCO » Cultura » Temas » Lenguas en peligro » Biodiversidad y diversidad lingüística

A- A+

Lenguas en peligro

Atlas de las lenguas en peligro

Vitalidad de lenguas

Diversidad lingüística en los textos normativos de la UNESCO

Biodiversidad y diversidad lingüística

Reuniones de expertos

Proyectos

Preguntas frecuentes sobre lenguas en peligro

Biodiversidad y diversidad lingüística

Conservando las lenguas indígenas, protegiendo la biodiversidad

Si bien ha sido ampliamente reconocido que la degradación del medio ambiente natural, y en particular, de los hábitats tradicionales, implica la pérdida de la diversidad cultural y lingüística, nuevos estudios sugieren que la desaparición de las lenguas, tiene a su vez un impacto negativo sobre la conservación de la biodiversidad.

Existe un vínculo fundamental entre la lengua y el conocimiento tradicional (C.T.) relacionado con la biodiversidad. Las comunidades locales e indígenas han elaborado sistemas complejos de clasificación para el mundo natural, reflejando un profundo conocimiento de su entorno local. Este conocimiento del medio ambiente está contenido en los nombres indígenas, tradiciones orales y taxonomías, y puede desaparecer cuando una comunidad cambia a otro idioma.



©Discovery
Pescador tradicional en Guatemala.

Los etnobotanistas y etnobiólogos reconocen la importancia de los nombres indígenas, de las taxonomías provenientes del folclore y de las tradiciones orales como determinantes para el éxito de iniciativas relacionadas con la recuperación de especies en peligro y las actividades de restauración ecológica.

Por ejemplo, un estudio llevado a cabo en la tribu Amuesha del Alto Amazonas Peruano, cuya lengua se encuentra seriamente en peligro, concluyó que la pérdida de locutores y de guardianes del conocimiento entre los Amuesha tiene un impacto directo y negativo sobre la diversidad de los cultivos.

Otro estudio sobre los dichos ancestrales del pueblo Maorí reveló información nueva y pertinente sobre crecimiento de plantas, suelos y nutrientes, nichos ecológicos y comunidades ecológicas, así como procesos paisajísticos.

Estos y muchos otros estudios de caso serán presentados próximamente en un documento de trabajo de la UNESCO titulado "Las lenguas indígenas como herramientas para comprender y preservar la biodiversidad".

Dichos estudios demuestran que los esfuerzos para preservar la biodiversidad pueden beneficiarse en gran medida de la participación de comunidades locales por un lado, y de antropólogos y lingüistas por otro lado. Los primeros pueden compartir su inestimable conocimiento ecológico tradicional, mientras que los segundos pueden servir como puentes entre los C.T. y la ecociencia. La UNESCO considera que la salvaguardia de los C.T. y las lenguas indígenas utilizadas para transmitir tal conocimiento, constituyen herramientas actualmente poco utilizadas pero prometedoras para la conservación y la gestión sostenible de la biodiversidad.

▲ Principio de la página

DESTACADOS

- Jornada de estudios "Derechos lingüísticos, traducción e implicación en asuntos indígenas (Guyana y otros lugares de América)". 9 de mayo de 2012, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 ([enlace](#))
- La lengua jasi ya no está en peligro ([noticia](#))
- Taller sobre lenguas en peligro "Charting vanishing voices: a collaborative workshop to map endangered oral cultures". 29-30 de Junio de 2012, Cambridge, Reino Unido ([enlace](#))
- Cuarta escuela de verano internacional "Lenguas en peligro: de la documentación a la revitalización". Del 01 al 13 de julio, Lyon, Francia ([enlace](#))
- Conferencia "Lenguas en peligro: metodologías y nuevos desafíos", Cambridge, 6 de julio de 2012 ([enlace](#))

VÍDEO

¡Los idiomas sí que cuentan!



Luchemos por mantener vivos a estos idiomas.

FOLLETO SOBRE EL ATLAS



© UNESCO

Folleto sobre el proyecto "Atlas de las lenguas del mundo en peligro" de la UNESCO. [Descargar en inglés](#)/[francés](#).

RECURSOS

- Recursos audiovisuales
- Folleto y volante
- Sitios web y recursos en línea
- Bibliografía
- Contactos

<http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/endangered-languages/expert-meetings/>

English - Français - Русский - 中文

Google™ Búsqueda personalizada

UNESCO | Educación | Ciencias Naturales | Ciencias Sociales y Humanas | **Cultura** | Comunicación e Información | Servicio de Prensa

Sobre la Cultura | **Temas** | La cultura en el mundo | Comunidades | Eventos | Recursos

 Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Lenguas en peligro

UNESCO » Cultura » Temas » Lenguas en peligro » Reuniones de expertos

Lenguas en peligro

- Atlas de las lenguas en peligro
- Vitalidad de lenguas
- Diversidad lingüística en los textos normativos de la UNESCO
- Biodiversidad y diversidad lingüística
- Reuniones de expertos**
- Proyectos
- Preguntas frecuentes sobre lenguas en peligro

Reuniones de expertos

30.11.07
Expert Meeting on Current Trends in Linguistic Mapping in preparation of the 3rd edition of the Atlas

10.02.07
Identifying Good Practices in Safeguarding Endangered Languages in Africa

01.06.05
Capacity-building in safeguarding African languages

01.01.05
Safeguarding endangered languages of indigenous peoples of Siberia

12.03.03
Expert meeting on Safeguarding Endangered Languages

[▲ Principio de la página](#)

DESTACADOS

- Jornada de estudios "Derechos lingüísticos, traducción e implicación en asuntos indígenas (Guyana y otros lugares de América)": 9 de mayo de 2012, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 ([enlace](#))
- La lengua jasi ya no está en peligro ([noticia](#))
- Taller sobre lenguas en peligro "Charting vanishing voices: a collaborative workshop to map endangered oral cultures". 29-30 de Junio de 2012, Cambridge, Reino Unido ([enlace](#))
- Cuarta escuela de verano internacional "Lenguas en peligro: de la documentación a la revitalización". Del 01 al 13 de julio, Lyon, Francia ([enlace](#))
- Conferencia "Lenguas en peligro: metodologías y nuevos desafíos", Cambridge, 6 de julio de 2012 ([enlace](#))

<http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/endangered-languages/projects/>

English - Français - Русский - 中文

Google™ Búsqueda personalizada

UNESCO | Educación | Ciencias Naturales | Ciencias Sociales y Humanas | **Cultura** | Comunicación e Información | Servicio de Prensa

Sobre la Cultura | **Temas** | La cultura en el mundo | Comunidades | Eventos | Recursos

 Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Lenguas en peligro

UNESCO » Cultura » Temas » Lenguas en peligro » Proyectos

Lenguas en peligro

- Atlas de las lenguas en peligro
- Vitalidad de lenguas
- Diversidad lingüística en los textos normativos de la UNESCO
- Biodiversidad y diversidad lingüística
- Reuniones de expertos UNESCO
- Biodiversidad y diversidad lingüística
- Reuniones de expertos
- Proyectos**
- Preguntas frecuentes sobre lenguas en peligro

Proyectos

01.07.07
Safeguarding and Revitalizing Sillanka in Burkina Faso

01.01.06
Reviving Nju in the #Khomani Community of Namibia

01.01.05
From spoken to written languages in Cameroon

01.01.04
Learning from innovative language policies in Latin American countries

01.01.04
Contribution to the publication of the 2004 issue of the directory Oralidad

01.01.02
Documentation and revitalization of endangered languages in the Upper Mekong region

01.01.04
Contribution to the publication of the 2004 issue of the directory Oralidad

01.01.02
Documentation and revitalization of endangered languages in the Upper Mekong region

[▲ Principio de la página](#)

DESTACADOS

- Jornada de estudios "Derechos lingüísticos, traducción e implicación en asuntos indígenas (Guyana y otros lugares de América)": 9 de mayo de 2012, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 ([enlace](#))
- La lengua jasi ya no está en peligro ([noticia](#))
- Taller sobre lenguas en peligro "Charting vanishing voices: a collaborative workshop to map endangered oral cultures". 29-30 de Junio de 2012, Cambridge, Reino Unido ([enlace](#))
- Cuarta escuela de verano internacional "Lenguas en peligro: de la documentación a la revitalización". Del 01 al 13 de julio, Lyon, Francia ([enlace](#))
- Taller sobre lenguas en peligro "Charting vanishing voices: a collaborative workshop to map endangered oral cultures". 29-30 de Junio de 2012, Cambridge, Reino Unido ([enlace](#))
- Cuarta escuela de verano internacional "Lenguas en peligro: de la documentación a la revitalización". Del 01 al 13 de julio, Lyon, Francia ([enlace](#))
- Conferencia "Lenguas en peligro: metodologías y nuevos desafíos", Cambridge, 6 de julio de 2012 ([enlace](#))

<http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/endangered-languages/faq-on-endangered-languages/>

English - Français - Русский - 中文

Google™ Búsqueda personaliz ok

UNESCO | Educación | Ciencias Naturales | Ciencias Sociales y Humanas | **Cultura** | Comunicación e Información | Servicio de Prensa

Sobre la Cultura | **Temas** | La cultura en el mundo | Comunidades | Eventos | Recursos

 **Lenguas en peligro**

UNESCO » Cultura » Temas » Lenguas en peligro » Preguntas frecuentes sobre lenguas en peligro

Lenguas en peligro

Atlas de las lenguas en peligro

Vitalidad de lenguas

Diversidad lingüística en los textos normativos de la UNESCO

Biodiversidad y diversidad lingüística

Reuniones de expertos

Proyectos

Preguntas frecuentes sobre lenguas en peligro

Preguntas frecuentes sobre Lenguas en Peligro de Extinción

Mostrar / Ocultar

- ☐ ¿Por qué peligran y desaparecen las lenguas?
- ☐ ¿Cómo determinar si una lengua está en peligro de desaparición?
- ☐ ¿Por qué debemos preservar las lenguas?
- ☐ ¿Surgen nuevas lenguas en nuestros días?
- ☐ ¿En qué regiones del mundo hay más lenguas en peligro de extinción?
- ☐ ¿Cuántas lenguas han desaparecido?
- ☐ ¿Quiénes son los autores del Atlas UNESCO de las lenguas del mundo en peligro?
- ☐ ¿Qué significa la expresión "lengua extinguida"?
- ☐ ¿Qué podemos hacer para evitar que una lengua desaparezca?
- ☐ ¿Qué hace la UNESCO para proteger las lenguas e impedir su desaparición?

▲ Principio de la página

DESTACADOS

- Jornada de estudios "Derechos lingüísticos, traducción e implicación en asuntos indígenas (Guyana y otros lugares de América)". 9 de mayo de 2012, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 ([enlace](#))
- La lengua jasi ya no está en peligro ([noticia](#))
- Taller sobre lenguas en peligro "Charting vanishing voices: a collaborative workshop to map endangered oral cultures". 29-30 de Junio de 2012, Cambridge, Reino Unido ([enlace](#))
- Cuarta escuela de verano internacional "Lenguas en peligro: de la documentación a la revitalización". Del 01 al 13 de julio, Lyon, Francia ([enlace](#))
- Conferencia "Lenguas en peligro: metodologías y nuevos desafíos", Cambridge, 6 de julio de 2012 ([enlace](#))

VÍDEO

Seção Educação

Acesso realizado em 08 de março de 2013

<http://www.unesco.org/new/es/education/>

English · Français · Русский · العربية · 中文

Google Búsqueda personalizada

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas Cultura Comunicación e Información Servicio de Prensa

Sobre la Educación Temas La educación en el mundo Eventos Redes Asociados


EDUCACIÓN
Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura



¿Por qué hay que enseñar el Holocausto en las escuelas?

DESTACADOS

"La pérdida de la lengua es un problema social, cultural e incluso espiritual"
Entrevista con Viki Haao Cardinali, hablante de Rapa Nui y educadora

Participe en la Consulta mundial de la UNESCO y el UNICEF sobre la educación con posterioridad a 2015

Cuestionario sobre el futuro de la Educación para el Desarrollo Sostenible

VÉASE TAMBIÉN

El nuevo folleto de la UNESCO sobre la educación

La Educación para Todos

Informe de seguimiento de la Educación Para Todos 2012: La adquisición de competencias

NOTICIAS

07.03.13
La Directora General de visita en la Universidad Laval de Quebec

05.03.13
Nueva York: Irina Bokova participa en el Foro conjunto de Directores Ejecutivos titulado "Acabar con la violencia contra las mujeres y las niñas"

05.03.13
Nueva York: la Directora General participa en el 57º período de sesiones de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer

05.03.13
Inauguración de la exposición 'De camino a la escuela' en Nueva York

04.03.13
Las mujeres, los desastres relacionados con el agua y la educación, temas principales de la visita de la Directora General a Nueva York

Más noticias

EVENTOS

>> Todos los eventos (en inglés)

ÚLTIMAS PUBLICACIONES

Directrices para las políticas de aprendizaje móvil

Prepárate, empleáte, forma parte de la generación de cambio

Directrices de la UNESCO para el reconocimiento, validación y acreditación de los resultados del aprendizaje no formal e informal

Explorar el desarrollo sostenible: aplicando múltiples perspectivas

>> Más materiales en línea

RECURSOS EDUCACIÓN

Publicaciones
Librería en línea, documentos, publicaciones, biblioteca y archivo

Evaluación de Informes
Evaluación de Informes en línea

Estadísticas
Datos de 200 países en varios formatos

Instrumentos Normativos
Principales instrumentos internacionales por tema

VIDEO

Entrevista con Jorge Sequeira sobre la Educación

Entrevista con Jorge Sequeira
Director de la REALC/UNESCO Santiago

0:00 / 8:17

UNESCO TV / Archivos de videos

English - Français - Русский - العربية - 中文

Google™ Búsqueda personaliz ok

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas Cultura Comunicación e Información Servicio de Prensa

Sobre la Educación Temas La educación en el mundo Eventos Redes Asociados

EDUCACIÓN

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Elementos indispensables para la educación

- alfabetización
- Educación de adultos
- Formación de docentes
- La Enseñanza y Formación Técnica y Profesional (EFTP)

Creación de sistemas educativos eficaces

- La Primera Infancia
- Enseñanza secundaria
- Educación Superior
- Educación Inclusiva
- Educación sobre el VIH y el SIDA
- Las Lenguas en la Educación Quality Framework

Planificación y gestión de la educación

- Educación pos-conflicto y post-catástrofe
- Política y Planificación

Función rectora en la acción internacional

- Educación para el Desarrollo Sostenible
- Educación para los Derechos Humanos
- Género y Educación

DESTACADOS

"La pérdida de la lengua es un problema social, cultural e incluso espiritual"
Entrevista con Viki Haoa Cardinali, hablante de Rapa Nui y educadora

Participe en la Consulta mundial de la UNESCO y el UNICEF sobre la educación con posterioridad a 2015

Cuestionario sobre el futuro de la Educación para el Desarrollo Sostenible

VÉASE TAMBIÉN

El nuevo folleto de la UNESCO sobre la

<http://www.unesco.org/new/es/education/themes/strengthening-education-systems/languages-in-education/>

English - Français - العربية - 中文

Google™ Búsqueda personaliz ok

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas Cultura Comunicación e Información Servicio de Prensa

Sobre la Educación Temas La educación en el mundo Eventos Redes Asociados

EDUCACIÓN

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

UNESCO » Educación » Las Lenguas en la Educación

Las Lenguas en la Educación

Educación plurilingüe

Las lenguas y la educación inclusiva

Educación de los indígenas

Elaboración de Manuales Escolares

Las Lenguas en la Educación

La UNESCO promueve estrategias educativas bilingües o plurilingües, basadas en el uso de la lengua materna—un importante factor de integración en la enseñanza y la educación de calidad. Las conclusiones de las investigaciones indican que este enfoque tiene repercusiones positivas en el aprendizaje y sus resultados.

La Organización proporciona también marcos normativos para la formulación de políticas lingüísticas y la enseñanza bilingüe y plurilingüe basada en la lengua materna, y facilita el intercambio de prácticas idóneas en este ámbito.

INFORMACIÓN RELACIONADA

- Misión
- Estrategia
- Asociados

El Día Internacional de la Lengua Materna

2013 | 2012 | 2010

RECURSOS

- Publicaciones

<http://www.unesco.org/new/es/education/themes/strengthening-education-systems/languages-in-education/multilingual-education/>

English - Français - العربية - 中文

Google™ Búsqueda personalizada ok

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas Cultura Comunicación e Información Servicio de Prensa

Sobre la Educación Temas La educación en el mundo Eventos Redes Asociados

EDUCACIÓN

UNESCO » Educación » Las Lenguas en la Educación » Educación plurilingüe

Las Lenguas en la Educación

Educación plurilingüe

Las lenguas y la educación inclusiva

Educación de los indígenas

Elaboración de Manuales Escolares

Educación plurilingüe en la lengua materna

La UNESCO lleva a cabo actualmente varias iniciativas para promover la enseñanza en lengua materna y la educación bilingüe o plurilingüe, con el fin de fortalecer la educación de calidad.

 ©UNESCO/Georges Malempre
Un grupo de niños en Indonesia

Enlaces

Advocacy Kit for promoting Multilingual Education: Including the Excluded
El propósito de esta carpeta es sensibilizar acerca de la importancia de la educación plurilingüe basada en la lengua materna, con el fin de alcanzar los objetivos de la EPT. La carpeta, que expone el valor y los beneficios de la enseñanza en lengua materna, está destinada a responsables de la formulación de políticas, docentes en ejercicio y expertos en el tema.

Stratégie de formation des enseignants en enseignement bilingue additif pour les pays du sahel Esta publicación tiene por objeto fomentar el uso de la lengua materna en la enseñanza y la educación bilingüe en los países correspondientes.

[▲ Principio de la página](#)

INFORMACIÓN RELACIONADA

► Misión
► Estrategia
► Asociados

El Día Internacional de la Lengua Materna



2013 | 2012 | 2010

RECURSOS

► Publicaciones
► Directrices

VIDEO

<http://www.unesco.org/new/es/education/themes/strengthening-education-systems/languages-in-education/languages-and-inclusive-education/>

English - Français - العربية - 中文

Google™ Búsqueda personalizada ok

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas Cultura Comunicación e Información Servicio de Prensa

Sobre la Educación Temas La educación en el mundo Eventos Redes Asociados

EDUCACIÓN

UNESCO » Educación » Las Lenguas en la Educación » Las lenguas y la educación inclusiva

Las Lenguas en la Educación

Educación plurilingüe

Las lenguas y la educación inclusiva

Educación de los indígenas

Elaboración de Manuales Escolares

Las lenguas y la educación inclusiva

Hay varias iniciativas en curso que utilizan a los idiomas como medio de fortalecer la calidad del aprendizaje y promover la educación inclusiva.

 ©UNESCO/Michel Ravassard
Taller de Braille, Francia

Entre ellas figura una estrategia para la preparación de manuales escolares de gran calidad, que tengan pertinencia cultural, y de materiales de aprendizaje en las lenguas de la comunidad de usuarios, así como recomendaciones para influir en las políticas y prácticas educativas en el mundo entero.

Enlaces

Advocacy Kit for Promoting Multilingual Education: Including the excluded:
2007 – En algunos países de Asia, los programas de enseñanza bilingüe o plurilingüe, mediante la educación no formal, ayudan a preparar a los alumnos de las minorías étnicas o lingüísticas para el aprendizaje de la lecto-escritura, tanto en el idioma materno como en las lenguas nacionales.

Report of the Experts meeting on "Enhancing learning: from access to success: defining areas of action" 2007

"A comprehensive strategy for textbooks and learning materials document 2005 – Este documento aborda temas referentes a los textos escolares de calidad.

[▲ Principio de la página](#)

INFORMACIÓN RELACIONADA

► Misión
► Estrategia
► Asociados

El Día Internacional de la Lengua Materna



2013 | 2012 | 2010

RECURSOS

► Publicaciones
► Directrices

VIDEO

<http://www.unesco.org/new/es/education/themes/strengthening-education-systems/languages-in-education/indigenous-education/>

English - Français - العربية - 中文
Google™ Búsqueda personalizada ok

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas Cultura Comunicación e Información Servicio de Prensa

Sobre la Educación Temas La educación en el mundo Eventos Redes Asociados


EDUCACIÓN
Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

UNESCO » Educación » Las Lenguas en la Educación » Educación de los indígenas

A- A+

Las Lenguas en la Educación
Educación plurilingüe
Las lenguas y la educación inclusiva
Educación de los indígenas
Elaboración de Manuales Escolares

Educación de los indígenas



© UNESCO/Victor M. Camacho Victoria
Mujeres aprendiendo a escribir en Chiapas, México

La UNESCO proporciona apoyo técnico al Foro Permanente de las Naciones Unidas para las Cuestiones Indígenas; la Organización presentó su trabajo sobre las lenguas y contribuyó a los debates sobre el tema en la reunión del Grupo de Expertos sobre las Lenguas Indígenas, que celebró el Foro.

La cooperación permanente de la UNESCO y la Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos en el Programa de Becas para Indígenas tiene por objeto brindar formación a miembros de las comunidades indígenas en lo tocante a los programas y actividades de la Organización.

Enlaces

Foro Permanente de las Naciones Unidas para las Cuestiones Indígenas
El Foro Permanente de las Naciones Unidas para las Cuestiones Indígenas es un órgano consultivo del Consejo Económico y Social, con un mandato para debatir los asuntos que atañen al desarrollo económico y social, la cultura, el medio ambiente, la educación, la salud y los derechos humanos de las comunidades indígenas..

La Declaración de Derechos de los Pueblos Indígenas
La Declaración de Derechos de los Pueblos Indígenas fue aprobada por la Asamblea General el jueves 13 de septiembre de 2007, por 143 votos a favor, 4 en contra y 11 abstenciones.

The report of the Expert Group Meeting on Indigenous languages
[Informe de la reunión del Grupo de Expertos sobre las Lenguas Indígenas] Este informe presenta una panorámica de los temas que se debatieron en la reunión del Grupo Internacional de Expertos sobre las Lenguas Indígenas.

▲ Principio de la página

INFORMACIÓN RELACIONADA
► Misión
► Estrategia
► Asociados

El Día Internacional de la Lengua Materna

2013 | 2012 | 2010

RECURSOS
► Publicaciones
► Directrices

VIDEO

Elizabeth Salomon (Mestiza) "Lenguas autóctonas" Award from Nicaragua

<http://www.unesco.org/new/es/education/themes/strengthening-education-systems/languages-in-education/textbooks-development/>

English · Français · 中文
Google® Búsqueda personalizada

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas Cultura Comunicación e Información Servicio de Prensa

Sobre la Educación Temas La educación en el mundo Eventos Redes Asociados


EDUCACIÓN
Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

UNESCO » Educación » Las Lenguas en la Educación » Elaboración de Manuales Escolares

A- A+

Las Lenguas en la Educación

Educación plurilingüe

Las lenguas y la educación inclusiva

Educación de los indígenas

Elaboración de Manuales Escolares

- Comisión Germano-Polaca
- Programa para mejorar la calidad (Irak)
- Revisión de programas

Elaboración de Manuales Escolares



UNESCO/Martin Bobic - At the Library

La elaboración de manuales escolares forma parte de la estrategia educativa de la UNESCO, basada en los derechos humanos. La Organización ha participado en la creación de libros de texto desde su fundación en 1946. Los manuales y materiales didácticos bien concebidos transmiten conceptos y competencias que fomentan la paz, los derechos humanos y el desarrollo sostenible.

El acceso a los manuales y otros materiales didácticos elaborados localmente y de gran calidad es particularmente importante para los niños que viven en circunstancias difíciles o en sociedades que se recuperan de un conflicto armado. Tal como se señala en el Informe de Seguimiento de la Educación para Todos en el Mundo de 2011, los planes de estudio y los textos escolares pueden generar intolerancia al fomentar los prejuicios y las actitudes ideológicas estrechas.

La UNESCO siempre ha reconocido la función esencial de los libros de texto y los materiales didácticos en la educación para la paz y la labor en pro de la comprensión internacional.

[▲ Principio de la página](#)

INFORMACIÓN RELACIONADA

Quiénes somos

- Misión
- Estrategia
- Asociados

Publicación

- UNESCO Guidebook on Textbook (PDF)



Seção Comunicação e Informação

Acesso realizado em 08 de março de 2013

<http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/>

English - Français - Русский - العربية - 中文
Google® Búsqueda personalizada ok

UNESCO | Educación | Ciencias Naturales | Ciencias Sociales y Humanas | Cultura | **Comunicación e Información** | Servicio de Prensa

Acerca del Sector | Temas | Programas intergubernamentales | Eventos | Recursos


Comunicación e Información




La libertad y la capacidad de conocimiento: Concurso de carteles CMSI +10

EVENTOS

- Calendario de eventos

VIDEO

Christiane Amanpour, CNN, on Gender Equality for UNESCO Women Make the News (en inglés)



Source: UNESCO Multimedia Archives

PUBLICACIONES

- Freedom of Expression Toolkit
- Overview of information literacy resources worldwide

EN EL MUNDO

- África
- Estados Árabes
- Asia y el Pacífico
- Europa y América del Norte
- América Latina y el Caribe

DESTACADOS

- 2015** Información y conocimiento para todos: una visión más amplia y un compromiso renovado (Conclusiones - en inglés)
- Technology Broadband and Education: Advancing the Education for All Agenda (en inglés) Un informe del grupo de trabajo sobre la educación de la Broadband Commission.
- Implementación de la Estrategia 2013-2014 - Plan de acción de las Naciones Unidas sobre la seguridad de los periodistas y la cuestión de la impunidad (en inglés)

VÉASE TAMBIÉN

- Marzo 8
- Las Mujeres hacen las noticias 2013

LA UNESCO Y LA CMSI

- Inicio
- Líneas de Acción de la CMSI
- Foro de la CMSI
- Plataforma de comunidades de la CMSI
- Reunión de evaluación de la CMSI+10

PIDC

Reunión del PIDC: 57ª reunión de la Mesa del Programa Internacional para el Desarrollo de la Comunicación (París, Francia, 20-22 de marzo de 2013)

- Inicio
- Proyectos del PIDC
- Premio PIDC-UNESCO de Comunicación Rural

PIPT

- Inicio
- IFAP Information Society Observatory (en inglés)

NOTICIAS

- 08.03.13 La UNESCO lanza Las Mujeres hacen las noticias 2013
- 07.03.13 La Directora General de visita en la Universidad Laval de Quebec
- 07.03.13 La Directora General condena el asesinato del periodista radial brasileño Mafaldo Bezerra Goes.
- 07.03.13 Nueva York: Irina Bokova participa en la Sesión Temática Especial sobre Agua y Desastres
- 06.03.13 ¡Informemos a todos acerca de la Carta Africana de la Juventud!

Más noticias

NOTICIAS DEL SECTOR DE COMUNICACIÓN E INFORMACIÓN POR CORREO ELECTRÓNICO

Por favor haga clic en el recuadro "suscribir" más abajo para recibir nuestras noticias por vía electrónica.

SUSCRIBIR

SÍGUENOS

- f
- t
- YouTube

RECURSOS

- Artículos detallados
- Eventos
- Publicaciones
- Recursos documentales
- Productos audiovisuales | Banco de fotografías | Galerías de fotos
- Bases de datos | Programas informáticos
- Estadísticas

PLATAFORMAS Y PORTALES

- Global Open Access Portal (GOAP)
- Observatorio IFAP sobre la sociedad de la información
- Plataforma abierta de formación
- Plataforma de comunidades de seguimiento de la CMSI

English - Français - Русский - العربية - 中文

Google™ Búsqueda personalizada ok

UNESCO | Educación | Ciencias Naturales | Ciencias Sociales y Humanas | Cultura | **Comunicación e Información** | Servicio de Prensa

Acerca del Sector Temas Programas intergubernamentales Eventos Recursos

 Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Comunicación e Información

 Las Mujeres hacen las noticias 2013: Hacia un mundo más inclusivo y Medios

- Acceso al conocimiento**
 - Archivos
 - Alfabetización informacional
 - Bibliotecas
 - Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet
 - Libre acceso a la información científica
 - Recursos educativos abiertos
 - Preservación del patrimonio documental
- La libertad de expresión**
 - Seguridad de los periodistas
 - Libertad de información
 - Estándares profesionales periodísticos y el Código de Ética
 - Libertad de prensa
 - Diálogo para la paz
 - La libertad de expresión en Internet
- Prioridades transversales**
 - VIH y SIDA
 - Situaciones posteriores a conflictos o desastres

NOTICIAS

- 08.03.13
La UNESCO lanza Las Mujeres hacen las noticias 2013
- 07.03.13
La Directora General de visita en la Universidad Laval de Quebec
- 07.03.13
La Directora General condena el asesinato del periodista radial brasileño Mafaldo Bezerra Goes
- 07.03.13
Nueva York: Irina Bokova participa en la Sesión Temática Especial sobre Agua y Desastres
- 06.03.13
Informemos a todos acerca de la Carta Africana de la Juventud!

<http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/access-to-knowledge/linguistic-diversity-and-multilingualism-on-internet/>

English · Français
Google Búsqueda personalizada

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas Cultura Comunicación e Información Servicio de Prensa

Acerca del Sector Temas Programas intergubernamentales Eventos Recursos



Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Comunicación e Información

UNESCO » Comunicación e Información » Temas » Acceso al conocimiento » Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet

A- A+

Acceso al conocimiento

Archivos

Alfabetización informacional

Bibliotecas

Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet

- Instrumentos normativos
- Políticas lingüísticas
- Evaluar la diversidad lingüística en Internet
- Nombres de dominios internacionalizados
- Iniciativas y eventos especiales

Libre acceso a la información científica

Recursos educativos abiertos

Preservación del patrimonio documental

Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet



Cada vez más, la información y el conocimiento se vuelven elementos clave en la creación de la riqueza, la transformación social y el desarrollo humano. La herramienta principal para transmitir la información y el conocimiento es el lenguaje. De esta manera, la posibilidad de usar la lengua materna en Internet va a determinar el grado de interacción que se pueda tener con las sociedades de conocimiento emergentes.

El surgimiento de Internet ha brindado diversas oportunidades para el intercambio de información y conocimiento en varios idiomas. Teóricamente, en conocimiento en varios idiomas. Teóricamente, en la actualidad, cualquier persona puede escribir un texto, compartir su contenido con el resto del mundo y recibir retroalimentación a través de Internet. En teoría, Internet está abierto a todos los idiomas del mundo, siempre y cuando se cumplan con ciertas condiciones técnicas, financieras y de recurso humano.

Sin embargo, muchos idiomas aún no están presentes en la red. Actualmente existe en el ciberespacio una marcada división lingüística que va a agravar la división digital. Por eso es que todos deben tener acceso a un Internet multilingüe. Sin lugar a dudas, los países, las comunidades y las personas que no tengan acceso a Internet y a sus herramientas estarán marginados y contarán con un acceso limitado a la información y al conocimiento, elementos esenciales en el desarrollo sostenible. Los hablantes de lenguas no dominantes deben contar con la posibilidad de expresarse, crear e intercambiar contenidos culturales de manera adecuada en sus lenguas locales. La distribución digital comprende dos aspectos principales: en primer lugar, todos deben tener acceso a Internet; en segundo lugar, el acceso debe incluir contenidos de calidad, no solamente los creados a nivel internacional o regional, sino también los elaborados localmente y en lenguas locales. Internet es plurilingüe y multicultural y ofrece un espacio para cada idioma y cultura.

La UNESCO está convencida de que la diversidad cultural y el plurilingüismo en Internet tienen un papel determinante en la promoción de sociedades plurales, equitativas, abiertas y de conocimiento participativo. La UNESCO incita a los Países Miembros a desarrollar políticas lingüísticas integrales que incluyan la asignación de recursos y el uso apropiado de herramientas para promover y facilitar la diversidad lingüística y el multiculturalismo en los medios de comunicación, incluido en Internet. De esta manera, la Organización apoya la introducción de nuevas lenguas en el mundo digital, la creación y difusión de contenidos en lenguas locales a través de Internet y de los medios de comunicación masiva, así como también, el acceso multilingüe a recursos digitales en el ciberespacio.

La UNESCO está convencida de que la diversidad cultural y el plurilingüismo en Internet tienen un papel determinante en la promoción de sociedades plurales, equitativas, abiertas y de conocimiento participativo. La UNESCO incita a los Países Miembros a desarrollar políticas lingüísticas integrales que incluyan la asignación de recursos y el uso apropiado de herramientas para promover y facilitar la diversidad lingüística y el multiculturalismo en los medios de comunicación, incluido en Internet. De esta manera, la Organización apoya la introducción de nuevas lenguas en el mundo digital, la creación y difusión de contenidos en lenguas locales a través de Internet y de los medios de comunicación masiva, así como también, el acceso multilingüe a recursos digitales en el ciberespacio.

¡LOS IDIOMAS SÍ QUE CUENTAN!



INFORMACIÓN CONEXA

INSTRUMENTO NORMATIVO

- Recommendation concerning the Promotion and Use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace (en inglés)

PÁGINAS

- Otros instrumentos normativos de la UNESCO (en inglés)

PUBLICACION

- NET.LANG, Towards the Multilingual Cyberspace (PDF, en inglés y francés)

DOCUMENTOS

- Promoción y uso del plurilingüismo y acceso universal al ciberespacio
- Segundo informe recapitulativo sobre las medidas adoptadas por los Estados Miembros para aplicar la Recomendación sobre la promoción y el uso del plurilingüismo y el acceso

PUBLICACION

- NET.LANG, Towards the Multilingual Cyberspace (PDF, en inglés y francés)

DOCUMENTOS

- Promoción y uso del plurilingüismo y acceso universal al ciberespacio
- Segundo informe recapitulativo sobre las medidas adoptadas por los Estados Miembros para aplicar la Recomendación sobre la promoción y el uso del plurilingüismo y el acceso

<http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/access-to-knowledge/linguistic-diversity-and-multilingualism-on-internet/language-policies/>

English
Google Búsqueda personalizada OK

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas Cultura **Comunicación e Información** Servicio de Prensa

Acerca del Sector Temas Programas Intergubernamentales Eventos Recursos



Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Comunicación e Información

UNESCO » Comunicación e Información » Temas » Acceso al conocimiento » Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet » Políticas lingüísticas

A+

Acceso al conocimiento

Archivos

Alfabetización informacional

Bibliotecas

Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet

- Instrumentos normativos
- Políticas lingüísticas**
- Evaluar la diversidad lingüística en Internet
- Nombres de dominios internacionalizados
- Iniciativas y eventos especiales

Libre acceso a la información científica

Recursos educativos abiertos

Preservación del patrimonio documental

Políticas lingüísticas

En numerosas ocasiones, la UNESCO ha sido invitada por sus Estados Miembros para supervisar las políticas regionales y nacionales relativas a la protección y planificación lingüísticas para la construcción de sociedades multilingües. Las políticas lingüísticas están consideradas como un instrumento político poderoso para promover la coexistencia del multilingüismo.

Los instrumentos normativos internacionales, tales como convenciones, tratados o recomendaciones, pueden ser reforzados a nivel nacional, si se desarrollan políticas lingüísticas integrales, que implementen medidas concretas, recursos específicos y herramientas eficaces, a ser usadas por todos los actores implicados.

Reunión de expertos "En dirección a las recomendaciones de la UNESCO en materia de políticas lingüísticas: una herramienta para la evaluación y planificación lingüísticas"

(del 30 de mayo al 1 de junio de 2011, en la sede principal de la UNESCO en París, Francia)

La UNESCO, con el fin de promover y brindar asistencia en la creación de políticas lingüísticas, organizó una reunión de expertos "En dirección a las recomendaciones de la UNESCO en materia de políticas lingüísticas: una herramienta para la evaluación y planificación lingüísticas" llevada a cabo del 30 de mayo al 1 de junio de 2011, en la sede principal de la UNESCO en París, Francia. Allí se reunieron expertos externos de tres sectores de programas de la UNESCO (Educación, Cultura y Comunicación e Información) que trabajan en lingüística, antropología, educación, medios de comunicación e Internet. El objetivo principal de esta reunión fue desarrollar una herramienta que permita a los Estados Miembros de la UNESCO evaluar el estado lingüístico en el contexto local o nacional y, basados en esa evaluación, desarrollen e implementen políticas y medidas lingüísticas más integrales.

Como punto de partida, la UNESCO propuso a los expertos revisar las directivas metodológicas de la UNESCO sobre "Vitalidad y desaparición de lenguas", desarrolladas en 2003 por un grupo de expertos ad hoc. Este documento es una herramienta dirigida a quienes están relacionados con la creación de medidas y el desarrollo de políticas para el mantenimiento, la rehabilitación y la diversidad lingüísticas. En él se ponen en evidencia nueve factores de vitalidad de lenguas para determinar el grado de vitalidad o peligro de desaparición de una lengua, así como para el desarrollo de medidas para la revitalización y mantenimiento de las lenguas. A continuación, la lista de estos factores:

1. Transmisión intergeneracional de lenguas
2. Número definitivo de hablantes
3. Proporción de hablantes en relación al total de la población
4. Cambios en los sectores en que la lengua es usada
5. Repuesta a nuevos sectores y a los medios de comunicación
6. Capacidad de los materiales para la educación y la formación lingüística
7. Actitudes y políticas del gobierno y de las instituciones hacia el lenguaje, incluyendo el uso y la situación oficial
8. Actitudes de los miembros de la comunidad con respecto a su propia lengua
9. Cantidad y calidad de la documentación

Los factores 1, 4 y 5 requieren ser revisados. Los mismos están enfocados en la transmisión intergeneracional y en la siempre creciente importancia de las tecnologías de la información y de la comunicación (TIC), incluyendo a Internet y a los medios de comunicación, (en particular la difusión pública).

A continuación, presentamos los documentos elaborados para la reunión:

- Documento de referencia "Radiodifusión pública y desarrollo lingüístico: informe resumen de la situación en cinco países" preparado por Levi Obijofor de la Escuela de periodismo y comunicación de la Universidad de Queensland, en Brisbane.
- "Evaluando la situación lingüística y de planificación, en relación con Internet" preparado por Marcel Diki-Kidiri.

INFORMACION RELACIONADA

NOTICIAS

- En dirección a las recomendaciones de la UNESCO en materia de políticas lingüísticas (8 de agosto de 2011, en inglés)

PAGINAS

- Multilingüismo y ciberespacio
- Radiodifusión pública
- Promoción de contenidos locales

DOCUMENTOS

- Documento de referencia - Radiodifusión pública y desarrollo lingüístico: informe resumen de la situación en cinco países preparado por Levi Obijofor de la Escuela de periodismo y comunicación de la Universidad de Queensland, en Brisbane.
- "Evaluando la situación lingüística y de planificación, en relación con Internet" preparado por Marcel Diki-Kidiri.
- Datos más recientes sobre multilingüismo y educación preparado por el sector de Educación de la UNESCO.
- Documento de referencia - Directivas metodológicas de la UNESCO sobre vitalidad y desaparición de lenguas: Revisión e integración de recomendaciones desde 2003 preparado por el sector de la Cultura de la UNESCO.
- Resumen - En dirección a las directivas en políticas lingüísticas: herramienta para la evaluación y la planificación lingüística preparado por los sectores: Cultura, Comunicación e Información y Educación de la UNESCO.
- Lista de participantes - En dirección a las directivas en políticas lingüísticas: herramienta para la evaluación y la planificación lingüística preparado por los sectores: Cultura, Comunicación e Información y Educación de la UNESCO.

PUBLICACIONES

- Reservar un lugar para la lengua en el ciberespacio por Marcel Diki-Kidiri (2008).

<http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/access-to-knowledge/linguistic-diversity-and-multilingualism-on-internet/measuring-linguistic-diversity-on-internet/>

English
Google™ Búsqueda personalizada ok

UNESCO Educación Ciencias Naturales Ciencias Sociales y Humanas Cultura **Comunicación e Información** Servicio de Prensa

Acerca del Sector Temas Programas intergubernamentales Eventos Recursos


Comunicación e Información

UNESCO » Comunicación e Información » Temas » Acceso al conocimiento » Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet » Evaluar la diversidad lingüística en Internet A+

Acceso al conocimiento
Archivos
Alfabetización informacional
Bibliotecas
Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet
plurilingüismo en Internet
• Instrumentos normativos
• Políticas lingüísticas
• **Evaluar la diversidad lingüística en Internet**
• Nombres de dominios internacionalizados
• Iniciativas y eventos especiales
Libre acceso a la información científica
Recursos educativos abiertos
Preservación del patrimonio documental

Evaluar la diversidad lingüística en Internet

La UNESCO ha estado apoyando, de manera significativa, un conjunto de iniciativas y proyectos para evaluar la diversidad lingüística en Internet durante casi una década. La UNESCO está convencida de que existe una estrecha relación entre las lenguas de Internet y la diversidad lingüística en un país, y por esta razón, los estados tienen un importante papel que desempeñar en la adopción de políticas lingüísticas apropiadas para Internet, basadas en datos confiables.

Actividades anteriores:
2009
Publicaciones:
2009
Publicaciones:
Daniel Pimienta, Daniel Prado y Álvaro Blanco (2009): "Doce años para evaluar la diversidad lingüística en Internet: balance y perspectivas"
2007
Taller sobre las experiencias en la evaluación lingüística en el ciberespacio
22 de febrero de 2007, sede central de la UNESCO.
Este taller fue organizado por el Proyecto del Observatorio de Lenguas (POL), la Red mundial de diversidad lingüística y la UNESCO, bajo el patrocinio de la Agencia de Japón de ciencia y tecnología (JST), en el marco de la celebración del Día Internacional de la lengua materna, celebrado anualmente el 21 de febrero.
Durante el evento se desarrollaron los siguientes puntos:
• establecimiento de un intercambio de ideas comparativo en torno a las diferentes metodologías para evaluar la presencia o la ausencia de las lenguas en el mundo digital;
• intercambio de experiencias y hallazgos en torno a los estudios lingüísticos en Asia y África;
• elaboración de un conjunto de implicaciones desprendidas de la experiencia y de un posible plan de acción para promover el multilingüismo y el acceso igualitario en el ciberespacio;
• demostración de la utilidad y explotabilidad de una red múltiple de partes implicadas.
Los resultados del taller fueron distribuidos a todos los países, a través de la Red mundial de diversidad lingüística, las unidades de la UNESCO (oficinas locales y sede central), miembros universitarios del Proyecto observatorio de lenguas y otros coparticipantes.

INFORMACION RELACIONADA
INSTRUMENTOS NORMATIVOS
• Recomendaciones concernientes a la promoción y al uso del multilingüismo y del acceso universal al ciberespacio
• Otros instrumentos normativos de la UNESCO
PAGINAS
• Políticas lingüísticas
• Evaluando la diversidad lingüística en Internet
• Políticas lingüísticas
• Evaluando la diversidad lingüística en Internet
• Nombres de dominios internacionalizados
• Iniciativas y eventos especiales
PUBLICACIONES
• Daniel Pimienta, Daniel Prado and Álvaro Blanco (2009): "Doce años para evaluar la diversidad lingüística en Internet: balance y perspectivas"
• John Paolillo, Daniel Pimienta and Daniel Prado (2005): "Evaluando la diversidad lingüística en Internet"

2005

Evaluando la diversidad lingüística en Internet

Una publicación de John Paolillo, Daniel Pimienta y Daniel Prado (2005).

2002

La UNESCO ha estado trabajando con el Proyecto observatorio de lenguas (POL) y la Red mundial para la diversidad lingüística desde 2002 con el fin de desarrollar metodologías científicas en la evaluación de la presencia de las lenguas en el ciberespacio y para llamar la atención sobre este importante componente de la diversidad cultural y lingüística.

Entre sus actividades, el Proyecto observatorio de lenguas (POL) desarrolló el censo-encuesta cibernético. Ambos, el POL y el censo fueron implementados en conjunto con varias instituciones de diferentes países y regiones, tales como:

- Nagaoka University of Technology (NUT)
- Keio University, Japón
- Tokyo University of Foreign Studies (TUFS), Japón
- Faculti Sains Komputer & Sistem Maklumat (FSKSM), University Teknologi, (UTM) Malasia
- Thai Computational Linguistic Laboratory (TCL), Tailandia
- Miskolc University, Hungría
- Technology Development of Indian Languages (TDIL), Ministerio de Tecnologías de la Información, India
- The Laboratory for Web Algorithmics, Dipartimento di Scienze dell'Informazione, Università degli Studi di Milano (USM), Milán, Italia.

▲ Principio de la página

<http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/access-to-knowledge/linguistic-diversity-and-multilingualism-on-internet/internationalized-domain-names/>

English

Google Búsqueda personalizada

UNESCO
Educación
Ciencias Naturales
Ciencias Sociales y Humanas
Cultura
Comunicación e Información
Servicio de Prensa

Acerca del Sector
Temas
Programas intergubernamentales
Eventos
Recursos



Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Comunicación e Información

UNESCO » Comunicación e Información » Temas » Acceso al conocimiento » Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet » Nombres de dominios internacionalizados

A- A+

Acceso al conocimiento

Archivos
Alfabetización informacional
Bibliotecas

Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet

- Instrumentos normativos
- Políticas lingüísticas
- Evaluar la diversidad lingüística en Internet
- Nombres de dominios internacionalizados**
- Iniciativas y eventos especiales

Libre acceso a la información científica
Recursos educativos abiertos
Preservación del patrimonio documental

Nombres de dominios internacionalizados



© iStock

La UNESCO proclama el multilingüismo en Internet que contribuye al acceso universal a la información y al conocimiento, así como a la diversidad cultural en el ciberespacio. Durante la última década, Internet ha tenido un creciente impacto en la vida social, política y económica. El gran desarrollo de Internet ha hecho que la comunidad internacional reflexione en torno a su funcionamiento estructural y a las implicaciones públicas multidimensionales, conocidas ampliamente como gestión de Internet.

Desde 2007, la UNESCO ha participado en las discusiones del Foro para el gobierno de Internet (FGI), ha colaborado con otras organizaciones internacionales, tales como la Unión Internacional de las Telecomunicaciones (UIT), ICANN y otros socios públicos y privados.

Al mismo tiempo que la UNESCO ha promovido continuamente el desarrollo y la difusión del contenido multilingüe en el ciberespacio a través de varias iniciativas, la Organización ha acordado hacerse cargo de las cuestiones relacionadas con el multilingüismo y el acceso al ciberespacio.

Un considerable trabajo ha sido asumido por la ICANN para desarrollar el sistema de nombres de dominio en Internet a través de la introducción de los nombres de dominio internacionalizados (NDI) que introdujo los dominios de alto nivel en diferentes escrituras y permitió que los usuarios de Internet puedan acceder a nombres de dominio en sus propias lenguas. La UNESCO para apoyar este desarrollo, se asegura que todos los Estados Miembros estén completamente al corriente de las cuestiones derivadas del desarrollo de las NDI y que se involucren en el debate sobre las políticas entorno al tema.

Alianza con la ICANN



© UNESCO - UNESCO and ICANN partnership agreement

En diciembre de 2009, la UNESCO firmó un acuerdo de cooperación con la Corporación de Internet para la asignación de nombres y números (ICANN). Ambas organizaciones acordaron colaborar con la internacionalización de Internet. Más precisamente, el acuerdo UNESCO-ICANN cubre una serie de áreas de cooperación con el fin de que el nuevo desarrollo pueda beneficiar el mayor número posible de grupos lingüísticos. La UNESCO acordó sobre todo hacer un llamado a los miembros de la red lingüística de expertos

INFORMACION RELACIONADA

INSTRUMENTOS NORMATIVOS

- Recomendaciones concernientes a la promoción y el uso del multilingüismo y el acceso universal al ciberespacio
- Otros instrumentos normativos de la UNESCO

PAGINAS

- Políticas lingüísticas
- Evaluar la diversidad lingüística en Internet
- Nombres de dominios internacionalizados
- Iniciativas y eventos especiales

DOCUMENTOS

- Carta de compromiso UNESCO-ICANN
- EURid Insights
- Informe "Nombres de dominios internacionales (NDI). Estado de la situación (2011)"

SITIOS DE INTERNET

- Sitio EURid

MULTIMEDIA

- Galería de fotos

lingüística. La UNESCO busca sobre todo reunir en un foro a los miembros de la red lingüística de expertos para que presten su ayuda en el proceso, informen a los Estados Miembros acerca de los nuevos NDI, promuevan la participación de otras agencias de las Naciones Unidas, establezcan grupos de trabajo para ayudar a que los países en vías de desarrollo y otros países menos desarrollados puedan participar ampliamente.

- [Acuerdo de colaboración con ICANN \(Noticias, en inglés\)](#)

En septiembre de 2010, la UNESCO firmó, conjuntamente con la ICANN, una carta de intención en el foro de la gestión de Internet. El objetivo principal de este esfuerzo conjunto es que la UNESCO preste ayuda en el acceso de los usuarios a Internet en los Estados Miembros cuyas lenguas estén basadas en la escritura cirílica. Esto fue posible gracias a la creación de dominios de códigos de países internacionalizados (NDI) de alto nivel, en escritura cirílica, en relación con la tabla de referencia de las abreviaciones de los nombres de países.

- [Anuncio de la IGF 2010](#)
- [Carta de compromiso](#)
- [Fotos](#)

En septiembre de 2011, la UNESCO acogió en una reunión a un grupo de expertos en escritura cirílica en su sede central en París.

Seis casos de estudio sobre la escritura china, árabe, cirílica, devanagari, griega y latina, preparados en el marco del proyecto de las cuestiones de los nombres de dominio internacional están disponibles para consulta. Todas las partes implicadas fueron invitadas a participar, brindar comentarios y recomendaciones para el 14 de noviembre de 2011.

- [La UNESCO publica seis informes sobre nombres de dominios internacionales](#)

En noviembre 2011, la UNESCO continúa su cooperación con la ICANN en lo relacionado a la internacionalización de Internet, en especial, en lo relacionado con el grupo que trabaja en el uso de los nombres y territorios como países de alto nivel, relacionado a la internacionalización de internet, en especial, en lo relacionado con el grupo que trabaja en el uso de los nombres y territorios como países de alto nivel.

- [No hay noticias o informes de trabajos en curso.](#)

Trabajo en conjunto con el Registro europeo de nombres de dominios en Internet (EURid)

En mayo de 2011, la UNESCO apoyó la publicación de un estudio de la EURid, que examina el uso mundial de los nombres de dominios en Internet (NDI) que aceptan escritura no latina y el multilingüismo en línea. El estudio forma parte de las series "Insights" de la EURid, orientados a analizar aspectos específicos en el área de los nombres de dominios. Los informes están basados en encuestas, estudios e investigaciones llevados a cabo por la EURid en conjunto con expertos de la industria y líderes del sector.

- [Enlace de la página del EURid](#)
- [Enlace de la página Insights del EURid](#)
- [Enlace al informe "Nombres de dominios internacionales \(NDI\). Estado de la situación" \(2011\)](#)

▲ Principio de la página

<http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/access-to-knowledge/linguistic-diversity-and-multilingualism-on-internet/special-initiatives-and-events/>

English Google™ Búsqueda personalizada

UNESCO | Educación | Ciencias Naturales | Ciencias Sociales y Humanas | Cultura | **Comunicación e Información** | Servicio de Prensa

[Acerca del Sector](#) | [Temas](#) | [Programas intergubernamentales](#) | [Eventos](#) | [Recursos](#)



Comunicación e Información

UNESCO » Comunicación e Información » [Temas](#) » [Acceso al conocimiento](#) » [Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet](#) » [Iniciativas y eventos especiales](#) A- A+  

Acceso al conocimiento

[Archivos](#)

[Alfabetización informacional](#)

[Bibliotecas](#)

Diversidad lingüística y plurilingüismo en Internet

Iniciativas y eventos especiales

Comisión de banda ancha



El establecimiento de una Comisión de banda ancha para el desarrollo digital en 2010 se concretizó cinco años después de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI), y diez años después del lanzamiento de los objetivos de desarrollo del Milenio (ODM). La comisión de banda ancha para el desarrollo digital cree que la alta velocidad y las conexiones de Internet de difusión a gran capacidad son un elemento esencial en las sociedades modernas, aportando amplios beneficios sociales y económicos. Su misión es incentivar la adopción de la banda ancha y de prácticas y políticas conviviales a fin de que todo el mundo pueda beneficiarse de los beneficios que la banda ancha ofrece.

INFORMACION RELACIONADA

INSTRUMENTOS NORMATIVOS

- ▶ Recomendaciones en torno a la promoción y al uso del multilingüismo y al acceso universal al ciberespacio
- ▶ Otros instrumentos normativos de la UNESCO

PAGINAS

- ▶ Comisión de banda ancha
- ▶ Cumbre Mundial de la Sociedad de la Información (CMSI)
- ▶ Foro sobre la gestión de Internet (FGI)

plurilingüismo en Internet

- Instrumentos normativos
- Políticas lingüísticas
- Evaluar la diversidad lingüística en Internet
- Nombres de dominios internacionalizados
- Iniciativas y eventos especiales

Libre acceso a la información científica

Recursos educativos abiertos

Preservación del patrimonio documental



beneficios sociales y económicos. Su misión es incentivar la adopción de la banda ancha y de prácticas y políticas convivenciales a fin de que todo el mundo pueda beneficiarse de los beneficios que la banda ancha ofrece.

La propagación de la banda ancha en cada país es la clave para acelerar los logros, tanto de la CMSI como los objetivos de la ODM para 2015. Entre los otros grupos de la comisión de banda ancha, el grupo que trabaja en el multiculturalismo enfoca la cuestión de la lengua como una de las más críticas para lograr los ocho objetivos de desarrollo del Milenio. La población más necesitada es aquella que aun no ha integrado la cultura digital, en muchos casos a causa de la brecha digital.

El grupo de trabajo pone en práctica las conclusiones de la Cumbre Mundial de la Sociedad de la información, los instrumentos normativos de la UNESCO (en particular la recomendación de 2003, relativas a la promoción y al uso del multilingüismo y al acceso universal al ciberespacio), resultado de las reuniones internacionales en multilingüismo, y las conclusiones del Foro internacional de Bamako sobre multilingüismo como base para su trabajo.

La UNESCO acogió la primera reunión del grupo de trabajo en multilingüismo el 5 de junio de 2011.

- Banda ancha: una plataforma para el progreso (Informe integral)

Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI)



La diversidad cultural y lingüística (acción CMSI línea C8), al mismo tiempo que estimula el respeto y la identidad cultural, tradiciones y religiones, es esencial para el desarrollo de una Sociedad de la información basada en el diálogo entre las culturas y en la cooperación regional e internacional. Es un factor importante para el desarrollo sostenible.

- más sobre esta línea de acción y los eventos relacionados

Foro sobre la gestión de Internet (FGI)



La Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI) culminó con la creación del Forum de las partes implicadas para la gestión de Internet (un foro anual en el que un grupo de agencias internacionales, gobiernos, profesionales de Internet, organizaciones comerciales y civiles exploran, sobre bases iguales, el desarrollo de Internet y su interacción con otras áreas de políticas públicas.

- La UNESCO y el IGF
- IGF 2011
- IGF 2010

Iniciativas pasadas



Initiative B@bel usa las tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) para apoyar la diversidad cultural y lingüística en Internet, y para proteger y preservar las lenguas en peligro de desaparición.

- más sobre este tema

- Comisión de banda ancha
- Cumbre Mundial de la Sociedad de la Información (CMSI)
- Foro sobre la gestión de Internet (FGI)
- Initiative B@bel

DOCUMENTOS

- Banda ancha: una plataforma para el progreso (Informe integral)

▲ Principio de la página